

resenha

de política exterior do brasil

Número 77, 2º semestre de 1995

ministério das relações exteriores
2008

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 77, 2º semestre de 1995

Ano 22, ISSN 0101 2428

A Resenha de Política Exterior do Brasil é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro Hélio Vitor Ramos Filho

Coordenação de Documentação Diplomática
Primeiro Secretário Henrique Archanjo Ferrari
Secretário Igor de Carvalho Sobral

Padronização / Editoração eletrônica
Hilton Ferreira da Silva

Endereço para correspondência:
Coordenação de Documentação Diplomática (CDO)
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, 1º subsolo
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9273, (61) 3411-9037, fax: (61) 3411-6591

© 2008 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores. –
Ano 1, nº 1 (jun. 1974) –.- Brasília, Ministério das Relações Exteriores,
1974 –.

300p.

ISSN 0101 2428
Semestral

Extinto o Centro de Documentação, a publicação foi interrompida de 1996 a 2002. Em 1995, houve apenas a edição relativa ao 1º semestre (nº76). Os números 77 (2º semestre de 1995), 78 e 79 (1996), 80 e 81 (1997) foram publicados somente em formato eletrônico, na Relnet (www.relnet.com.br), em projeto conjunto da FUNAG, do MRE, e do Departamento de Relações Internacionais da UnB. Com este número, inicia-se assim a publicação da série de resenhas relativas ao intervalo 1995-2002.

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódicos. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores



Departamento de Comunicações e Documentação

CDU: 327 (05)

SUMÁRIO

DISCURSOS

Almoço de confraternização

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da Venezuela, Rafael Caldera, Caracas, em 4 de julho de 1995. 13

Sessão Solene do Congresso Venezuelano

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na sessão solene do Congresso Venezuelano. Caracas, 4 de julho de 1995 15

Aula de solenidade pela Universidade Central da Venezuela

Aula do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na solenidade de outorga do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Central da Venezuela. Caracas, 5 de julho de 1995 21

Brasil-Forças de Paz das Nações Unidas

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da condecoração de oficiais brasileiros integrantes do corpo de observadores militares da ONU na antiga Iugoslávia. Brasília, 6 de julho de 1995 31

Câmara de Comércio Brasil-Reino Unido

Apresentação do Ex-Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Câmara de Comércio Brasil-Reino Unido. Londres, 07 de julho de 1995 33

Inauguração da mostra “Man Ray Cinema”

Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da inauguração da mostra “Man Ray Cinema”. Brasília, 10 de julho de 1995 49

Brasil-Portugal

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, perante a Assembléia da República Portuguesa. Lisboa, 20 de julho de 1995. 51

Discurso na abertura da II Cimeira Bilateral Luso-Brasileira

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na abertura da II Cimeira Bilateral Luso-Brasileira. 20 de Julho de 1995 57

Discurso por ocasião do almoço oferecido pelo Senhor Primeiro-Ministro da República Portuguesa

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço oferecido pelo Senhor Primeiro-Ministro da República Portuguesa, Aníbal António Cavaco Silva. Lisboa, 20 de julho de 1995. 59

Cerimônia de outorga do Título de Doutor Honoris Causa

Aula do Senhor Presidente da República, Professor Fernando Henrique Cardoso, na Universidade de Coimbra, durante a Cerimônia de outorga do Título de Doutor Honoris Causa. Coimbra, 21 de julho de 1995 61

Discurso por ocasião do jantar em homenagem ao Senhor Presidente da República Portuguesa

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar em homenagem ao Senhor Presidente da República Portuguesa. Lisboa, 21 de Julho de 1995 67

Cerimônia de outorga do Título Doutor Honoris Causa

Aula do Senhor Presidente da República, Professor Fernando Henrique Cardoso, na Universidade do Porto, na Cerimônia de outorga do Título Doutor Honoris Causa. Porto, 22 de Julho de 1995 69

Banquete no Palácio de Governo

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em resposta ao Senhor Presidente Alberto Fujimori, durante banquete no Palácio de Governo. Lima, 27 de julho de 1995. 75

Assinatura do Ajuste Complementar ao Acordo Brasil-Cuba

Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da assinatura do Ajuste Complementar ao Acordo Brasil-Cuba de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica sobre Aproveitamento de Lignina e Celulose de Bagaço de Cana-de-Açúcar. Brasília, 27 de julho de 1995 77

Um clássico da diplomacia brasileira

Palavras do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da apresentação da Edição Comemorativa do Sesquicentenário do Barão do Rio Branco - “A Vida do Barão do Rio Branco”, de Luiz Viana Filho. Brasília, Agosto de 1995 79

Discurso na sessão solene de abertura da 8ª reunião do Mercosul

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na sessão solene de abertura da 8ª reunião do Mercosul. Assunção, Paraguai, 5 de agosto de 1995. 81

Pronunciamento do Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores: “O Nordeste e o Mercosul”

Discurso do Senhor Secretário-Geral, Embaixador Sebastião do Rego Barros, no Seminário sobre “O Nordeste e o Mercosul”. Recife, 8 de agosto de 1995 85

Discurso por ocasião do jantar oferecido ao Presidente da República de Angola

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Senhor Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos. Brasília, 15 de agosto de 1995 87

Pronunciamento do Vice-Presidente da República

Discurso do Senhor Vice-Presidente da República, Marco Maciel, por ocasião da IX Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio. Quito, 06 de setembro de 1995 91

Eixos de Integração Sul-Americana

Discurso do Senhor Secretário-Geral, Embaixador Sebastião do Rego Barros, no Seminário sobre Eixos de Integração Sul-Americana e Corredores de Exportação, Centro de Estudos Estratégicos da SAE. Brasília, 13 de setembro de 1995 95

Discurso por ocasião do almoço oferecido pela Comissão da União Européia

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço que lhe ofereceu o Senhor Presidente da Comissão da União Européia, Jacques Santer. Bruxelas, 14 de setembro de 1995. 105

Discurso em mesa-redonda com membros do Parlamento Europeu

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em mesa-redonda com membros do Parlamento Europeu. Bruxelas, 14 de setembro de 1995 109

Brasil-Bélgica

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que lhe ofereceu o Senhor Primeiro-Ministro do Reino da Bélgica, Jean-Luc Dehaene. Bruxelas, 14 de setembro de 1995 113

Conferência no “ Collège D’Europe”

Conferência do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no “College D’ Europe”. Bruges, 16 de setembro de 1995 117

Aula por ocasião da cerimônia e outorga do título de Doutor Honoris Causa

Aula do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da cerimônia e outorga do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Berlim. Berlim, 20 de setembro de 1995 123

Discurso por ocasião de almoço em Berlim

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço que lhe ofereceu o Prefeito-Governador de Berlim. Berlim, 20 de setembro de 1995 131

Discurso do Senhor Presidente da República por ocasião do jantar na República Federal da Alemanha

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que lhe ofereceu o Presidente da República Federal da Alemanha, Roman Herzog. Bonn, 20 de setembro de 1995 133

Discurso por ocasião da inauguração de exposição sobre a Amazônia

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da inauguração de exposição sobre a Amazônia. Bonn, 21 de setembro de 1995 135

XIV Sessão Plenária do Conselho Empresarial Brasil - Estados Unidos

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na XIV Sessão Plenária do Conselho Empresarial Brasil - Estados Unidos. Washington, 22 de setembro de 1995 137

50ª Assembléia Geral das Nações Unidas

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Abertura dos Trabalhos da 50ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Nova York, 25 de setembro de 1995 141

Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no almoço que ofereceu aos Chefes de Delegação do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe. Nova York, 28 de setembro de 1995 149

Discurso por ocasião da Celebração do Dia Mundial da Habitação

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Celebração do Dia Mundial da Habitação. Curitiba, 2 de outubro de 1995 151

II Encontro Mundial do Habitat

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Abertura do II Encontro Mundial do Habitat. Curitiba, 2 de outubro de 1995 153

Direitos Humanos

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no almoço oferecido aos membros do Comitê do Prêmio Direitos Humanos. Brasília, 3 de outubro de 1995 155

Brasil - África do Sul

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço que oferece ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da África do Sul, Alfred Nzo. Brasília, 9 de outubro de 1995. 157

Discurso por ocasião do jantar ao Presidente do Vietnam

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Presidente do Vietnã, Senhor Le Duc Anh. Brasília, 10 de outubro de 1995. 161

Conferência Ibero-Americana

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da primeira sessão da Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países Ibero-Americanos. San Carlos de Bariloche, Argentina, 16 de outubro de 1995. 165

Brasil-Autoridade Palestina

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Senhor Presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat. Brasília, 17 de outubro de 1995. 169

Brasil-Espanha

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Senhor Presidente do Governo Espanhol, Felipe González. Brasília, 18 de outubro de 1995. 173

Agenda Comum Brasil-EUA Para o Meio Ambiente

Pronunciamento do Senhor Secretário-Geral, Embaixador Sebastião do Rego Barros, durante a cerimônia de assinatura da declaração conjunta sobre a Agenda Comum Brasil-EUA para o Meio Ambiente. Brasília, 23 de outubro de 1995. 177

“Appeal of Conscience Award”

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, durante a cerimônia de entrega do “Appeal of Conscience Award”. Nova Iorque, 23 de outubro de 1995. 179

Brasil-Nações Unidas

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Reunião Especial Comemorativa do 50º Aniversário das Nações Unidas. Nova Iorque, 23 de outubro de 1995. 183

Brasil-Ucrânia

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Senhor Presidente da República da Ucrânia, Leonid Kutchma. Brasília, 25 de outubro de 1995 185

Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores

Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da despedida do Embaixador da República Federal da Alemanha, Senhor Herbert Limmer. Brasília, 26 de outubro de 1995. 187

Brasil-Namíbia

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Presidente da República da Namíbia, Sam Nujoma. Brasília, 31 de outubro de 1995. 189

Movimento dos Países Não-Alinhados

Intervenção do Senhor Vice-Presidente do Brasil, Marco Maciel, por ocasião da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo do Movimento dos Países Não-Alinhados. Cartagena, Outubro de 1995 191

Discurso por ocasião do almoço oferecido ao Duque de Kent

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço que oferece ao Duque de Kent. Brasília, 1º de novembro de 1995. 195

Brinde do Ministro de Estado das Relações Exteriores

Brinde do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço oferecido à Princesa Imperial do Japão. Brasília. 9 de novembro de 1995. 197

Cerimônia de Comemoração do Centenário da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da abertura da Cerimônia de Comemoração do Centenário da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão. Brasília, 9 de novembro de 1995. 199

Seminário sobre Zumbi e as Relações Afro-Brasileiras

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da solenidade de encerramento do Seminário sobre Zumbi e as Relações Afro-Brasileiras. Brasília, 14 de novembro de 1995. 201

Brinde por ocasião do jantar que oferece ao Presidente da República Federal da Alemanha

Brinde do Presidente da República por ocasião do jantar que oferece ao Presidente da República Federal da Alemanha, Roman Herzog. Brasília, 21 de novembro de 1995 205

Entrega da Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco

Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da entrega da Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco ao Embaixador da República Popular da China, Senhor Yuan Tao. Brasília, 22 de novembro de 1995. 207

Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados

Exposição do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Brasília, 22 de novembro de 1995. 209

Uma agenda social para a América Latina do século XXI

Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da abertura do Seminário “Uma agenda social para a América Latina no século XXI”, promovido pela Comissão Sul-Americana e pela Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 23 de novembro de 1995. 219

“Brazil and the multilateral trading system”

Reunião Ministerial sobre o futuro das negociações comerciais multilaterais. Vancouver, 23 e 24 de novembro de 1995. 221

Inauguração da Feira Brasil-Alemanha de Tecnologia para o Mercosul-Febral’95

Projeto de discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da inauguração da Feira Brasil-Alemanha de Tecnologia para o Mercosul-Febral’95. São Paulo, 27 de novembro de 1995 225

XXII Sessão da Comissão-Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da abertura da XXII Sessão da Comissão-Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica. São Paulo, 28 de novembro de 1995. 229

Brasil-Moçambique

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luis Felipe Lampreia, por ocasião do jantar que oferece ao Chanceler da República de Moçambique, Doutor Leonardo Santos Simão. Brasília, 28 de novembro de 1995. 233

Cerimônia de assinatura de acordo de sede

Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da cerimônia de assinatura do acordo de sede entre o Governo Brasileiro e a Corporação Andina de Fomento. Brasília, 1º de dezembro de 1995. 237

Tratado de Cooperação Amazônica

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na V Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Países-Membros do Tratado de Cooperação Amazônica. Lima, 4 de dezembro de 1995. 239

Protocolo de Intenção - Itamaraty/Sebrae

Palavras do Senhor Secretário-Geral, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião da assinatura do Protocolo de Intenção - Itamaraty/Sebrae. Brasília, 08 de dezembro de 1995. 243

Conferência na Academia Chinesa de Ciências Sociais

Conferência do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Academia Chinesa de Ciências Sociais: O Cenário Internacional no ano 2000: o papel do Brasil e da China”. Pequim, 13 de dezembro de 1995. 245

Visita Oficial à República Popular da China

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Visita Oficial à República Popular da China. Pequim, 13 de dezembro de 1995 249

Visita Oficial à República Popular da China

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de Seminário na China. Xangai, 14 de dezembro de 1995. 251

Discurso em Xangai

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido pelo Prefeito de Xangai. Xangai, 16 de dezembro de 1995. 255

Brasil-Malásia

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que lhe ofereceu o Rei da Malásia, Tuanku Jaafar. Kuala Lumpur, 18 de dezembro de 1995. 257

Biografia do Barão do Rio Branco e cooperação entre a Fundação Alexandre de Gusmão e o Instituto Herbert Levy

Palavras do Senhor Secretário-Geral, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião da cerimônia de lançamento da Biografia Fotográfica do Barão do Rio Branco e a assinatura do protocolo de cooperação entre a Fundação Alexandre de Gusmão e o Instituto Herbert Levy. Rio De Janeiro, 18 de dezembro de 1995. 261

Festa de Fim De Ano

Mensagem do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião das Festas de Fim de Ano. Brasília, 21 de dezembro de 1995. 265

Escritório de representação no Recife

Discurso do Senhor Secretário-Geral, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião da inauguração do escritório de representação do Itamaraty no Recife. Recife, 22 de dezembro de 1995. 269

Brasil-Chile

Discurso do Senhor Vice-Presidente da República, Marco Maciel, por ocasião da abertura do Encontro Agro-Industrial Brasil-Chile 271

Cerimônia Oficial Comemorativa do Centenário Brasil-Japão

Discurso do Senhor Vice-Presidente da República, Marco Maciel, por ocasião da Cerimônia Oficial Comemorativa do Centenário Brasil-Japão 273

ATOS INTERNACIONAIS 275

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Declaração Conjunta à imprensa sobre a II Cimeira Luso-Brasileira.279

ARTIGOS

“Brasil - Reino Unido: Uma parceria renovada”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, publicado no Jornal do Brasil, edição de 18 de julho de 1995283

“A Política Externa e a Realidade”

Artigo publicado no jornal “O Estado de São Paulo”, edição de 21 de agosto de 1995284

“O Brasil e a reforma das Nações Unidas”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, publicado no jornal “O Estado de São Paulo”, edição de 21 de outubro de 1995285

“Rabin, o General da Paz”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, publicado no jornal “Folha de São Paulo”, edição de 06 de novembro de 1995287

ENTREVISTA

Entrevista do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, para o Boletim “O Mundo - Geografia e Política Internacional”, em agosto de 1995289

ÍNDICE REMISSIVO295



Almoço de confraternização

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da Venezuela, Rafael Caldera, Caracas, em 4 de julho de 1995.

Estar na Venezuela em sua data nacional, para confraternizar com os venezuelanos em torno da memória das lutas pela liberdade e pela soberania, tem para mim um significado especial. Meu sentimento em relação a esta visita é de reconhecimento e amizade.

È um reencontro entre o Brasil e a Venezuela que felizmente se vem produzindo com muita frequência, apontando uma direção certa: uma parceria renovada e forte entre dois vizinhos que reconhecem mutuamente sua importância.

A Venezuela é um país de uma extraordinária riqueza. É um país ao mesmo tempo amazônico, caribenho e andino, e sabe projetar-se em cada uma dessas regiões. Não é apenas a geografia que confere à Venezuela essa identidade e pela democracia a singularidade no nosso continente.

Bolívar, a figura-síntese da História latino-americana e dos sonhos de liberdade e integração da América Hispânica, simboliza perfeitamente a Venezuela que ele ajudou a criar. Um brasileiro, o General Abreu e Lima, lutou ao lado de Bolívar, trazendo para as suas campanhas um pouco do sentimento e do vigor com que os brasileiros forjaram a sua própria nacionalidade.

A aliança entre os brasileiros e venezuelanos vem portanto de muito longe. Talvez tenhamos podido realizar inteiramente os sonhos de Bolívar.

Mas a história nos tem provado que aqueles

sonhos eram, na verdade, um projeto político, que apenas temporariamente não se realizaram. A visão de um Continente que se integra aos poucos, cuidadosamente, pragmaticamente, pelo Mercosul, pelo Pacto Andino, pelo CARICOM, pelo Grupo dos Três, pelo Mercado Comum Centro - Americano, é a visão daquele “sonho” que se faz realidade.

Eu gosto de pensar que a minha visita à Venezuela faz parte da realização daquele sonho, daquele projeto de Bolívar. É essa visão que tenho das nossas relações.

Elas têm uma dimensão múltipla. Primeiro, porque elas dizem respeito ao interesse muito concretos dos nossos povos, e muito especialmente das nossas populações amazônicas. Aproximidade física e a vizinhança criam interesses conjuntos e geram iniciativas e projetos. No caso das relações com a Venezuela, quando falamos em melhorar a interconexão viária e promover a integração energética, esses projetos têm um impacto direto sobre as populações e os agentes econômicos; realizados, eles gerarão atividades econômicas, comércio, empregos. Isso é o que importa.

Nossas relações têm igualmente uma dimensão regional e internacional importante, porque que é preciso que os países da América do Sul se voltem mais uns para os outros. Ao buscarem intensificar as suas relações, o Brasil e a Venezuela

dão também impulso decisivo às relações intra-regionais. E nós sabemos como é necessário que a América do Sul eleve e seu perfil internacional. O comércio intra-regional fortalece os países e os torna mais competitivos, mais aptos a enfrentar os desafios da economia globalizada.

Há poucos anos, os passos para que a integração econômica na região se concretizasse eram tímidos e incertos. Hoje são firmes e decididos e nossos povos cobram de seus líderes resultados nesse sentido.

Senhor Presidente,

Este é o terceiro encontro de Chefes de Estado do Brasil e da Venezuela em um período de um ano e meio. Isso traduz um compromisso político e um programa de trabalho.

Nossas Chancelarias e a comissão Binacional de Alto Nível trabalham em ritmo acelerado, para ampliar a moldura institucional necessária para a intensificação da cooperação bilateral.

Os acordos que resultam desta visita são eloqüentes a respeito desse esforço e do seu caráter pragmático. Não queremos tratados ou acordos solenes que não saiam do papel. Temos pressa, queremos ver resultados. É o que nós esperamos dos acordos concluídos nas áreas de promoção e

proteção de investimentos; cooperação fronteiriça em matéria de comércio e transporte rodoviário de passagens e de carga; de ciência e tecnologia e de telecomunicações; e também do Protocolo de Interação entre a Petrobrás e a Petróleos de Venezuela.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência é um estadista das Américas, que voltou à Presidência da Venezuela trazendo a voz da experiência e a ação do administrador e do político competente e sensível.

Seu compromisso com o contínuo aperfeiçoamento das relações entre os nossos países é a melhor garantia que nós podemos ter sobre as perspectivas deste projeto em que estamos tão intensamente empenhados.

É com esse espírito que eu convido todos os presentes a comigo brindarem pela grandeza e liberdade da pátria venezuelana, pelo aniversário da sua independência que celebramos juntos amanhã, pela prosperidade do seu povo, pela parceria intensa que estamos consolidando entre o Brasil e a Venezuela e pela saúde e ventura pessoais de Vossa Excelência Senhor Presidente, e da Senhora Caldera.

Muito Obrigado.

Sessão Solene do Congresso Venezuelano

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na sessão solene do Congresso Venezuelano. Caracas, 4 de julho de 1995

Senhores Membros do Congresso,
É para mim motivo de grande satisfação poder dirigir-me ao parlamento venezuelano.

Esta é a casa do Povo, e de um povo de valor.

Nos anos 60 e 70, quando nossa região vivia tempos de arbítrio e repressão, a Nação venezuelana soube manter a plenitude das instituições democráticas. Foi capaz de servir de exemplo e de manter as esperanças num continente mergulhado no autoritarismo.

Aqui homenageio, em nome de todos os brasileiros, os homens públicos e os cidadãos venezuelanos, responsáveis pelo fato de a Venezuela ter sempre sido uma pátria para tantos sul-americanos obrigados a deixar seus países.

A América do Sul retomou sua vocação democrática e pacífica. Está também reencontrando o caminho do crescimento econômico.

Chegamos, em nossa região, à compreensão de que as transformações econômicas caminham juntas. São inseparáveis.

Nenhum plano econômico, nenhum projeto de desenvolvimento terá êxito se não tiver a participação de todos os segmentos da sociedade e, mais do que isso, atender à suas reivindicações num contexto de liberdade.

Ampliou-se nos últimos anos o consenso de que o desenvolvimento vai além do simples crescimento e do progresso material. Tornou-se mais complexo. Há questões éticas e sociais que passaram

a ser prioritárias e que exigem encaminhamento no marco de um regime democrático.

A qualidade e as condições de vida estão no centro das preocupações de nossos povos. E conseqüentemente devem ser preocupação máxima na agenda dos governantes, e para realizá-las vamos trabalhar juntos, brasileiros e venezuelanos.

Senhores Congressistas,

Minha visita à Venezuela se dá no momento em que o Brasil se renova. Renova-se na estabilidade e no crescimento econômico.

Em primeiro de julho, completamos o primeiro ano do Plano Real. O Brasil mudou neste último ano. O Real é o símbolo maior desta mudança.

Desde o início, o Plano Real sempre procurou ser a resposta a um desejo do país e da população pela estabilidade econômica. E nisso ele tem tido êxito por dois motivos: credibilidade política e competência técnica.

A credibilidade foi conquistada pelo diálogo, pela transparência. Foi resultado de uma atitude democrática do Governo que correspondia ao amadurecimento político da Nação, firme na atitude de ser ouvida, intolerante com a corrupção.

Mas se o Plano não estivesse embasado em fundamentos técnicos consistentes, o combate contra a inflação teria fracassado.

O Plano Real vem cumprindo seus objetivos e começou a estabilizar a economia brasileira no contexto de crescimento econômico e expansão do emprego.

Mais do que isso: o fim do chamado imposto inflacionário, ou seja, a corrosão diária do poder aquisitivo, transferiu recursos aos mais pobres, com reflexos no aumento de consumo de gêneros alimentícios e de outros bens populares. A estabilidade dos preços tem sido também um elemento de desconcentração de renda.

O Real tem como um de seus componentes a maior integração do Brasil à economia mundial. Deixamos para trás o mito da possibilidade do desenvolvimento autárquico.

O Plano Real também contribuiu para restaurar, aos olhos da população, a autoridade do Executivo e do Legislativo, antes corroídas no turbilhão da espiral inflacionária. Não é uma vitória desta ou daquela força política, mas da Nação.

Estamos conscientes de que, para dar base permanentes ao crescimento dentro da estabilidade, são necessárias importantes reformas no Brasil, entre elas, emendas constitucionais que buscam eliminar restrições ao capital estrangeiro, reservas de mercado, bem como flexibilizar o monopólio da União no setor do petróleo e das telecomunicações.

O Congresso brasileiro vem examinando nossas propostas com responsabilidade, sentido patriótico e com entendimento de que as transformações são uma exigência da sociedade, que quer participar da construção de um Brasil justo e moderno.

Até o final do ano, estarei submetendo ao Congresso propostas de reforma nas áreas tributária, previdenciária e modernização do Estado.

Outro aspecto importante das ações do meu Governo é a aceleração das privatizações rápida implementação da lei de concessões dos serviços públicos. Trata-se, em ambos os casos, de campos em que se abrem perspectivas promissoras de atração de investimento privados.

Estamos seguros de que haverá, na Venezuela, investidores potenciais que serão bem-vindos no Brasil e contarão com a proteção adicional de um acordo específico firmado pelos dois Governos.

Senhores Congressistas,

Vivemos tempos de globalização da economia. As dimensões nacional e internacional do desenvolvimento estão cada vez mais vinculadas.

Para países como os nossos, a inserção na economia mundial deve ser examinada pela ótica das possibilidades que abre às perspectivas do desenvolvimento nacional.

Não se trata de uma opção de política externa no sentido tradicional do termo, mas de questão mais ampla, que parte da compreensão de que os projetos nacionais são crescentemente influenciados pelo cenário externo.

Por sua vez, nossas opções internas irão repercutir sobre aquilo que o sistema internacional poderá nos oferecer em termos de investimentos, tecnologia, parcerias comerciais.

A política externa do Brasil harmoniza-se com suas prioridades internas. É mais um instrumento a serviço da estabilização da economia e da retomada do crescimento econômico.

Não estamos, com isso nos afastando dos princípios basilares que sempre guiaram nossa conduta internacional em mais de cento e vinte anos de paz ininterrupta com nossos dez vizinhos, bem como nossa ativa participação nos foros internacionais.

A política externa de um país como o Brasil não pode ser uma construção teórica principista, desvinculada das necessidades reais da imensa maioria de nossa população.

Se ouvirmos o povo - e o Congresso tem papel insubstituível da vontade popular -, ele nos dará as diretrizes certas para balizar a ação internacional do Executivo

O povo quer a soberania defendida, e o país respeitado além das suas fronteiras.

Ele quer que tragam benefícios concretos.

Ele quer oportunidades.

Quer apoio e cooperação internacional para nos auxiliar na solução de problemas na área de direitos humanos, proteção ambiental e

desenvolvimento sustentável, sempre o ânimo de somar, de contribuir.

As grandes linhas da nossa política externa atual procuram responder a esses anseios.

As Américas vivem atualmente sob o impulso da integração. A integração só se torna possível porque nossos países se democratizaram, substituindo o sentimento da rivalidade pelo espírito da cooperação, e porque nossas economias se abriram ao exterior e estão crescendo.

Qualquer país em nossa região que não estiver afinado com esta nova realidade estará fadado à marginalização.

Para nós, brasileiros, a integração regional avançou como o MERCOSUL e, hoje, já se projeta para os demais países da América do Sul e, a partir daí, para o Hemisfério.

Com o MERCOSUL, prioridade máxima da atuação externa brasileira, estamos criando uma verdadeira cultura de integração.

Se a etapa mais adiantada da integração política não consta do Tratado de Assunção, o fato é que os contatos cada vez mais intensos entre os Presidentes, Ministros e da própria população dos quatro países representam, na prática, a cristalização de um processo que não é exclusivamente econômico.

Isto é o que, no futuro, imaginamos como realidade nas Américas.

O MERCOSUL começa a identificar novos parceiros na América do Sul, onde estamos negociando formas de aproximação com a Venezuela, o Chile e a Bolívia, além do conjunto inteiro do Pacto Andino.

Entre essas áreas, com sentido de prioridade dada pela vizinhança e pela intensidade da agenda, a aproximação com a Venezuela é natural.

No passado não muito distante, pensava-se que a floresta amazônica seria barreira que separava nossos povos, dificultando os contatos fronteiriços, impedia a integração, justificava a indiferença.

Hoje sabemos que a floresta não é uma barreira. Ao contrário, ela é o cenário para novas

formas de integração, que aliam a cooperação entre povos dos dois lados da fronteira ao conceito de desenvolvimento ecologicamente sustentável.

O Brasil e a Venezuela deram um verdadeiro salto qualitativo em suas relações.

No encontro de La Guzmania, realizado no ano passado, o Presidente Itamar Franco, meu ilustre antecessor, e o Presidente Rafael Caldera, estadista que é amigo sincero do Brasil, souberam intensificar as potencialidades bilaterais em termos de cooperação e integração.

Souberam também ver a importância de buscar deliberadamente ampliar a nossa agenda positiva, de forma a isolar e encaminhar problemas, Quanto maior o patrimônio de cooperação que dois Estados guardam em suas relações, mais fácil se torna lidar com problemas eventuais e enfrentar desafios comuns.

Desde então, num curto espaço de tempo, os avanços foram numerosos e promissores.

A Comissão Binacional de Alto Nível já se reuniu quatro vezes e está implementando diversas iniciativas nas áreas de meio ambiente, comércio, energia, transportes e desenvolvimento fronteiriço.

Os acordos que serão assinados hoje são fruto do importante trabalho desenvolvido pela Comissão Binacional de Alto Nível.

Um marco expressivo do relacionamento bilateral é a assinatura, pela PETROBRAS e pela Petroleos de Venezuela, do Protocolo de Intenções que visa ao desenvolvimento de projetos conjuntos e ao reforço da projeção externa das duas empresas.

Todas essas ações exigem que a integração física entre nossos países seja também uma realidade.

Foi por esse motivo que determinei fosse dada prioridade às obras de pavimentação da rodovia BR-174, a fim de criar um corredor ligando Manaus a Boa Vista diretamente a Porto Ordaz e Caracas, viabilizando, assim, a integração das regiões Norte do Brasil e Sul da Venezuela. A energia é outra possibilidade de aproximação.

Tenho o prazer de estar acompanhado, nesta

visita, dos Governadores de dois Estados do Norte do Brasil: Amazonino Mendes, da Amazônia, e Neudo Campos, de Roraima, além de ilustres parlamentares da região, que conhecem os nossos problemas comuns e têm trabalhado junto com as autoridades do Executivo para encaminhá-los com o apoio da população.

Para que o processo de integração regional entre nossos países se desenvolva de maneira ordenada, é preciso que se criem melhores condições de atuação para as autoridades brasileiras e venezuelanas na faixa fronteiria. Nesse sentido, é com satisfação que quero anunciar a realização, no último trimestre deste ano, de campanha conjunta brasileiro-venezuelana para demarcação de limites e levantamento cartográfico na área fronteiriça.

Lembro, com propósito, que a implementação do Brasil no projeto SIVAM, no qual a Venezuela está convidada a tomar parte, significará um aumento importante na capacidade de atuação do Estado em toda a região amazônica.

Senhores Congressistas,

Temos em comum o fato de sermos sociedades multirraciais, que se abriram a correntes migratórias mais recentes, inclusive oriundas da própria América Latina.

Mais importante: como países comprometidos com a democracia, com o desenvolvimento e com a liberdade econômica, estamos em sintonia com as tendências dominantes na História contemporânea, e podemos com tranquilidade engajar-nos no processo de integração econômica e de entendimento político na América do Sul e em todo Hemisfério.

Os brasileiros, como os venezuelanos, reconhecem na figura de Bolívar o estadista e o pensador da América, o homem de ação que não deixou de buscar incessantemente para o nosso Continente um sentido de identidade e um lugar entre os povos do mundo.

“Nós somos um pequeno gênero humano”,

dizia ele do povo latino-americano, com o orgulho de quem antevê, na riqueza étnica, cultural e histórica da América, a base para um futuro de grandeza com justiça e igualdade.

Esse é o sentido desta minha visita, que simbolicamente coincide com a data nacional da Venezuela.

Esse é o sentido do projeto que estamos desenvolvendo. Venho à Venezuela para reafirmar um compromisso que nossos dois Governos assumiram, no mais alto nível, há cerca de um ano e meio, em La Guzmania: fazer das relações entre estes dois vizinhos amazônicos uma parceria completa e operacional, firmemente ancorada no presente e com os olhos postos no futuro.

É um compromisso que tem pelo menos três dimensões: fazer com que a dinamização das nossas relações traga para nossos povos, especialmente para as populações amazônicas, novas oportunidades em termos de comércio, investimentos, infra-estrutura e empregos. Em uma palavra: mais bem estar; aproximar em todos os níveis dos países vizinhos que partilham vários traços em comum; projetar ainda mais a América Latina no mundo.

Minha vida política começou no Parlamento e, por isto, sinto-me à vontade entre colegas congressistas. Não preciso, nesta Casa, sublinhar minha vocação democrática. A democracia sempre foi minha luta maior.

Nos temas que abordei, a estabilização e o crescimento da economia brasileira, a aproximação com a Venezuela, a renovação da política externa, em todos eles, a democracia foi uma transferência necessária.

De fato, esta é nossa maior conquista, irreversível, modeladora de nosso futuro.

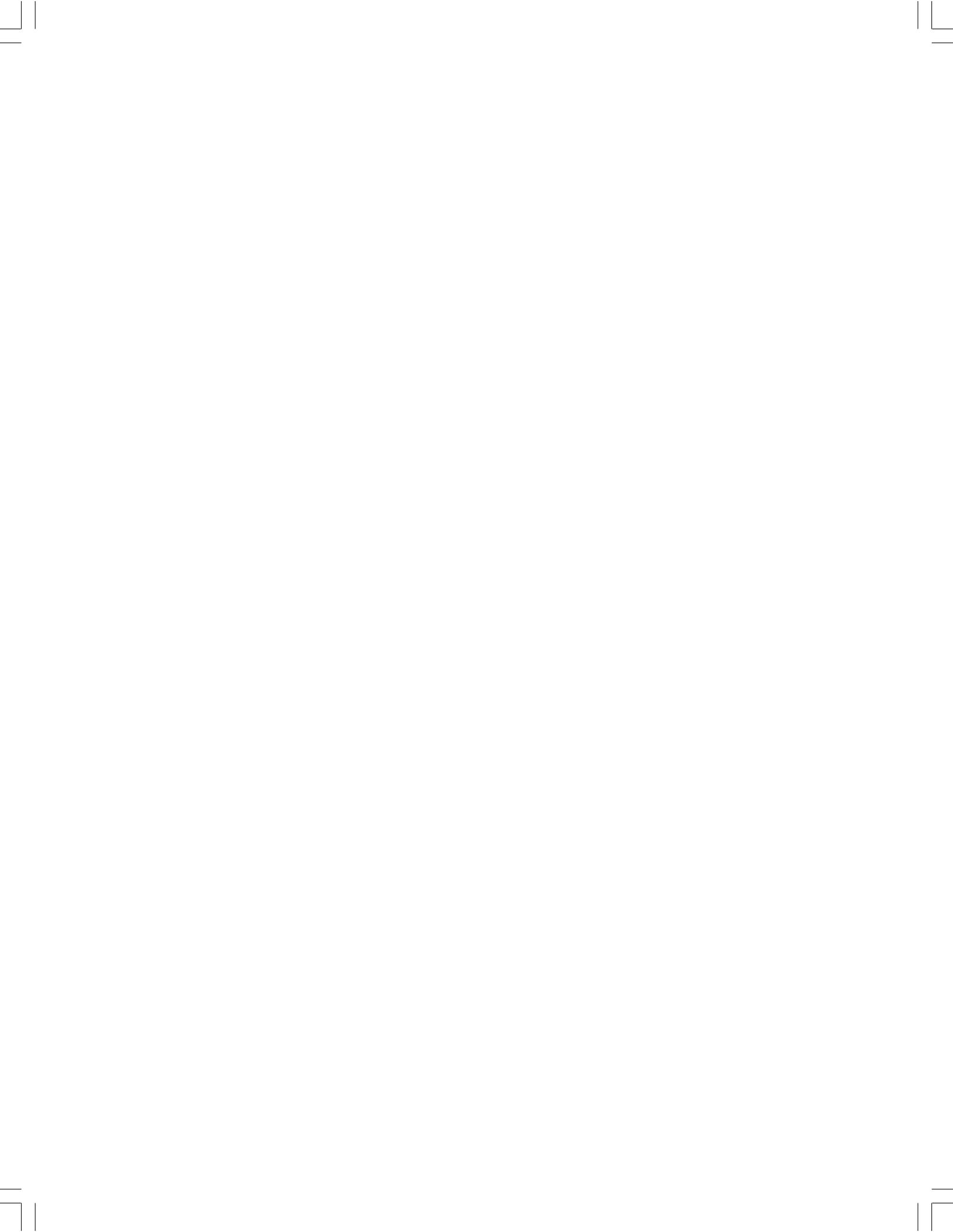
Vivemos em sociedades que se tornaram democráticas não apenas pelas instituições, mas porque os povos aprenderam a fazer valer seus direitos.

Encontro, na Venezuela e nos países irmãos do continente, sociedades vivas, renovadas,

vibrantes, sabendo o que querem, tomando em mão o seu destino. Realizamos o sonho democrático, que permitirá todos os outros, o da prosperidade, o da justiça, o da integração.

Estamos juntos e nosso destino comum será tecido de vitórias comuns.

Muito obrigado.



Aula de solenidade pela Universidade Central da Venezuela

Aula do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na solenidade de outorga do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Central da Venezuela. Caracas, 5 de julho de 1995.

É com emoção e, por que não dizer, com sentimento de orgulho - e ao mesmo tempo de humildade - que recebo o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade Central da Venezuela.

Em sua apresentação, o Professor Heinz Sonntag insistiu em que este ato de outorga a mim do título de Doutor *Honoris Causa* tinha uma motivação acadêmica e não política, pelo fato de um Sociólogo ser hoje o Presidente da República Federativa do Brasil. É assim, fazendo prevalecer o sentido e os valores mais puros da vida acadêmica, que uma instituição de ensino se afirma e se mantém.

Quero dizer-lhes que se fizemos algo em termos da busca universal na América Latina, nas últimas décadas, foi porque fomos capazes de construir aquilo que é básico na vida universitária: o espírito de comunidade, de “estar juntos”, apesar da distância.

Foi uma característica do nosso Continente, e não só do nosso, o fato de que pensadores de determinado país pudessem influenciar pessoas de outros países. É certo também, e aqui me refiro ao Brasil, que alguns dos significativos cientistas sociais, ou proto-cientistas sociais, tentaram partir de uma visão um pouco mais ampla do que a meramente nacional. Joaquim Nabuco foi um desses grandes políticos e intelectuais brasileiros; Andrés Bello é um nome com ressonância no Chile; Facundo tem uma

obra que marcou gerações. E como esses que mencionei, há muitos outros.

Mas agora trata-se de algo distinto: o diálogo que vimos travando nos últimos quarenta anos tem sido permanente e vivo entre pessoas que, muitas vezes, nem se conheciam diretamente. Mas também havia muitos que se conheciam, que buscavam na relação direta a motivação para seguir adiante em suas elaborações intelectuais. Isso é algo que se deve destacar: que há um pensamento original nas Ciências-Sociais latino-americanas, e que esse pensamento cresceu num âmbito maior que o de uma única Universidade, de um único país, e que se manteve o espírito de comunidade, apesar da distância.

Foram décadas de convivência à distância, muitas vezes, dezenas, talvez centenas de pessoas que, em conjunto, elaboramos uma visão, ou talvez muitas visões, mas sempre em torno do mesmo tema: o que significa “ser” americano; o que significa o desenvolvimento, a dependência, o autoritarismo, a possibilidade de ultrapassar as dificuldades, as novas dimensões do desenvolvimento. Sem dúvida, o diálogo não esteve confinado às Universidades do nosso Continente. Sempre tivemos pontos de referência na Europa e nos Estados Unidos. Sempre rendemos homenagens aos grandes precursores, aos grandes fundadores das Ciências Sociais. Weber, por exemplo, sempre foi um ponto de referência: assim

como Marx, Tocqueville, e tantos outros. Do mesmo modo, não podemos nos esquecer de todos aqueles que pensaram outras realidades na América do Norte, na Alemanha, em outros países: Habermas, para citar alguém mais atual, Talcott Parsons, Merton, tantos outros anglo-saxões das Ciências Sociais.

Tomamos esses nomes como referência, mas jamais nos deixamos absorver por um espírito de imitação. Heinz Sonntag mencionou o título de um trabalho que escrevi há muitos anos, quando era professor da Cátedra Simón Bolívar, na Universidade de Cambridge, intitulado “*A originalidade da cópia*”. Nesse artigo eu afirmava que em muitas de nossas reflexões, inclusive a teoria centro-periferia, que foi o eixo central do pensamento dos anos 50, se percebiam pontos de contato com aquilo que já tinha sido dito por outros. Mas a “cópia” era original: acrescentava, não apenas interpretava. Não repetia, mas acrescentava e, ao acrescentar, transformava.

Quero voltar ao tema que esbocei em palestras recentes na CEPAL e no Centro de Estudos Estratégicos Internacionais de Washington, o da avaliação, em perspectiva histórica, do pensamento latino-americano sobre a economia e a sociedade nos últimos quarenta anos. Não pretendo fazer um exercício nostálgico mas buscar no “capital de conhecimentos” que acumulamos, como intelectuais, elementos para enfrentar os desafios contemporâneos do nosso continente. Não são pequenos. Estimula-se o fato de encontrar muitos dos meus “amigos acadêmicos” não mais nos bancos e nas cátedras das universidades mas em postos de governo ou no parlamento. Talvez possamos examinar, com olhos diferentes, o que pensamos e, daí, tirar lições para o presente.

De uma forma esquemática, penso que, nos últimos anos, o pensamento latino-americano teve três fases bem marcadas:

1. Elaboração e afirmação(anos 50 e 60)
2. Crise e crítica (anos 70 e 80)
3. Renovação (anos 90)

Vou tentar elaborar sobre o tema sem o

compromisso - perdoem-me os colegas - da precisão acadêmica. São referências preliminares, tomadas mais de memória de quem viveu os problemas e dilemas da reflexão sociológica em nossas universidades e centros de estudo do que uma volta meditada, com o aparato necessário da distância e da crítica, ao pensamento latino americano.

1. Os anos de elaboração e afirmação (50 e 60)

Minha primeira observação é a de que devemos nos orgulhar da produção em ciências sociais na América Latina dos anos cinquenta. Explicarei porque. Para isto, não vou recordar os seus conteúdos principais, bem conhecidos, a origem na CEPAL, no vigor do pensamento de Prebisch e Echavarría, a teoria centro-periferia, as idéias sobre integração e tantos outros. Posso referir-me também a um brasileiro, Celso Furtado, a um chileno que teve enorme influência aqui na Venezuela, Jorge Almada. Mas não tenciono alongar-me com listas de nomes de nossos mestres. Pretendo, sim, sublinhar outros aspectos, também conhecidos mas que nos dias de hoje, aparecem com mais clareza e mais força, como verdadeiras lições permanentes.

Em primeiro lugar, o *cuidado científico*. E, foi justamente o respeito às bases científicas que deu vigor e credibilidade à reflexão sociológica e econômica. Talvez tenhamos sido a primeira geração de “cientistas sociais”, na expressão forte do termo” na América Latina. Não quero desmerecer nem esquecer a reflexão anterior, que alcançou momentos notáveis. Tivemos antecessores eminentes. Ainda no século XIX, para ficar no Brasil, lembro sensivelmente de um Joaquim Nabuco para a sociologia do Império; depois, já plenamente “cientistas” Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Caio Prado. Haveria outros exemplos, espalhados na América Latina. É impossível entender o século XIX argentino sem o apoio de Facundo; a dinâmica de classes peruanas, sem Mariátegui, etc. Porém, o que conseguimos foi formar uma escola de pensamento. Elaborar “juntos”, com referências permanentes ao

que se produzia, aproveitando e incorporando pesquisas e conhecimento. Neste sentido, a referência teórica, de Ricardo, Tocqueville, Marx, Weber, Schumpeter, dos fundadores, foi essencial. Voltamos às origens para dar consistência, e sobretudo, originalidade à nossa reflexão.

Exatamente por isto, pudemos construir um *pensamento crítico*, indo além do impressionismo sociológico, indo além de versões estereotipadas da realidade. Compreendemos que não era suficiente transportar as visões e interpretações de realidades outras, européias sobretudo, para a vida latino-americana. O respeito às *teorias fundadoras*, que traziam os quadros metodológicos necessários, permitiram que a sua transposição para o nosso mundo não se fizesse de forma automática e simplista. A revisão que Prebisch faz da teoria das vantagens comparativas, entendo que era fundamental distinguir econômica e sociologicamente os países que, de forma diferenciada, se inseriam no mundo do comércio internacional é talvez um dos exemplos mais brilhantes e acabados desse processo. A teoria nos afastou da realidade, mas nos introduziu a seus aspectos mais problemáticos. Não forçamos portas de interpretação, antes enriquecemos as interpretações com uma visão aberta do que era a América Latina. Se partimos da dinâmica aberta do que era a América Latina. Se partimos da dinâmica de classes no capitalismo central, não deixamos de entender que, em nosso espaço social, havia diferenças, dadas, p.e., pela forma de relação entre as classes dominantes e o Estado, que exigiam meditação específica.

Um terceiro aspecto é o fato de que, em muitos de nossos trabalhos, soubemos mostrar a *interpenetração do pensamento econômico com as questões sociais*. Evitamos - e nisto, a teoria da dependência teve algum mérito - reduzir a explicação das questões sociais ao meramente econômico. Aceitamos que, entre a infra-estrutura e super-estrutura, o jogo não estava dado, as soluções deviam ser buscadas cuidadosamente em cada formação

social, em cada quadro nacional. Os exercícios comparativos foram ricos.

Um outro tema central foi a *incorporação do internacional*, iniciada por Prebisch, e que ganhou várias adições analíticas importantes. Sabíamos que o internacional modelava a nossa realidade, afetava diretamente a nossa vida econômica e social, e o importante era entender como a teoria clássica do imperialismo sempre pareceu insuficiente para compreender a variedade que tentamos, ora sublinhando a diversidade das formas de constrangimentos econômicos, ora apontando para as implicações sociais e políticas de modelos diversos de inserção no capitalismo, se não superaram os supostos leninistas, certamente mostraram que, na análise concreta, outros elementos e variáveis, além dos mecanismos de exploração, deveriam ser levados em conta.

Finalmente, sublinharia que a soma desses aspectos deu ao pensamento latino-americano inúmeras possibilidades no encontro com a realidade. Em primeiro lugar, houve, especialmente na CEPAL, a preocupação em que o *pensamento servisse ao desenvolvimento*, à modernização dos países latino-americanos. A inovação na teoria se justificaria na medida em que reunisse condições para moldar a realidade das práticas sociais. A multiplicação de políticas de Governo, inspiradas no pensamento desenvolvimentista, especialmente a de substituição de importações, é dado histórico. O pensamento dava corpo, direção e conteúdo modernos a um ator que historicamente tinha sido decisivo na definição dos rumos da vida dos países do continente: o Estado. A teoria justificou ações que promoveram processos de industrialização ao mesmo tempo em que examinava limites e condições desse processo. Em suma, o substrato é a perspectiva de transformação, suas possibilidades e limites.

Paralelamente, as próprias características gerais do pensamento (o do sentido científico, a originalidade, a força crítica, etc.) levam a que se *exprima de forma diversa*. São muitas as suas

vertentes e uma das riquezas do momento é justamente o debate entre elas. Se me permitem um exemplo pessoal, dificilmente a minha versão, com Faletto, da Teoria da Dependência não seria formulada se não tivéssemos, como pano-de-fundo, as visões mais ortodoxamente marxistas da realidade latino-americana e as perspectivas mais nacionalistas, à maneira do ISEB, de nosso continente. Neste sentido, insisto, constituíamos, na diversidade, uma escola de pensamento, em que a regra é o debate interno e o respeito crítico às elaborações diferentes. Não nos faltou o direito à utopia. Para uns, a revolução e o socialismo; para outros, o Estado forte, capaz de mudar a própria natureza das relações sociais; para outros, o capitalismo racional. Mas, sempre a idéia de que podíamos ser melhores, mais justos socialmente, do que éramos.

Quando se lê o texto de algum teórico desse período, raramente se verifica uma preocupação com a dimensão social. São poucas as exceções e entre elas mencionaria a principal: Albert Hirshman. Não por casualidade, sempre que posso busco alguma inspiração não só em Weber, mas também em Hirshman, porque ele propõe uma saída para a contradição que Weber mencionava entre a vocação política e a vocação acadêmica. Quando Hirshman vai buscar em Kierkegaard uma citação para dizer que é preciso ter “a paixão pelo impossível”, pode parecer uma citação sem importância, mas na verdade, o que ele está querendo dizer é que a possibilidade, a vontade, na dimensão política, tem que ser uma descoberta com paixão e tem que levar em conta as estruturas, as possibilidades de análise econômica, mas o que foi próprio dos anos 50 e 60 na América Latina, no pensamento de tantas pessoas, foi precisamente que elas não se deixaram levar pelos aspectos puramente econômicos, pelas estruturas, mas se deram conta de que para mudar era preciso ter uma dimensão de vontade.

Essa vontade, nos idos anos 50 a 60 era uma vontade que buscava o chão firme do Estado. Naquela época, não se dava importância ao que se

chama hoje “sociedade civil”. Não se consideravam muito os movimentos sociais, as forças de mudança que não estavam contidas na vontade organizada pelo Estado. Nos anos 50 e 60, salientávamos a força do econômico. Insinuava-se a necessidade de uma dimensão política, mas a dimensão política se resumia praticamente na organização do Estado, no planejamento, na capacidade de antecipar o que poderia ocorrer depois e de se orientar para objetivos concretos. Foi isso, nessa fase de elaboração e afirmação, o que realmente nos apaixonou.

2. Crise é Crítica (70 e 80)

Os anos 50 e 60 são anos otimistas. Foi forte a criatividade intelectual na América Latina no período. As utopias variavam, o debate era intenso, mas poucos duvidavam de que o futuro seria melhor do que o passado. As duas décadas seguintes trabalham com outro diapasão. O ambiente político é o dos autoritarismos; o ambiente econômico, o da crise do modelo de crescimento. Multiplicam-se frustrações. O socialismo está bloqueado e a esperança da via eleitoral se frustra com a queda de Allende; o Estado, em que se depositam expectativas de direção racional, se torna forte, mas com os contornos e as orientações erradas (na verdade, o autoritarismo disfarça sua franqueza real, viciado que estava pela falta de legitimidade); as perspectivas das vantagens da inserção capitalista encontraram, na crise da dívida, um sinal de que envolvia riscos altos.

Assim, diferentemente do que aconteceu nos anos cinquenta, quando, embora reconhecêssemos as dificuldades de mudar, acreditávamos que as mudanças estariam ao alcance das mãos, e o problema era desvendar que ator social seria o patrão de uma América Latina melhor e encontramos, nos anos 70, situações novas, que adicionavam obstáculos às nossas utopias.

Para ficar em uma caracterização geral, necessariamente simplista, diria que abandonamos as

tentativas de teorias gerais ou, pelo menos, de médio alcance, e fomos obrigados a afiar o pensamento para uma atitude mais crítica no cotidiano - muitos de nós passamos a escrever em jornais, revistas de opinião - e, que busca, sobretudo, deslindar os mecanismos internos de um Estado (que revela potenciais insuspeitados em sua capacidade de tolher a crítica) e de uma economia que parecia obedecer a soluções de uma lógica perversa. O desenvolvimento ocorre mas com custos sociais altíssimos. A associação entre pensamento e política se dissolvia diante de uma realidade em que a marginalização de setores crescia, as questões de justiça social eram adiadas. Pode-se dizer que nos anos 70 e 80 os intelectuais redescobrem a democracia. É a redescoberta da força da imprensa, da igreja, dos sindicatos.

Qual a perspectiva de tratamento desses temas?

A perspectiva é a da compreensão da importância fundamental da democracia para o desenvolvimento de nossas sociedades. Não que a questão tivesse sido esquecida no período anterior, mas, na verdade, estávamos interessados mais na dinâmica das classes do que na das instituições, como se define a organização social “ideal”, decorria, por gravidade, a melhor solução institucional. Os ideais de justiça e igualdade prevaleciam sobre os da liberdade. A supressão da democracia nos apontava, com clareza, a necessidade de olhar para o universo das garantias formais dos cidadãos, para os direitos humanos, para as liberdades. Outro ponto é o dos paradoxos da modernização e o tema da força política dos sindicatos, agora sustentados em indústrias modernas, que ganham novos contornos. O capitalismo autoritário não modernizava aspectos do aparelho produtivo, criava bases para a sua superação.

Quais as conseqüências para a reflexão sociológica dessa perspectiva? Já vimos que, em muitas circunstâncias, o pensamento é forçado a abandonar a reflexão sobre a dimensão estrutural e

voltar-se para a conjuntura, reagindo a questões de curto e médio prazos. Porém, não é só isto. Penso que duas linhas temáticas prevalecem.

Em primeiro lugar, era necessário desvendar o interior do Estado e, neste sentido, os problemas institucionais aparecem mais claramente. Era fácil perceber a autonomia do Estado, até em exemplos na área da política externa (como um país “dependente” como o Brasil abriu, nos anos 70, várias frentes de conflito com o EUA, tanto na área comercial quanto na estratégica e política?). O difícil era conhecer os seus limites e dinâmica. Nesse sentido, o conhecimento “interno” dos Estados, das alianças que constitui, de como se influenciam as suas decisões, dos setores sociais com que forma linhas de aliança, o mecanismo dos “anéis burocráticos”, das formas de sustentação do autoritarismo e da democracia (como no caso da Venezuela) são temas correntes. Também será, em uma nova perspectiva, a questão militar. Neste sentido, a contribuição norte americana - afinal, o pensamento latino-americano sempre soube se enriquecer com a contribuição estrangeira, ou seja a teórica seja a que analisou aspectos específicos de nossa realidade - e me lembro de Stepan -, foi decisiva para renovar a temática e a metodologia da pesquisa em ciência política no Brasil. Não é por acaso que a própria diferença entre a sociologia e ciência política fica mais marcada nos anos 70, quando os problemas se tornam mais explicitamente políticos e quando retornam dos EUA muitos pesquisadores; nós, que nos formamos antes, éramos, na maioria, devotos da sociologia européia.

Em suma, o tema da construção democrática abre simultaneamente o campo da reflexão sociológica e da ação política dos intelectuais. Queríamos saber quais eram as origens do autoritarismo, as condições para que se mantivesse e onde seria vulnerável. Queríamos, politicamente, explorar as sua fragilidades. Discutíamos suas raízes culturais e seus apoios de classe. Para alguns, o autoritarismo era mais que um fenômeno político e

parecia o destino necessário de uma América Latina para a qual a História, cooperativista e patrimonial, havia negado a experiência da liberdade.

Em segundo lugar, surgem, mais no campo da economia, preocupações localizadas e estruturais, com os efeitos da política econômica autoritária. Os temas conjunturais não estavam explicitados nos anos 50. No marco de um argumento de corte estrutural, preferíamos analisar modelos de organização econômica em suas interações com modelos sociais e políticos. Agora, trata-se de descer ao concreto, estudar implicações de “policies”, de orientações escolhidas pelos Governos. Para preferir de novo as contribuições de um “brazilianist”, lembro as análises pioneiras de Fishlow sobre padrões de distribuição de renda.

Essas análises, que somam questões parciais, vão desembocar, mais adiante, já no fim dos anos 80, na compreensão do esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações. Penso que a crítica ao modelo se fez por etapas. Inicialmente, como acabo de apontar, levantam-se as deficiências do modelo como indutor de justiça social; em seguida, quando se abre a crise da dívida, fica clara a falta de condições para que se promovesse um processo sustentável de auto-financiamento (e do momento em que se esgota a capacidade de poupança externa e a capacidade fiscal do Estado se enfraquece, não havia simplesmente poupança privada que levasse adiante o crescimento), o peso da máquina estatal, em que se multiplicam atividades empresariais e regulamentadoras, se mostra ineficiente e incapaz de acompanhar as mudanças no mundo e no Brasil; o controle das variáveis macro-econômicas se perde com a inflação, em alguns casos, a hiperinflação dos anos 80; finalmente, percebe-se, sobretudo quando se compara, já no final dos oitenta, com as experiências asiáticas, que o modelo simplesmente enfraquecera a competitividade da economia como um todo.

Faço um parêntese para dizer algo que se

sabe mas que, ultimamente, anda esquecido. O modelo de desenvolvimento pela via da substituição das importações teve inegáveis efeitos positivos, sobretudo na criação de alicerces para o desenvolvimento futuro dos países latino-americanos. O fato de que hoje reconheçamos que se esgotou não deve excluir a compreensão de que desempenhou um papel importante. Sabemos que as exigências para lançar um desenvolvimento moderno, de base industrial, impunham que o Estado assumisse em medida relevante, a função de empresário, suprimindo lacunas que correspondiam ao estágio de desenvolvimento das sociedades latino-americanas daquele momento. As idéias não são absolutas, expressam sempre conteúdos históricos.

Para concluir, existe, já neste período, a diminuição da importância das querelas ideológicas clássicas na sustentação das bases de valor do pensamento sociológico, por uma razão simples: por imposição da luta política, centrada no esforço pela democratização, adversários da véspera se tornaram aliados e é evidente que isto traz conseqüências no plano de reflexão. De uma certa maneira, antecipamos na luta pela democratização efeitos de “desideologização” do pensamento que ficaram claros com a Queda do Muro de Berlim. A preocupação com a conjuntura e a necessidade de focos críticos mais limitados são outros fatores que nos afastam das utopias “maiores” e nos induzem a buscar “possíveis”. Não queríamos mais transformações e, em primeiro lugar, no sistema político, não haveria condições de vida digna para nossos povos. A crítica ao autoritarismo não foi só política. Nunca nos iludimos sobre o fato de que a democracia seria simplesmente um primeiro passo de uma longa caminhada. Sabíamos que o autoritarismo não era simplesmente opção de um grupo, mas estava incrustado historicamente, tinha raízes sociais profundas e talvez, por isto, saímos da experiência autoritária mais conscientes do que era necessário para transformar efetivamente as sociedades latino-americanas.

3. Renovação dos desafios contemporâneos

Faria, agora, um curto balanço do que apresentei, acentuando que, em essência, ao longo destas quatro décadas, a América Latina contribuiu com bases sólidas para “se pensar” e “se pensar” no mundo. Mais especificamente, nos anos 50 e 60, desenhamos a metodologia que nos permitiu compreender as relações estruturais que interpretavam as implicações de determinados modos de inserção no sistema capitalista. Criamos a sensibilidade para a “mudança como rotina” que marca o capitalismo contemporâneo. Nos anos de crise voltamos para as instituições e para a análise crítica da conjuntura. A reflexão completa um primeiro círculo, das bases estruturais desce ao universo das especificidades e das diferenças.

Agora, iniciamos um outro, em que as exigências de compreender relações estruturais novas se somam à necessidade de interpretar realidades políticas novas e, sobretudo, uma sociedade igualmente nova. A agenda é ampla, desafiadora, Mas, acredito que tenhamos o suporte da história de um pensamento rico e, portanto, capaz de entender o que somos e o que podemos ser.

Não serei extenso na descrição da agenda sociológica, neste momento em que, para mim, o desafio é menos o de pensar o Brasil e a América Latina do que o de vencer o duro cotidiano de um governante de um país em desenvolvimento, ainda marcado por inúmeras desigualdades e injustiças. Vou me permitir voltar à minha condição de professor e propor indagações sem me obrigar a responder, como devem fazer os Governantes.

De qualquer maneira, aponto para algumas questões centrais.

a. O que significa desenvolvimento hoje? Sabemos que o conceito se ampliou, que envolve questões ecológicas, de justiça social, de direitos das minorias e, ao mesmo tempo supõe a estabilidade macro-econômica e previsibilidade de regras. O problema é conhecer a relação interna entre os diversos aspectos, de tal forma que o processo de

crescimento seja efetivamente modelado pelos valores que queremos universais e tenha continuidade. O peso da ciência e da tecnologia, dos aspectos intelectuais, é outro dado decisivo e levanta problemas difíceis sobre como “sair do atraso”. Nas origens contemporâneas do pensamento latino-americano, havia claramente uma relação entre as propostas teóricas e as propostas de “policies”, entre reflexão e ação. Hoje, essa relação é mais intrincada mas não pode ser perdida.

b. Como se dá a inserção da América Latina no mundo? Na visão da teoria da dependência, aprendemos que o internacional modelava “por dentro” as sociedades latino-americanas. Hoje, o processo continua embora, com a globalização, os efeitos posam ser muito mais contundentes. Pensávamos, nos anos 60, nos efeitos estruturais da inserção que, hoje, se tornaram mais complexos e aos quais se acrescentou a possibilidade de efeitos conjunturais de extraordinário impacto. É a idéia da “onipresença de fluxos” (estudada por Manuel Castells), não apenas econômicos ou financeiros, mas de ampla abrangência, envolvendo modos de comportamento e movimentos de cultura e informação. O levantamento desses dois processos - estruturas e conjunturas - e suas interconexões devem ser revistos e com muito cuidado, porque o existencial para definir as formas “ideais” de reação das sociedades ao sistema internacional, essencialmente as melhores maneiras de aproveitar a inescapável globalização.

Ainda sobre conseqüências da globalização, gostaria de chamar atenção, em primeiro lugar, para a necessidade de uma reflexão sobre o processo internacional, especialmente sobre algo que, nós cientistas sociais, não atentávamos com a devida importância nos anos 60, os temas de política externa. Víamos a política externa como uma ação reflexa dos modos de inserção no sistema capitalista, de tal modo que não merecia teorização própria. Não por ter sido eu Chanceler, mas o fato é que as opções de

política externa devem ser analisadas em sua dinâmica própria. Há fatores de natureza histórica, estratégica, cultural e tantos outros que afetam diretamente a relação de Estado a Estado e que nos permitem entender opções diplomáticas que se tornam crescentemente relevantes para a análise da modernização de nossas sociedades.

Outro tema que não fazia parte do nosso repertório tradicional - simplesmente não estava na agenda - é o narcotráfico, da narcoeconomia. É evidente um fenômeno global e de extrema gravidade. Mas, ainda estamos longe não só de conhecê-lo em suas manifestações e em sua dinâmica (mesmo o seu alcance é ainda ignorado) como não sabemos o que significa socialmente. É uma doença social? A que se relaciona? À transformação de valores, à exacerbação individualista, à fuga? É uma questão central para que compreendamos não somente o lado criminal do problema, mas o seu verdadeiro significado social. No fundo, é um dado indispensável para conhecer as sociedades modernas.

c. Como governar democracias? Nossos países se renovaram, deixaram de ser sociedades simples, em que era possível reduzir as explicações de sua dinâmica a um jogo de poucas classes. Aliás, repensar o problema das classes na América Latina, marcando as diferenças entre as sociedades nacionais é o primeiro passo. A globalização, como aliás já mostrava a dependência em um sistema capitalista mais simples, traz implicações dialéticas, uniformiza e diferencia simultaneamente. De outro lado, o peso dos interesses singulares, expresso pelas ONG's, e o papel crescente do "mass media" e de outros meios de comunicações eletrônicos alteram o metabolismo social, questionam as formas clássicas de representação, a democracia se torna mais "viva", multiplicam-se as exigências de resposta dos Governos. Qual é a teoria para países, ainda fortemente desiguais, mas que são marcadas por comportamentos típicos das democracias de massas? Qual o significado de esquerda e direita no mundo

de hoje?

Poderia adiante nas minhas indagações. Mencionar, por exemplo, algumas questões internacionais, entre as quais avulta a da integração, que significa a retomada da América Latina como um espaço de cooperação, de forma não-retórica, efetiva e inovadora. Que rumos tomar daqui para a frente? Como completar o trabalho de integração, como irão viver MERCOSUL e NAFTA? Como superar as antigas dicotomias, como a que opunha inflação à recessão, mercado interno a externo, Estado a setor privado, crescimento a distribuição de renda? Como alcançar estabilidade e transformá-la em base para o crescimento sustentável? Como evitar o modelo concentrador de renda e realizar políticas públicas compensatórias? É fundamental uma reflexão sociológica sobre o aparelho judiciário, outro tema esquecido pela ciência social e tão decisivo para o cotidiano dos cidadãos.

Mas, ficarei por aqui. Todas as indagações que fiz apontam para a necessidade de refletir sobre processos de mudança. Nisto, o pensamento latino-americano não se altera desde os primeiros dias de seu lançamento por Prebisch. Como pensadores, quisemos "aprender" a mudar uma realidade que víamos como injustiça. Agora, trataremos de fazer a mudança, orientados pelas utopias possíveis.

Gostaria de estender-me mais nessas digressões "semi-acadêmicas", mas infelizmente, não há tempo para isto, pois outros deveres nesta visita de Estado à Venezuela me aguardam. Queria reiterar meus agradecimentos à UCV que me outorgou o título de Doutor *Honoris Causa*. Registro, também, o meu agradecimento pessoal a Heinz Sonntag, que é um homem do mundo, um intelectual que chegou ao ponto máximo da liberdade: escolheu sua Pátria. Ao homem que durante todo esse tempo, tendo chegado de fora, em 1968, vindo da Alemanha, Sonntag escreveu sobre tudo o que mencionei aqui, sobre tudo isso há trabalhos de Heinz Sonntag. Nem sempre estivemos de acordo, mas fomos capazes de discutir, de "brigar" intelectualmente. Guardamos sempre,

porém, o que é fundamental na vida acadêmica: a orientação permanente em direção aos valores universais, o sentido de que sem a crítica intelectual séria, sem a crença em certos pontos de referência não se adquire conhecimento e uma permanente

disposição para a participação.

Esta Universidade ajudou a Venezuela a mudar. Heinz Sonntag ajudou-nos a mudar e eu faço o que posso para mudar um pouco que seja o Brasil.

Muito obrigado.



Brasil-Forças de Paz das Nações Unidas

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da condecoração de oficiais brasileiros integrantes do corpo de observadores militares da ONU na antiga Iugoslávia. Brasília, 6 de julho de 1995

Hoje estamos homenageando militares que honraram o nome da Nação brasileira no exterior. E é com grande satisfação que o faço, tanto que decidi condecorá-los pessoalmente.

São eles:

-o Tenente-Coronel-Aviador César Bombonato;

-o Capitão-de-Artilharia Estevam Cals Theóphilo Gaspar de Oliveira;

- e o Capitão-de-Artilharia João Batista Bezerra Leonel Filho, que se encontra no exterior no exercício de suas funções.

O Brasil acompanhou, com emoção e expectativa, a situação de tensão e perigo vivida pelos Oficiais brasileiros no cumprimento de sua missão de observadores militares das Nações Unidas na antiga Iugoslávia.

Os riscos pessoais a que foram expostos, em diferentes momentos do longo conflito interno naquela região, nos fazem lembrar que a participação em operação de paz não é uma tarefa fácil e requer responsabilidade e sacrifício.

Essa participação, que envolve muitas vezes gestos de heroísmo anônimo e provocações pessoais, se faz em nome de um ideal maior de toda a humanidade: a paz e a esperança de um mundo melhor e mais justo.

O Brasil, ao enviar seus Pracinhas para as

frentes de combate da Segunda Guerra Mundial, sabia que alguns tomariam para que a democracia pudesse derrotar o nazi-fascismo. Não é diferente a motivação que hoje leva o Brasil a assumir responsabilidades maiores em defesa dos mesmos ideais de luta pela paz e pela democracia.

Cabe aqui uma palavra de elogio ao papel desempenhado pelos militares no Brasil de hoje. Os oficiais condecorados com a Ordem de Barão do Rio Branco simbolizam o patriotismo, o preparo profissional, a fibra pessoal e o sentido de dever das Forças Armadas brasileiras.

Rio Branco, cujo sesquicentenário de nascimento comemoramos neste ano, é o patrono da diplomacia brasileira e o maior responsável pela situação de paz que o Brasil vive há décadas com seus vizinhos. Foi um agente da pacificação. Os oficiais homenageados estão recebendo a Ordem de Rio Branco em reconhecimento por uma missão em que, voluntários, também ajudaram a levar a paz a outros países.

As Forças Armadas brasileiras tem ampliado suas funções, em harmonia com o sentimento atual do povo brasileiro. Muito além das atribuições que lhes são determinadas pela Constituição, as Forças Armadas têm desempenhado papel cívico e humanitário não somente no território nacional, nas longínquas regiões de fronteira, mas também no

exterior. A participação crescente das Forças Armadas brasileiras em operações de paz da ONU é uma das facetas mais importantes da modernização de sua atuação.

Senhoras e Senhores,

Nossa presença em missões de paz fortaleceu pela qualidade demonstrada pelas tropas e pelos contingentes policiais e civis de nosso país. E também pela confiança despertada pelo nome do Brasil, visto no exterior com natural simpatia, como me testemunharam vários Oficiais brasileiros, e com o profundo respeito que inspira nossa tradição pacífica, nossa isenção e imparcialidade no cenário internacional.

Pois nossa participação é desinteressada e motivada por ideais nobres. E nossa sociedade multirracial, democrática e avessa ao preconceito nos traz aos olhos de outros povos.

Vamos intensificar essa presença nas operações internacionais de paz. Em breve,

estaremos também em Angola, país irmão, que sofre os efeitos trágicos de uma longa guerra civil, com um contingente de cerca de 1.100 homens que integrarão a UNAVEM III.

Esta é uma realidade a que os brasileiros se vêm acostumando e uma exigência, como disse, das relações internacionais contemporâneas.

Mas é também uma exigência do interesse nacional brasileiro, porque devemos, queremos e podemos participar mais intensamente do processo decisório internacional, que trará benefícios concretos ao país.

Senhores Oficiais,

Ao entregar-lhes o diploma e apor-lhes as insígnias da Ordem de Rio Branco, quero, em nome do povo brasileiro, agradecer-lhes mais uma vez e desejar-lhes muitas felicidades, ao lado de suas famílias, e continuado êxito em sua carreira militar. O Brasil inteiro orgulha-se de sua coragem e heroísmo.

Muito obrigado.

Câmara de Comércio Brasil-Reino Unido

Apresentação do Ex-Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Câmara de Comércio Brasil-Reino Unido. Londres, 07 de julho de 1995

Permitam-me, inicialmente, expressar minha profunda satisfação por estar aqui falando a esta seleta platéia.

As oportunidades para um intercâmbio direto de idéias sobre o Brasil e suas relações econômicas com o Reino Unido são de fato raras e as que se apresentam ganham um significado adicional e precisam ser exploradas. Este nosso encontro é, assim, muito bem vindo, ainda mais por acontecer cercado por um conjunto particularmente favorável de circunstâncias.

A mensagem que trago aos senhores é de que o Brasil – um país em desenvolvimento politicamente estável, com instituições democráticas sólidas – está iniciando um “ciclo virtuoso” de crescimento sustentável, no qual todas as condições estão sendo somadas em prol de um salto qualitativo no processo de desenvolvimento nacional. É também uma mensagem de serenidade, uma mensagem de determinação e, sobretudo, uma mensagem de confiança:

uma serenidade que advém do conhecimento de que o programa de estabilização econômica implementado pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem o apoio de uma grande parcela da população brasileira e é o resultado de um debate democrático permanente e maduro;

uma determinação nascida de uma sagaz percepção no que se refere às possibilidades e limitações do Brasil, de seu lugar em um mundo que

emergiu do fim para a confrontação ideológica bipolar;

uma confiança derivada do entendimento de que o caminho que escolhemos – de democracia e estabilidade econômica, aliadas a uma maior justiça social – não é fácil de ser trilhado, mas de que temos a perseverança e a paciência para sermos bem-sucedidos em nossos esforços.

Durante os últimos anos, tem-se tornado cada vez mais claro que a projeção internacional de um país resultará, essencialmente, de sua habilidade para participar ativamente do comércio e de fluxos de capital internacionais. Este fato não foi desprezado pelos políticos brasileiros. Na realidade, há uma grande percepção, na sociedade brasileira de hoje, de que o bem-estar da população está diretamente ligado à inserção bem-sucedida do país na economia global.

O plano de estabilização econômica que está sendo implementado pelo Governo Cardoso procura corrigir, de imediato, os desequilíbrios estruturais que caracterizaram a economia brasileira durante as últimas décadas e preparar o país para o processo contínuo de mudanças no cenário internacional. Esse duplo objetivo baseia-se no entendimento de que o Brasil não é simplesmente um país subdesenvolvido mas, sobretudo, um país de injustiças sociais. Assim, engajamo-nos plenamente em um projeto de desenvolvimento nacional centrado em um conceito redefinido do papel do Estado na economia.

Visão geral da economia brasileira

Antecedentes e efeitos iniciais do Plano Real

A década de 80 é geralmente lembrada como a “década perdida” para o Brasil. Entretanto, mais do que apenas um período de contínua estagnação (aumento anual do PNB de 1,65% e aumento per capita do PNB de 4,3%), aquela década representou a exaustão de uma estratégia baseada na intervenção estatal na produção, na regulamentação da atividade econômica e na política de substituição de importações. Essa estratégia parecia funcional enquanto a oferta de capital estrangeiro para financiá-la era abundante. Entretanto, quando as condições do mercado internacional mudaram abruptamente no final da década de 70, a intervenção excessiva do Estado tornou-se evidente. O Brasil viu-se, então, atolado em um processo no qual os resultados positivos da balança de pagamentos eram sistematicamente utilizados para financiar as dívidas externa e interna, em detrimento de investimentos públicos nos setores social e de produção.

Este cenário permaneceu basicamente inalterado até os primeiros anos da presente década, quando testemunhamos o aparecimento das diretrizes de um novo modelo econômico, com privatização, desregulamentação e abertura econômica no cenário nacional. Entretanto, as primeiras tentativas para implementar essa estratégia não foram bem sucedidas, devido à inabilidade para corrigir os desequilíbrios financeiros do setor público que, por sua vez, alimentava o processo inflacionário, recriando um clima de instabilidade econômica. É desnecessário dizer que, em tal contexto, simplesmente não havia investimento público, enquanto investidores privados abandonavam o mercado instável. A taxa de investimentos no Brasil caiu para menos de 15% do PNB, nível incompatível com as necessidades do país em prol de um crescimento sustentável.

O Plano Real - a primeira tentativa de estabilização econômica e reforma do setor público - tem suas raízes no período em que o Presidente Cardoso foi Ministro da Fazenda, durante o Governo

Itamar Franco. Naquela época, as primeiras medidas para equilibrar as finanças públicas foram introduzidas, seguidas de outras que procuravam controlar as dívidas externa e interna. Um processo de realinhamento de preços e contratos antecedeu a introdução da nova moeda - o Real -, em julho de 1994, aliado a medidas na área de política monetária e cambial.

Essas medidas reduziram drasticamente a inflação e contiveram a espiral inflacionária. De janeiro a abril deste ano, a inflação total foi de apenas 6,2%. No primeiro ano do Plano Real (julho de 1994 a junho de 1995), a inflação caiu de um patamar de quase 50% para uma média de cerca de 2% ao mês. Espera-se que, em 1995, a inflação não ultrapasse os 25%. Esses números são eloqüentes, indicando claramente que o Plano Real produziu os menores níveis médios de inflação em seu primeiro ano de implementação, se comparado aos planos econômicos anteriores das décadas de 80 e 90. Muito mais significativo, entretanto, é o fato de que esses são os indicadores mais baixos em mais de 20 anos para o Brasil.

Esta acentuada queda da inflação produziu, como efeito imediato e mais visível, uma rápida aceleração do crescimento econômico, reforçando a tendência de recuperação que já se tornara aparente desde de 1992. Apenas para ilustrar quão rapidamente a economia brasileira respondeu ao Plano, o aumento do PNB entre outubro de 1992 e julho de 1994 situava-se em uma taxa anual de 4,9%, enquanto a mesma média, no período entre julho de 1994 e março de 1995 subiu para 10,75%. Na raiz deste fato está a expansão sem precedentes do consumo, como um resultado direto da eliminação da “taxa inflacionária”, que colocou de volta nas mãos da população entre US\$ 12 a US\$ 15 bilhões. Os benefícios sociais decorrentes deste aumento de poder aquisitivo, especialmente para as famílias de baixa renda, não devem ser subestimados.

Este crescimento acelerado levou a uma situação na qual muitos setores da economia hoje

encontram-se operando com sua capacidade total, ou quase total, a despeito de um surto na produtividade detectável desde o final da década de 90. Deve-se observar que esse surto aconteceu em um contexto de abertura comercial e amplo acesso a importações, que na verdade garantiu a oferta de alguns produtos cruciais. Este fato constitui um sinal bastante positivo, na medida em que a indústria brasileira continua a lutar para concorrer, de forma bem sucedida, com os fornecedores estrangeiros. Isso também significa que existe a necessidade de um maior investimento produtivo na economia, a fim de expandir sua capacidade de produção.

A aceleração de fluxos de investimento, que passou de 13,4% do PNB em outubro de 1992 para 18,7% em março de 1995, tem sido parte integrante desse rápido crescimento econômico. Eu gostaria de observar, a esse respeito, que esse processo específico possui características que diferem significativamente de situações semelhantes no passado, notadamente devido ao fato de que o fluxo de investimentos foi gerado quase que exclusivamente pelo setor privado, mas também porque o fluxo de investimentos concentrou-se em áreas de bens de capital, indicando um alto grau de produtividade do próprio investimento. A sustentação das altas taxas de investimento recentemente registradas dependerá, entretanto, de nossa habilidade para dar continuidade ao processo de estabilização.

Consolidação do programa de estabilização

Todas as condições necessárias à manutenção de um programa de estabilização de longo alcance como o Plano Real estão presentes no Brasil, quais sejam:

equilíbrio fiscal, a fim de readquirir a capacidade de planejamento do setor público;

política monetária austera, para “esfriar” a economia e baixar as taxas a um nível mais administrável;

política cambial estável, não apenas como um instrumento de promoção comercial;

controle das taxas inflacionárias;
normalização das relações com a comunidade financeira internacional;
privatização, estimulando o investimento e atraindo capital estrangeiro;
abertura comercial, até mesmo face a dificuldades circunstanciais.

Sabemos que essas condições são importantes, embora não suficientes por si sós. Elas precisam estar firmemente ancoradas em reformas estruturais mais profundas, muitas das quais dependem de emendas constitucionais. Isso envolve um debate político que, naturalmente, torna o processo decisório mais lento, ainda que conferindo uma legitimidade inquestionável ao programa de estabilização.

As reformas necessárias serão implementadas. Algumas já foram aprovadas pelo Congresso, eliminando as restrições ao capital estrangeiro e abrindo áreas anteriormente fechadas ao investimento estrangeiro pelo monopólio estatal, tais como telecomunicações, energia elétrica e petróleo. Também foram eliminadas as reservas de mercado nos setores de navegação e mineração.

O processo mais complicado na reforma do setor público será o próximo a ser atacado. Ele é essencial para a consolidação do programa de estabilização econômica. Essas reformas serão discutidas no Congresso a partir de agosto, quando o Legislativo retorna de seu recesso de meio de ano. Entre elas estão:

a reforma da seguridade social, a fim de promover a solvência financeira do sistema e, ao mesmo tempo, seu ajuste às mudanças estruturais na sociedade;

a reforma fiscal, a fim de racionalizar o sistema, reduzindo o assim chamado “custo Brasil” e promovendo melhor distribuição de receita entre os diferentes níveis do governo;

a privatização, a fim de equilibrar o orçamento e estimular a produtividade e a competitividade em setores-chaves;

a concessão de serviços públicos ao setor privado, a fim de promover a modernização e a expansão da infra-estrutura.

Essas reformas, ainda pendentes, propiciarão a estrutura necessária a uma distribuição equitativa da renda nacional. Essa é a meta primordial do Governo Cardoso: integrar os segmentos mais pobres da população brasileira na economia de mercado. A redução da inflação e o estímulo ao crescimento certamente contribuem para aliviar os efeitos da pobreza, mas o tipo de crescimento econômico sustentável necessário para essa expansão do mercado consumidor dependerá da canalização eficaz do investimento, por parte do Estado, em áreas como saúde, educação e saneamento básico.

Esta é uma tarefa complexa e que demanda tempo, especialmente em um contexto de democracia consolidada que requer ações graduais e intensa negociação. O ritmo que estamos seguindo é deliberado, uma vez que não pode haver atalhos no processo decisório democrático. É por esse motivo que o respeito ao processo democrático tem sido, e continuará a ser, a marca registrada do Governo Cardoso e parte integrante do programa de estabilização.

O cenário econômico internacional

Integração na economia mundial

Na medida em que o processo de reforma evolui, o Brasil também busca uma participação mais ativa na economia mundial. Na verdade, a estabilização depende de uma interação dinâmica entre esses dois movimentos. Para consolidar nosso processo de reformas, sabemos que devemos também contar com um cenário internacional favorável.

Mais uma vez, uma análise cuidadosa da economia mundial sugere que o caminho está aberto para o “ciclo virtuoso” do Brasil. A globalização gerou uma expansão significativa do comércio internacional e um aumento ainda mais acentuado em investimentos e no fluxo de capital internacional. Há convergência

de opinião entre os analistas no que se refere à previsão de um período de continuada expansão da economia mundial, no qual o capital seguirá a direção daquelas economias dinâmicas que houverem feito os ajustes necessários para a criação de um clima propício ao investimento estrangeiro. O Brasil, como já mencionei, está fazendo exatamente isto.

Ao falar de fluxos de capital internacional, entretanto, não poderia deixar de mencionar a questão da volatilidade dos mercados financeiros. A crise mexicana de dezembro de 1994 balançou o sistema financeiro internacional e colocou a vulnerabilidade das moedas nacionais perante os ataques do capital especulativo no centro das discussões.

A crise sugere a necessidade de uma avaliação dos trabalhos internos do sistema financeiro internacional. Certos sinais de fragilidade são evidentes, tais como a instabilidade em mercados cambiais estrangeiros, a vulnerabilidade das economias emergentes e os desequilíbrios nas próprias economias industriais mais importantes. Até agora, a resposta tem sido limitada a uma tentativa de resgatar os países mais profundamente afetados pela crise, por meio de empréstimos emergenciais e da implementação de políticas ortodoxas austeras de ajuste econômico. É, portanto, muito provável que países como o México venham a sofrer mais intensamente os efeitos da recessão econômica. Entretanto, a solução da grande equação requer uma abordagem mais abrangente.

Esse é um problema que preocupa a comunidade internacional como um todo, e os mecanismos existentes para cooperação e coordenação entre governos deveria ser ampliado, a fim de incluir países, como o Brasil, que podem produzir um impacto desestabilizador significativo sobre o sistema financeiro internacional.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem estado na linha de frente do debate internacional dessa questão, apresentando propostas e sugerindo medidas preventivas e terapêuticas, tais como:

intensificar a cooperação entre as autoridades

monetárias, com vistas a prever problemas por meio de um intercâmbio de informações mais eficaz;

ampliar as facilidades existentes para estabilizar as moedas que se encontram sob ataques especulativos temporários;

aprimorar a vigilância internacional sobre políticas macroeconômicas domésticas.

Essas propostas foram discutidas com o Primeiro Ministro John Major durante a visita do Presidente Cardoso a Londres, em maio último.

Nesse contexto, o Brasil observou com satisfação os resultados das discussões substantivas mantidas sobre o assunto na Reunião de Cúpula do G-7, em Halifax. Algumas das propostas apresentadas pelo Presidente Cardoso parecem ter recebido boa acolhida, tais como a intensificação da cooperação entre autoridades monetárias, o aprimoramento da “vigilância” internacional sobre políticas macroeconômicas domésticas e a expansão dos mecanismos existentes para estabilizar as moedas que enfrentam ataques especulativos. Particularmente notável é a decisão de criar um “Mecanismo de Financiamento Emergencial” para assitir situações de crises financeiras não previstas.

Entretanto, acreditamos que uma coordenação mais eficaz de políticas econômicas entre os países do G-7 e importantes economias de médio porte é essencial para assegurar a estabilidade do sistema financeiro internacional.

No que concerne ao Brasil, em particular, os efeitos negativos da crise mexicana – a saber, as severas restrições a novas entradas de capital estrangeiro e a fuga de investimentos de curto prazo – parecem haver sido superados com apenas pequenos ajustes no programa de estabilização.

A perda de reservas nacionais de capital estrangeiro no primeiro trimestre de 1995 foi equivalente a US\$ 5 bilhões, dos quais cerca de US\$ 3.7 bilhões em aplicações de curto prazo em títulos. As reservas brasileiras caíram de US\$ 38.8 bilhões em dezembro de 1994, para US\$ 33.7 bilhões em março. Entretanto, a partir de meados de abril, as

reservas monetárias recuperaram mais de US\$ 3.5 bilhões, um sinal de que a confiança dos investidores no Brasil não foi abalada pelas condições adversas do mercado financeiro internacional no primeiro trimestre.

Essa recuperação é especialmente significativa para o Brasil, pois mostra claramente à comunidade internacional que, sob o mesmo rótulo de “economias emergentes”, países com diferenças econômicas gritantes foram erroneamente incluídos em um mesmo grupo. Ao absorver com sucesso os efeitos da crise e, ao mesmo tempo, manter indicadores econômicos fortes, o Brasil provou que certamente merece um lugar entre as economias dinâmicas do mundo e que deve ser considerado como um importante ator em discussões futuras sobre o sistema financeiro internacional.

No que diz respeito ao sistema do comércio multilateral, por outro lado, grandes avanços resultaram da conclusão da Rodada Uruguai e da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC). Seu antecessor, o GATT, realizou grande parte do trabalho de base, estimulando a liberalização do comércio, criando mecanismos de vigilância sobre políticas comerciais dos países-membros, gerando regras para a resolução de divergências.

O Brasil, um “comerciante global”, tem muito a lucrar nessa estrutura, agora reforçada pela OMC. Nossas parcerias estendem-se pelos cinco continentes e não se pode dizer que um determinado país ou uma determinada região tenha predominância sobre os demais em termos de participação no comércio exterior brasileiro. A União Européia absorve cerca de 26.5% de nossas exportações, a América Latina por volta de 22.9%, os Estados Unidos outros 21.2% e a região Pacífico-asiática 14.1%.

O Brasil, assim, tem como espinha dorsal de sua política comercial o fortalecimento do sistema de comércio multilateral. Acreditamos que esta é a melhor proteção contra o unilateralismo ou qualquer outra forma de discriminação, que repudiamos

completamente. Repetindo as sábias palavras do ex-Secretário das Relações Exteriores, Hurd, acreditamos que “o comércio livre é um positivo jogo de somar”.

O Brasil recentemente foi forçado a adotar determinadas medidas preventivas, a fim de corrigir déficits em sua balança de pagamentos. Isso não deve ser encarado como uma regressão ou uma tendência para fechar o mercado brasileiro a produtos estrangeiros. Ao contrário, o que estamos tentando fazer é garantir a viabilidade, a longo prazo, do nosso programa de estabilização, que tem como um dos seus pilares a liberalização da economia nacional.

Não devemos confundir um curso temporário de ajustes com uma grande mudança na orientação de políticas. Não devemos ver, em dificuldades circunstanciais, um movimento estrutural de longo prazo. O Brasil está, como sempre esteve, fortemente comprometido com a liberalização do comércio.

Integração regional

b.1) O MERCOSUL

O perfil de “comerciante global” não impediu que o Brasil participasse ativamente de esquemas de integração regional. Muito pelo contrário, encaramos essas iniciativas como um instrumento eficaz para estimular a liberalização comercial em uma escala global e como um importante complemento do sistema comercial multilateral.

Juntamente com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, o Brasil está envolvido no que talvez seja, hoje, o mais dinâmico processo de integração – o MERCOSUL. Em pouco mais de três anos, o MERCOSUL transformou-se em uma união aduaneira que eliminou completamente as tarifas para o comércio intra-mercados. Como resultado, o volume de transações comerciais entre os quatro países-membros passou de US\$ 3.5 bilhões, em 1991, para mais de US\$ 10 bilhões em 1994. E esse volume continuará a aumentar. O comércio com outras regiões também cresceu significativamente, na

medida em que a integração dentro do MERCOSUL contribuiu para uma rápida liberalização das economias domésticas dos quatro países-membros.

Como acontece em qualquer esquema de integração, o MERCOSUL tem que levar em conta as circunstâncias econômicas em cada um de seus membros. Muita atenção tem sido dada às recentes discussões entre o Brasil e a Argentina no que refere ao setor automotivo. Muitos encararam o acontecido como uma falta de compromisso por parte do Brasil no que diz respeito à integração do Cone Sul, chegando até a profetizar o fim do MERCOSUL.

Tal avaliação não poderia estar mais distante da realidade.

O que de fato testemunhamos entre o Brasil e a Argentina é um processo natural de ajustes setoriais, necessários entre parceiros envolvidos em um esquema de integração tão profundo e complexo quanto o MERCOSUL. A força inquestionável do MERCOSUL está exatamente onde alguns tentaram identificar sua deficiência: na abordagem flexível, pragmática e realista sob a qual seus membros encaram o processo de integração subregional.

O Brasil está firmemente comprometido com o MERCOSUL, que representa não apenas uma prioridade absoluta da política externa brasileira, mas também uma parte integrante de nosso desenvolvimento. Eu diria, mesmo, que o MERCOSUL gera, hoje, um ímpeto evolutivo impossível – e impensável – de ser revertido.

b.2) Integração sul-americana e hemisférica

O MERCOSUL deu a seus países-membros uma dimensão adicional em termos de projeção internacional. Ao adquirir uma personalidade internacional formal, como união aduaneira, o MERCOSUL tornou-se capacitado para envolver-se em negociações com outros países ou grupos de países. O MERCOSUL está atualmente discutindo acordos com o Chile e a Bolívia, com vistas à criação de uma zona de livre comércio, o que poderia levar, em alguns anos, a uma Área de Livre Comércio da

América do SUL(ALCAS), quando acordos semelhantes – no formato 4+1 – forem concluídos com os outros países do subcontinente.

A integração hemisférica também é um tópico importante de nossa agenda. A criação de uma Área de Livre Comércio das Américas até o ano 2005 foi decidida na Cúpula de Miami, em dezembro último. O Brasil apoia essa iniciativa, no entendimento de que, para que esta seja operacional, deve necessariamente passar por um processo gradual, construído a partir dos esquemas de integração regional existentes, tais como o NAFTA, o MERCOSUL, o Grupo Andino, o CARICOM e o Mercado Comum da América Central.

Um princípio orientador para o Brasil ao lidar com o assunto tem sido o de que a liberalização do comércio deve ser equilibrada. Os benefícios da integração hemisférica devem ser compartilhados de forma geral, por meio de um comércio mais intenso, da expansão da atividade econômica e da geração de empregos em todos os países envolvidos. Um aspecto central desse processo será a convergência dos esquemas de integração subregional, que serão a pedra fundamental de uma Área de Livre Comércio das Américas.

Além disso, as cláusulas da OMC devem ser totalmente respeitadas durante essas negociações. Eu gostaria de deixar bem claro que o Brasil não encara a integração hemisférica como um meio para criar mercados preferenciais ou zonas de exclusão. Em resumo, queremos liberalizar e não regionalizar.

b.3) Relações entre o MERCOSUL e a União Européia

Nesse espírito, o Brasil tem trabalhado no sentido de intensificar a cooperação econômica com a União Européia, pela criação de uma zona de livre comércio MERCOSUL-EU. As negociações para tanto ganharam um ímpeto adicional no final do ano passado, com a assinatura de uma “Declaração Conjunta Solene”, expressando a decisão de concluir, em 1995, um Acordo-Quadro que deverá estabelecer as bases para uma associação inter-

regional.

Essas negociações seguem o caminho racional de pragmatismo e gradualismo. Ambos os nossos países reconhecem que a integração regional envolve uma negociação complexa, e a integração de duas regiões requer discussões ainda mais cautelosas, a fim de evitar a ruptura do ténue equilíbrio existente em cada um deles.

Observamos com satisfação o fato de que o Reino Unido compartilha dessa visão e apoia totalmente as negociações em curso entre o MERCOSUL e a União Européia. É importante que ambos os nossos países atuem no contexto de seus respectivos grupos, a fim de manter o processo em constante evolução.

O Brasil, de sua parte, atribui grande prioridade às relações entre o MERCOSUL e a União Européia, motivo pelo qual o Presidente Cardoso presidirá a abertura formal das negociações de um Acordo-Quadro em Bruxelas, em setembro próximo. Como já mencionei, a União Européia é o destino final de mais de um quarto das exportações brasileiras e nosso maior parceiro individual. A intensificação das relações entre o MERCOSUL e a União Européia oferece uma oportunidade adicional para a expansão de nossos fluxos comerciais, especialmente à luz da recente queda que testemunhamos, na qual nossas exportações para a União Européia caíram de quase 30% para os atuais 26.5% do total das exportações.

RELAÇÕES ANGLO-BRASILEIRAS

Meus comentários sobre a economia brasileira e os cenários econômicos internacional e regional indicam que há um grande potencial a ser explorado nas relações entre o Brasil e o Reino Unido. Esse potencial tem sido substancialmente intensificado por recentes transformações macroeconômicas no Brasil, como a estabilização e os ajustes, a retomada do crescimento e a liberalização comercial e financeira. A densidade de nossas relações bilaterais no campo político parece

sugerir que utilizar esse potencial é essencialmente uma questão de engenharia criativa, de explorar novas oportunidades.

Tanto o Brasil quanto o Reino Unido estão atravessando um período de expansão econômica. Ambos experimentam um significativo aumento em seu comércio exterior. Há um interesse expresso da parte da comunidade empresarial britânica em estabelecer relações com o Brasil, conforme atesta um grande número de recentes visitas de empresários britânicos ao nosso país e a criação de um Conselho Empresarial Misto Brasil-RU. O intercâmbio de autoridades governamentais de alto nível na área econômica tem sido intenso. A assinatura, em julho de 1994, de um Acordo sobre Promoção e Proteção de Investimentos criou condições favoráveis para a intensificação da cooperação econômica.

O Reino Unido já é um dos mais importantes parceiros comerciais individuais do Brasil. Dentre os países da União Européia, ocupa a quarta posição em nosso comércio exterior, com um volume de cerca de US\$ 2 bilhões. Esse valor tem crescido consistentemente desde 1990, o que parece mostrar que há amplo espaço para o fortalecimento de nossos laços comerciais.

Para ilustrar este ponto, basta dizer que, no primeiro trimestre de 1995, as exportações britânicas para o Brasil aumentaram em 70%, em comparação com o mesmo período em 1994. Este fato demonstra que a rápida expansão da economia brasileira durante o último ano, desde a introdução do Real, não foi inútil no que se refere ao comércio com o Reino Unido. Além disso, e contradizendo alguns dados sobre nossas exportações para o Reino Unido, sei que as importações britânicas de produtos brasileiros também cresceram 13.7% no primeiro trimestre de 1995.

Em termos de investimentos, o RU aparece como o quarto maior investidor na economia brasileira. O total de investimentos britânicos no Brasil atingiu o nível de US\$ 3.54 bilhões em dezembro de 1993, perdendo apenas para a Alemanha, dentre os

países da União Européia.

Entretanto, e este é um fato que freqüentemente escapa ao observador mais atento, o Reino Unido é também o terceiro maior receptor de investimentos brasileiros no exterior, o primeiro dentre os países da União Européia. E isto se deve, em grande escala, ao importante papel desempenhado por Londres no sistema financeiro internacional.

As perspectivas para nossas relações econômicas são, assim, bastante positivas. Há, entretanto, certas dificuldades a serem superadas se quisermos nos engajar em um esforço concreto para “atingir o próximo nível”:

- o alto custo do crédito para transações com o Brasil;

- a falta de um acordo para evitar a bitributação;

- determinadas medidas discriminatórias por parte da União Européia;

- limitações no Brasil, tais como o alto custo do frete e a ineficiência de nossos portos marítimos; participação reduzida de empresas de pequeno e médio porte no comércio bilateral;

- uma persistente falta de entendimento geral, por parte dos brasileiros, no que se refere às condições no Reino Unido e vice-versa.

Esses obstáculos estão longe de serem insuperáveis. Ao contrário, são desafios a serem enfrentados, especialmente se quisermos promover um salto qualitativo em nossas relações. As condições, tanto políticas quanto econômicas, já estão suficientemente amadurecidas para possibilitar essa conquista.

Enquanto o Brasil procura inserir-se mais profundamente na economia internacional, procura intensificar suas parcerias. O Governo Cardoso está consciente de que o Reino Unido tem um importante papel a desempenhar nesse processo. E é por este motivo que estou aqui hoje. E é por esse motivo que os convido a participarem de nosso “ciclo virtuoso”.

Obrigado.

(versão em inglês)

Allow me, at the outset, to express my profound satisfaction in being here to address this select audience.

Opportunities for a direct exchange of views on Brazil and its economic relations with the United Kingdom are rare indeed, and those that do make themselves available gain added significance and must be taken advantage of. Our present encounter is thus a very welcome one, even more so because it happens to take place amidst a particularly favourable set of circumstances.

The message I bring to you is that Brazil — a politically stable developing country with consolidated democratic institutions — is entering a “virtuous cycle” of sustained growth, in which all the conditions are brought together for a qualitative leap in the national development process. It is also a message of serenity, a message of determination and, above all, a message of confidence:

- a serenity that stems from the knowledge that the economic stabilization program followed by the Government of President Fernando Henrique Cardoso has the backing of a vast majority of the Brazilian population and is the result of a permanent, mature democratic debate;

- a determination borne out of a fine perception of Brazil's possibilities and limitations, of its place in a world that has emerged out of the end to bipolar ideological confrontation; - a confidence derived from the understanding that the path we have chosen - one of democracy and economic stability allied with greater social justice - is not an easy one to tread, but that we have the perseverance and patience to succeed in our endeavour. In the last few years, it has become increasingly clear that the international projection of a country will result mainly from its ability to actively participate in international trade and capital flows. This fact has not been lost on Brazilian policy-makers. In fact, there is a wide perception within Brazilian society of today that the

well-being of the population is directly associated to the country's successful insertion in the global economy. The economic stabilization plan that is being implemented by the Cardoso Administration seeks at once to correct the structural imbalances that have characterized the Brazilian economy over the last few decades and to prepare the country for the continuous process of change in the international scenario. This two-fold objective rests upon the realization that Brazil is not simply an underdeveloped country, but above all a socially unjust one. We have therefore fully engaged ourselves in a project of national development that is centered on a redefined concept of the role of the State in the economy.

Overview of the Brazilian Economy

a) Background and first effects of the Real Plan

The eighties have been commonly referred to as “the lost decade” for Brazil. But more than just a period of continued stagnation (yearly GNP growth of 1.65% and per capita GNP growth of - 4.3%), it represented the exhaustion of a strategy based on State intervention in production, regulation of economic activity and import substitution. This strategy seemed to work while the supply of foreign capital to finance it was abundant. However, when international market conditions changed abruptly in the late seventies, State overextension became evident. Brazil then found itself mired in a process in which positive results in the trade balance were systematically utilized to finance the foreign and internal debts, to the detriment of public investment in the social and productive sectors.

This scenario remained basically unchanged until the first years of the present decade, when we witnessed the emergence of the outlines of a new economic model, with privatization, deregulation and trade liberalization at center stage. However, the first attempts at implementing this strategy were not successful because of the inability to correct the financial imbalances of the public sector, which in turn fed the inflationary process, recreating a climate of

economic instability. Needless to say that, in this context, public investment was simply non-existent, while private investors fled the unstable market. Brazil's investment rate fell below 15% of the GNP, a level that was incompatible with the country's needs for sustained growth. The Real Plan, the first organic attempt at economic stabilization and reform of the public sector, has its roots in President Cardoso's term as Finance Minister during the Itamar Franco Government. At that time, the first measures toward balancing public finances were introduced, followed by others seeking to bring the internal and foreign debts under control. A process of price and contract realignment preceded the arrival of the new currency, the Real, in July of 1994, accompanied by measures in the area of monetary and exchange policy.

These steps drastically reduced inflation and halted the inflationary spiral. From January to April of this year, total inflation reached only 6.2%. For the first year of the Real Plan (July 1994-June 1995), it was reduced from a level of almost 50% to an average of around 2% a month. It is expected that, for 1995, inflation will not surpass 25%. These numbers are eloquent, indicating clearly that the Real Plan has produced the lowest average rate of inflation in its first year of implementation when compared to previous economic plans of the eighties and nineties. Much more significant though, these are the lowest indicators in over 20 years for Brazil.

This sharp drop in inflation has had as an immediate and more visible effect a rapid acceleration of economic growth, reinforcing a tendency for recovery that had been apparent since late 1992. To illustrate just how quickly the Brazilian economy has responded, GNP growth between October 1992 and June 1994 was situated at a yearly average of 4.9%, while the same average in the period between July of 1994 and March 1995 rose to 10.75%. At the root of this is an unprecedented expansion of consumption as a direct result of the elimination of the "inflationary tax", which has placed back in the hands of the population an estimated US\$ 12 to 15 billion. The

important social benefits, especially for lower income families, of this increased purchasing power are not to be underestimated.

This accelerated growth also led to a situation in which most sectors of the economy now find themselves operating at full or near full capacity, in spite of a surge in productivity detectable since late 1990. It should be noted that this surge took place in a context of trade liberalization and ample access to imports, which actually guaranteed the supply of certain more critical items. This constitutes a very positive sign, as Brazilian industry continues to strive to successfully compete with foreign suppliers. It also means that there is a need for further productive investment in the economy to expand its productive capacity.

The acceleration of investment flows, going from 13.4% of GNP in October 1992 to 18.7% in March 1995 has been an integral part of this rapid economic growth. I would like to note, in this regard, that this particular process has characteristics that differ significantly from similar situations in the past, notably because the rise in investment has been generated almost exclusively by the private sector, but also because the flow of investment has been concentrated in the area of capital goods, indicating a high degree of productivity of the investment itself. The sustainment of the high investment rates recently registered will depend, however, on our ability to move forward with the stabilization process.

b) Consolidating the stabilization program

All of the necessary conditions for sustaining the implementation of a wide-ranging stabilization program such as the Real Plan are present in Brazil. They are:

- fiscal balance, in order to regain public sector planning capacity;
- tight monetary policy, to "cool" the economy and lower growth rates to a more manageable level;
- stable exchange policy, not just as an instrument of trade promotion;
- control of inflationary

rates;

- normalization of relations with the international financial community;
- privatization, stimulating investment and attracting foreign capital;
- liberalization of trade, even in the face of circumstantial difficulties.

We know that these conditions are important but not sufficient in themselves. They must be firmly anchored in more profound structural reforms, many of which depend on Constitutional amendments. This involves a political debate that naturally slows the decision-making process, but also confers unquestionable legitimacy to the stabilization program.

The necessary reforms will be carried out. Some have already been approved by Congress, removing restrictions to foreign capital and opening up areas formerly closed to foreign investment by the State-held monopoly, such as telecommunications, energy and oil. Also eliminated were market reserves in the shipping and mining sectors. The more complicated process of reforming the public sector is to be tackled next. It is essential for the consolidation of the economic stabilization program. These reforms will be discussed in Congress as of August, when the Legislative returns from its mid-year recess. Among them are:

- social security reform, to promote the financial solvency of the system, while adjusting it to the structural changes in society;

- tax reform, to rationalize the system, reducing the so-called "Brazil cost" and promoting better distribution of tax income among the different levels of Government;
- privatization, to balance the budget and stimulate productivity and competitiveness in key sectors;

- concessions of public services to the private sector, in order to promote the modernization and expansion of infrastructure. These reforms still outstanding will provide the necessary framework for more equitable distribution of the national income. This is the primary goal of the Cardoso Government: to integrate the poorer segments of the Brazilian

population into the market economy. Reducing inflation and stimulating growth certainly help to alleviate the effects of poverty, but the kind of sustained economic growth required for this expansion of the consumer market will depend on effectively channeling State investment into areas such as health, education and sanitation.

This is a complex task and it takes time, especially in a context of a consolidated democracy that requires gradualism and a great deal of negotiation. The pace we are following is a deliberate one, for there can be no shortcuts in democratic decision-making. This is why respect for the democratic process has been and will continue to be a trademark of the Cardoso Government and an integral part of the stabilization program.

THE INTERNATIONAL ECONOMIC SCENARIO

a) Integration into the world economy

As the internal reform process moves along, Brazil is also seeking greater participation in the world economy. In fact, stabilization depends on a dynamic interaction between these two movements. To consolidate our reform process, we know that we must also count on a favorable international scenario.

Again, a careful look at the world economy suggests that the way is paved for Brazil's "virtuous cycle". Globalization has brought about a significant expansion of international trade and an even sharper rise in investment and international capital flows. Analysts coincide in forecasting a period of continued expansion of the world economy, in which capital will follow the direction of those dynamic economies that have made the required adjustments to create a propitious climate for foreign investment. Brazil, as I have indicated, is doing just that.

In speaking of international capital flows, however, I could not but touch upon the question of the volatility of financial markets. The Mexican crisis of December 1994 shook the international financial system and placed the vulnerability of national

currencies before attacks by speculative capital at the center of discussion. The crisis suggests the need for an evaluation of the inner workings of the international financial system. Certain signs of fragility are evident, such as instability in foreign exchange markets, vulnerability of emerging economies, and imbalances within the leading industrial economies themselves. So far, the response has been limited to an attempt to rescue countries more deeply affected by the crisis through emergency loans and the implementation of strict orthodox economic adjustment policies. It is thus very likely that these countries, such as Mexico, will suffer more intensely the effects of economic recession. However, solving the larger equation demands a broader approach. This is a problem that concerns the international community as a whole, and the existing mechanisms for cooperation and coordination among Governments should be expanded to include countries, like Brazil, that can have a significant destabilizing impact on the international financial system.

President Fernando Henrique Cardoso has been at the forefront of the international debate on this issue, forwarding proposals and suggesting preventive and remedial measures, such as:

- broadening cooperation among monetary authorities with a view to anticipating problems through better exchange of information;
- enlarging the scope of coordination of macro-economic policies among countries which may have a significant impact upon the international financial system;
- expanding existing facilities to stabilize currencies under temporary speculative attack;
- improving international surveillance over domestic macro-economic policies.

These proposals were discussed with Prime Minister John Major during President Cardoso's visit to London last May.

In this context, Brazil took note with satisfaction of the results of the substantive discussions held on this subject during the Halifax G-7 Summit Meeting. Some of the proposals outlined by President

Cardoso seem to have been favorably considered, such as expanding cooperation among monetary authorities, improving international "surveillance" of domestic macroeconomic policies and expanding existing mechanisms for stabilizing currencies under speculative attack. Particularly noteworthy is the decision to create an "Emergency Financing Mechanism", to assist unforeseen financial crisis situations.

However, we believe that greater coordination of macroeconomic policies among G-7 countries and important medium-size economies is essential for ensuring the stability of the international financial system.

With respect to Brazil in particular, the negative effects of the Mexican crisis - namely, the severe restrictions on new entries of foreign capital and the flight of short-term investment - seem to have been surmounted with only minor adjustments in the stabilization program.

The loss of national foreign currency reserves was equivalent to US\$ 5 billion for the first trimester of 1995, of which some US\$ 3.7 billion in short-term portfolio applications. Brazilian reserves fell from US\$ 38.8 billion in December 1994 to US\$ 33.7 billion in March. However, from mid-April on, currency reserves have regained over US\$ 3.5 billion, a sign that investor confidence in Brazil has not been shaken by adverse international financial market conditions in the first trimester. This recovery is particularly significant for Brazil. It shows clearly to the international community that under the same label of "emerging economies", countries with sharply different economic realities were mistakenly grouped together. In successfully absorbing the effects of the crisis while sustaining strong economic indicators, Brazil has proven that it certainly has a place among the dynamic economies of the world and must be considered as a major player in future discussions regarding the international financial system.

As regards the multilateral trade system, on the other hand, great advances were made with the

conclusion of the Uruguay Round and the establishment of the World Trade Organization (WTO). Its predecessor, GATT, set most of the groundwork, stimulating trade liberalization, creating mechanisms of surveillance of trade policies of member- States, generating rules for dispute settlement. Brazil, as a “global trader”, has much to benefit from this framework, now reinforced by the WTO. Our partnerships extend through the five continents, and no country or region can be said to predominate in terms of participation in Brazilian foreign trade. The European Union absorbs around 26.5% of our exports, Latin America some 22.9%, the United States another 21.2% and the Asia-Pacific region 14.1%. Brazil thus has as the backbone of its trade policy the strengthening of the multilateral trade system. We believe it is the best protection against unilateralism or any form of discrimination, which we strongly repudiate. Echoing words wisely spoken by former Foreign Secretary Hurd, we believe “free trade is a positive sum game”. Brazil has recently been forced to adopt certain preventive measures in order to correct balance of payment deficits. This should not be viewed as a regression or a tendency to close the Brazilian market to foreign products. On the contrary, what we are trying to do is to guarantee the long-term viability of our stabilization program, which has as one of its pillars the liberalization of the national economy. We must not confuse a temporary course correction with a major change in policy orientation. We should not see in circumstantial difficulties a long-term, structural movement. Brazil remains, as it always has been, firmly committed to trade liberalization.

b) Regional integration

b.1) Mercosur

The profile of a “global trader” has not prevented Brazil from actively participating in regional integration schemes. Much to the contrary, we regard these initiatives as an effective instrument for stimulating trade liberalization on a global scale and as an important complement to the multilateral trade system.

Along with Argentina, Paraguay and Uruguay, Brazil is involved in what is perhaps today’s most dynamic integration process - Mercosur. In just slightly over three years, Mercosur has evolved into a customs union that has completely eliminated tariffs for intra-market trade. As a result of this, trade volume among the four member countries went from US\$ 3.5 billion in 1991 to more than US\$ 10 billion in 1994, and it will continue to rise. Trade with other regions also expanded significantly, as integration within Mercosur has contributed to a rapid liberalization of the domestic economies of the four member-countries.

As with any integration scheme, Mercosur has to take into account economic circumstances within each of its members. Much attention has been paid to the recent discussions between Brazil and Argentina regarding the automotive sector. Many have seen in what happened a lack of commitment on the part of Brazil as regards Southern Cone integration or even prophesied the end of Mercosur. This type of evaluation could not be farther from the truth. What we have actually witnessed between Brazil and Argentina is a natural process of sectorial adjustment, necessary between partners involved in any integration scheme as profound and as complex as Mercosur. The unquestionable strength of Mercosur lies exactly where some have tried to identify a shortcoming: in the flexible, pragmatic and realistic approach with which its members view the sub-regional integration process. Brazil is firmly committed to Mercosur. It represents not only an absolute priority of Brazilian foreign policy, but an integral part of our development. I would go as far as saying that Mercosur has now generated a forward momentum that is impossible - and unthinkable - to reverse.

b.2) South American and hemispheric integration

Mercosur has provided its member-countries with an added dimension in terms of their international projection. Having gained formal international personality as a customs union, it has been able to engage in negotiations with other countries or groups

of countries. Mercosur is currently discussing agreements with Chile and Bolivia with a view to a free trade zone. This could lead in a few years to a South American Free Trade Area (ALCSA), after similar agreements - in a 4+1 format - are concluded with the other countries of the sub-continent.

Hemispheric integration has also been an important item on our agenda. The creation of a Free Trade Area in the Americas by the year 2005 was decided at the Miami Summit last December. Brazil supports this initiative, on the understanding that, in order for it to work, it must necessarily be a gradual process and build on the existing regional integration schemes, such as Nafta, Mercosur, the Andean Group, Caricom and the Central American Common Market.

A guiding principle for Brazil in dealing with this subject has been that trade liberalization has to be balanced. The benefits of hemispheric integration should be generally shared, through larger trade, expansion of economic activity and the creation of jobs in all countries involved. A central aspect of this process will be the convergence of sub-regional integration schemes, which will serve as the building blocks of a Free Trade Area in the Americas.

Furthermore, the provisions of the WTO must be fully taken into account during these negotiations. I would like to make it perfectly clear that Brazil does not envisage hemispheric integration as a means of creating preferential markets or exclusion zones. In short, we want to liberalize, not regionalize.

b.3) Relations between Mercosur and the EU

In this spirit, Brazil has worked to expand economic cooperation with the European Union, through the creation of a Mercosur-EU free trade area. Negotiations in this direction gained added momentum at the end of last year, with the signing of a "Joint Solemn Declaration", expressing the decision to finalize in 1995 a Framework Agreement that will set the basis for an interregional association. These negotiations have followed a path of pragmatism and

gradualism, as it should be. Both our countries realize that regional integration is a complex business, and integrating two regions requires even more careful discussion, to avoid disrupting the delicate balance existing within each of them.

We took note with satisfaction of the fact that the United Kingdom shares this view and fully supports current negotiations between Mercosur and the EU. It is important that both our countries act within our respective groups in order to keep the process moving forward.

Brazil, for its part, accords a high priority to relations between Mercosur and the EU, which is why President Cardoso will preside over the formal opening of negotiations on the Framework Agreement in Brussels, next September. As I have already mentioned, the EU is the final destination of over a quarter of Brazilian exports, our largest single partner. Furthering relations between Mercosur and the EU provides an added opportunity for expanding our trade flows, especially in light of the recent downward turn we have witnessed, in which our exports to the EU fell from near 30% to the current 26.5% of total exports.

Anglo-Brazilian Relations

My comments on the Brazilian economy and on the international and regional economic scenarios indicate that there is a large potential to be explored as regards relations between Brazil and the United Kingdom. This potential has been substantially enhanced by recent macro-economic transformations in Brazil, namely stabilization and adjustment, resumption of growth and trade and financial liberalization. The density of our bilateral relations in the political field would seem to suggest that tapping this enhanced potential is mainly a matter of creative engineering, of exploring new opportunities. Both Brazil and the UK are in the midst of a period of economic expansion. Both are experiencing a significant rise in foreign trade. There is a manifest interest on the part of the British business community

in relations with Brazil, as attested by the number of recent visits of British entrepreneurs and the establishment of a Brazil-UK Joint Business Council. The exchange of high-level governmental economic authorities has been intense. The signing in July of 1994 of the Agreement on Investment Promotion and Protection has created favorable conditions for further economic cooperation. The UK is already one of the single most important Brazilian trade partners. Among EU countries, it occupies fourth place in our foreign trade, with a volume of close to US\$ 2 billion. This number has been consistently expanding since 1990, which would seem to show that there is ample room for intensifying our commercial ties. To illustrate this point, suffice it to say that, in the first trimester of 1995, British exports to Brazil rose 70% in relation to the same period in 1994. It goes to show that the rapid expansion of the Brazilian economy over the last year since the introduction of the Real has not been lost on British business. In addition, and contradicting certain data regarding our exports to the UK, I am informed that British imports of Brazilian goods also rose 13.7% in the first trimester of 1995.

In terms of investment, the UK appears as the fourth largest overall investor in the Brazilian economy. Total British investment in Brazil reached the level of US\$ 3.54 billion in December 1993, second only, among EU countries, to that of Germany. However, and this is a fact frequently lost on the observer, the UK is also the third largest recipient of

Brazilian investment abroad, the first among EU countries. This is due, to a large extent, to the important role played by London in the international financial system. The perspectives for our economic relations are thus very positive. There are, however, certain difficulties that need to be overcome if we are to engage in a concrete effort to “reach the next level”:

- the high cost of credit for dealings with Brazil;
- the lack of an agreement to prevent double taxation;
- certain discriminatory measures by the EU;
- limitations in Brazil, such as the high cost of freight and the inefficiency of our seaports;
- reduced participation of small and medium-sized firms in bilateral trade;
- a persistent lack of general understanding by Brazilians regarding conditions in the UK and vice-versa.

These are far from unsurmountable obstacles. On the contrary, they are challenges to be faced, especially if we are to promote a qualitative leap in our relations. Conditions, both political and economic, are ripe to accomplish it. As Brazil seeks to insert itself more deeply in the international economy, it is looking to enhance its partnerships. The Cardoso Government is conscious that the UK has an important role to play in this process. This is why I am here today. And this is why I invite you to come and take part in our “virtuous cycle”.

Thank you.



Inauguração da mostra “Man Ray Cinema”

Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da inauguração da mostra “Man Ray Cinema”. Brasília, 10 de julho de 1995

O Itamaraty novamente se abre ao público brasileiro para oferecer, em colaboração com a Fundação Athos Bulcão e o Centro Cultural Banco do Brasil e com o apoio do Grupo Ipiranga, esta mostra que reúne trabalhos de Man Ray.

Mais uma vez, os arcos deste Palácio abrigam um testemunho dos mais eloqüentes sobre a evolução das artes plásticas universais. Desta vez, trata-se de uma amostragem da formidável obra de um dos expoentes da arte de vanguarda no Ocidente e um dos criadores da fotografia experimental.

Man Ray deixou seu nome para sempre ligado ao dadaísmo, ao surrealismo e às vanguardas em geral que, no início deste século, haveriam de mudar substancialmente a própria noção da representação e da interpretação da realidade através da arte. Não é por acaso que em Man Ray se associam as formas tradicionais de expressão das artes plásticas, revolucionadas pela vanguarda, e a fotografia, que se consolidava nos anos 20 como uma nova forma de expressão plástica.

Através da fotografia, que deslocaria para sempre o eixo básico da mimesis do realismo tradicional, Man Ray dá uma nova dimensão e uma nova textura à elaboração artística de realidades humanas e existenciais, abrindo o caminho para o trabalho posterior dos grandes nomes da fotografia universal.

Unanimemente consagrado como um artista interdisciplinar, Man Ray deixou um legado extraordinário de criatividade e uma multiplicidade de realizações nos vários campos que compõem as artes plásticas. O tempo só valorizaria a sua contribuição para a revolução das artes no século XX.

As obras aqui expostas constituem um resumo temático e técnico da totalidade da produção artística de Man Ray. Elas se acompanham também da exibição de filmes originais de Man Ray, dando uma idéia muito precisa, mesmo que exemplificativa, da sua contribuição à revolução das formas artísticas a partir dos anos 20.

É muito apropriado que essa mostra se inicie em Brasília e ainda mais neste monumento arquitetônico que é o Palácio do Itamaraty. A identidade entre a revolução criadora de Man Ray e a antecipação futurística de formas arquitetônicas e urbanísticas que Brasília representa não é uma simples coincidência. Foi uma das formas encontradas para homenagear Man Ray e o sentido de permanente renovação que a sua obra encarna.

Ao abrir esta exposição, quero registrar os agradecimentos do Itamaraty às instituições que a tornaram possível. À Association Internationale Pour Man Ray, de Paris, e ao Escritório Isabella Prata Consultoria de Arte, de São Paulo, cujo projeto de

exibição vemos aqui realizado em sua plenitude, e à Fundação Athos Bulcão, ao Centro Cultural Banco do Brasil e ao Grupo Ipiranga.

Voltado permanentemente para as Artes, orgulhoso do seu patrimônio na área das artes plásticas e honrado pelo privilégio de ter entre seus membros no passado e no presente alguns dos mais

elevados valores da cultura nacional, o Itamaraty sente-se recompensado de abrir-se mais uma vez ao público para que contemple esta bela coleção e participe daquela parte do trabalho diplomático que é conhecer, exaltar e divulgar os melhores valores culturais do Brasil e do mundo.

Muito obrigado.

Brasil-Portugal

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, perante a Assembléia da República Portuguesa. Lisboa, 20 de julho de 1995.

“Outra vez te revejo - Lisboa e Tejo e tudo”
Encontro no verso do poeta universal, Fernando Pessoa, as palavras para exprimir a alegria que sinto em retornar a Portugal. A acolhida sempre hospitaleira do povo português deixa-me emocionado e honra meu País.

Brasileiros e portugueses estão muito unidos indissolavelmente pela História e pela Cultura; pelo amor à liberdade e por uma amizade de séculos, que a cada dia se renova.

De Portugal herdamos muito mais do que os laços do sangue que corre nas veias da maioria dos brasileiros.

Muito mais, ainda, do que o legado arquitetônico, que deu forma, cor e luz a cidades como Outro Preto, Alinda, São Luís, Alcântara, Salvador, Rio de Janeiro, entre tantas outras.

De Portugal herdamos, principalmente, o espírito de tolerância, o pendor para a conciliação e a vocação universalista.

A integridade territorial mantida ao longo dos séculos, num país-continente, como o Brasil, sempre soou como um mistério para os estrangeiros que estudam a nossa história.

Esse mistério logo se dissipa, quando nos debruçamos sobre a gênese da nação lusitana. Na luta pela reconquista quase palmo a palmo de seu território, Portugal fundou uma civilização que se espalhou por três continentes, e cuja força maior sempre foi a virtude da unidade e da conciliação.

O Brasil tem orgulho dessa herança, por que

foi graças a ela que construímos uma grande nação, unida e tolerante.

Pelos campos e cidades brasileiras convivem em boa harmonia brancos, negros e índios; europeus, africanos e asiáticos; cristãos, judeus, muçulmanos.

Credos e raças esforçaram-se para dar origem a um país capaz de respeitar e enaltecer a diversidade. Acolhemos de peito aberto, ao longo dos séculos, milhões de imigrantes de todos os Continentes, que vieram tentar vida nova em nossa terra, gerando riqueza e trazendo para a civilização brasileira suas influências e tradições, que são a fonte de nossa criatividade e vitalidade.

Foi graças a essa herança que vivemos em paz há mais de um século com nossos vizinhos sul-americanos.

Senhores Membros da Assembléia da República,

É para mim motivo de grande satisfação poder dirigir-me ao Parlamento português.

Esta é uma Casa do povo e de um povo de fibra e valor. Em nome do povo brasileiro, homenagem neste momento os homens públicos e os cidadãos deste país, responsáveis por um novo Portugal, dinâmico e moderno, que se integra cada vez mais à União Européia, sem esquecer, contudo, suas tradições mais caras e a importância de seus vínculos históricos e econômicos com as nações que brotaram do tronco sólido da civilização lusitana.

Minha visita a Portugal ocorre no momento

em que o Brasil se renova na estabilidade e no crescimento econômico.

A exemplo do que vem acontecendo aqui, compreendemos que um projeto de desenvolvimento só terá êxito se assegurar a participação e o atendimento das reivindicações da sociedade, num contexto de liberdade política.

Compreendemos também, em nossa região, que o desenvolvimento não se resume ao progresso material de poucos privilegiados. Hoje, as dimensões social e ética tornaram-se prioritárias e, entre elas, desponta em primeiro plano a garantia do acesso da maioria da população aos frutos gerados pelo progresso.

Sem isso, o crescimento é injusto e estéril. Sem isso, os governos perdem legitimidade e eficiência.

Pensar o desenvolvimento na qualidade requer a percepção de que alteraram os fundamentos políticos das possibilidades concretas de ação.

O Pós-Guerra Fria, com a superação do conflito ideológico, engendrou uma convergência dos valores da liberdade política e econômica que balizam, a partir de agora, qualquer projeto real de desenvolvimento.

A democracia tornou-se a chave para a conquista do êxito econômico com justiça social.

É inegável que, nas últimas décadas, o Brasil ergueu uma base industrial diversificada e competitiva; mas essa pujança, que nos colocou entre as dez maiores economias do Planeta, não se traduziu em benefícios concretos para todos os brasileiros.

Minha eleição é a prova de que nosso povo anseia pela mudança desse estado de coisas.

A inclusão social e econômica da massa de despossuídos que, no campo e na cidade, clama pela cidadania plena é uma das prioridades máximas de meu Governo.

Completamos em julho o primeiro ano do Plano Real. O sucesso do Plano até aqui decorreu acima de tudo do desejo de toda a nação pela estabilidade monetária, pelo crescimento econômico

e pela expansão do nível de emprego.

O Plano Real teve também outro resultado positivo: restaurou, aos olhos da população a autoridade e a credibilidade dos Poderes da República, ameaçados não somente pelos efeitos da grave crise política que se abateu sobre o País com o “impeachment” de um Presidente, mas também pela própria espiral inflacionária.

Nesse ponto, é essencial destacar o papel que o Presidente Itamar Franco teve na gênese e na condução do processo de estabilização econômica do Brasil.

Estou seguro de que Itamar Franco realizará em Portugal, como Embaixador, um projeto consistente de aprofundamento de nossas relações, conquistando junto ao povo português o mesmo carinho de que desfruta entre todos os brasileiros.

Tenho insistido de que o Plano Real é apenas o começo de uma grande transformação do Brasil. Estamos conscientes de que para seu êxito pleno são necessárias reformas importantes em nossa estrutura jurídica, entre as quais estão emendas constitucionais, que visam eliminar restrições ao capital estrangeiro, reservas de mercado e a flexibilização de monopólios da União em setores como o do petróleo e das telecomunicações.

O Congresso Nacional compreendeu a importância dessas reformas e vem examinando com espírito patriótico e sentido de futuro essas mudanças, que são uma exigência de toda a sociedade.

Com a privatização de um grande número de empresas estatais e a implementação da Lei de Concessões dos Serviços Públicos, abrem-se oportunidades excepcionais de investimentos no Brasil. Os investidores portugueses devem estar atentos a esse processo e serão muito bem-vindos em nosso País.

Senhores parlamentares,

Os brasileiros estão hoje convencidos de que não é mais possível alimentar projetos de

desenvolvimento de caráter autárquico. A globalização da economia é uma realidade incontestável, e ficar à sua margem é um erro de graves conseqüências.

Uma inserção eficiente na economia mundial tornou-se imprescindível a todas as nações: não há, hoje, segundas ou terceiras vias.

Os brasileiros estão conscientes de que para atrair investimentos externos é necessário um ambiente político, econômico e jurídico que garanta condições de viabilidade e previsibilidade para esses investimentos.

A economia globalizada vai a cada dia a fronteira entre o interno e o externo, ao tempo em que reordena a divisão de trabalho em escala mundial. O próprio processo produtivo internacionalizou-se, buscando vantagens comparativas em todos os quadrantes.

Outro fenômeno inescapável de nossa era é a integração, e as Américas, a exemplo da Europa, estão dando passos firmes nesse sentido.

Este impulso só se fortaleceu nessa duas últimas décadas, porque a democracia prosperou em nosso hemisfério e o sentimento de rivalidades locais foi substituído pelo espírito da cooperação e da convergência de projetos nacionais.

A integração regional está avançando com uma dinâmica surpreendente.

O Mercado Comum do Sul já constitui uma união aduaneira e projeta-se para os demais países da América do Sul. O volume de comércio entre os quatro sócios aumenta a cada dia e ultrapassa a cifra de 10 bilhões de dólares.

Até 2005, estarão definidas as regras para a conformação de um espaço econômico hemisfério, uma iniciativa cujo impacto sobre a economia mundial será extraordinário, em termos de geração de mais riqueza e crescimento.

A aproximação do MERCOSUL com a União Européia é um desdobramento natural e desejável de ambos os esquemas de integração econômica. Já estão dados politicamente os parâmetros dessa aproximação. Os negociadores

começaram a tarefa de identificar prioridades e obstáculos a serem superados.

Terei a honra de presidir em Bruxelas, em setembro próximo, a abertura das negociações em torno do Acordo-Quadro entre dois agrupamentos, que lançará as bases da associação inter-regional.

É natural que o projeto perfil dos países do MERCOSUL indique nossa preocupação com a liberalização do comércio de produtos agrícolas

Portugal pode exercer um importante papel para sensibilizar os demais membros da União Européia para o bom encaminhamento dessa questão.

A presença crescente de investimentos brasileiros em Portugal é um sinal claro de que nossos empresários acreditam na dinâmica no mercado português e no potencial deste país como ponto de acesso privilegiado à União Européia.

Preocupa-me sobremaneira a questão do desemprego estrutural que tem afetado tantas as economias desenvolvidas, como as em desenvolvimento.

Cabe à comunidade internacional assegurar a reorganização da produção mundial, além de estimular medidas compensatórias que não tenham mero cunho assistencialista.

Os recentes surtos migratórios do Sul para o Norte são conseqüências direta dessa ausência de medidas globais para atacar a questão do desemprego mundial.

É fundamental e inadiável que os países passem a dar prioridade absoluta ao treinamento, à educação, à realocação da mão-de-obra e a ganhos de qualidade e produtividade industrial que não sacrifiquem novos empregos.

Brasil e Portugal estão prontos para dar um salto qualitativo em suas relações.

Para isso, é fundamental identificar novas potencialidades em termos de cooperação e investimentos mutuamente proveitosos.

O momento que vivem ambas as nações é decisivo para uma ampliação de nossa agenda em todos os campos.

A expansão e o aprofundamento das realizações conjuntas e da cooperação entre o Brasil e Portugal tornará ainda mais suave e eficaz a superação de eventuais problemas ou daqueles que naturalmente surgem quando as relações se intensificam.

A riqueza de nossos laços históricos e de sangue, as dezenas de milhares de cidadãos portugueses e os milhões de seus descendentes que vivem e produzem no Brasil, a herança cultural comum, como já disse, são nosso principal patrimônio. Nada pode turvar a densidade desses vínculos.

A generosidade e a tolerância são a marca distintiva de nossos povos; a amizade fraterna que os liga, uma sólida ponte entre as duas nações.

Não podemos admitir, portanto, que essas qualidades e tradições que enobrecem nossa gente sejam menosprezadas por poucos oportunistas, cuja motivação principal são ideologias ultrapassadas pela história e inclinações nitidamente racistas.

Senhores parlamentares,

Minha visita a Portugal é uma reafirmação do desejo do povo brasileiro de ver nossa parceria prosperar, trazendo para todos mais oportunidades comerciais, mais investimentos nos dois sentidos, maior integração cultural, mais riqueza e empregos.

Somos hoje países irreversivelmente comprometidos com a democracia, com a liberdade e com a economia de mercado.

Ambos buscamos com legitimidade maior espaço de atuação no processo decisório internacional e, particularmente, no Continente Africano.

O Brasil estará participando em breve da operação de paz da Organização das Nações Unidas em Angola com um contingente de 1.100 homens. Essa participação se faz em nome de um ideal maior: ajudar um povo irmão, do qual muitos brasileiros descendem, a superar a tragédia de uma guerra fratricida.

Os brasileiros estão preparados para assumir responsabilidades cada vez maiores no cenário internacional e os riscos a eles associados.

Motiva-nos para tanto, além de nossa tradição pacífica e o fato de sermos uma sociedade democrática e multirracial, a vontade de auxiliar outros povos na busca da paz e da democracia.

Senhoras e Senhores,

Iniciei minha vida política no Parlamento e a luta contra o arbítrio e a favor dos ideais democráticos sempre foram bandeiras que empunhei com fervor.

Hoje, como governante de um país vibrante e renovado, abraço com convicção um projeto que tem por objetivo trazer mais prosperidade e justiça para todos os brasileiros.

Estou seguro de que os novos tempos que o Brasil vive terão um impacto muito positivo sobre as relações com Portugal.

Reafirmo o interesse de meu País na implementação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, instrumento importante não somente para a projeção de nosso idioma e de nossas culturas em todo o mundo, mas também para o fortalecimento da nascente Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Meu Governo continuará a dar atenção especial à consolidação dessa importante iniciativa.

Com sentido de oportunidade política, realismo, pragmatismo, sem quaisquer pretensões hegemônicas e levando em conta os interesses de todos os sete países envolvidos, poderemos dar passos decisivos para a sólida edificação desse foro de concertação política, cultural e econômica.

Brasil e Portugal estão juntos numa viagem voltada para conquistas importantes. Nossos horizontes convergem para um futuro de prosperidade e de fraternidade.

Invoco Luís de Camões, o herói da pátria lusitana para celebrar a união perene de nossos povos e seu destino comum de grandeza:

“Tão brandamente os ventos os levavam

Como quem o Céu tinha por amigo.
Serenos o ar e os tempos se mostravam,

Sem nuvens, sem receio de perigo.”
Muito obrigado



Discurso na abertura da II Cimeira Bilateral Luso-Brasileira

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na abertura da II Cimeira Bilateral Luso-Brasileira. 20 de Julho de 1995

Em nome do povo brasileiro, trago aos participantes da II Cimeira Bilateral Luso-Brasileira as mais cordiais saudações e uma mensagem renovada de fraternidade.

Esta reunião realiza-se no momento em que as relações Brasil-Portugal alcançam um novo e elevado patamar qualitativo, com alto grau de convergência de interesses e posições no cenário internacional entre os dois países.

O Brasil vive hoje o mais profundo e significativo processo de transformação de sua história recente.

O êxito do processo de estabilização econômica e a retomada do crescimento, a par de promover uma efetiva distribuição de renda e gerar novos empregos, reacendeu a esperança e a confiança da população no futuro do país, principalmente nas faixas menos favorecidas.

Portugal também vive momento auspicioso: sua atual vitalidade econômica, política e cultural, em sintonia com os ideais e conquistas da União Européia, é motivo de orgulho e garantia de um futuro de prosperidade para toda a nação lusitana.

O fato de o Brasil ser hoje o quinto maior investidor estrangeiro em Portugal, que, por seu turno, é o quinto maior receptor de aplicações brasileiras no exterior, demonstra que nossos agentes econômicos estão sabendo avaliar corretamente as

perspectivas do relacionamento econômico com este país.

O Brasil também espera atrair um volume crescente de investimentos portugueses. Temos a oferecer uma realidade econômica estabilizada e regras de longo prazo de ordenamento da economia.

Nosso processo de privatização avança a passos seguros e a Lei de Concessões de Serviços Públicos abre oportunidades proveitosas para o capital externo.

Temos ainda um bom potencial para adensar o relacionamento bilateral no campo científico e tecnológico, mediante a participação do Brasil em projetos do Programa EUREKA e também de Portugal no programa BOLÍVAR, que tem como objetivo principal a promoção e a integração tecnológica, financeira e comercial entre os países latino-americanos.

Na área cultural, expresso minha satisfação pela realização em novembro último do 1º Encontro da Comissão Mista Bilateral Executiva sobre a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, que congregou personalidades do mundo político e cultural dos dois países.

Ressalvo a importância da criação de um banco de dados para a unificação das informações culturais brasileiras e portuguesas, que inclui o intercâmbio universitário. Esta iniciativa terá impacto

positivo para a pesquisa e sistematização dos dados referentes ao intercâmbio bilateral, o que representará valioso instrumento para futuros programas de cooperação.

Senhoras e Senhores,

Nosso relacionamento poderá ser ainda mais favorecido pela aproximação entre o MERCOSUL e a União Européia, e nesse sentido, considero de especial importância o apoio dado pelo governo português à iniciativa de negociação de uma zona de livre comércio entre os dois esquemas de integração.

Presidirei em Bruxelas, em setembro, a abertura das negociações em torno do Acordo-Quadro, que lançará as bases da associação inter-regional.

Preocupa-me neste particular a questão da liberalização do comércio de produtos agrícolas, tendo em vista o perfil das economias que integram o MERCOSUL.

O governo português pode exercer um papel de destaque no sentido de sensibilizar os demais membros da União Européia no tratamento deste assunto.

Brasil e Portugal têm apresentado uma grande coincidência de posições nos principais temas da agenda internacional, inclusive na necessidade de ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A Reunião dos Chanceleres dos sete países de língua portuguesa ontem realizada serviu para o

tema da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa fosse reavaliado de forma pragmática e realista, sem quaisquer pretensões hegemônicas.

Estou empenhado em prestar toda a cooperação para que a idéia da Comunidade possa avançar em bases sólidas. Esta iniciativa tem grandes méritos e já consolidou uma realidade política irreversível.

Nosso compromisso com o bem-estar e com o futuro de paz e de prosperidade dos países de língua portuguesa é agora reforçado por nossa disposição em participar com contingente expressivo de homens na operação de paz das Nações Unidas de Angola.

O Congresso Nacional já aprovou o envio de tropas para nossa participação na UNAVEM III e em agosto estaremos presentes em Angola com 39 Oficiais de Estado-Maior, uma companhia de engenharia e dois postos avançados de saúdes, aos quais se seguirá um batalhão de Infantaria, com cerca de 800 homens.

Senhoras e Senhores,

Assinaremos nesta II Cimeira uma série de atos importantes. Estou seguro de que a troca de informações sobre política e economia que deverá ocorrer neste encontro, além da discussão de temas de interesse comum entre os dois países, servirá para consolidar ainda mais a nossa parceria.

Muito obrigado.

Discurso por ocasião do almoço oferecido pelo Senhor Primeiro-Ministro da República Portuguesa

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço oferecido pelo Senhor Primeiro-Ministro da República Portuguesa, Aníbal António Cavaco Silva. Lisboa, 20 de julho de 1995.

Ouvi com alegria as amáveis palavras que Vossa Excelência reservou ao Brasil e com que distinguiu a mim pessoalmente.

A hospitalidade calorosa que tenho recebido do povo português muito me comove e constitui uma manifestação de apreço muito especial pelo Brasil.

A presença de um presidente brasileiro em solo português é sempre uma ocasião festiva, uma oportunidade para renovar e fortalecer a secular amizade que nos une.

Senhor Primeiro-Ministro,

O mundo mudou. Caíram as barreiras ideológicas que balizavam as relações internacionais. Abriram-se novos espaços de inserção para países como Brasil e Portugal.

Está mudando também a perspectiva que temos um do outro e é natural que assim o seja.

Queremos transformar a natureza de nosso relacionamento, explorar plenamente suas potencialidades.

Em minha primeira visita a Portugal como Presidente, encontro um país moderno, revigorado e dinâmico, pronto a assumir um papel de crescente importância no concerto europeu e na cena mundial.

Trago comigo a mensagem de um novo Brasil, de um Brasil democrático, que avança irreversivelmente rumo à estabilidade econômica e

ao desenvolvimento com justiça social, e que busca uma presença maior no cenário internacional.

Senhor Primeiro-Ministro,

Temos muito a construir juntos. São múltiplas as áreas de convergência entre nossos países, e ainda maiores as possibilidades de cooperação que se abrem na atual conjuntura.

Temos de incorporar novos atores nesse processo: empresários, universidades, centro de pesquisa, artistas, para estimular o contato entre brasileiros e portugueses, aguçar a curiosidade de um pelo outro.

Enfim, temos de erguer um novo marco para o nosso relacionamento bilateral; discutir os temas de interesse mútuo e enfrentar os problemas de nossa agenda, com ânimo genuíno de elevar o patamar qualitativo de nossas relações.

É o que nossos povos esperam de seus governantes. É o que procurarei realizar como Presidente do Brasil.

É com esse espírito que convido todos a juntarem-se a Ruth e a mim num brinde a nosso destino comum, à prosperidade de brasileiros e portugueses e, muito especialmente, à felicidade pessoal do Primeiro-Ministro Aníbal António Cavaco Silva e da Doutora Maria Cavaco Silva.

Muito obrigado.



Cerimônia de outorga do Título de Doutor Honoris Causa

Aula do Senhor Presidente da República, Professor Fernando Henrique Cardoso, na Universidade de Coimbra, durante a Cerimônia de outorga do Título de Doutor Honoris Causa. Coimbra, 21 de julho de 1995

I. Introdução - Trabalho Acadêmico e Ação Política.

É com grande orgulho que recebo da Universidade de Coimbra o título de Doutor *Honoris Causa*. Não preciso exaltar as tradições de um dos mais antigos centros de cultura da Europa, nem recordar o fato de que Coimbra esteja tão fortemente ligada à história do Brasil.

Se me permitem uma referência pessoal, lembro que, na última vez que visitei Coimbra, em 1990, participei da homenagem que a Universidade prestava a Florestan Fernandes, um dos criadores da moderna sociologia brasileira. Fui seu aluno e depois seu colega na Universidade de São Paulo. Sua atitude exemplar de professor combina-se, em vários momentos, quando participa da vida política, com a devoção à luta pela igualdade, como se todo o seu saber só se justificasse na medida em que servisse aos que nada ou pouco têm.

A praxe recomenda que quem recebe o título deve dar uma aula, o que faço com prazer. Minha aula não terá o rigor científico, o cuidado analítico que procurei imprimir a meus trabalhos sociológicos. Estará na confluência do trabalho intelectual e dos dilemas dos que são obrigados a decidir, sabendo que o tempo dos dois movimentos é diferente. Na vida política, o tempo é uma variável fundamental, mas não escolhemos seu ritmo que, freqüentemente,

exige que substituamos a reflexão pela sensibilidade, a razão pela intuição.

II. Ideologia no Pós-Guerra Fria.

O tema que escolhi é o de que orientações ideológicas modelam as nossas opções neste momento do Pós-Guerra Fria. Como se articulam essas orientações numa democracia moderna?

Bobbio retomou, em ensaio recente, a questão da permanência mesmo esmaecida, das ideologias, da dicotomia esquerda-direita.

Penso que é um tema que interessa à reflexão sociológica e política no Brasil e em Portugal, pois, afinal, somos democracias em construção, que compreendem a necessidade de aperfeiçoar-se. E aí, o tema dos valores, que orienta escolhas, é fundamental.

Falarei tendo pano-de-fundo o Brasil, sociedade moderna com características próprias. Ainda que os diagnósticos sobre a “dualidade brasileira” estejam ultrapassados, os desequilíbrios sociais nos tornam contemporâneos das sociedades mais avançadas e mais atrasadas. Essas assimetrias nos permitem ver com clareza problemas que atualmente existem nos países ricos, como o desemprego estrutural, e nos países pobres, como os da marginalização e do combate à miséria.

IV. Direita e Esquerda na América Latina.

De que servem hoje as ideologias modernas - o liberalismo, o socialismo, a social-democracia, o nacionalismo? Historicamente, elas tiveram um peso na orientação de atores políticos, dos grupos sociais. Deram padrões de julgamento sobre o que faziam os “homens políticos”. Criaram critérios de avaliar o que era “progressista”, o que melhorava a condição humana.

No plano das ideologias, a queda do Muro de Berlim leva a, pelo menos, duas atitudes. De um lado, uma euforia, fácil e enganosa, a de que teríamos chegado ao fim da “era das ideologias”, como se tivesse sido criado consenso universal sobre o que é melhor para as nações. Os problemas não teriam mais a ver com “idéias”, mas com “práticas”. De outro lado, a compreensão de que, apesar de crescentes convergências, estas não se transformaram em unanimidades. Há dilemas e contradições no campo da política.

Como organizar então o debate sobre o sentido do progresso? A derrocada do socialismo traz problemas novos como o de saber até que ponto a matriz clássica, esquerda-direita, ajuda a entender os padrões e valores de nossos dias. Esquerda é progresso e direita é reação? Que esquerda há? Que direitas há?

Podemos retomar os critérios de Bobbio e aceitar que a esquerda orienta-se por um sentimento igualitário e a direita aceita a desigualdade como natural. Reconheço que são fórmulas vagas e, por isso, socorro-me da sociologia para tentar preenchê-las.

O que significa esquerda e direita no panorama intelectual latino-americano? Uma primeira observação é a de que nós, intelectuais latino-americanos, fomos, em maioria, de esquerda. Em dois sentidos: os temas eram enfocados em boa parte pela matriz marxista e, quando nos manifestávamos politicamente, a crítica e a insatisfação predominava. Queríamos transformações em nosso continente.

Em contrapartida, especialmente no Brasil, a

direita era talvez mais “prática” do que “ideológica”. Seus intelectuais eram poucos e estavam sintomaticamente mais perto do Direito e da Economia do que das Ciências Sociais. Diante da questão da desigualdade, valorizavam não tanto a sua naturalidade, à moda da direita tradicional européia, mas a necessidade de controle social. A ordem era o valor maior e, nisto, as doutrinas de segurança nacional foram sua clara expressão moderna. Em economia, defendiam as soluções de mercado, às vezes, de forma radical. Hoje, com o sopro dos ventos liberais, o Estado forte não é mais inspirador da direita.

III. A Esquerda Tradicional: Idéias e Métodos.

Mas, voltemos ao pensamento de esquerda. Como ela exprime o ideal de igualdade? Para a matriz marxista da esquerda latino-americana, a vida política culminaria quando se desse a cada um segundo as suas necessidades. Atitude utópica, de difícil visualização, salvo a ênfase na igualdade social e econômica, mais do que na política. Se nos países de socialismo real, esta formulação se torna concreta, visível na América Latina a revolução cubana adota uma versão própria do ideal de igualdade: diferentemente do modelo soviético, sociedade mais avançada e industrializada, Cuba forja um modelo de igualdade na pobreza e abre a perspectiva de que é possível dar saúde para todos.

A conquista de uma “igualdade concreta” em Cuba confirma que alguma transformação radical do sistema é necessária para reverter a exploração. Nem todos os projetos de esquerda, porém, serão radicais.

No limite, abandona-se o socialismo por alguma forma de “desenvolvimentismo”. Mas a compreensão da necessidade de transformação, comandada pelo Estado, é universal e orienta a ação dos partidos “progressistas” em suas variantes da democracia cristã, da social-democracia, do trabalhismo, e do próprio populismo. De uma certa forma, o ideal da desigualdade se transforma em propostas de elevação das classe oprimidas.

Outro tema importante, no pensamento da esquerda latino- americana, é o dos métodos para chegar à igualdade, ou para melhorar as condições sociais. Lembro inicialmente que o pensamento liberal tem uma visão negativa, hobbesiana, do homem, bem como uma visão positiva do social, na medida em que, livres, as forças sociais criam, via mercado, riqueza e harmonia. Para a esquerda, o movimento era inverso: partia-se de uma visão positiva, rousseauiana do homem; mas a sociedade o corrompe e é necessário algum tipo de engenharia social para tornar sadias as organizações sociais. Isto leva, na matriz marxista, a uma espécie de repúdio às instituições existentes, vistas como reprodutoras de desigualdade.

O objetivo não era simplesmente conquistar o poder. Era mais do que isto, era mudar a natureza da relação entre os momentos, extirpar os mecanismos de exploração. Daí a importância da idéia revolucionária, da busca do ator que a levaria adiante - o proletariado urbano ou camponês - e da melhor estratégia de vencer as classes dominantes, da via eleitoral à luta armada. E, mesmo quando se aceitava a via eleitoral, ela era vista como passo para uma transformação ontológica da sociedade a qual, num segundo momento, dispensaria as formalidades da democracia burguesa.

Quanto mais à esquerda, tanto menos importante era o debate institucional. As instituições se corrigiam automaticamente com as mudanças sociais. paralelamente, do ângulo dos desenvolvimentistas, não necessariamente de esquerda, a defesa do Estado de Direito aparecia como algo supérfluo diante do desafio da industrialização e do desenvolvimento econômico. A chamada burguesia progressista foi muito mais estatizante e nacionalista do que liberal-democrática. Coincidia com a esquerda na relativização dos aspectos formais da democracia. O tema da democracia formal surgirá, com força, somente no marco do combate ao autoritarismo, quando se começa a admitir que as instituições pesam na vida

do indivíduo e da sociedade.

Na Europa do Pós-Guerra, ao contrário, deu-se a opção pela “reforma ao invés da revolução”, ou seja, a aceitação do jogo eleitoral como instrumento para chegar ao governo e, a partir dele, obter-se a redistribuição da renda. A luta armada fica “estacionada” na Revolução de 1917.

Um terceiro elemento de análise do pensamento das esquerdas diz respeito à *abrangência das propostas*. A tendência da esquerda era a de buscar conflitos estruturantes, do conjunto da sociedade. Também as formas de solução do conflito abrangiam soluções para toda a problemática social. A tomada do poder mudaria o social e o econômico, ao tempo em que criaria uma nova moralidade. Reordenaria também o quadro internacional, com a superação do imperialismo. No caso da esquerda brasileira, a tendência natural era ver, na história do Brasil, uma repetição da européia, os mesmos padrões de conflito. Nossas interpretações eram baseadas na idéia de que a classe operária não estava ainda suficientemente organizada para cumprir a sua missão histórica.

IV. Ideologias na Atualidade.

Este mundo que descrevi de forma simplificada supunha o marco da Guerra Fria. Hoje, como ficamos?

Os critérios que emergem da visão “tradicional” da esquerda parecem superados. O debate sobre o alcance do ideal da igualdade não morreu, embora se tenha tornado mais concreto, voltados para problema de gestão. Ainda faz parte da visão de futuro sobre as nossas sociedades, porém com uma diferença.

Além disso, a escolha da estratégia de ação já não prescinde do marco da democracia. A democracia e a defesa dos Direitos Humanos tornam-se referencial necessário do progresso, é mesmo ingrediente do progresso. Paralelamente, a agenda contemporânea da pólis fragmenta-se, tornando pouco nítidas as balizas de atuação política,

à direita e à esquerda, no tocante a temas como a questão da mulher, da ecologia, do controle demográfico, da sexualidade. Tais temas envolvem novas concepções da interação democrática entre a cidadania e o Estado, que extravasam o quadro de análise das ideologias tradicionais.

Disso derivam várias conseqüências. A mais evidente é a de que os atores sociais passam a valer igualmente na arena política e não existem mais “demônios” a serem eliminados, como a burguesia na perspectiva marxista tradicional. Não existe imposição ideológica. Deve haver abertura e tolerância. O peso do argumento e a maneira como é defendido em termos de mobilização política tornam-se decisivos no processo de definição do que é legítimo em termos das políticas e dos projetos sociais. Idealmente, valeriam mais as forças de persuasão do que o poder econômico. *A democracia, como ideal, passa a ser um jogo de razão.* Os padrões éticos, obtidos em consenso social mais amplo, julgam a ação política.

Em sociedades como as latino-americanas, em que as diferenças são agudas e patentes, os objetivos de igualdade estão dados: fornecer a todos os cidadãos os serviços básicos de saúde, educação, segurança, cultura. Uma afirmação como esta é simples, porém frágil. Definir o ideal de esquerda, à maneira de Bobbio, como o da igualdade, em nosso Continente, é o começo de um longo percurso. Dirá pouco sobre o que fazer e aí está o nó da questão ideológica contemporânea.

Na realidade, o essencial é reter a continuidade do ideal e saber que ele envolve, para sua realização, ações variadas, que vão desde políticas compensatórias à dissolução de privilégios. Esta é, aliás, uma das questões difíceis de resolver.

O que são privilégios em uma sociedade de contraste? Na visão tradicional da esquerda, o privilégio se identificava com uma classe, com os “ricos”. Agora, a perspectiva deve ser mais cuidadosa e os empresários têm um papel no desenvolvimento. Há desigualdades aceitáveis,

quando existe uma rede mínima de proteção do cidadão. O problema agora é evitar, como fazia o Estado autoritário, de cercar de vantagens os que já tem uma oposição “assegurada”, seja na estrutura social, seja na máquina do Estado, de tal forma que as políticas de governo se tornem “reprodutoras da desigualdade”.

É preciso chamar a tenção para a persistência de posturas “passadistas” nas atitudes da esquerda e da direita, que reagem à mudança, por receio de que possa ser prejudicial aos interesses da maioria ou de seus privilégios, dentro e fora do Estado. Adotam os argumentos conservadores - descritos por Hirschmann - em parte porque não aceitaram a complexidade da sociedade contemporânea, que repele raciocínios dicotômicos.

A esquerda tradicional subestimou a capacidade da democracia de promover melhorias na condição de vida do proletariado e com campesinato. Aferrou-se a estruturas políticas fechadas e autoritárias; subestimou, também, a importância da livre circulação de idéias e informações, num momento em que um novo paradigma tecnológico começava a comandar um processo produtivo cada vez mais internacionalizado e comandado pela lógica da economia de mercado.

Por outro lado, é inegável no mundo contemporâneo o papel de uma esquerda crítica, *habermasiana*, capaz de recolher as diversidades e as contradições da sociedade, de forma a canalizá-las no sentido do progresso e do aperfeiçoamento do jogo democrático.

Agregaria que, nas democracias contemporâneas, a questão da igualdade de oportunidades de acesso à educação tornou-se prioritária. Embora essa proposição contenha elementos idealistas, dada evidência de que há nítidas disparidades sociais na “partida” em favor dos herdeiros das classes mais privilegiadas, em muitos países é possível dizer que existe uma boa oportunidade de acesso a todos os cidadãos. Isto atenua, de certa forma, a própria noção de injustiça.

Se o ideário da esquerda tradicional avançou, deixando para trás noções como a ditadura do proletariado ou do planejamento central, o ideário associado à direita também evoluiu, incorporando políticas públicas compensatórias para atenuar as desigualdades mais flagrantes. Esquerda e direita ainda se distinguem, embora em marco em que há maior espaço de convergência.

Gostaria, neste momento, de completar a questão do chamado neo-liberalismo, que, apesar de admitir variações, como mostrou recentemente Perry Anderson, tem ocupado grande espaço na mídia.

Há qualificações preliminares. A primeira é de que é necessário respeitar as realidades nacionais. Da mesma maneira que o pecado da esquerda tradicional foi o de transferir categorias pensadas no bojo do capitalismo avançado para o mundo latino-americano, o pecado neo-liberal pode produzir a mesma distorção. As receitas prescritas pela ideologia neo-liberal devem, assim, ser examinadas com cautela. É evidente que o papel do Estado em sociedades européias, muito mais homogêneas, será diferente nos países do Sul. Da mesma forma, se a moldura for a social-democrata, e não a liberal, o peso da questão social será diferente.

Parece-me simplificação inaceitável substituir o Estado pelo “mercado”. Também é inaceitável a tentativa de reduzir tudo ao pragmático e dizer que é positivo simplesmente o que deu certo em termos econômicos, o que aumentou no PIB. É claro que o bom desempenho nos números, o controle das variáveis macroeconômicas, é importante - e louvem-me os liberais por apontar com ênfase para esses temas. Mas é insuficiente, pois, se não houver uma crença em valores, no sentido coletivo de avanço social, a sociedade se desorienta e as lideranças se esvaziam.

Aqui entra o ideário social democrata. Se o objetivo é distribuir rendas, abandonando as vias radicais, o problema que se coloca é duplo: o da eficiência e o da equidade, que devem ser

combinados. O objetivo do desenvolvimento, da produção como requisito para o bem-estar, deve estar em harmonia com políticas que sejam capazes de universalizar os benefícios sociais.

Neste sentido, o dilema Estado-mercado é falso. O papel do Estado, como agente regulador, deve ser mais eficaz. Assim a proposição para a qual devemos estar atentos é o *papel do Estado no mercado*. O problema é como aumentar a competitividade e como tornar mais transparentes tanto as decisões de investimento, como as que afetam o consumo. Isto é, como torná-las controláveis pela sociedade e não somente pelas burocracias do Estado ou das empresas.

Diferentemente do neo-liberalismo, a social democracia desloca, portanto, o eixo da opção entre a estatal e privado do plano ideológico para um plano objetivo: importantes são as condições que devem ser criadas para o funcionamento da economia.

É importante para o funcionamento da economia é não tanto a diferença ente ricos e pobres, entre capitalistas e assalariados, mas entre setores sociais organizados, que incluem importantes setores das classes trabalhadoras e médias, e setores não-organizados. As pressões corporativas constituem empecilhos para a *universalização* de conquistas sociais. É assim com o salário, com a Previdência, com os benefícios da aposentadoria, com o acesso à educação e à saúde. É preciso evitar a postura neo-liberal que critica toda e qualquer reivindicação por ser parcial e benéfica apenas a alguns setores e prefere a luta “no âmbito do mercado” que asseguraria a igualdade a longo prazo. E também evitar o “atendimento” populista, que considera válida qualquer reivindicação de *los de abajo* sem se perguntar sobre os efeitos de médio prazo para as sociedades.

O critério da competitividade, da absorção de meios que permitam ganhos de produtividade são a pedra de toque de políticas econômicas que tenham por objetivo aumentar o bem-estar social da população. E esse é o desiderato da social-

democracia. Ela reconhece que o esforço de crescimento econômico é condição para o bem-estar social. Reconhece que certos mecanismos de intervenção podem ser necessários para criar condições internas de competitividade. Trata-se, portanto, de uma questão de gradação e da escolha de alternativas políticas que, seletivamente, assegurem o que é fundamental: o interesse público.

E é justamente na forma de definir o interesse público que uma nova esquerda, se souber retomar os ideais e a tradição de tolerância da social-

democracia, pode oferecer caminhos inovadores, porque inspirados numa utopia viável. Nesta utopia, a esquerda não apenas descobre os movimentos sociais, mas cria espaços públicos e institucionaliza mecanismos revitalizados de democracia participativa, que conciliam direitos e motivações individuais com o fato de os indivíduos viverem situações comuns, coletivas e também com o fato de que valores comuns devem ser a base das necessárias soluções de justiça social.

Discurso por ocasião do jantar em homenagem ao Senhor Presidente da República Portuguesa

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar em homenagem ao Senhor Presidente da República Portuguesa. Lisboa, 21 de Julho de 1995

O carinho que tenho recebido de todos neste visita confirmam uma vez mais a proverbial hospitalidade e a fraternidade secular entre nossos povos, que se renova e se aprofunda a cada dia.

Ainda estou impressionado com a beleza e a profundidade das palavras que ouvi de Vossa Excelência nos encontros que tivemos. Muito além dos diagnósticos lúcidos do mundo contemporâneo, identifiquei nelas o desejo de construir pontes sólidas que nos levem mais longe do que a simples reafirmação de nossa amizade.

Somos pátrias unidas pelo destino e pelo sangue, fortalecidas, hoje, pela força de nossas democracias.

Somos países cuja vocação para o universalismo, para a paz e tolerância reserva-nos uma posição de respeito e de destaque no concerto internacional.

Nós, brasileiros, temos em Vossa Excelência, Presidente Mário Soares, um amigo dedicado, que sempre zelou pela promoção de iniciativas que aproximassem Brasil e Portugal, com projetos de cooperação pragmáticos e realistas.

Em todos os seus atos, Mário Soares demonstra seu talento extraordinário de Estadista moderno. Do político que tem a sensibilidade de usar a tradição e a experiência para antecipar o futuro, para mostrar a rota de prosperidade à nação

portuguesa.

Nossos países estão atentos às grandes transformações que estão ocorrendo no mundo e cujo alcance ainda não conseguimos descortinar por completo, tal sua velocidade e amplitude.

O grande desafio que os governantes devem enfrentar neste final de século é justamente o de lidar com horizontes de mudança cada vez mais próximos, o que exige uma capacidade de liderança e de promoção de consensos ainda mais desenvolvida. E nisso, o Presidente Mário Soares tem sido um exemplo para todos nós.

O grande poeta Murilo Mendes, de Juiz de Fora, a terra querida do Embaixador Itamar Franco, resumiu magistralmente essa necessidade que enfrentaremos da adaptação constante às novas realidades:

“A humanidade deverá entrar no período de reajustamento da experiência”.

Ao convidar o Presidente Itamar Franco para ocupar a Embaixada do Brasil em Lisboa, convite que ele aceitou prontamente por estar sempre disposto a enfrentar novos desafios, quis sinalizar claramente a singular importância do atribuo a nosso relacionamento com Portugal.

Nossa relações econômicas têm sido potencial de crescimento. Tenho insistido em minhas conversas com empresários portugueses e brasileiros

na necessidade de ousadia na concepção de iniciativas que aproximem ainda mais nossas economias.

A formação de “joint-ventures” e a exploração de oportunidades de investimento em ambos os países têm perspectivas cada vez mais auspiciosas.

Associados, brasileiros e portugueses poderão beneficiar-se do acesso aos mercados expandidos da União Européia e do MERCOSUL, além da possibilidade de explorar novas incursões em terceiros mercados, sobretudo no Continente Africano.

Estou seguro de que traduzo o pensamento do Governo português ao reafirmar esse firme propósito de fomentar o crescimento de nossas relações econômicas e comerciais.

No plano internacional, o Brasil está preparado para assumir maiores responsabilidades. Temos a nosso crédito uma história de convivência pacífica na cena mundial, uma diplomacia competente e de sólida tradição na busca de soluções negociadas. Nossa dimensão territorial, populacional e econômica, associada a uma sociedade multirracial, que crê firmemente em ideais democráticos, são credenciais suplementares que justificam a consciência desse projeto.

A democratização do processo decisório internacional é uma necessidade inadiável. E a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas constitui uma oportunidade única para ampliar a legitimidade do órgão. Reconheço com gratidão o papel decisivo que Portugal tem exercido para que o Brasil possa participar mais ativamente desse

processo de democratização da cena internacional.

Vivemos um momento muito favorável de nossa história com a vitalidade da nação portuguesa plenamente integrada no espaço e com o Brasil em processo irreversível de recuperação econômica.

Precisamos aproveitar estes ventos promissores para revigorar nossa parceria fraterna, que já registra um acervo impressionante de realizações.

Presidente Mário Soares,

Voltar a Portugal é para mim - e para todos os brasileiros - motivo de especial alegria.

O calor humano da gente portuguesa, sua solidariedade transborda em cada gesto, em cada palavra.

Essa amabilidade ficou cada vez mais comprovada pelo extraordinário tratamento que recebemos, Ruth, eu e toda a minha comitiva em Queluz.

Agradeço-o de todo coração pela hospitalidade e peço-lhe transmitir este reconhecimento a todos aqueles que deram tudo de si para que nossa estada aqui fosse simplesmente perfeita.

Ruth e eu guardaremos para sempre na memória estes momentos de emoção e afeto. Muito obrigado a todos.

É com esse espírito que convido a todos a me acompanharem num brinde a nossa irmandade, à prosperidade de ambos os povos e, particularmente, à felicidade de nossos amigos pessoais Presidente Mário Soares e sua estimada mulher, a Doutora Maria de Jesus Barroso Soares.

Cerimônia de outorga do Título *Doutor Honoris Causa*

Aula do Senhor Presidente da República, Professor Fernando Henrique Cardoso, na Universidade do Porto, na Cerimônia de outorga do Título Doutor Honoris Causa. Porto, 22 de Julho de 1995

I - Introdução

Quero, inicialmente, expressar meu agradecimento à Universidade do Porto pelo título que me concede e que muito me honra. Renovar o contato com a Academia, como hoje faço, é sempre motivo de satisfação para alguém que se orgulha de ter dedicado grande parte da sua vida ao ensino na Universidade.

Reza a tradição que o homenageado dê uma aula. O objeto de minha exposição será o de examinar, em linhas gerais, os principais traços e as tendências mais importantes do cenário internacional contemporâneo.

Em meus anos de vida acadêmica, minhas reflexões tiveram como ponto central a compreensão das possibilidades e dos limites do desenvolvimento dos países da América Latina, da interação de condicionantes externas com as variáveis internas para produzir, nos países da região, um caminho possível de desenvolvimento que chamávamos, Enzo Falleto e eu, de modelo capitalista dependente-associado.

A dimensão internacional já estava presente, portanto, em meus estudos, embora subordinada à preocupação maior de explicar o quadro interno.

Hoje, no entanto, quero concentrar-me exclusivamente nas transformações mundiais dos últimos anos, não apenas porque, cada vez mais, é o

externo que passa a influenciar o interno em cada país e isso vale tanto para o Brasil como para Portugal, mas porque me sinto mais à vontade para enveredar pelos temas da agenda internacional. É que agreguei à perspectiva do acadêmico uma nova faceta: tornei-me também ator e operador de política externa, antes como Chanceler, agora como Presidente da República. E nada substitui a vivência direta das questões internacionais para chegar-se a um entendimento mais abrangente dos desafios que apresenta um cenário externo em mutação acelerada e constante.

II - O Plano Econômico. Globalização da Economia. Os Esforços de Integração. O Terceiro Mundo.

No plano geral das relações econômicas, a tendência mais nítida é a da internacionalização do processo produtivo. É uma realidade que se foi construindo nas últimas décadas. Há mais de 25 anos, eu utilizava o termo “internacionalização dos mercados” para caracterizar a atuação das empresas multinacionais em países como o Brasil, transferindo para eles, como resposta à elevada proteção tarifária, algumas de suas operações para penetrar naqueles novos mercados. Mas na verdade era mais complexo o processo que vinha ocorrendo: mais do que a simples internacionalização do processo produtivo,

ou, como se diz freqüentemente, da globalização da economia, da expansão dos fluxos internacionais de comércio e de capitais, que acarretou profunda reorganização do sistema econômico mundial.

Algumas das conseqüências da internacionalização do processo produtivo são hoje claras. Em primeiro lugar, criou a oportunidade de certa maneira inesperada ao produzir novas ondas de industrialização no mundo.

Os tigres asiáticos e até certo ponto o próprio Japão souberam sair à frente, com políticas industriais e educacionais mais eficientes. As altas taxas de crescimento que obtiveram nas últimas décadas resultaram do acerto dessas políticas e também das perspectivas abertas pela globalização.

Em segundo lugar, as escalas ampliadas de produção e de mercados exigidas pela globalização ditaram um processo de unificação, de integração de grandes espaços econômicos. E pioneira experiência européia, que os portugueses vivenciam tão de perto é o esforço mais avançado nesta direção. Mas há outras iniciativas, inclusive sub-regionais, como é o caso do Mercosul, que tem sido importante fator de dinamismo para a economia brasileira. O fenômeno de , multipolarização econômica em espaço regionais foi visto por muitos não apenas como uma ameaça de esfacelamento do sistema internacional, mas também como um potencial de disputa pela hegemonia econômica.

Reforçavam essa visão os sucessivos adiantamentos na conclusão da Rodada Uruguai do GATT; os crescentes atritos comerciais entre Estados Unidos, Europa e Japão, e ainda algumas obras como as de Lester Thurow e Paul Kennedy que tiveram repercussão e enfocavam, sob diferentes ângulos, os temas da competição entre “blocos” e da competitividade das nações.

Não acredito, porém, que a integração regional se faça em detrimento da intensificação dos laços comerciais, financeiros e empresariais entre os diferentes blocos regionais. A razão para isto está na escala de produção e na inovação tecnológica, que militam a favor de um espaço econômico ainda maior,

de escopo mundial. A possibilidade de participar em eficiência na economia globalizada é dada cada vez mais pela capacidade dos países de investir em ciência e tecnologia e de dispor de recursos humanos qualificados, além de criar instituições em que haja liberdade e respeito aos direitos humanos.

A terceira conseqüência da internacionalização do processo econômico foi o fracasso espetacular dos países que não foram capazes de reunir aquelas condições de participar da economia global, a começar pelas economias centralmente planejadas no Leste Europeu. Depois do ímpeto desenvolvimentista do pós-Segunda Guerra Mundial, quando a União Soviética chegou a dar a impressão de que estava na vanguarda tecnológica após o lançamento do Sputnik, o comunismo perdeu terreno. Sua estrutura econômica não sobe acompanhar o desenvolvimento tecnológico na produção de bens de consumo para sua população; não pôde gerar poupança interna em grau compatível com a mudança do ciclo tecnológico; e não soube criar, em suas instituições fechadas e pesadas, o clima de liberdade necessário à imaginação, pesquisa, ao desenvolvimento.

O que o Mundo Ocidental fez foi uma verdadeira revolução organizacional. O capitalismo deixou de significar apenas o “livre jogo” dos mercados para, através da revolução tecnológica e da informação, tudo abarçar: a Universidade, o Estado, os meios de comunicação.

Os países de economia antes centralmente planejada vivem anos de transição dolorosa e difícil e levarão outros mais até poderem colher plenamente os frutos dos esforços de ajustamento às novas realidades econômicas mundiais.

O outro grupo de países que não foi capaz de integrar-se na economia global deve ser encontrado em grande parcela do que nos habituamos a chamar de Terceiro Mundo.

Durante muito tempo, prevaleceu, ao pensar-se no conceito de Terceiro Mundo, a idéia de unidade, a noção de um grupo de nações que, não obstante suas diferenças, partilhavam as

características comuns do subdesenvolvimento. Mas do que isso, uma plataforma política conjunta que, na convicção de que a razão e a ética estavam a seu lado, continha reivindicações para transformar o ordenamento internacional. Hoje, o conceito de Terceiro Mundo perdeu muito de sua utilidade, porque sabemos que, na verdade, ele escondia realidades muito diferentes, que o tempo viria a acentuar ainda mais.

O NICS asiáticos desfrutam hoje padrões de renda que os deixam mais próximos do mundo desenvolvido do que do mundo em desenvolvimento. A América Latina, com uma ou outra exceção, como o Chile, tardou a embarcar no processo de integração na economia global. Foi ali que a estratégia de substituição de importações, de industrialização protegida, fincou raízes mais profundas. Nos últimos anos, os países da região tendem recuperar o atraso, dentro de uma perspectiva geral de maior abertura e de crescimento, mas com instrumentos distintos e graus diferenciados de êxito para cada um. Para os países continentais, como Índia, Paquistão, China, Indonésia e o Brasil, se não se integrarem de modo satisfatório às correntes econômicas internacionais, restará sempre a opção do mercado interno, de um suposto e talvez inatingível “caminho próprio” de desenvolvimento.

Mas para a maior parte do restante do antigo Terceiro Mundo, duas visões se opõem. Uma delas tende a ver os países dessa parte do mundo como de difícil integração aos espaços econômicos regionais ou à economia global. Estariam condenados ao esquecimento, pela irrelevância do ponto de vista econômico. Alguns tentariam organizar-se politicamente em sistemas socialistas alternativos, noutros prevaleceria o caos e a corrupção. Muitos ainda viveriam da assistência num mundo em que a ajuda internacional passou a ser percebida como uma cobrança irritante sobre sociedades ricas que têm, cada vez mais, seus próprios problemas internos de pobreza e de desequilíbrios econômicos, como o desemprego estrutural. O sentimento de “aid fatigue” nos países afluentes, a banalização das imagens

televisivas da pobreza, a corrupção endêmica em muitos regimes teriam contribuído para erodir o capital de simpatia necessário para aumentar a assistência internacional aos povos mais pobres. A História tenderia a ser cruel para os que situam à margem do “mainstream”.

A outra visão, da qual sou partidário, sem negar as dificuldades enormes da maior parte do Terceiro Mundo, acredita nas possibilidades de longo prazo de sua integração na economia mundial e recusa-se ao imobilismo e ao fatalismo.

Para os que assim pensam, em vez da indiferença, a situação desses países suscita a indignação, sentimento de paz de produzir a mobilização necessária à ação. Porque a disparidade entre as nações ricas e pobres continuam a incomodar, a machucar, a perverter a boa consciência do mundo.

Em suma, a globalização da economia é um fenômeno que veio para ficar e que - queira-se ou não - cada vez mais influencia as opções nacionais de governantes e dirigentes. Mas a internacionalização da economia não se fará sem conflitos, com base em consensos doutrinários, à moda do “fim da história” de Fukuyama. Contradições continuarão a surgir. Se a própria lógica e a dinâmica da economia exigem escalas ampliadas de mercados, sentimentos políticos antigos, que vieram à tona com o fim da guerra fria, atuam no sentido da autonomia, da desagregação de unidades políticas. Na antiga União Soviética, foram o próprio desejo de liberdade e o impulso democrático que levaram à emancipação das repúblicas agora independentes.

Chegamos ao paradoxo da criação de novos Estados que só serão viáveis se, economicamente, estiverem integrados com outros.

Por outra parte, a internacionalização do processo econômico tem sido pano de fundo não a inclusão social, mas sim a exclusão, crescentemente dramática, daqueles que não são capazes de acompanhar os novos padrões de competitividade, sejam - como vimos - nações inteiras, sejam dentro das nações, as camadas menos favorecidas ou

minorias étnicas e religiosas

Até quando poderemos tolerar a exclusão? Até que volte a penetrar, em nossa consciência, a idéia de justiça social, agora resgatada e livre de associações com o comunismo derrocado? Ou até que os níveis de violência e de caos gerados pela exclusão se tornem intoleráveis? Ou ainda até que os fluxos migratórios do Sul para o Norte atinjam proporções ainda maiores?

III - As Transformações Políticas. O Fim Da Guerra Fria. Os Temas Globais

Passo agora à análise das transformações no plano político e começo com uma afirmação que, embora possa parecer óbvia, nem por isso deixa de ser necessária: vejo o fim da Guerra Fria como algo positivo. O período histórico inaugurado com a queda do Muro de Berlim reúne condições claras que seja essencialmente melhor do que o universo do conflito bipolar. Hoje, esta idéia pode parecer simples e virtualmente inesgotável. No entanto, ainda existe os saudosistas da Guerra Fria, talvez porque fosse mais fácil explicar o mundo, já que a Guerra Fria, de certo modo, trazia maior previsibilidade à cena internacional.

É certo que o sistema internacional contemporâneo caracteriza-se por maior incerteza, situação esta que gera sentimentos divididos. De um lado, há os que vêem o final da Guerra Fria como permeando toda a agente internacional de modo positivo: a democracia e a economia de mercado seriam valores absolutos e triunfantes, trazendo, sem matizes, nova era de paz e prosperidade.

De outro, prevalece atitude pessimista, com ênfase nos conflitos de natureza étnica ou religiosa: no “choque de civilizações” e nas disputas comerciais como substitutos do confronto ideológico; na incapacidade das Nações Unidas, apesar do êxito na Guerra do Golfo, de lidar com estes novos tipos de conflitos localizados.

Entre estes dois extremos, a atração correta seguramente estará em algum ponto intermediário. Do ponto de vista da ação dos Governantes, porém,

questão mais relevante parece ser a do que fazer para que os efeitos positivos provocados pelo final da Guerra Fria se consolidem, se propaguem e acabem por prevalecer sobre os negativos.

Os efeitos positivos começam pelo desanuviamento da agenda internacional da Guerra Fria, marcada pela paz fragilmente mantida à custa do equilíbrio do terror, pela exacerbação dos conflitos regionais, mediante a confrontação ideológica, pela paralisia das organizações internacionais.

Também como positivo deve ser encarado o grau razoável de convergência de valores que passou a existir internacionalmente. A democracia predomina, se nem sempre como realidade, pelo menos como objetivo a ser alcançado. O respeito aos direitos humanos firma-se como norma geral de conduta civilizada; reforçaram-se os mecanismos internacionais para a proteção ambiental; e a noção de liberdade econômica como meio de promoção do crescimento complementa a de liberdade política.

Diria mesmo que, aparentemente, se tomarmos como base as conferências mundiais patrocinadas pela Nações Unidas nos últimos anos - sobre população, mulher, direitos humanos, desenvolvimento social, meio-ambiente -, as condições, a qualidade e a possibilidade de vida humana no centro do debate internacional.

O reconhecimento de que estes temas “novos ou renovados” são também temas “globais, no sentido de que o interesse da humanidade deve prevalecer independentemente dos diferentes sistemas sociais e políticos, é um importante avanço tornado possível pelo fim da disputa ideológica.”

Se Marx fez do proletário a classe universal e da luta de classes fenômeno que não conhecia fronteiras, os temas globais hoje fazem lembrar que existe algo universal que transcende as ideologias tradicionais.

No entanto, estamos ainda numa etapa de “ganhos conceituais”. Passar para a etapa posterior, de transformar em ações concretas esta convergência de valores, é a tarefa que temos pela frente. E é preciso andar rápido, porque se permanecerem

apenas no plano do abstrato”, das promessas, os valores podem perder rapidamente sua base de legitimidade, num momento em que crescem as pressões dos povos pelas conquistas da democracia, no sentido mais amplo do termo, e pelo progresso material.

Se a democracia e a defesa dos direitos humanos são percebidos como valores universais, como podemos expandir sua supremacia? Se a comunidade internacional concorda na prioridade da preservação ambiental, os mecanismos internacionais de cooperação dão resposta suficiente aos problemas nesta área?

Se a preocupação com a justiça social já não é monopólio de uma corrente ideológica, como combater de forma efetiva a fome e a pobreza? Se a globalização da economia é benéfica, como evitar suas conseqüências negativas de exclusão social das parcelas da população incapazes de integrar-se nos novos padrões de competitividade exigidos? Se o mundo bipolar deixou de existir, por que não estamos sabendo utilizar os mecanismos de segurança coletiva existentes ou reformá-los para que sejam mais eficazes?

Estas questões demonstram uma convergência entre a agenda internacional e as agendas nacionais. O desafio maior é justamente o de harmonizar, de combinar as ações nacionais e a cooperação internacional não apenas como valores, mas também no encaminhamento de assuntos concretos.

IV – Conclusão: O “Novo Humanismo”. Justiça Social e Utopia. O Desenvolvimento como “Tema Global”.

No quadro de multipolarização mundial surgido no pós-Guerra Fria, ao lado da Globalização da economia e do predomínio dos grandes temas da sobrevivência da humanidade, a discussão dos aspectos da idéia do progresso voltará a ser tendência crescente nos próximos anos. Dito de maneira diferente: às vésperas da entrada no novo milênio, desenha-se no horizonte um “novo humanismo”. A

aceleração e a amplitude científico-tecnológica levaram a sociedade contemporânea a ter de defrontar-se com temas que, se têm semelhança com aqueles que desafiam os homens do Renascimento, deles se afastam por uma questão de perspectiva: já não se trata do homem, sujeito individual, como medida de todas as coisas, mas da Humanidade, sujeito coletivo, medida da própria sobrevivência de qualquer civilização ou cultura.

Até que ponto este reencontro com a noção de Humanidade por uma civilização tecnológica de uma cultura nacional, desencantada, traz de volta a questão da justiça social, da busca da igualdade, de uma utopia, não apenas no interior e cada país, mas também no quadro maior das relações internacionais? A resposta a esta pergunta é difícil, porque implica opções concretas de política.

Depois do colapso do socialismo, não creio que o mundo estará condenado, como alguns parecem crer, a escolher entre as alternativas do “neoliberalismo” triunfante e de uma social-democracia esmaecida, lutando para sobreviver como ideologia moderna viável. Acredito que a idolatria ingênua e ideologizada pelos mecanismos espontâneos de regulação de preços e salários pelo “mercado” crescentemente cederá lugar à necessidade de implementação de medidas compensatórias para corrigir as distorções que o próprio mercado produz. E, por isso, acredito também que social-democracia renova suas chances de voltar a ser caminho atraente, se a ela agregarmos uma nova dimensão utópica, que fortaleça espaços públicos de participação, que institucionalize formas de democracia participativa, que concilie direitos e motivações individuais com a realidade de que os cidadãos vivem situações comuns, coletivas.

Essa utopia “viável”, contradição em termos, parte do pressuposto de que a justiça social continua como objetivo e valor a serem perseguidos. E parte igualmente do pressuposto de que a promoção da justiça social é viável, porque o desenvolvimento da civilização tecnológica e capitalista cria as possibilidades, pelo lado da acumulação de riqueza

e conhecimento, e a necessidade, pela exclusão social que gera, da correção das distorções e desequilíbrio.

A busca da justiça é cada vez mais questão que preocupa todos os países, ricos e pobres, que se defrontam, embora em diferente níveis, com os mesmos problemas da previdência social para uma população que envelhece e de emprego para os jovens que ingressam no mercado de moradia, da marginalização, da droga e da delinqüência.

Transporta para o plano internacional, esta “utopia viável”, de “alcance médio”, já não passa pela criação de uma “nova ordem econômica internacional”, que os países em desenvolvimento tiveram a ilusão de poder construir nos anos 60 e 70, através de negociações no âmbito Norte-Sul. Passa pelas reformas internas, pelo “homework”, pela questão da “boa governança” em todos os países em desenvolvimento seja reintroduzido na agenda internacional como “global issue” de escopo

geral, que na verdade inclui todos os demais temas “novos e renovados”. O sul só sairá de seu isolamento, só será integrável à economia globalizada se sua problemática voltar a ocupar lugar central nos esforços de cooperação internacional.

É claro que esta globalização da temática do desenvolvimento não pode ser conduzida em bloco, como se o Sul fosse entidade única. Este erro já cometemos. O “novo humanismo” assumirá, para alguns países do Sul, condições de acesso a mercados e a tecnologia; para outros, assistência humanitária e doação de alimentos. Em nenhum desses casos, há razões confrontacionismos estéreis. Estes esforços obedecerão, todos, à mesma lógica de uma nova utopia, mais modesta, mas por isso mais factível.

Afinal, a política é menos “a arte do possível” do que a “arte de tornar possível aquilo que é necessário”.

Banquete no Palácio de Governo

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em resposta ao Senhor Presidente Alberto Fujimori, durante banquete no Palácio de Governo. Lima, 27 de julho de 1995.

Os Presidentes de tantos países irmãos latino-americanos nos reunimos aqui em Lima para testemunhar mais uma vez o ritual mais elevado da democracia consolidada em nosso continente: o início de um novo mandato de Governo, produto da vontade livre e soberana do povo.

Quis o protocolo que coubesse a mim a honra de saudá-lo esta noite, Senhor Presidente, e a todo o povo peruano, em nome de todos os Chefes de Estado o da América que aqui se encontram.

Esta é uma das tantas ocasiões memoráveis para todos os democratas latino-americanos: mais uma vez, em um país irmão e igualmente renascido para a democracia, um ciclo de governo chega ao final e outro começa, legitimado pelo voto popular. Reconduzido à suprema magistratura da Nação, Vossa Excelência encanta, Senhor Presidente, a própria vontade de seu povo, e com ele assume o compromisso mais nobre que pode tocar a um ser humano, o de ser agente e guardião da soberania popular.

Falando em nome de nossos amigos, tragolhe a palavra de uma América profundamente democrática, a qual o Peru fortalece e dignifica. E essa América, Senhor Presidente, faz hoje o elogio do exemplo de cidadania e de maturidade política que outra vez um povo latino-americano - o povo peruano - nos tem dado a todos.

Quero falar em nome de uma América que

sabe que, fora da democracia, não há alternativa. Porque a democracia é o instrumento fundamental que nos haverá de assegurar a paz, o desenvolvimento, a estabilidade política e econômica sobre a base firme e insubstituível de uma sociedade mais justa e equilibrada e de um povo cidadão.

Senhor Presidente,

Sua recondução à Presidência se dá em um momento particularmente pelo nó de promessas para nossa região, que renasce para a paz e o desenvolvimento.

Não ignoramos que alguns de nossos países atravessaram um período de tensões nos primeiros meses deste ano. Mas creio interpretar o sentimento generalizado ao redor desta mesa ao dizer que a determinação de nossos Governos em perseguir nossos objetivos de paz, de estabilidade e de permanente concertação regional foi a garantia de que essas ameaças se afastassem e voltássemos a nossos afazeres: o exercício da cidadania, o desenvolvimento com justiça social, a participação no crescimento e no comércio mundiais.

A confraternização de povos e governos em que se transforma esta cerimônia é uma prova de que a América Latina está unida em torno de seus ideais de paz, de convivência fraternal, de desenvolvimento e de integração.

Talvez nenhuma força ilustre melhor a natureza

e a extensão das mudanças ocorridas em nossa região do que a integração que tem tornado realidade em nossos dias, e que se reafirma como prioridade.

A integração se transformou no ponto de confluência das forças que atuam em nosso continente, e por isso é o paradigma dos tempos em que nos conduzem aos albores do século XXI e do terceiro milênio.

Entre essas forças, quero assinalar a democracia, porque sem identidade política as relações econômicas não progridem; a participação crescente de nossas sociedades e dos agentes econômicos nos assuntos internacionais dos Estados; a consciência de que a globalização da economia nos cria oportunidades e riscos, aos quais somente podemos responder através da competitividade de nossas economias; e a consciência de que o sonho político da integração continental, que iluminou o próprio processo de nossa independência política, somente é possível a partir de processos sub-regionais que vão cumprindo porque ali estavam presentes as interações básicas para a integração - a existência de concorrentes de comércio, a proximidade e a interconexão físicas.

Nossa América já conta com um patrimônio expressivo de realizações no campo da integração, de que são exemplos o Pacto Andino e o Mercosul. A essas relações se somam um patrimônio também notável de mecanismos de concertação política e diplomática, como o Grupo do Rio e o Tratado de Cooperação Amazônica.

Nosso fortalecimento como região é um elo insubstituível em nossa luta por uma melhor inserção no processo decisório internacional e por uma participação mais intensa nos benefícios gerados pelo crescimento a nível global. Creio que este é um dos sentidos de nossa presença aqui em Lima. Reunimo-nos também como uma força de demonstrar que temos alcançado um grau de maturidade política que

nos permite falar efetivamente de nossa região como uma comunidade de nações.

Ao reafirmar nossa condição de democracias atuantes e de economias dinâmicas, estáveis e abertas ao mundo, estamos também reafirmando nosso direito, o direito da América Latina a uma participação decisiva no aperfeiçoamento dos instrumentos e instituições que hão de garantir que, a um mundo mais globalizado, corresponda a realidade de um mundo mais cooperativo, mais concertado, mais universalmente comprometido com a justiça, o respeito aos direitos humanos, a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Senhor Presidente,

O Peru é a pátria de grande homens latino-americanos e cenário presente de transformações. É um país aberto ao mundo, à contribuição de todas as raças, universal ao mesmo tempo que profundamente original.

A vida mais recente do Peru, os êxitos de seu Governo no campo econômico e a renovada confiança popular que o leva a este segundo mandato presidencial com a promessa de novos êxitos e realizações, se agregam como uma contribuição peruana à história que juntos os povos latino-americanos estamos construindo, uma contribuição à projeção internacional de nossa região.

Por isso, ao saudá-lo nesta noite, Senhor Presidente, quero pedir a todos os presentes que me acompanhem em um brinde à prosperidade do povo irmão do Peru, à solidariedade fraterna entre os povos da América, à amizade que nos une e associa e à felicidade e ventura pessoais de Vossa Excelência e de sua família nesta nova jornada para conduzir o povo peruano a seu melhor destino, ao destino com que sonharam Bolívar, San Martín e Sucre.

Muito obrigado.

Assinatura do Ajuste Complementar ao Acordo Brasil-Cuba

Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da assinatura do Ajuste Complementar ao Acordo Brasil-Cuba de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica sobre Aproveitamento de Lignina e Celulose de Bagaço de Cana-de-Açúcar. Brasília, 27 de julho de 1995

A história do Brasil e de Cuba foi escrita em grande parte pelo açúcar e pela cultura que ele gerou. Como colônias no passado, ou mesmo mais recentemente, como países independentes, o açúcar, apesar da identidade que criava entre nós, foi quase sempre um fator de separação, de concorrência, de interesses que não coincidiam pela própria competição que as indústrias de um e outro país se faziam.

Esse tempo mudou, como mudou a própria natureza da indústria sucro-alcooleira em nossos países. O Brasil, por exemplo, desenvolveu o Programa do Alcool, inteiramente nacional, voltado para um importante esforço de desenvolvimento de energias alternativas e ambientalmente mais limpas, com grande alívio da balança comercial e um notável desenvolvimento tecnológico.

É natural que essa alteração qualitativa possa projetar-se também no campo da cooperação com nossos parceiros, e este é precisamente o caso de Cuba.

O acordo que acabamos de assinar vem acrescentar um novo instrumento ao marco jurídico que fundamenta a cooperação entre o Brasil e Cuba. É um acordo de caráter eminentemente prático na área da cooperação técnica entre os nossos países — uma área que tem rendido bons resultados, conferindo substância e interesse a um relacionamento político maduro.

A área do aproveitamento da biomassa gerada pelo cultivo da cana-de-açúcar tem um impacto notável tanto no Brasil como em Cuba, dois grandes produtores mundiais no ramo da indústria sucro-alcooleira. Além do impacto econômico do aproveitamento suplementar de matérias-primas tornadas nobres pelo desenvolvimento tecnológico, há também um importante impacto ambiental, na medida em que se dá destinação útil a um importante volume de subprodutos da indústria açucareira.

A cooperação que o Brasil e Cuba podem desenvolver nessa área é exemplar, como é exemplar o sentido de pragmatismo que iniciativas deste tipo conferem às relações entre dois países em desenvolvimento.

A institucionalização da cooperação nessa área amplia também, sensivelmente, a capacidade dos dois países de, por esse meio, obter recursos junto a fontes multilaterais de financiamento.

Fico muito satisfeito que, desta visita de altas autoridades cubanas ao Brasil, possa também ter resultado mais este passo em nossas relações com Cuba, que se desenvolvem em um marco de respeito mútuo, com os olhos postos em um futuro que caberá a cada um de nós tornar mais e mais promissor.

Muito obrigado.



Um clássico da diplomacia brasileira

Palavras do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da apresentação da Edição Comemorativa do Sesquicentenário do Barão do Rio Branco - "A Vida do Barão do Rio Branco", de Luiz Viana Filho. Brasília, Agosto de 1995

O Itamaraty, através da Fundação Alexandre de Gusmão, tem orgulho em associar-se ao Senado Federal nesta parceria que reedita a obra clássica dos estudos sobre Barão do Rio Branco e sobre o período mais criativo e intenso da história diplomática do Brasil: "A Vida do Barão do Rio Branco" de Luiz Viana Filho, historiador, homem de Letras e ex-Senador da República.

Esta é uma dupla homenagem que se presta ao Barão do Rio Branco, no ano do sesquicentenário do seu nascimento, e a Luiz Viana Filho, que com este livro deu uma contribuição perene à historiografia brasileira e ao conhecimento da vida e da obra de um dos nossos maiores Estadistas.

Obra clássica, este livro deve necessariamente compor a biblioteca mínima de todos aqueles que se interessem não só pelas relações internacionais do Brasil e pela sua História, mas também pela figura humana dos seus maiores homens públicos. Nela, contempla-se o percurso intelectual e profissional de Rio Branco, ao mesmo tempo em que se analisam com detalhe e acuidade os principais movimentos da diplomacia do Barão.

Essa diplomacia haveria de mudar para sempre o curso da nossa história diplomática ao dar feição definitiva às nossas fronteiras e ao mostrar a possibilidade de um país como o Brasil valer-se da

sua diplomacia para operar, com o melhor resultado, a mudança inexorável do seu principal eixo de relacionamento externo de Londres para Washington, acompanhando o surgimento dos Estados Unidos como grande potência internacional.

Nesse período, convivem, como talvez em nenhum outro, as tensões, desafios e oportunidades que decorrem das três dimensões do relacionamento internacional de um país como o Brasil: a dimensão da sua soberania, que se confunde em grande medida com a fixação do seu território; a dimensão das suas relações com os países de poder e inserção internacional mais ou menos semelhante, como era o caso, principalmente, dos nossos vizinhos; e a dimensão das relações com as potências centrais do sistema internacional, que cresciam em vulto em função da paulatina substituição da Grã-Bretanha pelos Estados Unidos como força hegemônica em nosso hemisfério.

E nesse período estão presentes também muitas das principais tensões que acabaram por formar a nacionalidade brasileira, não apenas no plano externo, mas também no plano interno: a abolição, a proclamação da República, a consolidação do novo regime, o apogeu do café, a imigração européia, o crescimento das cidades, a intensificação da industrialização.

A visão de todo esse complexo processo que integra o interno e o externo e em que a figura do Barão do Rio Branco sobressai é enriquecida pela obra de Luiz Viana Filho. Por isso, esta reedição, que virtualmente inaugura uma espécie de “Brasileira

diplomática”, reunindo as principais obras da nossa história diplomática, é não só oportuna, mas indispensável para tornar novamente acessível um texto clássico, que merece ser relido e consultado sempre.

Discurso na sessão solene de abertura da 8ª reunião do Mercosul

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na sessão solene de abertura da 8ª reunião do Mercosul. Assunção, Paraguai, 5 de agosto de 1995.

Senhoras e Senhores,

Gostaria de expressar, como Presidente do Brasil, a nossa satisfação pelos êxitos alcançados no nosso esforço comum no MERCOSUL.

Há pouco mais de dois anos, estive nesta mesma sala, como Ministro da Fazenda, acompanhado do Presidente Itamar Franco a uma reunião do MERCOSUL. De lá para cá, muita coisa avançou. Para começar, o Protocolo de Ouro Preto, que é um marco significativo, pois desde primeiro de janeiro, como decorrência do Protocolo, estamos funcionando num ovo patamar: o de uma união aduaneira.

A Tarifa Externa Comum, que inquieta tanta gente no Brasil e fora dele, hoje é uma realidade e veio para ficar. É uma realidade que está nos mostrando que, nessa breve história do MERCOSUL, que é uma história de sucesso, nossos países aprenderam aquilo que é essencial na democracia, que é respeitar o outro e negociar. Quando, eventualmente, alguma decisão é tomada internamente, por um dos países, nós devemos sempre ter presente que, esta decisão pode afetar os demais. E que quando, por razões justíssimas muitas vezes, do ponto de vista interno, algumas das nossa decisões podem afetar negativamente os nossos parceiros do MERCOSUL, o caminho é simples: é conversar com franqueza e, dentro do possível, nos ajustarmos

mutuamente para que posamos seguir avançando, de tal maneira que a integração signifique algo muito positivo para cada um dos países que integram o Mercado Comum.

É difícil? É muito difícil. As pressões existem? É claro que existem. São grandes? São enormes, mas é assim que um processo complexo como a nossa integração se desenvolve. Na Europa, esse processo vem ocorrendo há décadas. Nós aqui, em poucos anos estamos conseguindo realizar grandes avanços com tranquilidade e apoio crescentes.

Esse é o segundo ponto que gostaria de ressaltar. É o de que hoje o MERCOSUL não é mais simplesmente um encontro entre Presidentes, entre Ministros das Relações Exteriores e posteriormente de Ministros da área econômica. Agora, alcança um número muito mais amplo de Ministros de outras pastas. Hoje, o MERCOSUL tem uma dimensão inequivocamente política, à qual se apegou também uma dimensão social. E o fato de termos conversado com os representantes dos Paramentos e com os representantes de Sindicatos, demonstra que estamos efetivamente incorporando essas novas dimensões à construção do MERCOSUL.

Ainda é pouco? É pouquíssimo. O Foro Econômico e Social criado pelo Protocolo de Ouro Preto - que ainda está em processo de ratificação pelos Parlamentares -, ainda é apenas uma idéia. Mais

do que uma idéia, uma determinação e um acordo entre os quatro países.

Uma coisa é certa: estamos avançando. No Brasil, a ratificação do Protocolo está pendente de um único passo. Falta apenas o plenário do Senado aprová-lo. Vamos obter esta aprovação, porque essa ratificação é sentimento nacional brasileiro. E este sentimento nacional brasileiro se desdobra em um sentimento latino-americano. O MERCOSUL limita-se hoje aos quatro sócios fundadores, mas ele vai crescer, para incorporar outros parceiros da América do Sul. Isso é essencial.

Permita-me, a esta altura, uma pequena reflexão, a qual tenho repetido nos últimos meses. As transformações no mundo contemporâneo foram tantas que, talvez, nós não tenhamos dado conta ainda de que vivemos um novo Renascimento. E digo isto, pedindo permissão ao Professor Sanguinetti, pois estou entrando em uma matéria que não é minha. É dele e, sobretudo, da Senhora de Sanguinetti.

Acredito verdadeiramente que as transformações que nós estamos vivendo dotaram o Homem de uma nova dimensão e nos obrigaram a uma revisão em nossos conceitos fundamentais, com relação à construção do Estado e das nações.

A revelação nos meios de comunicação tornou o tempo real, imediato. Tudo o que se faz em determinado país é sabido por todo mundo quase que instantaneamente. Os meios de comunicação permitiram uma conjugação imensa de esforços para o desenvolvimento da economia. As sociedades, hoje, se organizam e se comunicam não somente no nível dos Estados, mas também no nível das organizações não-governamentais. Tudo isto está gerando uma nova cultura e, cada vez mais, temos confiança em que podemos muito. Temos conhecimentos científicos e tecnológicos, o que nos habilita a tomar decisões que permitam uma modificação efetiva das estruturas dos nossos países, embora já tenhamos deixado para trás a competição na corrida pelo espaço exterior. Esta idéia de competição era importantíssima, pois envolvia a

noção de um ritmo de guerra. Hoje, esta competição se dá noutros termos: trata-se de um esforço mais de cooperação, como é o caso dos processos integracionistas, que transcendem as fronteiras nacionais.

A verdade é que o Homem, hoje, está numa posição equivalente àquela do Homem do Renascimento, que pensava ser a medida de todas as coisas. Há algo, porém, de diferente: no Renascimento, buscaram-se padrões de referência no mundo clássico. Nos dias de hoje, não é mais possível espelhar-se em padrões do passado: temos de ousar; temos de inventar novas formas de convivência, sem buscar apoio na experiência anterior da humanidade.

Há outra diferença importante: se no Renascimento o Homem se coloca como a medida de todas as coisas, o que se vai refletir na formação dos Estados nacionais, nós, hoje, talvez tenhamos de lidar com conceitos daqueles que embasaram a evolução dos Estados nacionais. Hoje, o nosso desafio é o de desenvolver formas de convivência em que a humanidade seja o principal sujeito, e não mais apenas o Homem como medida de todas as coisas. Se, como fruto das grandes transformações que estamos vivendo e que trazem à luz esse novo Renascimento, o sujeito passa a ser a humanidade, as reflexões sobre os problemas que nos afligem devem transcender as fronteiras nacionais, não podem mais ser limitadas a um único país. Esse é o caso, por exemplo, da questão da ecologia, ou ainda, do terror atômico, que nos assustou exatamente porque ele poderia alcançar países que não estavam envolvidos na guerra. Essa nova visão de mundo, acoplada à capacidade criativa que o homem tem, obrigou-nos a ver além das fronteiras nacionais. Temos, assim de descobrir formas de convivência que não se podem limitar pelo egoísmo das classes e, sobretudo, não se podem limitar por eventuais pretensões de dominação de Estados por outros Estados.

É por isso que nós convivemos pacificamente

nos dias de hoje, queiramos ou não: não há mais alternativa senão a da integração, que nos permitirá descobrir formas novas de desenvolvimento econômico. E nesse processo de integração, o fundamento da ação vai além do político. É no social, como agora se desenha no MERCOSUL, que devemos buscar esse fundamento.

Em síntese, queiramos ou não, vivemos numa época nova, a qual já é uma realidade concreta para nossos países. Sabemos hoje que temos de fazer um esforço muito grande para harmonizar nossas políticas macroeconômicas, porque elas são fundamentais para a continuidade da integração. E não é por acaso que todos aqui - ou muitos dos governantes que aqui se encontram - tivemos de lutar para acabar com a inflação, para definir formas de controle da economia que permitissem efetivamente um contato entre os nossos Estados nacionais de uma forma mais adequada.

Não por acaso certas decisões econômicas internas afetam aos outros países. Portanto, o tempo todo temos de tomar em consideração o "outro" como parte dessa visão do mundo. Como disse, essa nova visão está avançando e muito concretamente no caso do MERCOSUL. A cúpula de Miami, por exemplo, já nos está propondo desafios maiores, de caráter hemisférico. O mesmo ocorre a partir da reunião de Denver. Estamos buscando caminhos. Diante desses grandes desafios, temos o dever de buscar novas formas integradas de convivência.

Os caminhos podem muitas vezes parecer diferentes, mais eles não se opõem. Ao contrário, se entrecruzam, fazem apelos uns aos outros. Por isso, fizemos tanto esforço para concretizar o MERCOSUL e vemos com alegria que o Chile e Bolívia estão participando dessa discussão, que é muito nossa - os quatro membros do MERCOSUL - mas que por ser nossa é ao mesmo tempo universal.

Estamos abertos à integração com a União Européia, estamos aceitando os desafios da integração hemisférica. Mas sabemos também que responderemos melhor a esses desafios se tivermos

organizado nosso próprio espaço mais próximo. Essa é a razão por que fomos levados pela geografia a discutir, em primeiro lugar, com aqueles que estão mais fisicamente próximos: o Cone Sul.

Isso não quer dizer que o restante da América do Sul não seja prioridade. É sim. Recentemente estive na Venezuela; irei em breve à Colômbia. Julgo vital o espaço sul-americano.

Vamos tornar espaço integrado uma realidade. Vamos fazê-lo com humildade, com modéstia, buscando acertar as diferenças e acreditando em que isto é fundamental para nossos povos.

Estamos construindo uma nova forma de Estado, talvez ainda sem nos darmos conta disso, em que a presença dos parlamentos, dos sindicatos, das organizações não-governamentais, etc., em espaços antes exclusivos do Executivo é sintomática dos novos tempos; e o Poder Executivo - que nós, presidentes, representamos - só vai ter eficácia - e está tendo - se ele for capaz de entender essas mudanças já ocorridas no mundo. E ao Poder Executivo já não basta apenas dialogar com esses grupos que mencionei: tem também de dialogar com os Executivos de outros países, pois temos de ser a expressão de uma vontade que é mais ampla, que é de nossas sociedades.

É esse o nosso desafio. Não tenho dúvidas de que, mais cedo ou mais tarde, outros países vão estar integrados a esse mesmo espírito, e, quem sabe, integrarão nossa União Aduaneira, com uma Tarifa Externa Comum.

Com que velocidade isto se dará? Com a que for necessária para que os passos sejam seguros. Temos antes de consolidar aquilo que já conseguimos. Se nossa perspectiva é a do milênio que se aproxima, não nos angustia o amanhã, desde que já tenhamos um rumo definido. E é exatamente isto que já fomos, em conjunto, capazes de definir. Hoje nossos países têm um rumo. E ele não é o do isolamento: é o da integração crescente, é o do diálogo entre os vários grupos integradores. Mas esse

rumo só terá sentido efetivo para nossos países se ele for assimilado por nossos povos; se ele for a expressão dessa vontade que os Parlamentos, os sindicatos representam. E não podemos nos esquecer jamais daquilo que o Presidente Menem disse: “nós nos organizamos para resolver problemas e que, em cada decisão nossa, temos de pensar: estamos aumentando o nível de emprego ou não? Esses investimentos respeitam as questões ambientais ou não?” Todas essas questões fazem parte do novo Renascimento.

O mundo está morrendo, o mundo dos Estados que competiam visando à guerra, o mundo que tinha na ideologia uma paixão que freava e cegava, este mundo está morrendo porque não foi capaz de assegurar a liberdade. As partes do mundo que morreram, que foram ultrapassadas pela História,

morreram porque não foram capazes de entender que, sem liberdade, não há ciência; que sem democracia não há nada que assegure a continuidade de um processo econômico. E que o Estado é imponente, no seu isolamento esplêndido, para garantir aquilo que é necessário aos povos.

O mundo está nascendo - e do qual estamos participando - é um mundo que crê profundamente na educação, no desenvolvimento científico, sobretudo na liberdade, que mantém vivos os ideais de justiça e igualdade.

Este é o nosso desafio. Estamos caminhando para ele com muita certeza, porque nós sentimos que há vontade política e o apoio das sociedades para a mudança.

Muito obrigado.

Pronunciamento do Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores: “O Nordeste e o Mercosul”

Discurso do Senhor Secretário-Geral, Embaixador Sebastião do Rego Barros, no Seminário sobre “O Nordeste e o Mercosul”. Recife, 8 de agosto de 1995

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, Marco Maciel,

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes,

Excelentíssimos Senhores Governadores de Estado,

Ilustríssimo Senhor Superintendente da Sudene, General Nilton Moreira Rodrigues,

Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que venho ao Recife falar de um tema de tamanha importância não apenas para nossa diplomacia, mas também, e cada vez mais, para a economia e a sociedade brasileira. Falar do Mercosul é lembrar os êxitos de uma iniciativa que, no curto intervalo de quatro anos, transformou um conjunto de intenções em um esquema de integração dinâmico e próspero. É também avaliar os desafios que um sistema tão complexo de concertação de políticas comerciais impõe à nossa frente. O término do período de transição, marcado pela realização da Cúpula Presidencial de Ouro Preto, em dezembro de 1994, permite-nos julgar de maneira bastante positiva o caminho percorrido pelo Mercosul desde a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991. O sucesso do processo negociador inaugurado naquele ano pode ser explicado por um conjunto de fatores, entre os quais ressalta a permanente afirmação, nos mais altos níveis, da vontade política dos quatro Governos de manter e concretizar os objetivos

definidos. No caso brasileiro, o compromisso com o processo de integração - se o considerarmos desde o início das negociações bilaterais com a Argentina - já atravessou quatro administrações, e se consolida hoje como um dos principais campos da ação externa do país.

O Mercosul é para o Brasil, antes de mais nada, um fator de dinamização econômica, pela abertura de novos e importantes mercados para nossas exportações. A Argentina, com um Produto Interno Bruto superior a US\$ 200 bilhões, equivalente a quase a metade do PIB brasileiro, tornou-se nosso segundo maior parceiro comercial individual. Ao mesmo tempo, o comércio com Paraguai e Uruguai cresceu também de maneira expressiva: as exportações brasileiras para esses países são, hoje, superiores a nossas vendas para parceiros tradicionais, como Reino Unido e Espanha. O intercâmbio entre os parceiros do Mercosul, além de volumoso, passou a cobrir uma pauta de produtos altamente diversificada, demonstrando o elevado grau de complementaridade entre as economias. Para o Brasil, em especial, os resultados comerciais alcançados no período de transição revelaram-se bastante positivos, se não surpreendentes. Nossas exportações para a Argentina, o Uruguai e o Paraguai elevaram-se de US\$ 1,3 bilhões, em 1990, para US\$ 5.9 bilhões, em 1994. Houve, portanto, um crescimento de cerca de 350% em nossas vendas

para os três países, ao passo que as exportações totais do Brasil no mesmo período se elevaram em mais modestos 38,5%.

Como se não bastasse o enorme incremento de comércio entre os quatro parceiros, o processo de integração que culminou na União Aduaneira, no começo deste ano, tem trazido, no caso brasileiro, benefícios para todas as regiões do País, sem exceção.

Crescimento de exportações significa geração de empregos, aumento da renda e, conseqüentemente, maior bem-estar para todos. Muito se fala no aumento das exportações das regiões Sudeste e Sul do País para Argentina, Paraguai e Uruguai, as quais, conforme comprovam as estatísticas, cresceram, de fato, em proporções muito animadoras. A proximidade explica, em parte, os números elevados. Ocorre que, mesmo as regiões brasileiras mais afastadas dos nossos parceiros no Mercosul, como o Norte e o Nordeste, ampliaram significativamente suas exportações para aqueles países.

De 1991 a 1994, dos seis estados brasileiros que obtiveram maior crescimento de exportações para o Mercosul, quatro estão no Nordeste: Maranhão, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará. É verdade que o grau de crescimento das exportações variou sensivelmente de estado para estado; o que ressalta, no entanto, é que, como um todo, o Nordeste, a exemplo das demais regiões do país, muito se beneficiou do programa de desgravação tarifária empreendido pelos quatro países. Nos últimos três anos, as vendas da região para Argentina, Paraguai e Uruguai mais do que duplicaram, passando de US\$ 141,6 milhões para US\$ 327,5 milhões. Em curtíssimo período, as exportações dos estados do Nordeste tiveram, portanto, um aumento de 131,2%. Aos êxitos alcançados na área comercial, somam-se realizações em setores tão distintos como educação, energia, transportes, justiça e meio ambiente. O importante fluxo intra-regional de investimentos demonstra a confiança dos operadores econômicos do Mercosul no processo de integração em curso. A união aduaneira criada a partir de janeiro deste ano -

a qual representa um mercado consumidor de mais de 200 milhões de habitantes, com um PIB de cerca de US\$ 800 bilhões - é, hoje, sem dúvida, um dos mais importantes agrupamentos econômicos do mundo contemporâneo. Para além dos benefícios proporcionados à economia brasileira, o Mercosul constitui um elemento-chave da atuação externa do Brasil, de seu posicionamento no ambiente continental e global. A concretização do Mercosul é, sem dúvida, uma das principais credenciais que temos para apresentar ao mundo neste final de século. O Mercosul não é simplesmente um fator de atração de investimentos para nossos países; é também um importantíssimo acréscimo à nossa credibilidade externa, confirmando a noção de que podemos atuar de maneira ainda mais intensa e proveitosa no cenário internacional.

Num futuro próximo, a agenda interna do Mercosul deverá concentrar-se na consolidação dos compromissos de natureza comercial assumidos durante o período de transição, sem abandonar os esforços destinados a adensar as relações entre os quatro países nos demais setores. Nestes dois vetores de ação, será essencial observar os princípios de gradualidade e flexibilidade consagrados pelo Tratado de Assunção, os quais foram responsáveis, em grande medida, pela superação das naturais dificuldades de natureza técnica e política, inerentes a qualquer processo de integração econômica. Iniciamos, em 1995, uma etapa decisiva no processo de implementação do Mercosul. Deveremos ser capazes de, a um só tempo, consolidar os avanços já alcançados e buscar meios de articular uma ampla associação do Mercosul com outros esquemas regionais de integração. Não é desafio dos mais fáceis. Estamos certos, porém, de que a reiterada vontade política expressa pelos quatro Governos, aliada ao inequívoco apoio prestado pela sociedade, constituem a garantia mais importante de que continuaremos a cultivar o Mercosul como um instrumento da prosperidade de nossos povos.

Muito obrigado.

Discurso por ocasião do jantar oferecido ao Presidente da República de Angola

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Senhor Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos. Brasília, 15 de agosto de 1995

Senhor Presidente,

Quero dar-lhe as calorosas boas-vindas do Governo e do povo brasileiros. É uma honra te novamente a oportunidade de recebê-lo entre nós. A cada visita sua, reforça-se a admiração dos brasileiros pela coragem e pelo sentido de responsabilidade com que Vossa Excelência tem conduzido o processo de pacificação em Angola.

A visita de Vossa Excelência ocorre num momento particularmente positivo para as relações entre o Brasil e Angola, porque nossos países atravessam um período de potencialidades que se realizam; as promessas adiadas no passado hoje começam a reunir condições objetivas para se materializar.

O Brasil consolidou a democracia e avança rapidamente na estabilização da sua economia e na retomada do desenvolvimento em bases sustentadas, com forte impacto sobre as nossas parcerias externas.

Vossa Excelência está ajudando a construir Angola soberana e livre, ancorada em sua pujança natural, na riqueza espiritual e no valor de seu povo. Angola atravessa momento de grande e renovada esperança, pois seu povo tem ao alcance das mãos o convívio harmônico na democracia e o desenvolvimento econômico com progresso social.

A assinatura do Protocolo de Lusaca no final do ano passado abriu caminho para a consolidação

da paz. O recente encontro de Vossa Excelência com Jonas Savimbi é exemplar das crescentes possibilidades para o entendimento político em Angola e das perspectivas que a partir daí se abrem para o povo angolano.

O mundo quer uma Angola reconciliada, estável e em desenvolvimento, que seja um tributo à fraternidade, uma prova de viabilidade dos países em desenvolvimento, que seja um tributo à fraternidade, uma prova de viabilidade dos países em desenvolvimento.

O Brasil tem acompanhado esse processo com o interesse e a atenção do amigo de sempre, do parceiro dos grandes momentos e das horas difíceis.

Desde 1989, temos participado de todos os esforços de pacificação em Angola sob os auspícios das Nações Unidas.

Quando estive à frente do Itamaraty, disse certa vez que nossa atuação no processo de paz em Angola é movida por um genuíno sentimento de solidariedade. O Brasil, senhor Presidente, primeira nação a reconhecer a independência de seu país, não poderia omitir-se de sua obrigação para com o povo angolano.

Estamos dispostos a continuar contribuindo para a paz em Angola através da participação da UNAVEM III. O meu Governo está empenhado em assegurar todos os meios para que nossa presença

na UNAVEM, com mais de mil e cem soldados, traduza literalmente a prioridade que Angola representa para nossa diplomacia.

A singularidade da nossa amizade assim o exige.

Os laços que unem o Brasil e Angola têm como traço maior um sentido pelo de comunhão - de raízes étnicas, culturais e históricas comuns, de um passado marcado pela colonização e pela busca da identidade nacional, que nos dá sentido entre os povos do mundo.

Uma mesma língua nos vincula, forjando nossas relações, enriquecendo nossa parceria fraterna. Porque falamos a mesma língua, expressamos de forma mais próxima sentimentos, convicções e formas de ver o mundo, o que conduz naturalmente à certeza do entendimento.

O Brasil orgulha-se de sua origem africana, boa parte da qual veio diretamente de Angola. Essa herança se traduziu em muito do que temos de melhor a oferecer: nossa capacidade de abolir as fronteiras étnicas e raciais e de conviver pacificamente com a diversidade da cor; o ritmo e a criatividade de nossa cultura que se alimenta da alegria de viver dos povos africanos.

Senhor Presidente,

A consolidação da paz permitirá que Angola finalmente assuma o lugar de destaque que lhe cabe nos cenários regional e internacional, abrindo perspectivas positivas para o aprofundamento das muitas dimensões de nossa cooperação bilateral.

Angola desponta com fortes credenciais para ter um papel de relevo na África Austral, região que tem gerado uma longa série de fatos positivos e comandado boa parte da atenção da comunidade internacional no Hemisfério Sul.

A independência da Namíbia, o fim do regime do *apartheid* e a eleição de Nelson Mandela na África do Sul, a democratização de Moçambique e, agora, a consolidação de paz em Angola permitem antever um período de desenvolvimento acelerado

para toda a região.

O Brasil está pronto para participar desse processo. Temos em Angola um de nossos mais importantes parceiros no mundo em desenvolvimento. Empresas brasileiras já estão presentes em diversos setores da economia angolana. O comércio bilateral, que já foi muito significativo e dinâmico, continua a apresentar um imenso potencial.

Estamos buscando soluções que permitam retomar os créditos e ampliar os investimentos brasileiros em Angola. O bom encaminhamento da questão da dívida bilateral é um compromisso que estamos consolidando.

Além dos organismos multilaterais, onde temos uma notável coordenação, estamos desenvolvendo esforços conjuntos de concertação política, em foros como projetada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a Zona da Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Desprovidas de qualquer conteúdo hegemônico e qualquer veleidade de prestígio, essas iniciativas respondem a um imperativo do mundo atual.

Nossos países têm uma história de parceria no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que tantas vezes se debruçou sobre a questão angolana, e estendem essa parceria às discussões sobre a reforma das Nações Unidas e, em particular, do Conselho de Segurança.

O Brasil vem defendendo uma maior participação dos países em desenvolvimento no processo internacional, como forma de ampliar a eficácia dos instrumentos de promoção da paz e da segurança internacionais, e está pronto a assumir maiores responsabilidades no plano global

Senhor Presidente,

Há duas décadas, Angola surgia para o mundo como nação independente. Fomos os primeiros a saudá-la. Queremos ser os primeiros a comemorar os vinte anos daquela histórica data.

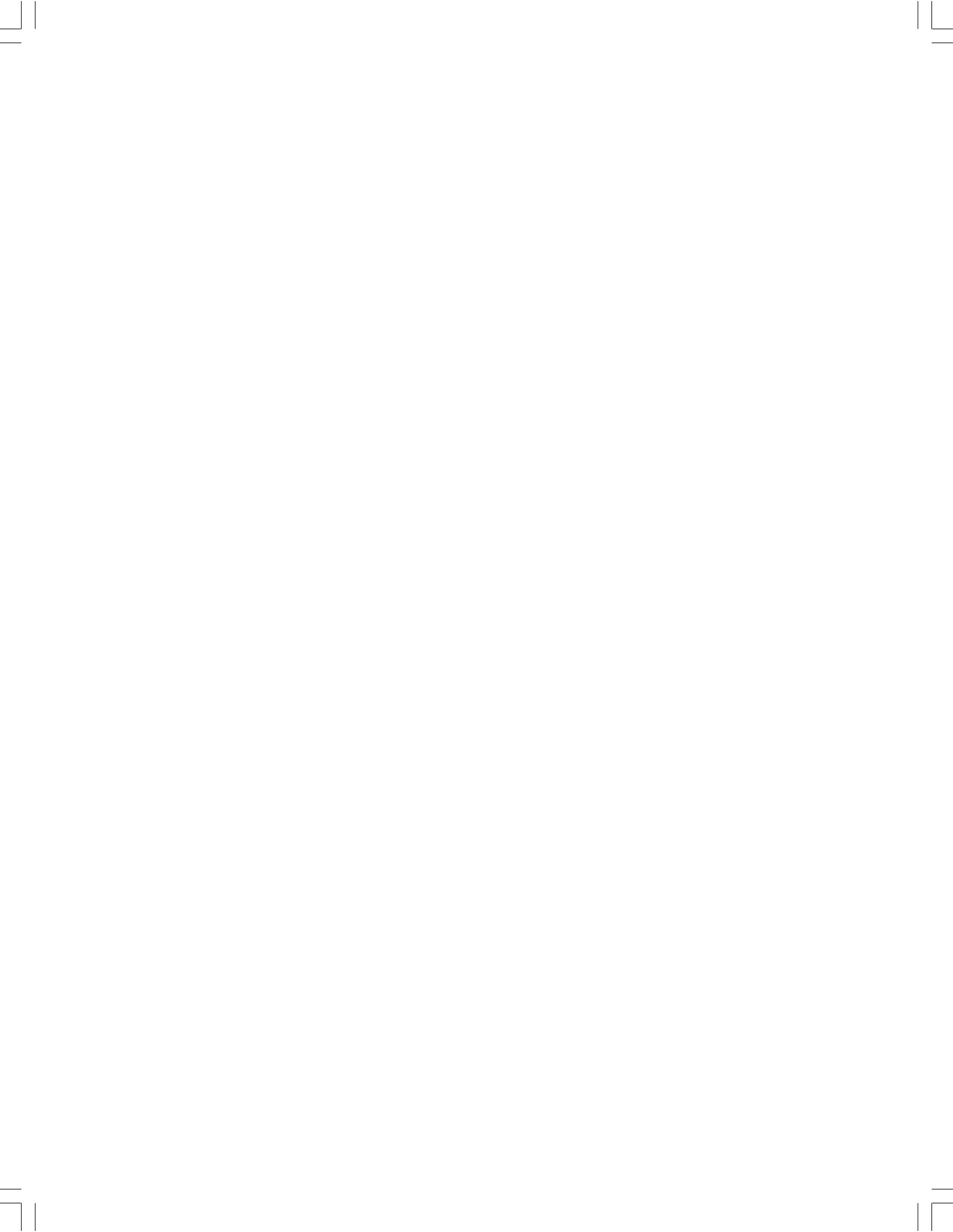
Olhamos para o passado e jamais nos arrependemos de nossa decisão. Antes queríamos

ter contribuído ainda mais para que as promessas de desenvolvimento, paz e justiça, incorporadas ao ideal da independência, não tivessem de ter esperado duas décadas para enfim poder tornar-se realidade.

Olhamos para o futuro e nos convencemos de que muito temos a construir juntos, em benefício de nossos dois povos. Esse foi o sentido das conversações que estamos mantendo, esse é o sentido da parceria que pretendemos para o futuro.

Com esse espírito, convido todos a me acompanharem em um brinde à grandeza de Angola renascida, à prosperidade do povo angolano, à amizade fraterna que nos une, à coragem e responsabilidade das lideranças angolanas que conduzem o processo de paz e à saúde e felicidade pessoais do Presidente José Eduardo dos Santos.

Muito obrigado.



Pronunciamento do Vice-Presidente da República

Discurso do Senhor Vice-Presidente da República, Marco Maciel, por ocasião da IX Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio. Quito, 06 de setembro de 1995

Senhor Presidente Constitucional do Equador,

Senhores Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política,

Senhores Chanceleres e Vice-Chanceleres,

O Presidente Fernando Henrique Cardoso já teve a oportunidade de explicar a Vossa Excelência, Senhor Presidente Durán-Ballén, as razões pelas quais não pôde comparecer, como era seu desejo, a esta Nona Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio. Com efeito, várias propostas de ementas constitucionais submetidas ao Congresso Nacional atravessam fase decisiva para sua aprovação e requerem neste momento a presença do Chefe de Estado em Brasília.

A aprovação desse elenco de emendas à Constituição tem por objetivo a modernização do Estado, o fortalecimento das instituições e a promoção de uma verdadeira justiça social, que são precisamente os fundamentos de nosso projeto comum, objeto do trabalho de concertação política no âmbito do Grupo do Rio.

Senhor Presidente Durán-Ballén,

Desejo, em meu nome e no da Delegação do Brasil, agradecer a Vossa Excelência a inextinguível e generosa hospitalidade do Governo e do Povo equatorianos. Confiamos em que, sob inspirada

condução de Vossa Excelência, o Grupo do Rio continuará a atuar como construtor de consensos, para que possa contribuir decisivamente para a consolidação de uma ordem regional e internacional alicerçada na liberdade econômica, na justiça social e na prática da democracia.

A realização da Cúpula das Américas, em dezembro do ano passado, assinalou o início de uma nova fase da vida hemisférica, na qual se associam o realismo e a solidariedade. A cooperação é o melhor atalho para a ampliação da riqueza e a criação de condições para a sua justa distribuição. Hoje, temos a responsabilidade conjunta de transformar em realidade as decisões que adotamos na reunião de Miami. O seguimento da Cúpula das Américas é tarefa complexa, que está a exigir uma coordenação muito cuidadosa, tanto no âmbito interno de cada país, quanto nos níveis regionais e hemisférico. No primeiro caso, o Governo brasileiro criou recentemente o Grupo de Trabalho Interministerial da Implementação das decisões da Cúpula das Américas, integrado por vários órgãos setoriais do Governo Federal, bem como por representantes da sociedade civil.

A esse grupo caberá a coordenação e a supervisão das ações que serão desencadeadas no plano interno e que farão parte da contribuição do Brasil para tornar realidade o Plano de Ação aprovado na reunião de Miami. O Governo brasileiro

manifesta desde logo seu especial interesse pelo tema Democracia e Direitos Humanos, no contexto da distribuição de tarefas que estamos acordando.

Ainda sobre o seguimento das decisões que tomamos em Miami, destaco o papel insubstituível do Grupo do Rio, em matéria de coordenação regional, como foro de concertação política; ao propiciar a adoção de posições comuns por parte dos países da região, o Grupo do Rio tem contribuído decididamente para que o seguimento da Cúpula das Américas se faça, no plano hemisférico, com base em uma agenda realista e aceitável para todos os países que dele participaram.

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

O Grupo do Rio deve continuar a buscar a intensificação de novas parcerias com outras regiões do mundo, particularmente em um momento histórico caracterizado pela predominância de movimentos de globalização. Destaco, a propósito, o diálogo do Grupo do Rio com a União Européia e o Japão, com vistas a ampliar e aprofundar a cooperação com aqueles importantes pólos de criação e irradiação de riquezas.

O Governo brasileiro vê com grande entusiasmo as perspectivas da integração regional, cujos processos adquiriram grande dinamismo nos últimos anos. Efetivamente, verificamos a existência de diversos processos de integração bilateral, sub-regional, como é o caso da união aduaneira do MERCOSUL, e regional, cujas articulação e convergência deverão constituir a base principal para a futura integração hemisférica.

A integração física, por outro lado, é condição essencial para que a integração econômica seja bem sucedida. Devemos trabalhar com vistas a um sistema eficiente e integrado em matéria de transportes e comunicações, para que a necessária expansão de nossas relações econômicas e comerciais não se veja tolhida por pontos de estrangulamento em matéria de infra-estrutura física. O Brasil tem atribuído elevada

prioridade aos esforços de integração física que ora se desenvolvem na América do sul, em particular com seus parceiros do Tratado da Bacia do Prata, do Tratado de Cooperação Amazônica e com o Chile.

O processo de globalização em curso tem levado a uma integração crescente de economias emergentes à economia mundial. Se, por um lado, essa maior integração é muito positiva, na medida em que abre oportunidades para a geração de novas riquezas, deve-se levar em conta, por outro lado, a maior vulnerabilidade dessas economias em face de instabilidades conjunturais dos mercados financeiros internacionais. A volatilidade desses mercados se tem prestado à ação deletéria de capitais especulativos, com efeitos sérios e adversos para a estabilidade macroeconômica daquelas economias. Reiteramos nossa convicção de que as instituições financeiras internacionais devem buscar mecanismos que minimizem os efeitos nocivos desses movimentos especulativos de capitais, particularmente no que tange à preservação da estabilidade de economias relativamente mais frágeis.

O Brasil reitera sua profunda preocupação com a crescente ameaça representada pelo narcotráfico e seus delitos conexos. Cremos imprescindível a coordenação de nossas políticas e a harmonização de nossas legislações com vistas a assegurar a eficiência requerida no combate à produção, comercialização e consumo ilícito de drogas, bem como de seus delitos conexos, como é o caso da chamada “lavagem” de dinheiro e do tráfico de armas.

Nesse contexto, emprestamos também nosso mais decisivo apoio às atividades desenvolvidas pelos organismos regionais que se ocupam do assunto, em particular à Comissão Interamericana de Combate ao Abuso de Drogas (CICAD) da Organização dos Estados Americanos.

Senhor Presidente Durán-Ballén,
Senhores Presidentes e Vice-Primeiros-
Ministros,

O Brasil deseja continuar trabalhando pela paz e pelo desenvolvimento sustentado, em estreita cooperação e coordenação com os países da América Latina e do Caribe e, muito particularmente, no âmbito do Grupo do Rio.

A tarefa que temos diante de nós é árdua e certamente será demorada. Porém, se trabalharmos em conjunto, se agirmos de forma concertada, e se

falarmos harmonicamente, estarão criadas as condições para o êxito de nossa empreitada. O Grupo do Rio é o instrumento privilegiado para que possamos cumprir com esses requisitos e, assim, contribuir inequivocamente para o progresso de nossos povos e para uma ordem mundial fundada na paz e na prosperidade.

Muito obrigado.



Eixos de Integração Sul-Americana

Discurso do Senhor Secretário-Geral, Embaixador Sebastião do Rego Barros, no Seminário sobre Eixos de Integração Sul-Americana e Corredores de Exportação, Centro de Estudos Estratégicos da SAE. Brasília, 13 de setembro de 1995.

Eu gostaria de parabenizar a Secretaria de Assuntos Estratégicos e o Ministério dos Transportes pela realização deste seminário. É uma grande satisfação participar de um debate sobre o processo de integração sul-americano e, em particular, sobre um de seus aspectos fundamentais, ainda que dos menos discutidos: a integração física do continente. Nas freqüentes discussões sobre os fatores e possíveis desdobramentos do processo de integração na América do Sul — e no Brasil e demais parceiros, nos voltamos cada vez mais para este debate — nem sempre atribuímos a devida importância à necessidade de maior articulação da rede de transportes dos países da região. Talvez por efeito de uma geografia e história que sempre nos induziram a olhar mais para o litoral do que para o interior, esquecemos, por vezes, que um dos obstáculos à maior integração sul-americana é, justamente, a falta de uma malha viária mais densa na região. A geografia deu a nós, sul-americanos, uma cordilheira que divide o continente, uma floresta equatorial que dificulta sua penetração, grandes extensões de terra que distanciam os centros urbanos e rios quase sempre de planaltos, fatores que, combinados, desencorajaram o intercâmbio no continente. O contraste, por exemplo, com o território compacto e de mais fácil circulação da Europa Ocidental não pode, neste sentido, ser desprezado como um dos

elementos explicativos das diferenças de ritmos de integração econômica entre as duas regiões.

A história, por sua vez, legou à América do Sul o vício de origem, a custo corrigido ao longo dos anos, da condição colonial, ou seja, da formação de economias voltadas para o fornecimento de bens para os territórios metropolitanos e, conseqüentemente, desabitadas à subsistência ou ao comércio intracontinental. A manifestação mais evidente do relacionamento entre as antigas colônias da América do Sul não era o intercâmbio comercial, mas sim o conflito esporádico em torno de um território de fronteiras ainda indefinidas. Era desta maneira pouco harmoniosa que se rompia, vez por outra, o isolamento e a incomunicabilidade que caracterizavam a relação entre a colônia portuguesa e as colônias espanholas.

Em certo sentido, nossa formação histórica agravou, portanto, dificuldades herdadas de nossa própria geografia. O passado parecia desencorajar a integração de economias pouco complementares porque vocacionadas para a exportação de produtos concorrentes. Limitávamo-nos a produzir o que nossos vizinhos também produziam; não dispúnhamos dos meios de produzir aquilo de que precisavam. A proximidade nunca foi estímulo suficiente para a integração: a América do Sul resignava-se ao fato de que os maiores parceiros comerciais e financeiros

de todos os países da região sempre foram, sem uma única e honrosa exceção, países de outros continentes, em especial da Europa e da América do Norte.

Somente durante este século, começou-se a assistir à lenta reversão deste determinismo histórico-geográfico, à medida que as economias sul-americanas passaram a diferenciar-se de modo mais significativo e a ganhar, por esta razão, maior complementaridade. O processo de industrialização e de diversificação de exportações, assimilado em maior ou menor grau por todos os países sul-americanos, em função do predomínio no pós-Guerra das teses de substituição de importações, criaria, com o tempo, as bases para o aumento das trocas intracontinentais. Criavam-se também as motivações para o desenvolvimento de uma maior integração física do continente, a qual permitiria e, mais do que isso, potencializaria o crescimento do intercâmbio entre as economias nacionais. A crescente interdependência econômica começava, em contrapartida, a despertar nossa atenção para a precária integração física do continente.

Não é meu objetivo discorrer sobre aspectos técnicos da integração viária da América do Sul, e tampouco sobre cada um dos projetos que o Brasil vem desenvolvendo com seus vizinhos no setor. Com competência, representantes do Ministério dos Transportes e demais palestrantes já o fizeram nos painéis de ontem, sobre os chamados “corredores de transporte”. Pretendo, sim, discutir a evolução e as perspectivas futuras dos principais eixos de integração econômico-comercial entre os países sul-americanos, em razão de suas evidentes implicações sobre a prioridade atribuída, por governos e setores privados, a cada um dos projetos de transporte desenvolvidos na região.

O desenvolvimento da malha viária não é apenas fator, mas também, efeito da integração econômico-comercial. Se, por um lado, a disponibilidade de malhas viárias modernas determina, em parte, o grau de integração comercial dos países, por outro, as perspectivas de cada uma das diversas

iniciativas de integração econômico-comercial definem a medida do comprometimento dos governos com a criação de novas redes de transporte. A integração econômica é motivada pela prévia existência de canais de comunicação entre os países, como ocorre, por exemplo, na fronteira sul do Brasil, mas o desenvolvimento destes canais só é possível quando são dinâmicos os vínculos econômicos que aproximam os países ou, ao menos, quando são promissoras as perspectivas de incremento de suas trocas. Ainda que fatores políticos e estratégicos também sejam determinantes do desenvolvimento de redes de transporte, são os rumos do processo de integração e interdependência econômica entre vizinhos que vêm ditando o ritmo do desenvolvimento da malha viária, em especial no caso de países que já não têm conflitos de fronteira ou que dispõem de recursos limitados para investimentos. Analisar a evolução e perspectivas das principais iniciativas de integração comercial é, portanto, condição indispensável para bem avaliarmos quais são as áreas mais carentes de projetos, quais os empreendimentos que podem dinamizar o intercâmbio regional e quais as iniciativas mais adequadas à estratégia de integração comercial brasileira. A fim de analisar a evolução e as perspectivas dos diferentes eixos de integração sul-americana, sob a ótica dos interesses brasileiros, dividirei minha apresentação em três partes. Na primeira, procuro identificar as razões deste fenômeno um tanto quanto surpreendente em suas proporções que é a enorme aceleração, a partir dos anos 80, do processo de integração das economias dos países da América do Sul e a conseqüente proliferação de acordos subregionais e bilaterais de desgravação comercial. Na segunda parte, discuto o desenvolvimento de cada um dos principais eixos de integração do continente, os quais apresentam em comum o fato de terem amadurecido, como é o caso do Mercosul e do Pacto Andino, em torno de um eixo bilateral entre duas economias de maior desenvolvimento relativo da subregião. Por fim, na terceira parte, analiso os desenvolvimentos

recentes do processo de integração regional e procurou avaliar o futuro da integração sul-americana, que será definido, em grande medida, pelo sucesso ou insucesso da articulação entre os diversos acordos subregionais.

1) A aceleração do processo de integração sul-americano a partir dos anos 80

Uma das características mais marcantes da integração econômica na América do Sul é a enorme diferença de velocidades do processo antes e depois do início dos anos 80. Até começos da década passada, pode-se dizer que a integração sul-americana, e latino-americana em geral, era antes uma intenção de parte das elites nacionais do continente, inspiradas em teses cepalinas ou na teoria da dependência, do que uma realidade histórica, de números e estatísticas incontestáveis. A integração era mais desejada do que posta em prática, pela simples razão de que as economias não eram suficientemente complementares ou abertas para que houvesse expressivo intercâmbio comercial e financeiro. Projetos de liberalização comercial ou de formação de mercados comuns revelavam-se irrealistas, ainda que constassem dos objetivos de acordos internacionais firmados no continente, como no caso do principal deles, o Tratado de Montevidéu de 1960, que previa a criação de uma zona de livre comércio num prazo de 12 anos. Ao contrário do que ocorreu na Europa Ocidental, inexistiam, na América Latina, motivações políticas capazes de compensar eventuais limitações econômico-comerciais ao processo de integração. O resultado é que seu desenrolar nos anos 60 e 70 demonstrou-se muito mais lento do que o desejado.

Nos anos 80, em contraste com as décadas anteriores, ganhou impulso o processo de integração, o que se expressou tanto pelo aumento do volume de comércio intra-regional como pela proliferação de acordos bilaterais e subregionais de desgravação tarifária. Os vizinhos sul-americanos deixaram de ser parceiros comerciais relativamente inexpressivos e

começaram a tornar-se mercados importantes, principalmente para insumos industriais e produtos semi-manufaturados. Quatro são as razões básicas para a aceleração deste processo no período.

A primeira delas é o efeito-demonstração decorrente das próprias tendências complementares da economia internacional de globalização e regionalização. Numa economia mundial crescentemente marcada pelos imperativos da competitividade comercial e, por extensão, de ganhos de escala para a assimilação de tecnologias e investimentos, tornava-se necessária a formação de mercados mais amplos e mais abertos ao comércio exterior. Mercados fechados e de proporções limitadas tornaram-se alvo de profecias que antecipavam a marginalização.

Mergulhada na crise da dívida e apegada ainda aos modelos autárquicos de desenvolvimento, a América Latina do início dos anos 80 era uma das regiões mais lembradas pelos profetas da crise, o que estimulou, em contrapartida, na segunda metade da década, uma reformulação completa das políticas comerciais e de integração dos países do continente. A integração regional passou a ser vista como “campo de provas” para o projeto de maior inserção na economia internacional, como atrativo para novos investimentos e, em alguns casos, como eventual instrumento de barganha para posterior negociação com blocos regionais já existentes. A liberalização comercial empreendida pelos países sul-americanos a partir do final dos anos 80 é a segunda razão para a aceleração do processo integracionista no período. Com o esgotamento do modelo autárquico de substituição de importações e o lançamento de programas de desgravação tarifária e de eliminação de barreiras não-tarifárias, criavam-se as condições para a assinatura de acordos bilaterais e subregionais de liberalização comercial, algo antes impraticável entre economias fechadas. Ofertas bilaterais ou subregionais de preferências tarifárias ou de desgravação completa de determinados setores tornavam-se mais factíveis porque o nível médio

tarifário se havia reduzido. Concessões regionais passaram a ser, no jargão da negociação comercial, de “menor custo e menor efeito”, o que provocava menores resistências de setores domésticos ameaçados pela abertura. Utilizada com instrumento essencial de muitos dos programas de estabilização no continente, a abertura comercial permitiu o lançamento de novas iniciativas de integração sul-americana, as quais, por sua vez, passaram a ser vistas como chancela internacional para programas domésticos de liberalização que não contavam com apoio sólido entre as elites políticas e econômicas nacionais. A terceira razão do impulso nos anos 80 refere-se à própria reformulação dos mecanismos de integração no continente. O Tratado de Montevidéu de 1960, ao prever a meta ambiciosa de estabelecer uma zona de livre comércio entre os países da ALALC, apresentava um rígido sistema de desgravação tarifária de pouca conveniência para os países membros da Associação. Segundo o tratado, as concessões tarifárias deveriam ser feitas com base na cláusula da nação mais favorecida, ou seja, não poderiam ser feitas a um único parceiro comercial, pois teriam de ser estendidas a todos os demais membros da ALALC.

Este mecanismo revelou-se um fator de desencorajamento à desgravação tarifária. Os países deixavam de apresentar ofertas de desgravação a parceiros prioritários por saberem indispensável, e para eles inconveniente, ter de estendê-las a parceiros não prioritários ou cujos setores de produção mais desenvolvidos poderiam causar danos a suas economias nacionais. A pretensão multilateral minava, neste caso, o lançamento de projetos de integração de alcance mais limitado, como as iniciativas bilaterais e subregionais. Não surpreende que, em 1980, os países da ALALC procedam à revisão do Tratado de Montevidéu, que passa a admitir os chamados acordos de alcance parcial e os acordos de complementação econômica, os quais prevêm que concessões comerciais possam ser feitas a um número limitado de países ou a apenas um. Reconhecia-se

que o princípio da desgravação generalizada não estimulava a integração latino-americana e que esta teria de aprofundar-se gradativamente, por meio de acordos comerciais mais restritos, que funcionariam como “building blocks” (blocos em construção) de uma futura desgravação completa entre todos os membros da então recém-nascida ALADI, sucedânea da ALALC.

Os resultados desta nova estratégia de integração latino-americana mostraram-se bastante positivos. Em torno de relações bilaterais mais densas entre economias de maior desenvolvimento relativo na região, como no caso dos eixos Brasil-Argentina e Colômbia-Venezuela, intensificaram-se as trocas comerciais e criaram-se as condições para a assinatura de acordos subregionais que incorporavam, posteriormente, países vizinhos menores. A integração no continente aprofundava-se porque os acordos parciais de liberalização tornaram mais atraentes os mercados dos parceiros sul-americanos e geraram massa crítica suficiente para atrair as economias vizinhas. Os eixos bilaterais e subregionais de aproximação econômico-comercial criaram a estrutura básica que permitiria a intensificação da integração do continente sul-americano como um todo. A quarta condição para o impulso integracionista sul-americano dos anos 80 foi a distensão política entre os países, decorrente, em boa medida, do processo de redemocratização. Até os anos 80, a sobrevivência de regimes autoritários e a predominância do nacionalismo seja de direita, seja de corte populista eram fortes empecilhos ao processo de integração. Enquanto o nacionalismo econômico de corte populista mostrava-se incompatível com iniciativas de liberalização comercial, o nacionalismo de direita alimentava as desconfianças entre vizinhos, especialmente num continente ainda muito marcado por litígios de fronteira, como é o caso da América do Sul. Com a redemocratização, desanuviaram-se, em parte, as desconfianças políticas, e os vizinhos redemocratizados passaram a ser considerados como parceiros preferenciais, como no caso da relação

entre a Argentina do Presidente Alfonsín e o Brasil do Presidente Sarney. Eliminavam-se, assim, reservas que impediam o lançamento de iniciativas de integração, ao mesmo tempo em que estas começaram a ser vistas como mais um instrumento de legitimação política de regimes recém-democratizados.

II) Os principais mecanismos de integração sul-americana

Em termos formais, é possível identificar três mecanismos básicos de integração na América do Sul, que constituem conjuntos de acordos bilaterais e/ou subregionais: o Pacto Andino, o Mercosul e os acordos bilaterais firmados pelo Chile com diversos parceiros sul-americanos. Estes três eixos correspondem aos esquemas de integração mais avançados da região, pois não se limitam à troca de preferências, prevendo, ao contrário, liberalização comercial completa e, no caso do Pacto Andino e do Mercosul, o estabelecimento de uniões aduaneiras perfeitas, sem listas de exceção à tarifa externa comum. Outra característica dos três eixos é o elevado volume de comércio entre os países, cuja média é bastante superior à do comércio com parceiros sul-americanos dos demais agrupamentos.

O Pacto Andino é o mais antigo dos três eixos, embora seus resultados até hoje não sejam, necessariamente, os mais expressivos do continente. Criado em 1969, pelo Acordo de Cartagena, entre Colômbia, Equador, Bolívia, Peru, Venezuela e Chile, o Pacto tornava-se, já na década de 70, alvo de críticas de seus próprios membros, seja pela insatisfação com a ênfase puramente “industrialista” do acordo, fundado num modelo de substituição de importações “ampliado”, seja pela ambição de metas de desgravação e de estabelecimento de tarifa externa comum, objetivos incompatíveis com o grau de abertura comercial daqueles países.

A retirada do Chile em 1977, a resistência peruana ante a liberalização comercial no setor agrícola, o pleito equatoriano de tratamento

diferenciado são freqüentemente mencionados como obstáculos que teriam dificultado o aperfeiçoamento do Pacto Andino e o aprofundamento da integração comercial na região. Diversos autores chegaram a falar de uma espécie de vício estrutural do Pacto, que seria a escassa convergência dos setores produtivos de seus países membros. Bolívia e Chile, com suas economias voltadas para os parceiros do Cone Sul, dispunham de maiores vínculos comerciais com o Eixo Brasil- Argentina, ao passo que Colômbia e Venezuela, que formavam o eixo principal do Pacto Andino, tampouco estariam voltados para o comércio intra-andino, e sim para o centro- americano e caribenho. Segundo esta interpretação, o Pacto Andino resultaria mais de uma “articulação” geográfica do que propriamente econômico-comercial. A exemplo da aceleração da integração sul-americana como um todo e a despeito das interpretações menos otimistas, o processo de integração comercial entre os países do Pacto Andino ganharia fôlego a partir do final dos anos 80, em razão dos mesmos fatores que impulsionaram a integração entre os demais países do continente. O crescimento do comércio intra-regional e a liberalização comercial permitiriam, assim, a retomada do objetivo de criação de uma união aduaneira, que acabaria por entrar em vigor, ainda que em sua forma imperfeita, com listas de exceção, no final do ano passado. O caso do Mercosul é o mais significativo tanto pela velocidade de sua implementação como pelos resultados alcançados. Se o embrião deste esquema subregional encontra-se nos acordos de complementação econômica entre Brasil e Argentina, assinados em 1986, o tratado que o fundamenta e que formaliza a incorporação de Paraguai e Uruguai, o Tratado de Assunção, somente foi firmado em 1991. Apesar da exigüidade do seu tempo de gestação, o Mercosul revelou-se o eixo mais avançado da integração sul-americana, seja pelas conquistas institucionais e pela ousadia das metas de liberalização e de harmonização de políticas comerciais, seja pelo volume de comércio entre seus países membros.

Seria um tanto ocioso relembrar, e nem é este o objetivo desta palestra, o cronograma de desgravação tarifária e de constituição da União Aduaneira, já em vigor em sua forma incompleta, mas que deverá ser total num prazo de seis anos. O que cabe lembrar aqui é que aos rápidos avanços institucionais correspondeu um enorme incremento do volume de trocas entre os quatro países. Segundo dados da ALADI, o comércio intra-Mercosul já representaria cerca de 40% do comércio intra-latino-americano, dados tanto mais expressivos quando se tem em conta que o comércio dos países do Mercosul com os demais países da América Latina também é bastante expressivo.

Para o Brasil, em especial, os resultados comerciais alcançados no chamado “período de transição” do Mercosul foram impressionantes. Nossas exportações para a Argentina, o Uruguai e o Paraguai elevaram-se de US\$ 1,3 bilhões, em 1990, para US\$ 5.9 bilhões, em 1994. Houve, portanto, um crescimento de cerca de 350% em nossas vendas para os três países, ao passo que as exportações totais do Brasil no mesmo período se elevaram em mais modestos 38,5%.

Além dos ganhos decorrentes do aumento do comércio na região, o Mercosul acabou por funcionar nos últimos anos como um mecanismo estabilizador das duas maiores economias sul-americanas, a brasileira e a argentina. Neste caso, não se trata apenas do controle da inflação mediante aumento de importações, mas também dos efeitos positivos da desgravação tarifária subregional como elemento moderador dos ciclos de desaceleração e recessão econômica. De 1991 a 1993, num período de baixo crescimento econômico no Brasil, a produção brasileira beneficiou-se em larga escala do acesso ao mercado argentino então aquecido, algo que explica tanto a sucessão de elevados superávits bilaterais do Brasil quanto a manutenção do nível de emprego em diversos setores de produção no País. A partir de 1994, ocorreu o inverso, com o aquecimento da economia brasileira e os sinais de

recessão da economia argentina, a qual vem sendo amenizada — e as previsões já não são tão sombrias — pelo enorme crescimento das exportações para o Brasil e a reversão do superávit em favor da Argentina. O terceiro principal eixo de integração sul-americana, se é que este título lhe pode ser atribuído, são os acordos bilaterais assinados pelo Chile com outros países da América do Sul. Desde o final dos anos 70, o Governo chileno optou por uma estratégia de liberalização comercial agressiva, que tornou a economia chilena a mais aberta do continente. Como consequência, passou a ser desinteressante para o Chile participar de esquemas subregionais de integração com objetivos mais moderados em termos de liberalização ou com o horizonte de uniões aduaneiras com alíquotas médias bem mais elevadas do que a média praticada pelo país. Optava-se pela assinatura de acordos bilaterais de liberalização, seja porque os custos em termos de desgravação seriam muito menores do que os ganhos, afinal o Chile já dispunha da economia mais aberta, seja porque tal mecanismo dispensava o estabelecimento de uma tarifa externa comum.

Com base nesta estratégia, o Chile firmou acordos que prevêm a formação de áreas de livre comércio com diversos países sul-americanos e com o México. Da mesma maneira, o Governo chileno declarou, por diversas ocasiões, o interesse de adesão ao NAFTA, que não prevê tarifa externa comum, ao mesmo tempo em que vem adotando uma posição muito peculiar em relação ao Mercosul, que é a de buscar a criação de uma área de livre comércio Mercosul-Chile sem que o país tenha de participar da união aduaneira. Para o Chile, esta ênfase na criação de áreas de livre comércio justifica-se tanto pelo fato já mencionado de que sua economia é relativamente aberta à concorrência internacional como pelo objetivo de tornar-se um centro de atração de investimentos, em função do acesso desimpedido aos mercados dos parceiros com que o país vem assinando os acordos bilaterais de liberalização.

III) Desenvolvimentos recentes e perspectivas do processo de integração sul-americano

A integração sul-americana atravessa, nos dias de hoje, um período de consolidação dos avanços recentes. A conformação de uniões aduaneiras tanto no Mercosul como no Pacto Andino exige não apenas a delicada tarefa de negociação intrabloco de cada item da tarifa externa comum e das listas de exceção, mas também a compatibilização das preferências antes concedidas por cada país a terceiros, com o objetivo de uniformizar o tratamento aduaneiro previsto pela tarifa comum.

Um dos resultados mais expressivos das disposições do Tratado de Montevideu, da ALALC/ALADI, foi o estímulo, ao longo dos últimos quarenta anos, à concessão de preferências tarifárias entre seus países membros. Ocorre que tais concessões foram feitas país a país, em setores específicos da conveniência de cada par de países em processo de negociação, o que, para fins de conformação de uniões aduaneiras, exige uma complexa engenharia de harmonização de preferências. Se o Brasil, por hipótese, havia concedido preferência de 50% em determinado produto proveniente da Bolívia, e se Argentina, Paraguai e Uruguai haviam concedido preferências distintas ou nenhuma preferência para aquele produto boliviano, tornava-se necessário harmonizar estas concessões, sob pena de que não houvesse a aplicação da tarifa externa comum para aquele produto, mas sim tarifas diferenciadas país a país, o que descaracterizaria a união aduaneira. Desde o ano passado, o Brasil e os demais parceiros do Mercosul vêm se empenhando nesta tarefa de renegociação dos acordos firmados no âmbito do Tratado de Montevideu, o chamado “patrimônio histórico” da ALADI.

Em paralelo a este esforço, começa-se a discutir a próxima etapa da integração sul-americana, a de articulação e convergência entre os acordos subregionais. Se os anos 80 foram marcados pelo aprofundamento dos acordos de integração bilaterais, como o argentino-brasileiro e o colombiano-

venezuelano, e se a primeira metade dos anos 90 foi marcada pela bem sucedida construção ou consolidação de acordos subregionais, como o Mercosul e o Pacto Andino, a segunda metade dos anos 90 será caracterizada pelos esforços de integração entre os blocos. No processo gradual da integração na América do Sul, após os períodos de articulação bilateral e subregional, inicia-se a fase de integração regional propriamente dita, cujo horizonte é nada mais nada menos do que a formação de uma área comercial integrada que abranja todo o continente sul-americano. Com esta perspectiva, o Brasil lançou, em 1993, a iniciativa de criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA). O objetivo da iniciativa é, à medida que se consolida o Mercosul, desenvolver negociações com os demais países da América do Sul com vistas à eliminação de tarifas e barreiras não-tarifárias no continente. Segundo a proposta, a negociação com os demais parceiros seria feita com base no modelo 4+1, em que os quatro países do Mercosul, por disporem de tarifa externa comum, negociariam em conjunto com uma contraparte que tanto pode ser um país isolado, como o Chile, quanto um agrupamento subregional, como o Pacto Andino. Esta iniciativa brasileira responde a dois princípios básicos da estratégia de integração comercial do País para o continente americano: o gradualismo e a conformação de “building blocks” sucessivos. Tomando-se de empréstimo uma expressão tão cara aos autores geopolíticos, pode-se dizer que a estratégia de integração brasileira respeita uma seqüência de “círculos concêntricos”, em que o núcleo central é a consolidação do Mercosul, o primeiro entorno, a negociação com os países sul-americanos, como o Chile e a Bolívia, e o círculo seguinte, as negociações de uma área de livre comércio hemisférica e de um acordo de integração Mercosul-União Européia. Ainda que todas estas negociações ocorram simultaneamente, a celeridade conferida pelo Brasil a cada um destes objetivos responde à lógica gradualista e de “blocos em construção” e, não menos

importante, à própria viabilidade, a médio e a longo prazo, do término de cada um destes processos de negociação.

A prioridade atribuída pelo Governo brasileiro às negociações com os parceiros do Mercosul e com os demais países sul-americanos deve-se a duas razões fundamentais. A primeira e mais óbvia é a existência de laços geográficos, históricos, políticos e culturais que unem o Brasil a seu entorno sul-americano como a nenhuma outra região do mundo. Conforme revela a experiência européia, a integração não é um processo exclusivamente econômico: afinidades culturais e históricas, motivações políticas e proximidade geográfica também concorrem para determinar seu ritmo e metas. A segunda razão é econômico-comercial. Com o sucesso das experiências de estabilização econômica, a América do Sul tornou-se uma das regiões do mundo com maiores possibilidades de crescimento e, mais do que isso, com perspectivas de forte aumento da capacidade de absorção de importações, já que a demanda relativamente reprimida em décadas de modelo autárquico tende a crescer de forma vigorosa com regimes comerciais mais abertos.

Para o Brasil, o mercado sul-americano é especialmente atraente, não apenas por suas dimensões e perspectivas de crescimento, mas também por suas características peculiares. Trata-se do mercado de maior absorção relativa de produtos manufaturados brasileiros e, portanto, de bens de maior sofisticação tecnológica e agregação econômica. Num balanço entre os diversos mercados de produtos brasileiros, calcula-se que cerca de 50% de nossas exportações para a União Européia e de 70 a 80% de nossas exportações para os Estados Unidos são de produtos manufaturados; no caso do mercado sul-americano, este percentual atinge a cifra expressiva de 90%. Quando se tem em conta que nos últimos anos houve uma desaceleração do crescimento da participação percentual de produtos

manufaturados em nossa pauta de exportações, esta cifra torna-se ainda mais significativa.

Ainda que todos estes dados sejam bastante alentadores, é preciso não perder de vista que a integração sul-americana não é, para o Brasil, um fim em si mesmo ou um mero exercício bem sucedido de diplomacia econômica. Mais do que isso, a integração com nossos vizinhos representa um instrumento cada vez mais importante do desenvolvimento do País e, por que não dizer, de nossa própria integração doméstica. O resultado das diversas iniciativas de integração brasileiras, do Mercosul aos acordos de trocas de preferências com os demais parceiros sul-americanos, tem sido a ampliação das vendas de todas as regiões do País para aqueles mercados, com benefícios econômicos e sociais distribuídos por todo o território. Crescimento de exportações significa geração de empregos, aumento da renda e, conseqüentemente, maior bem-estar. Esta correlação entre integração regional e integração doméstica é ainda mais evidente quando se trata dos projetos de integração física. Aperfeiçoar as redes de transporte e comunicação entre os países é, acima de tudo, modernizar ou criar vias de circulação interna, que servem não apenas para elevar o intercâmbio com os parceiros comerciais, mas também para ampliar as trocas e a circulação doméstica. A maior articulação com o exterior acaba por aproximar os diversos pontos do País e, portanto, por torná-lo mais integrado.

Por todas estas razões, o Brasil atribui enorme importância ao processo de integração na América do Sul. As implicações desta prioridade sobre os projetos brasileiros de infra-estrutura e, em particular, de expansão da rede de transportes, são evidentes: a integração comercial com os países vizinhos será tanto mais estimulada quanto mais numerosas forem as iniciativas de ampliação e modernização da malha viária regional. Como afirmei no início desta palestra, integração física e integração econômico-comercial são dois fenômenos intimamente relacionados, e dado que conferimos grande importância à articulação

comercial com nossos vizinhos, torna-se indispensável desenvolver um sistema de transportes que a intensifique e promova. Concluo minha apresentação com três afirmações, se não controvertidas, ao menos merecedoras de reflexão. A primeira é a de que o processo de integração sul-americano, a despeito de seus quase quarenta anos de vida e de seu ritmo veloz nos anos 80 e 90, mal começou. Estamos apenas iniciando este processo. A segunda é a de que, se nos é possível antecipar a direção provável da integração no continente, é muito difícil prever sua

intensidade. Os caminhos da integração já estão traçados em suas linhas gerais, mas a velocidade com que o percorreremos ainda é incerta. A terceira e última, e também a mais importante das afirmações é a de que, da mesma maneira que o processo de integração foi impulsionado pela redemocratização, sua continuidade e aprofundamento dependem do fortalecimento da democracia no continente. Sem ela, a integração será frustrada.

Muito obrigado.



Discurso por ocasião do almoço oferecido pela Comissão da União Européia

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço que lhe ofereceu o Senhor Presidente da Comissão da União Européia, Jacques Santer. Bruxelas, 14 de setembro de 1995.

Agradeço suas palavras dirigidas ao Brasil e à minha pessoa, bem como a gentileza deste almoço.

Verifico com agrado que a Comissão Européia segue fiel aos ensinamentos de Jean Monnet, que, perguntado sobre seus métodos de trabalho, costumava responder: “Avant tout, ayez une salle à manger”.

Desejo registrar a satisfação do Governo brasileiro ao encontrar Vossa Excelência à frente da Comissão. Sabemos de seu compromisso com a continuidade dos esforços para o fortalecimento dos laços entre a Europa e a América Latina, esforços estes que receberam grande impulso de seu predecessor, Jacques Delors, e do Vice-Presidente Manuel Marín.

Senhor Presidente,

Minha visita à União Européia tem como pano de fundo o processo de estabilização econômica em curso no Brasil com a implementação do Plano Real.

A retomada do crescimento da economia viu-se acelerada a partir da eliminação da espiral inflacionária, com benefícios tangíveis para a população brasileira.

As perspectivas favoráveis de consolidação desse processo, a partir das reformas estruturais e institucionais necessárias à sustentação do programa de estabilização a longo prazo, criam condições

propícias para uma melhor inserção do Brasil no cenário internacional.

Estamos criando um somatório de fatores positivos que fazem do Brasil de hoje um parceiro atraente e confiável. E é nesse contexto que se abre para o Brasil a perspectiva de aprofundamento da parceria com a União Européia.

Partimos de uma base firme. A União Européia ocupa o primeiro lugar no comércio exterior brasileiro e é também a maior fonte de investimentos externos da economia brasileira.

As circunstâncias internacionais para a nossa aproximação também são positivas.

O cenário internacional surgido com o fim da Guerra Fria liberou forças que convergem em duas grandes tendências: democracia e liberdade econômica. Essas tendências nos aproximam no plano de valores, o que é essencial para que criemos compreensão comum sobre como atuar naqueles temas que podem levar a configurações de uma ordem internacional mais estável e justa.

A integração regional aparece como outro elemento positivo do atual momento histórico. O Brasil encontra-se firmemente engajado num dos mais dinâmicos processos integracionistas, o Mercosul.

Nosso compromisso com o Mercosul é inabalável. A integração no Cone Sul deixou de ser uma opção de política externa e passou a ser um

fator indispensável do desenvolvimento econômico brasileiro e de seus três parceiros nessa empreitada.

Em apenas quatro anos, evoluímos a ponto de estabelecer uma união aduaneira, que entra agora em delicada etapa de administração e consolidação. Temos avançado constantemente no fortalecimento do Mercosul, sempre de maneira flexível e realista, tendo em vista a complexidade inerente ao processo de integração.

Todos aqui presentes podem bem compreender esses fatos, tendo em vista a ampla experiência da União Européia no processo de integração regional.

O início das negociações do “Acordo-Quadro de Cooperação Comercial e Econômica entre o Mercosul e a União Européia” constitui-se em marco expressivo no adensamento das relações entre as duas regiões, na medida em que é um primeiro passo decisivo em direção ao estabelecimento progressivo de uma zona de livre comércio interregional.

É preciso ter presente que a integração regional não pode, no entanto, ser encarada como uma alternativa ao sistema multilateral de comércio. Deve, isto sim, servir como importante instrumento complementar da promoção do livre-comércio.

Lembro aqui das palavras que Vossa Excelência utilizou em seu discurso de investidura na Presidência da Comissão no início do ano: “L’Union restera un partenaire ouvert. C’ est dans son intérêt le plus strict.”

É com esse mesmo espírito, Senhor Presidente, que nos estamos engajando nas negociações do Acordo-Quadro.

Somos partidários de um regionalismo aberto. Por isso, o Brasil vê o processo de integração hemisférica desencadeado na Cúpula de Miami como um processo gradual, que venha a somar os esforços de integração sub-regionais, como o Mercosul e o Nafta, sem prejudicar os entendimentos com parceiros de outras regiões.

Senhor Presidente,

Com a consolidação da estabilidade econômica, que vem alinhar-se à plenitude democrática, o Brasil ressurge na cena internacional com peso acrescido. É com este peso, e apoiado por tradição pacífica e pela compreensão de que a negociação diplomática é sempre o melhor caminho, que estamos buscando uma maior participação no processo decisório internacional.

Temos buscado contribuir para a formação de consensos e para o fortalecimento da cooperação internacional.

Estamos engajados nos debates sobre a reforma das Nações Unidas, particularmente do Conselho de Segurança, com uma idéia simples: para ter maior legitimidade, autoridade e eficácia, o Conselho deve tornar-se mais representativo, por meio da participação permanente de países, desenvolvidos e em desenvolvimento, com reconhecida capacidade de atuação global.

O Brasil está na vanguarda das discussões sobre a volatilidade dos fluxos internacionais de capitais. Muitas das propostas que defendi na esteira da crise de dezembro vieram posteriormente a ser acolhidas pelo G-7 em Halifax. É preciso aprofundar a coordenação nesse campo entre economias, como o Brasil e os membros da União Européia, que podem ter impacto sobre o sistema financeiro internacional.

Estamos firmemente comprometidos com os esforços internacionais em prol do desarmamento e da não-proliferação de armas de destruição em massa.

Temos sido firmes na proteção aos direitos humanos e ao meio-ambiente, assim como na defesa do desenvolvimento sustentável com justiça social. Estamos buscando soluções duradouras para nossos próprios problemas nessas áreas.

Senhor Presidente,

Por tudo isso, trago comigo uma mensagem de otimismo, baseada na visão de um futuro que estamos construindo com esforço e otimismo.

Com esse espírito que convido-os a brindar à continuada aproximação entre o Brasil e a União

Européia, à amizade que nos une a cada um de seus membros, à prosperidade de todos os europeus e à saúde e felicidade pessoal do Presidente Jacques Santer.



Discurso em mesa-redonda com membros do Parlamento Europeu

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em mesa-redonda com membros do Parlamento Europeu. Bruxelas, 14 de setembro de 1995

É para mim motivo de grande satisfação dirigir-me aos membros do Parlamento Europeu nesta mesa redonda. Peco-lhes aceitar, como representantes das 15 nações que integram a União Européia, as homenagens que lhes trago em meu nome e no de todos os brasileiros.

Parlamentar eu mesmo durante a maior parte de minha vida na política, tenho por esta instituição o mais profundo respeito e admiração, porque aqui se está forjando o destino de tantos povos, a partir do debate democrático dos grandes desafios e questões que afetam a vida de milhões de cidadãos europeus.

As respostas a essas questões, que Vossas Excelências ajudarão a encontrar com sabedoria e equilíbrio, terão tanto mais alcance universal quanto mais assegurarem a este Continente a paz, a democracia, o desenvolvimento, a prosperidade e a justiça social.

A realização dos melhores ideais da União Européia terá repercussão em todo o mundo, pois a prevalência da paz e dos valores democráticos, a perspectiva promissora de fluxos cada vez mais desimpedidos do comércio mundial, o apoio às instituições multilaterais, o grande volume de investimentos internacionais que os países da região fazem no exterior são indícios claros de que a Europa continuará a ser um dos polos políticos e econômicos mais dinâmicos do Planeta.

O Brasil mantém com a União Européia, individualmente, com cada uma das 15 nações que a integram, laços muito densos e de longa tradição.

Recebemos ao longo de nossa história um enorme contingente de imigrantes europeus de praticamente todos os países da União. Compartimos os mesmos valores e cultivamos a componente européia de nosso patrimônio cultural.

Além disso, os expressivos volumes de comércio e de investimentos entre a União Européia e o Brasil constituem base sólida para nossa parceria e justificam o interesse de nos aproximarmos ainda mais.

Senhores Parlamentares,

Antes de passar a uma troca de impressões sobre temas brasileiros e internacionais, farei uma breve introdução sobre o Brasil que estamos construindo, inspirados na busca do desenvolvimento e do bem-estar de nossa população.

Sei que o que está ocorrendo em meu país é objeto de atenção na Europa, pois estamos percorrendo caminhos de renovação. Por essa razão, quero tratar aqui, de forma muito sucinta, da natureza das transformações que estamos vivendo e de como elas podem contribuir para elevar o nível de nossas relações com a União Européia.

Em primeiro lugar, é importante recordar que

a democracia constitui hoje elemento indissolúvel da realidade brasileira. Nossa sociedade aprendeu que a democracia, o Estado de Direito, a capacidade de expressar-se livremente, a necessidade de garantir a todos a plena cidadania são instrumentos poderosos para a transformação de um país que não é subdesenvolvido: é, isto sim, injusto.

A democracia tomou-se a chave para a conquista do êxito econômico.

No mundo moderno, a boa política econômica exige legitimidade política, adesão consciente da população. Está ultrapassada a fase das soluções tecnocráticas, que tinham inevitavelmente sentido provisório.

Assegurada a liberdade política, agora é no campo da liberdade econômica, da estabilidade, da justiça social que se situam os maiores desafios.

Os brasileiros entenderam que, sem liberdade econômica e sem estabilidade, não pode haver crescimento sustentado, geração de mais empregos, competitividade externa para nossos produtos, distribuição de renda, melhoria nos indicadores sociais e no desempenho do Estado no cumprimento das suas funções primordiais.

O Plano Real já completou um ano com resultados excepcionais e trouxe condições para a superação de um modelo de desenvolvimento fundado na industrialização protegida e de forte sentido autárquico.

As marcas de sucesso do Plano são evidentes: em 1994, a economia cresceu 5,7%, após haver alcançado o índice de 5% em 1993. As perspectivas para esse ano são de crescimento entre 5 e 6%. A inflação, que se manteve em patamar próximo aos 40% mensais por longo período de tempo, hoje caiu para algo em torno de 1 a 2 % ao mês, um valor ainda alto para padrões do mundo desenvolvido, mas notável para o Brasil, que vivia sob a ameaça permanente da hiperinflação.

A inflação era um dos mais cruéis fatores de concentração social de renda. Desde a introdução da nova moeda, a estabilidade de preços

proporcionou ganhos para o consumidor, em particular o mais pobre, estimados entre 15 e 20 bilhões de dólares.

Assim, pode-se dizer sem medo de errar que o Plano Real proporcionou a maior distribuição de renda da história do Brasil.

Não por acaso o Real é tão popular junto à grande maioria da população, que reconquistou sua auto-estima e confiança num futuro melhor.

O desafio agora é dar sustentabilidade à estabilização e ao crescimento.

Só assim será possível levar adiante, e com a urgência necessária, projetos eficazes e livres de clientelismo na área social para assegurar a todos os brasileiros educação, saúde, segurança e moradia.

Para tanto, estamos procurando fazer reformas profundas, algumas das quais requerem emendas à Constituição.

O Congresso compreendeu o sentido dessas transformações e já aprovou algumas alterações muito importantes para promover o investimento nacional e estrangeiro, em setores antes reservados ao capital estatal ou sujeitos a restrições desnecessárias.

Essas propostas atendem à urgência de dar a diversos setores-chave na infra-estrutura - energia, recursos minerais, telecomunicações e transportes - condições de contribuir para o aumento da produtividade geral da economia.

Outras reformas têm relações com a sustentação do equilíbrio orçamentário, a verdadeira chave para a estabilização. As reformas fiscal, tributária e previdenciária têm por objetivo garantir que o Estado possa cumprir suas funções básicas sem desestabilizar a economia.

Estamos empenhados em assegurar a competitividade do nosso setor exportador, com aumento de produtividade e com redução da carga tributária e dos demais custos resultantes de deficiências na infra-estrutura, que oneram desnecessariamente o preço dos produtos brasileiros.

A integração econômica regional avança e o

MERCOSUL hoje é uma realidade irreversível.

Este impulso de integração na América do Sul só se fortaleceu nessas duas últimas décadas porque a democracia prosperou em nosso hemisfério e o sentimento de rivalidades locais foi substituído pelo espírito da cooperação e da convergência de projetos nacionais.

O Mercado Comum do Sul já constitui uma união aduaneira e projeta-se para os demais países da América do Sul. O volume de comércio entre os quatro sócios aumenta a cada dia e já ultrapassa a cifra de 10 bilhões de dólares.

Até 2005, estarão definidas as regras para o início da conformação de um espaço econômico hemisférico. Por outro lado, a conveniência de preservar e fortalecer nossos vínculos econômicos com o resto do mundo tornam desejável a aproximação do MERCOSUL com a União Européia.

Sei que o Parlamento Europeu acompanha atentamente tal processo e lhe tem dado seu valioso apoio político. Nesse contexto, registro com satisfação a recente visita a Brasília da Delegação para as relações com os países da América do Sul e cujos integrantes tenho aqui o prazer de rever.

Senhores Parlamentares,

Compreendemos, em nossa região, que o desenvolvimento não se resume ao progresso material de poucos privilegiados. Deve balizar-se por princípios sociais e éticos. O crescimento econômico é essencial, mas sozinho nunca resolverá os problemas sociais ou da deterioração do meio ambiente.

As questões do meio ambiente e dos direitos humanos estão recebendo atenção central em meu Governo. Há poucos dias enviei ao Congresso Nacional projeto de Lei que prevê indenização às famílias de pessoas desaparecidas durante o período de exceção que o Brasil viveu durante duas décadas.

Ao reconhecer a culpa do Estado pelos excessos contra a pessoa humana, ao mesmo tempo

em que se reforçam o espírito e a letra da Lei da Anistia, que pacificou o País e lançou os fundamentos da democracia que hoje vivemos em plenitude, pude demonstrar que o Brasil é uma nação capaz de encarar o seu passado e de olhar com liberdade e serenidade para seu futuro.

Também o fundamental para o Brasil fazer progressos nas questões da violência contra as crianças e contra as populações indígenas no Brasil. São temas de extrema complexidade, dadas as dimensões e a diversidade das situações regionais do País.

Estamos desenvolvendo um esforço no plano jurídico para aumentar a capacidade de sanção do Estado, pondo termo à impunidade de muitos crimes. Estamos, igualmente, aperfeiçoando a cooperação entre o Governo Federal e os Governos Estaduais na repressão da violência.

Nesse sentido, é importante falar do grande salto que o Brasil deu nos últimos anos em termos de uma mudança de mentalidade em que a honestidade, a rejeição à corrupção, deixou de ser apenas um valor individual e passou a ser um valor coletivo. O país já não comporta qualquer margem de tolerância em relação à corrupção.

Senhores Parlamentares,

Quero encerrar estas palavras manifestando minha preocupação com a questão do desemprego estrutural que tem afetado tanto as economias desenvolvidas, como as em desenvolvimento.

Os recentes surtos migratórios do Sul para o Norte são consequência direta da ausência de medidas globais para atacar a questão do desemprego.

Temos de dar prioridade absoluta ao treinamento, à educação, à realocação da mão-de-obra e a ganhos de qualidade e produtividade industrial que não sacrifiquem novos empregos.

Mas, principalmente, temos de superar os efeitos perversos que a exclusão social e econômica têm gerado em todo o mundo.

Não se resolverão problemas de natureza global, como o desemprego estrutural, como a criminalidade e o narcotráfico, ou ainda, como o desenvolvimento ambientalmente sustentável, sem formas de cooperação internacional verdadeiramente eficazes e generosas.

Todos queremos um mundo melhor para nós mesmos e para nossos descendentes. Como políticos, temos a obrigação de tornar possível o que é necessário.

Este é o nosso maior desafio.

Brasil-Bélgica

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que lhe ofereceu o Senhor Primeiro-Ministro do Reino da Bélgica, Jean-Luc Dehaene. Bruxelas, 14 de setembro de 1995

Quero antes de mais nada agradecer a generosa acolhida de que Ruth e eu temos sido objeto em seu país e as amáveis palavras que Vossa Excelência acaba de pronunciar e que ouvi com grande satisfação.

Minha estada na Bélgica reveste-se de significado especial para o Brasil, pois é a primeira visita de um Presidente brasileiro a este país desde que Juscelino Kubitschek aqui esteve em 1956, ainda na condição de Presidente-eleito.

Outro marco de nosso relacionamento foi a honrosa visita do Rei Balduino e da Rainha Fabíola ao Brasil em 1965.

A ausência de contatos diretos no mais alto nível entre nossos dois países nesses muitos anos não impediu, porém, que nossas relações prosperassem, mas certamente terá contribuído para que se situem aquém de suas reais possibilidades.

No mundo de hoje, a diplomacia de Chefes de Estado e de Governo constitui elemento insubstituível da promoção do entendimento entre os países, catalisando ações e iniciativas.

Por isso estou certo de que saberemos transformar esta ocasião em fator singular de impulso de nosso relacionamento, visando a um novo patamar de cooperação e entendimento entre nossos dois países.

Senhor Primeiro-Ministro,

Quero trazer ao Governo e ao povo belgas a mensagem de um Brasil renovado, moderno e dinâmico. Um Brasil que deixou definitivamente no passado as soluções autoritárias e a instabilidade econômica e que ora estabelece bases sólidas para o desenvolvimento sustentado e socialmente equitativo.

O Brasil atual é um país plenamente democrático. A solidez de nossas instituições se vê reforçada pela maturidade do jogo político brasileiro, que tem sabido encaminhar de forma exemplar as pressões e contrapressões inerentes à vida política democrática.

O brasileiro recobrou o sentido de cidadania e hoje goza com liberdade a totalidade de seus direitos civis e políticos.

É neste contexto que se vêm processando a modernização das estruturas da economia brasileira.

O Governo brasileiro vem implementando, por meio do debate transparente com a sociedade, um programa abrangente de estabilização econômica - o Plano Real. Queremos com ele assegurar ao Brasil uma maior capacidade de inserção nos fluxos internacionais de comércio e de finanças que se traduza em melhores condições de vida para a população brasileira.

Tendo como base a liberalização da economia e a estabilização da moeda, o Plano Real busca

conferir à economia brasileira condições de competir por mercados, investimentos e tecnologias necessários ao desenvolvimento nacional, atendendo às exigências da globalização da economia internacional.

A estabilidade monetária alcançada com a introdução do Real fez cessar a espiral inflacionária que por tanto tempo minou a confiança dos brasileiros em sua própria moeda e trouxe sérios prejuízos ao funcionamento de nossa economia.

A inflação, que em junho de 1994 encontrava-se próxima aos 50% ao mês, manteve-se, ao longo do primeiro ano de implementação do Plano Real, na faixa de 2% ao mês. As perspectivas para os próximos meses são ainda mais promissoras, estimando-se que a inflação para 1995 não deverá chegar aos 25%. Trata-se do menor índice registrado no Brasil em quase 25 anos.

A queda da inflação trouxe uma rápida aceleração do crescimento econômico, com taxas superiores a 10% entre julho de 1994 e março deste ano.

O notável aquecimento do consumo interno foi outro reflexo da estabilidade monetária, que livrou a população, sobretudo as camadas de renda mais baixa, do verdadeiro “imposto inflacionário” que lhe era cobrado

A retomada do crescimento com estabilidade reconquistou a confiança dos investidores brasileiros e estrangeiros na economia nacional, elevando as taxas de investimento a nível próximo dos 20% do PIB.

Estamos implementando as reformas mais profundas que permitirão a sustentação do Plano Real no longo prazo. Eliminamos entraves à participação do capital estrangeiro na economia, abrimos setores como petróleo, gás, energia elétrica e telecomunicações e acabamos com reservas de mercado na mineração e na navegação de cabotagem.

Já avançamos muito no debate sobre o redimensionamento do Estado brasileiro, de modo a

torná-lo mais eficiente nos setores em que efetivamente deve ter participação ativa, como saúde, educação e segurança. Para tanto, apresentamos uma proposta coerente de reformas nas áreas previdenciária, administrativa e tributária.

Estamos logrando assim uma sintonia perfeita entre os processos político e econômico internos e entre as dimensões nacional e internacional do desenvolvimento.

Estamos plenamente conscientes de que o êxito das reformas internas dependerá também de uma conjuntura internacional favorável.

São portanto animadoras as avaliações convergentes de que a economia internacional encontra-se diante de um período prolongado de expansão, que permite antever que os fluxos financeiros e comerciais buscarão aquelas economias que, como o Brasil, estão promovendo os ajustes necessários para as transformações que se anunciam neste final de século.

Senhor Primeiro-Ministro,

As circunstâncias que acabo de descrever encontram eco na avaliação do Brasil, altamente favorável, feita por nossos principais parceiros externos.

Essa percepção reflete a condição do Brasil de país continental, de vocação universal e interesses globais, que nos leva a almejar uma participação crescente no processo decisório internacional.

Estamos preparados para assumir todas as responsabilidades que nos correspondem nesse plano.

O Brasil está engajado nos debates em curso sobre a reforma das Nações Unidas, e em particular do Conselho de Segurança. Defendemos a idéia de um Conselho mais representativo das realidades do mundo contemporâneo, com maior legitimidade, autoridade e eficácia.

Tendo como base a defesa dos mesmos ideais de democracia e liberdade que levaram o Brasil a enviar tropas para lutar na Europa contra o Fascismo

há cinquenta anos, temos participado ativamente nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas, de que dá testemunho na nossa presença, junto com a da Bélgica, nas forças internacionais de paz na Bósnia.

Estamos firmemente comprometidos com os esforços internacionais em prol do desarmamento e da não-proliferação de armas de destruição em massa.

Temos contribuído de maneira expressiva para a formação de consensos no que se refere à proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos - de que são exemplos nossa atuação nas Conferências no Rio de Janeiro em 1992 e em Viena em 1993.

Mais recentemente, na Conferência Internacional da Mulher, realizada em Pequim, também participamos de forma construtiva nas deliberações sobre um tema, o da situação da mulher, de importância crescente num mundo em que a democracia se tornou valor universal e a discriminação prática a ser eliminada.

Somos defensores nos principais foros internacionais, de políticas que visem ao desenvolvimento econômico-social.

O Brasil projeta-se também como “global trader” estendendo nossa rede de interesses comerciais pelos cinco continentes.

Temos um comércio exterior diversificado, que nos permite evitar parcerias excludentes e desequilibradas. É nesse contexto que a União Européia absorve cerca de 26,5% de nossas exportações, a América Latina 23%, os Estados Unidos outros 21% e a região da Ásia-Pacífico 14%.

Por essa razão o Brasil não quer e não pode circunscrever sua esfera de atuação ao plano regional. Temos, sim, como faz a Bélgica, de dar prioridade às relações com nossos vizinhos, mas tendo presente que os esforços regionais de integração devem servir como complemento a um sistema multilateral de comércio fortalecido, um dos objetivos básicos de nossa política externa.

Nossa participação no Mercosul tem portanto

marcado sentido de abertura para o exterior, na busca de uma nova dimensão para a inserção internacional do Brasil através do aumento da escala de nossa economia.

As negociações para o estabelecimento de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia traduzem perfeitamente essa vocação da integração econômica como ponte para o resto do mundo.

O mesmo princípio vem regendo as discussões sobre a integração hemisférica. O Brasil encara o processo de forma gradual e com sentido de realismo, pois sabemos que o êxito dessa iniciativa dependerá da capacidade de agregar os esforços sub-regionais de integração existentes, como o Mercosul e o Nafta.

Senhor Primeiro-Ministro,

É esse o contexto em que se inserem as relações entre o Brasil e a Bélgica.

São múltiplos os pontos em que convergimos.

Compartilhamos ambos uma forte identidade como sociedades democráticas que privilegiam o diálogo e a cooperação.

Não é por acaso que Bruxelas é sede das principais instituições européias de integração; é porque a Bélgica encontra-se inelutavelmente comprometida com o projeto europeu.

O Brasil possui vínculos externos muito diversificados. A multiplicidade de influências no processo de formação da Nação brasileira assim o exigiu sempre. Temos na base de nossa identidade nacional importantes elementos ameríndios, europeus, africanos, asiáticos, árabes e judaicos.

Esse fato nos distingue e nos singulariza. Aprendemos que a tolerância é fundamental para a boa convivência entre os povos, e talvez a tolerância seja um fator decisivo para que se crie uma ordem estável e justa no pós-Guerra Fria.

A vocação internacional do Brasil e da Bélgica reflete-se também no dinamismo do comércio exterior de cada um de nossos países.

A tradicional competência belga no campo do comércio exterior, conjugada à política de abertura do mercado adotada pelo Governo brasileiro, permitiu que no ano de 1994 as exportações belgas para o Brasil crescessem de maneira expressiva, transformando nosso país no principal mercado para produtos belgas na América Latina.

A Bélgica ocupa lugar de destaque no comércio exterior do Brasil, sendo hoje o sétimo principal destino de nossas exportações.

Ao final de 1994, os investimentos da União Econômica Belgo-Luxemburguesa no Brasil superavam a cifra de US\$ 1 bilhão e duzentos milhões. O Acordo Bilateral de Promoção e Proteção de Investimentos, cuja negociação foi concluída com êxito, trará estímulo adicional ao fortalecimento do fluxo de investimentos entre nossos países.

No passado, o intercâmbio de visitas no mais alto nível entre nossos dois países produziu resultados palpáveis, como a instalação da indústria siderúrgica belgo-mineira após a visita do Rei Alberto I em 1920.

Que esta minha presença aqui signifique também um salto qualitativo de nossas relações políticas e econômicas, em prol da promoção do bem-estar de brasileiros e belgas.

Nossas sociedades esperam isso de nós.

Foi com o propósito de atribuir a mais alta prioridade ao fortalecimento de nossa parceria que quis incluir a Bélgica entre os países visitados em meu primeiro ano de governo.

Senhor Primeiro-Ministro,

É com esse ânimo construtivo que desejo brindar ao início de uma nova etapa nas relações entre o Brasil e a Bélgica, à amizade fraterna que sempre nos uniu, à crescente prosperidade do povo belga e à saúde e à felicidade pessoal do Rei Alberto II, da Rainha Paola e do Primeiro-Ministro e Senhora Jean-Luc Dehaene.

Muito obrigado.

Conferência no “ Collège D’Europe”

Conferência do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no “College D’Europe”. Bruges, 16 de setembro de 1995

I - Introdução

É para mim motivo de grande satisfação poder dirigir-me ao Collège d’Europe, esta instituição que, desde sua fundação, em 1949, dedica-se à construção da consciência da União Européia, por meio do intercâmbio acadêmico.

Foi aqui em Bruges, em anos mais recentes, durante conferências neste mesmo Collège d’Europe, que se realizou debate importante sobre os rumos que poderia tomar a União Européia, suas possibilidades e seus limites, suas oportunidades e seus riscos, entre personalidades fortes como Jacques Delors e Margareth Thatcher. Acompanhei este debate com vivo interesse e alegro-me de que acabaram por prevalecer as visões mais ambiciosas sobre o projeto de integração e unidade européias.

O mundo precisa da Europa forte e unida.

O objetivo de minha breve conferência foi o de trazer-lhes a visão atual do Brasil sobre as grandes tendências e questões internacionais.

Falo em minha dupla condição de cientista social e de Chefe de Estado. Como sociólogo, o cenário internacional sempre se inclui em minhas reflexões, em grande parte dedicadas a compreender as possibilidades do desenvolvimento da América Latina como produto da interação de variáveis dadas seja pelo quadro internacional seja pela situação interna dos países da região.

Mas foi como político que adquiri experiência direta no trato das questões internacionais, primeiro

como Chanceler e, desde o início deste ano, como Presidente de um país para o qual a dimensão internacional é cada vez mais importante, que passou a ver o cenário externo pelo ângulo das oportunidades que oferece, ciente de que é no exterior que terão de ser buscados diversos recursos indispensáveis ao desenvolvimento nacional.

II - As transformações políticas após a Guerra Fria.

No plano político, o cenário internacional que hoje vivemos é muito diferente daquele em que minha geração se formou. Já não há mais a matriz da Guerra Fria que, durante décadas, serviu como referência para interpretação da realidade. Acostumamo-nos de tal modo a ver o mundo pela lente estreita do conflito ideológico Leste-Oeste que não é de estranhar que ainda hoje haja saudosistas da Guerra Fria, alguns desejosos de restaurar o conforto da previsibilidade que a moldura da Guerra Fria oferecia, outros porque viam, na disputa ideológica, alguma margem de manobra para que os países do Sul pudessem obter concessões de cada um dos lados do conflito.

O fato, porém, é que a Guerra Fria foi, do ângulo político, um dos períodos mais sombrios vividos pela Humanidade. O conflito ideológico determinava a agenda internacional e impunha sua lógica a todos os temas, impedindo a cooperação onde ela se fazia possível e necessária. Exacerbava

conflitos e tensões regionais. Permeava o contexto político interno de muitos países, e isto foi particularmente verdadeiro na América Latina.

Em minha região, a Guerra Fria forneceu pretextos e oportunidades para a instalação de regimes autoritários, que duramente reprimiram o direito de opinião política. Eu próprio fui vítima de perseguição política e forçado a viver no exterior por alguns anos, quando o arbítrio penetrou a Universidade brasileira, aposentando prematuramente professores e impedindo-os de exercer sua profissão.

Naqueles anos tristes, pessoas foram mortas ou dadas por desaparecidas quando estavam sob a tutela e responsabilidade do Estado. No Brasil, agora estamos podendo reparar este erro. Este é um compromisso que tenho para com a minha consciência.

Se evoco estes acontecimentos, é apenas para demonstrar minha convicção mais profunda de que o final da Guerra Fria foi desenvolvimento amplamente positivo, inaugurando período em que novas possibilidades de cooperação se abrem.

As possibilidades de cooperação se abrem, em primeiro lugar, porque no pós-Guerra Fria há maior convergência de valores: a democracia e os princípios da economia de mercado, que embasaram o sucesso do Ocidente, ganharam dimensão universal como meio de promover o desenvolvimento, no sentido mais amplo do termo.

Não esqueçamos, de resto, que o final da Guerra Fria não se deu por uma conflagração direta entre as partes, mas pelo colapso de uma delas, incapaz de organizar-se política e economicamente para fazer frente às demandas de sua sociedade.

Por outro lado, vieram à tona, com o fim da Guerra Fria, vetores de conflito antes camuflados ou contidos sob a disputa ideológica, como o nacionalismo e a xenofobia, a intolerância étnica e religiosa, ou mesmo as condições, segundo Samuel Huntington, de um “choque de civilizações”.

Dentro desta visão pessimista inscrevem-se

aqueles que julgam que o fim da disputa ideológica seria substituído por outro tipo de competição: a competição pela hegemonia econômica entre “blocos” comerciais que, no limite, poderia levar à ruptura do sistema internacional de comércio, fragmentar a economia mundial e trazer o espectro da depressão, com isso gerando novas tensões internacionais. Estaríamos, por esta visão que não endosso, quase que condenados a repetir os erros do passado.

A matizar esta visão negativa do pós-Guerra Fria, pode-se dizer que as forças da intolerância religiosa e étnica sempre existiram e, por mais irracionais que sejam, dificilmente poderiam conduzir, hoje, a uma guerra global com capacidade de “overkill”, como no período da Guerra Fria. Pode-se mesmo dizer que atualmente as grandes potências, notadamente as da União Européia, jogam seu poder e sua influência em favor de soluções racionais e negociadas.

Embora nem sempre com sucesso pleno, o recurso às instituições internacionais, livre dos vetos automáticos do passado, passou a ser rotineiro. Lentamente, com percalços naturais, vai-se formando uma política genuína de “segurança coletiva”, que há de servir a toda a comunidade internacional e não de instrumento de interesses localizados.

Pelo lado da economia, o fenômeno da multipolarização não impede a preservação e o incremento dos vínculos entre esquemas de integração regional, pois os padrões de escala de produção e de inovação tecnológica, a repartição mundial do trabalho, militam a favor de espaços econômicos de escala mundial. Atritos comerciais existem e poderão intensificar-se, sobretudo em momentos de crescimento econômico mundial menor. No entanto, o êxito da Rodada Uruguai e a criação da Organização Mundial do Comércio constituem determinação coletiva de evitar a rota de colisão e de buscar soluções negociadas para os contenciosos comerciais.

Diante desta nova realidade internacional complexa e cambiante, o que importa, do ponto de

vista dos que tomam decisões sobre política internacional, é operar no sentido de reforçar os elementos positivos trazidos pelo término do confronto bipolar, de modo que eles, consolidando-se, evitem o fortalecimento das forças de conflito.

Como atuar concretamente nesta direção é o desafio maior que teremos pela frente.

Limite-me a apresentar-lhes dois caminhos possíveis de ação.

O primeiro é de que não devemos permitir que se fragmente a agenda internacional em temas específicos, que alguns chamam de “novos”, mas que, na verdade, se encontram há bastante tempo na pauta da comunidade internacional. Estes primeiros cinco anos de pós-Guerra Fria assistiram à notável e merecida valorização destes temas, refletida numa série de grandes conferências internacionais: meio-ambiente, direitos humanos, população, desenvolvimento social, mulher. No próximo ano, teremos a conferência sobre habitação.

Todos estes encontros tiveram seus méritos. Houve progressos importantes todos eles, e a Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento é um bom exemplo. Além disso, revelam que os temas estratégicos cederam lugar aos assuntos que realmente contam no cotidiano de homens e mulheres: os padrões de bem estar e a qualidade de vida. Mas se o Homem está novamente sendo objeto de consideração, isto se dá dentro de um enfoque disperso, fragmentado, pois os interesses e as “constituencies” que movem o debate em cada um dos “temas novos ou renovados” não são necessariamente os mesmos.

Sem recorrer a um reducionismo simplificador, há certamente um tema global que interage com todos os demais e que ainda não foi reintroduzido, no Pós- Guerra Fria, no centro dos debates internacionais. Refiro-me ao desenvolvimento.

Não temos mais, os países do Sul, a pretensão de relançar as “negociações globais” dos anos 60 e 70, quando queríamos transformar radicalmente as

relações econômicas mundiais, a cuja dinâmica atribuíamos excessiva parcela de responsabilidade pelos problemas de nosso atraso. Sabemos hoje que o desenvolvimento requer reformas sociais internas, o “dever de casa” cumprido, instituições democráticas e transparentes, liberdade econômica. Mas também sabemos que o contexto internacional precisa ser favorável a que se consolidem nossas reformas.

Estão cada vez mais ligadas as dimensões interna e externa do desenvolvimento, que deixou de ser variável apenas doméstica para tornar-se tema global por excelência, aquele que inclui todos os demais temas.

E aqui menciono um segundo caminho para fazer avançar os fatores positivos propiciados pelo quadro pós-Guerra Fria: reformar a arquitetura institucional com que conta a comunidade internacional.

Nossas instituições foram concebidas ao final da II Guerra Mundial e já não refletem adequadamente a realidade dos tempos atuais. Algumas instituições, é certo, fizeram seu “aggiornamento”, mais ou menos completo: o GATTI, por exemplo, saiu fortalecido de diversas rodadas de negociações comerciais multilaterais e, adaptando-se às transformações no comércio internacional, converteu-se na Organização Mundial do Comércio; os Bancos Internacionais de Fomento introduziram, em seus critérios de concessão de empréstimos, preocupações com o desenvolvimento social, com o meio ambiente, com a “boa-governança”.

Também as instituições políticas precisam ser repensadas para um tempo em que surgiram novos focos de poder e no qual o desenvolvimento necessita ser tratado como tema prioritário. A composição do Conselho de Segurança, por exemplo, obedece a uma geometria do poder de há 50 anos. Sua eficácia e legitimidade dependem da adaptação de sua estrutura para que ele possa ser instrumento da “segurança-coletiva” a que antes fiz menção. E, pois,

levando-se em conta as mudanças ocorridas no mundo que se há de discutir a reforma do Conselho que, tornando-o mais representativo, fortaleça sua eficácia e capacidade de ação.

III - As transformações econômicas. Globalização e Exclusão.

A característica mais importante no plano das relações econômicas contemporâneas é a aceleração do processo de internacionalização do processo produtivo, de globalização. É processo irreversível com o qual precisamos aprender a conviver, bem como influenciá-lo numa direção que traga benefícios à população.

Uma de suas conseqüências é a criação de novas “ondas de industrialização” que foram pela aceleração da passagem de alguns países do Sul para a condição de desenvolvidos. Este é um fato novo: até a década de 70, nenhum país em desenvolvimento havia feito essa transição, hoje lograda por alguns e que também poderá estar ao alcance de outros no futuro próximo.

Outra conseqüência é a integração regional. A União Européia é o exemplo mais notável. O Brasil também vive seu processo de integração com a Argentina, Paraguai e Uruguai, que, embora bem mais recente, pois o Tratado de Assunção que criou o MERCOSUL é de 1991, tem sido responsável pelo dinamismo das trocas comerciais entre seus membros, que se multiplicaram por 4 nestes poucos anos.

A terceira é da globalização, esta de caráter perverso, é a exclusão dos que não são capazes de participar da economia global. O paradoxo da exclusão simultânea à globalização se processa seja em relação a países e até regiões inteiras, seja, no interior de cada país, rico ou pobre, em relação aos segmentos menos favorecidos.

Beneficiar-se dos frutos da globalização requer, pelo lado da produção, conhecimentos e domínio das técnicas modernas e, pelo lado do consumo, renda mínima que está disponível apenas aos que participam da geração de riqueza.

Se os atores da economia global não conhecem fronteiras nacionais, para os excluídos se criam fronteiras até mesmo dentro de seu próprio país.

Para grande parte dos países do Terceiro Mundo, é preciso reconhecer que há dificuldades importantes a superar para que possam integrar-se nas correntes econômicas mundiais. Mas não posso aceitar passivamente a percepção bastante disseminada que os condenaria à marginalização econômica e ao caos político, vivendo de assistência humanitária num mundo sempre menos predisposto a oferecê-la. Talvez, tanto ou mais do que os recursos materiais, faltem agora a visão e a liderança de um Schuman ou de um Monnet para colocar esta questão na perspectiva adequada.

Por outro lado, nos países de fato integrados à economia global, sejam eles mais ou menos desenvolvidos - aqui incluo, além da Europa e da América do Norte, boa parte da América Latina e da Ásia - , ao problema da exclusão interna vem somar-se outro: o do desemprego estrutural, produzido pela constante busca de produtividade. Desemprego e exclusão formam o caldo de cultura em que nascem muitos dos problemas das sociedades contemporâneas: a marginalização e a delinqüência; o consumo excessivo de álcool e drogas; a desestruturação da família; a frustração e a ansiedade.

O fato de haver um lado perverso nos processos paralelos da globalização e da “eficiência” produtiva não nos devem levar a tirar, do problema, conclusões equivocadas. Não podemos e não devemos, à maneira dos luditas, destruir os frutos positivos daquilo que esses fenômenos nos trazem.

Não é tentando impor obstáculos ao progresso de transformações cuja lógica de certa forma escapa ao controle do Estado, que iremos encontrar as boas soluções. O fechamento das economias, a imposição de barreiras comerciais a pretexto, por exemplo, de “dumping social”, a regulamentação excessiva do emprego não são caminhos duradouros. Estamos lidando com fenômenos que já não se prestam a um tratamento

exclusivamente nacional, ou mesmo limitado a certo grupo de países.

Isto não quer dizer que os Governos se encontrem sem mecanismos de defesa e devam assistir impassíveis às mudanças da economia moderna. Ao contrário, o grande desafio dos Governantes é o de combinar, em seus respectivos países, os critérios de eficiência e equidade e, para tanto, lançar mão de medidas sociais compensatórias que venham a corrigir as distorções criadas pelos mecanismos de mercado.

Parte crescente da riqueza gerada pela globalização e pela economia de mercado deve ser usada em programas sociais. O que não se pode é renunciar à geração de riqueza por mecanismos defensivos e protecionistas que perpetuam os problemas novos com que nos defrontamos.

Conciliar crescimento e justiça social deve ser o nosso objetivo prioritário.

IV- Conclusão. As Credenciais do Brasil.

Para concluir, direi uma palavra sobre o Brasil.

Temos características que nos credenciam a ter presença maior no cenário internacional. Somos

um país de grandes dimensões territoriais, com cerca de 160 milhões de pessoas, que vive em paz com seus dez vizinhos há mais de um século, com tradição diplomática pacífica e que participou da II Guerra Mundial única nação latino-americana a fazê-lo - para defender os princípios da liberdade política e econômica, os mesmos que agora prevalecem em escala mundial.

Somos um país que vai retomando o crescimento com estabilidade econômica, que oferece possibilidades de parceria atraente. Somos capazes de desenvolver internamente tecnologias de ponta para fins, no entanto, exclusivamente pacíficos.

Somos uma sociedade democrática, que se orgulha de ser multi-racial, formada por elementos de variada origem étnica e que convivem em harmonia.

A democracia tem sido a base da construção de um país moderno, justo, próspero, em que os valores de cidadania e os direitos humanos sejam respeitados.

O Brasil é um país que, com tranquilidade e autoconfiança reconquistadas, está pronto para assumir novas responsabilidades internacionais.



Aula por ocasião da cerimônia e outorga do título de Doutor Honoris Causa

Aula do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da cerimônia e outorga do título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Berlim. Berlim, 20 de setembro de 1995

I - Introdução. Sociologia e Política.

Sinto-me profundamente honrado ao receber, das mãos do Decano do Departamento de Ciência Política da Universidade Livre de Berlim, Prof. Ralf Rytlewski, o título de Doutor Honoris Causa. Fiquei muito grato com as palavras pronunciadas pelo Dr. Hans Matthöfer, cujas atividades tenho acompanhado ao longo de sua carreira como parlamentar e Ministro de Estado, e cuja batalha pela descolonização, pela democracia e pelos direitos humanos é de todos conhecida. Impressionou-me também a apresentação do Prof. Elmar Altvater, certamente um dos maiores teóricos contemporâneos da teoria do desenvolvimento, em suas interrelações com a dimensão ecológica. Agradeço, enfim, as palavras do Prof. Manfred Nitsch, que tanto tem colaborado com o Brasil em questões como novas fontes de energia e a problemática do meio ambiente.

Sei que o título representa uma homenagem a minha primeira vocação, a de cientista social, que, até hoje, condiciona minha maneira de ver o Brasil e o mundo. Frequentemente, ao tomar decisões como Presidente, reconheço a necessidade de ver o campo de atuação política com os olhos do sociólogo.

Governar exige do homem público domínio de conhecimentos organizados e objetivos sobre a realidade em que deve atuar. E é a ciência que ensina a conhecer. Por isto, gostaria de iniciar esta

conferência com observações sobre a relação entre a ciência e a política, entre o saber e a ação, sob uma ética distinta de Max Weber.

Advirto que seguirei, hoje, percurso metodológico diferente do que segui há mais de 20 anos, em 1972, quando, aqui, pronunciei longa palestra sobre “As Classes Sociais e a Crise Política da América Latina”.

Naquele momento, recorri também a Weber para, em contraste com Marx, buscar a melhor forma de definir o que havia de particular e de universal na dinâmica de classes do continente.

Hoje, a questão de classes está um tanto esquecida, não por ter deixado de existir, mas antes porque sua complexidade repele esquemas simples. No fundo, reconhecemos que os paradigmas clássicos precisam de profunda renovação. E como se as Ciências Sociais não tivessem podido acompanhar o ritmo da inventividade humana, mas os clássicos ainda são fonte de inspiração. Volto a eles.

A sociologia moderna nasceu com Marx, Comte, Weber e Durkheim, quando os movimentos de transformação social ganhavam dinâmica própria e passaram a requerer interpretações baseadas em critérios objetivos e em investigações elaboradas com rigor.

A primeira indagação dos fundadores da sociologia refere-se às razões que levam às mudanças sociais. Esta indagação permanece, embora,

atualmente, tenhamos de nos defrontar com sociedades mais complexas, em ritmo acelerado de transformação.

O capitalismo contemporâneo não é mais aquele que Marx descreveu no século XIX, mas as contribuições deste permanecem valiosas, sobretudo no que respeita ao impacto das forças produtivas sobre a organização social e à tendência à universalização do modo capitalista de produção.

Ao relacionar etapas no progresso da Humanidade com os avanços no domínio da indústria, o pensamento de Comte mantém sua atualidade. De Weber, ainda há muito o que recolher, pois, em sociedades como as nossas, em que a informação (portanto, o tecido das idéias e dos valores) é decisiva, suas lições continuam atuais. Durkheim remete-nos à questão sempre presente das formas de solidariedade existentes em sociedades complexas, em particular agora quando as manifestações de grupos e setores parecem prevalecer sobre os interesses coletivos.

Hoje, num momento em que a velocidade das mudanças tomou-se exponencial, o debate sobre o sentido da evolução de nossas sociedades parece unir sociologia e política.

De certa forma, os temas clássicos da sociologia transformaram-se em temas sobre os quais os políticos têm de tomar decisões concretas em seu cotidiano. Mais do que nunca, especialmente da perspectiva de um país em desenvolvimento, a ação política corresponde a um movimento de escolhas essenciais sobre o futuro, sobre como combinar progresso econômico com equidade social, e, muito especialmente, sobre como harmonizar vantagens coletivas e condições para o bem-estar individual.

Para nós, brasileiros, que vivemos numa sociedade que ainda padece o efeito de profundos desequilíbrios econômicos e sociais, as escolhas exigem objetividade e cuidado que nem sempre o jogo político cotidiano possibilitará, tendo em vista que sua dinâmica ainda tende a ser influenciada por interesses individuais ou corporativos, geralmente de

curto prazo.

Assim, para uma atuação política moderna e eficaz, deveremos, como políticos, ter o cuidado do Sociólogo e buscar objetividade para entender os melhores e mais curtos caminhos para as transformações necessárias.

Outra lição da Sociologia é a de que o mundo das forças sociais é complexo; não podemos ceder à tentação de produzir soluções perfeitas no papel, mas inviáveis porque afastadas da realidade e da prática políticas. Nós, Sociólogos, não podemos esquecer que a mudança, em nossos dias, repele frequentemente as imposições da razão e nasce, na verdade, do encontro democrático de vontades. A “razão democrática” pode, muitas vezes, seguir caminhos tortuosos e ser lenta em sua expressão, mas será sempre uma “razão sábia”.

II -Os vários “Brasis”. A visão da Sociologia brasileira

Nesta conferência, tentarei ser antes Sociólogo que Político. Escolhi um tema ao mesmo tempo universal e que não se presta ao conforto das certezas científicas: o da identidade nacional.

O que é o Brasil?

Há pouco tempo, em artigo que tratava do que é ser alemão, Habermas advertia para o risco da consagração de estereótipos a que a pergunta poderia induzir. Os temas, o meu e o de Habermas, se aproximam, embora com enfoques essencialmente diferentes. Em ambos os casos, a busca do que é ser “alemão” ou “o que é o Brasil” poderá correr o risco de estar na trilha das generalizações perigosas sobre indivíduos; daí ao estereótipo o passo é quase inevitável. Tolstoi, no magistral Guerra e Paz, elabora toda uma tipificação nacional, que associa qualidades, defeitos e perversões a praticamente todos os povos europeus. Por mais curiosas que certas tipificações de Tolstoi possam ser, o valor do exercício tem mais de humorístico ou de literário do que de científico.

Minha longa carreira de pesquisador preveniu-me contra esse risco. Não tentarei descrever,

tomando emprestada a expressão de Weber, o que é o “tipo ideal” do brasileiro. Não sei se ele existe, embora seja fácil admitir que, em cada nacionalidade, haverá uma medida que, embora inacessível à resposta científica, servirá de referência para explicar comportamentos coletivos desta ou daquela não, deste ou daquele povo.

Minha proposta é outra. Acredito que as Ciências Sociais desempenham um papel importante no processo de criação das identidades nacionais. Em dois sentidos: em primeiro lugar, porque haverá pensadores que espelham, de forma sistemática, o que as sociedades vêem como o “típico nacional” de determinado país (na Alemanha, aponta Habermas, os filósofos talvez tenham sido a referência do pensamento ordenado e profundo). Em segundo lugar, o cientista social, ao examinar aspectos diversos de sociedades complexas, estará contribuindo para que a cidadania forme uma visão da nacionalidade, ainda que não seja este o seu objetivo explícito ou consciente.

Para o Brasil, enquadrar-se-iam, sem dúvida, no primeiro caso, as obras de um Gilberto Freyre, que cria o mito da tolerância racial do povo brasileiro; de um Sérgio Buarque, que se toma, na leitura mais simplista, o arquiteto conceitual da “cordialidade” brasileira, no sentido de que os brasileiros nos guiamos, no cotidiano, mais pelo “coração” do que pela razão; ou, mais recentemente, as observações do antropólogo Roberto da Matta, que procura identificar no comportamento do brasileiro uma dualidade essencial, que levaria a duas posturas éticas contraditórias, sancionadas por atitudes que mudariam em função do público (a rua) ou privado (a casa); e as do Darcy Ribeiro, sempre criativo em suas concepções do “modo de ser” brasileiro.

Dos quatro cientistas sociais mencionados, fiz apropriações simplificadas de textos complexos. Gostaria de assinalar que, diferentemente do que ocorreria na Alemanha, em que as referências são filosóficas, ou mesmo nos Estados Unidos, onde os autores que se identificam com o típico nacional

seriam mais políticos (como os “founding fathers” no período do debate constitucional e os que fazem a exaltação da liberdade e do orgulho da acumulação capitalista como traço da vida cotidiana), no Brasil são os pensadores do social os que lançam o padrão do ser brasileiro. Talvez porque estariam nas maneiras sociais, nas formas de convivência, mais do que num modo de pensar ou num comportamento político, os elementos que definem o mito da “brasilidade”.

Antes de passar adiante, mencionaria as tentativas modernas, formuladas nos anos 30, de caracterizar o “brasileiro”, um esforço não exatamente sociológico de, identificar o Brasil com certas tradições ou correntes artísticas. É nesse marco que se dá a “descoberta”, primeiro por Mário de Andrade, depois por Rodrigo Mello Franco de Andrade, do barroco colonial como uma expressão da estética brasileira. A reinvenção de formas estéticas européias, a adaptação da arquitetura e da escultura a um ambiente histórico e geográfico diferente, criava uma forma de manifestação artística original. A igreja era barroca na concepção, mas brasileira; na feitura, o que lhe garantia a força de originalidade. O mesmo valeria para a literatura, como mostra Antônio Cândido, quando estuda a adaptação das imagens do arcadismo oitocentista ao cenário montanhoso de Minas Gerais. Para usar uma expressão com que descrevi a contribuição da CEPAL nos diagnósticos e formulações teóricas da realidade latino-americana, éramos originais na cópia.

III - Outras Interpretações do Brasil. Visões de dentro e visões de fora

Passemos a outras interpretações contemporâneas do Brasil que ajudaram a exprimir o mosaico complexo que é a realidade brasileira. Voltaria a um outro autor que também se forma nos anos 30: Caio Prado, talvez o maior pensador do marxismo brasileiro que, por isso, tinha perspectiva peculiar. Diferentemente dos autores que já mencionei, que pensavam na chave do que é o “propriamente nacional”, para um marxista, preso à necessidade de

referir-se a leis universais da evolução do capitalismo, a indagação teria que partir da idéia da diferença. O Brasil é capitalista, sim; mas seguiríamos as mesmas características das formações sociais européias?

A obra de Caio Prado abre um longo debate sobre que tipo de capitalismo é o brasileiro, em que a escravidão desempenhou um papel predominante na fase de implantação, de “acumulação primitiva”. A disputa sobre o significado da economia colonial - se feudal, capitalista, ou algo que combinaria os dois modos de produção- era intensa. Eu mesmo, na minha obra *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, tratei da questão. E se me permitem uma auto-citação de minha Conferência feita aqui em 1972:

“Os esquemas de caracterização das classes sociais na América Latina é de seu relacionamento com as estruturas de poder parecem percorrer, em ondas sucessivas, um movimento pendular que vai da superdeterminação do processo social interno pela dominação externa ao hiper-particularismo das especificidades locais, sem atingir, senão episodicamente num ou noutro autor mais cuidadoso, o caráter de uma relação dialética em que particular e geral se estruturam num todo contraditório mas integrado.”

As implicações desse debate sobre que tipo de capitalismo é aquele que se teria desenvolvido no Brasil são evidentes para a compreensão contemporânea das possibilidades de uma “revolução brasileira”. Uma das derivações dessa visão e (embora nem sempre claramente filiada ao marxismo) o nacionalismo moderno brasileiro, que teve no ISEB, sob a liderança de Vieira Pinto, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, uma das versões mais acabadas.

De certa maneira, o nacionalismo traduzia, em uma perspectiva de “combate político”, a necessidade de construir uma visão própria do mundo, que nos levasse a afirmar a nossa originalidade e, ao mesmo tempo, nos indicasse que classes liderariam o esforço de forjar a “autonomia plena”, defendendo-nos das formas de penetração imperialista.

Para mim, o tema da identidade nacional se estabeleceu com dureza em minha temporada na CEPAL, especialmente no diálogo com Raul Prebisch e José Medina Echavarría. O primeiro, ao distinguir dinâmicas diferenciadas no centro e na periferia do capitalismo, apontava para a dimensão latino-americana da identidade brasileira, movida pelas modalidades de inserção no sistema capitalista. Echavarría, espanhol, indagava-se, mais no plano da cultura e das relações sociais, o que era aquele continente, com traços de valores europeus, herdeiro de formas universais de cultura, mas evidentemente diferente, com fortes setores de civilização indígena e africana e uma tendência autoritária recorrente.

Sabíamos, também, que não nos igualávamos ao grupo de países do Terceiro Mundo, como os africanos e asiáticos, que começavam a ganhar independência naquele início dos anos 60 e tinham tradições culturais que os distanciavam de nossa matriz ocidental.

Neste quadro, as análises concretas da dependência se articularam, em última instância, como proposta de distinguir o que é peculiar na América Latina. Podemos ler os textos sobre as teorias da dependência - e longe estão de homogêneos- como tentativas de revisão da teoria do imperialismo, como esforços para mostrar que a “penetração” do capitalismo na periferia não obedece a padrões uniformes, estando condicionada a formas nacionais de distribuição de poder e de organização social. Uma das indagações centrais seria justamente a de como constituir formações capitalistas, com camadas burguesas ágeis, sustentadas e orientadas por uma presença predominante do Estado.

Ainda no marco da matriz marxista, mencionaria as análises sobre a cultura brasileira, especialmente as de Roberto Shwarz. Se as forças produtivas tinham, ao se transferirem para a periferia, uma dinâmica própria, o mesmo ocorreria no plano das idéias. Os processos de legitimação tanto quanto os processos de criação cultural obedeciam a normas próprias. Não se tratava mais, como nas análises

pioneiras dos anos 30, de simplesmente anotar o surgimento de um “estilo brasileiro”, mas antes de procurar a lógica que explicava determinadas formas estéticas.

A noção de descompasso aparece sob a forma do conceito de que, no Brasil, as “idéias estariam fora de lugar”. Assim, no Império, se a hegemonia se construía com base nos padrões da ideologia liberal, a aceitação “institucional” da escravidão gerava mecanismos “adaptativos”, e a melhor interpretação literária do processo, a de Machado de Assis, demonstrava a prevalência das relações de favor, de comportamentos clientelistas, em vez da afirmação individual.

Em suma, boa parte da produção sociológica, especialmente em São Paulo, lidará com as diferenças e peculiaridades do capitalismo na periferia. Teremos, aí, portanto, uma visão de um Brasil que, ao mesmo tempo em que se situa nas correntes universais do capitalismo, distingue-se de sua concepção mais estrita.

É evidente que esta linha de interpretação do Brasil não é a única. Para mencionar outros clássicos, lembro a obra de Raimundo Faoro, de corte weberiano, que traça a evolução política do Brasil a partir da predominância do patrimonialismo; ou as investigações iniciais de Florestan Fernandes, pioneiro nos estudos dos índios “tupinambá” e nos estudos de “integração social” que, de certa maneira, revêem sociologicamente a antropologia freyriana; ou, ainda, Celso Furtado, que abre o debate sobre as possibilidades da industrialização brasileira e chama a atenção para o intrincado jogo entre forças internas e externas na definição dos processos econômicos brasileiros.

Neste momento, porém, gostaria de fazer referência a algumas “visões de fora” do Brasil. Em primeiro lugar, a dos franceses, Bastide, Lambert, Morazé, e, mais recentemente, Touraine.

Estes propõem interpretações gerais de Brasil, indagavam-se sobre qual seria a marca diferenciadora de nossa formação social, que, para Lambert, era a

de “sociedade dual”, para Bastide, a da “terra de contrastes”, ou, com Morazé, a de um país que viveria simultaneamente “três idades”. A idéia de diferenças econômicas e sociais com dimensões radicais, a ponto de opor duas civilizações dentro do mesmo país, contrastaria com a homogeneidade européia.

Alain Touraine superará essa visão dicotômica que, de uma certa maneira, chamava a atenção para a violência das diferenças sociais e entenderá de forma integrada a dinâmica social brasileira.

Por mais clara que tenha sido a crítica metodológica aos estudiosos franceses, sua obra permanece como contribuição sociológica à crítica social, ao mesmo tempo em que sublinhava a dificuldade de mudança. Não se tratava apenas de “modernização”; era necessário, para se obter um mínimo de justiça social, recriar uma unidade social no mosaico da civilização brasileira.

Merecem referência, ainda, Levi-Strauss, com sua compreensão do valor intrínseco das variedades étnicas de nossos índios, e Braudel, que menciono menos pelas análises que fez da realidade brasileira do que por seu reconhecimento de que, a partir da experiência brasileira, ganharia perspectiva para empreitadas mais amplas. Dirá, anos depois, que sua estada no Brasil foi momento decisivo para a elaboração de suas teses sobre o Mediterrâneo.

Aliás, a influência metodológica francesa é curiosa e vale citar um depoimento feito, em artigo recente, por Antônio Cândido. Tratando da primeira leva de professores franceses que vieram ao Brasil por ocasião da fundação da Universidade de São Paulo, ainda nos anos 30, diz que “um projeto de claro sentido nacional foi realizado com recurso quase total à contribuição estrangeira [...] lembro, entre divertido e surpreso, que meus mestres brasileiros timbravam em citar autores europeus, em mostrar conhecimento minucioso da Europa e boa pronúncia do francês e do inglês, além de usarem categorias do pensamento europeu para construir imagens abstratas de uma realidade vaga. Enquanto os mestres franceses nos obrigavam a olhar o mundo circundante,

recorrer às fontes locais, descobrir documentos, investigar a realidade próxima. [...] Os franceses nos punham dentro do país”.

A comparação dos franceses com os estudos modernos dos “brasilianistas” americanos já nos anos 60 e 70, é interessante. Em primeiro lugar, os americanos escolhem focos mais específicos, são “especialistas”. Os pioneiros, Pierson C Wagley, eram estudiosos, de grande acuidade, de realidades menores: ora pequenas comunidades paulistas, ora relações raciais na Bahia. Em segundo lugar, a perspectiva de crítica social, embora continue ainda, já não aparece explicitamente, pois está embutida nos modelos e visões da sociedade que orientam a pesquisa.

O impacto que eles tiveram sobre a sociologia e, mais ainda, sobre a ciência política brasileira (que se afirma com independência nos anos 70) foi significativo e ocorre de várias maneiras.

Faz-se, por exemplo, com sucesso, a ligação entre a análise econômica e a crítica social e, neste sentido, os estudos de Albert Fishlow sobre redistribuição de renda foram pioneiros. Retoma-se a importância do jogo político e das instituições como elemento para a compreensão dos processos de transformação do País.

A versão da história brasileira do ângulo da evolução democrática, como fez Skidmore, e da análise dos militares, na obra de Stepan, são exemplares. Modernizam-se os estudos sobre o peso dos Estados na Federação e, finalmente, desvenda-se uma medida de autonomia da política externa, que propiciou análises interessantes da diplomacia pendular de Vargas.

IV - Os novos enfoques das ciências humanas no Brasil.

O autoritarismo não interrompeu a pesquisa sobre os temas brasileiros. Do lado oficial, dos portavozes do regime autoritário, propunha-se uma visão simplista, ideológica, de um Brasil que, estando à beira da solução de seus problemas, teria um destino fácil de potência. Nas universidades e nos centros de

pesquisa, criados para fugir das limitações impostas à liberdade acadêmica, o movimento vai justamente no sentido oposto. De um lado, a denúncia das fragilidades de um modelo de organização social que combinava autoritarismo e políticas econômicas concentradoras; de outro, o florescimento do que eu chamaria de a “pesquisa focalizada”.

É claro que este movimento não começa nos anos 70, mas, sem dúvida, com a difusão dos mestrados e doutorados em ciências sociais, com a volta de muitos exilados que fizeram pós-graduação nos Estados Unidos e na Europa, a temática da pesquisa se amplia, os trabalhos ganham em profundidade; perdeu-se um pouco a pretensão de interpretações prontas e gerais sobre o que é o Brasil.

Diria mesmo que cada aspecto da realidade ganha seu nicho acadêmico. A Antropologia abre espaço para a compreensão de fenômenos que vão do carnaval às religiões sincréticas. A Sociologia se especializa, abordando as questões urbanas e rurais, a formação do sindicalismo moderno, as dimensões da pobreza e da desigualdade, os temas da mulher, da educação e da comunicação de massa, as tendências demográficas, a busca das matrizes do populismo e do autoritarismo, a interpretação das condições para o surgimento do Estado onipresente e a fragilidade de sua legitimidade.

A Ciência Política discute os partidos e os sistemas eleitorais, os mecanismos de decisão, as novas formas de organização social. Os temas de política internacional ganham autonomia: o sistema capitalista é condição, mas não mais determinante exclusiva, de opções de política externa. Os estudos diversificam-se geograficamente; ao lado de São Paulo e Rio, a pesquisa moderna difunde-se em muitos outros centros regionais.

V - Os “Brasis” e o processo político contemporâneo

Essa visão, necessariamente esquemática e incompleta, de aspectos da reflexão sociológica brasileira leva, do ângulo da política, a uma conclusão:

quem decide deve buscar a perspectiva mais completa do País e, para tanto, há de aceitar a sua complexidade. Há de ir além dos diversos “Brais” que nos fornecem as Ciências Sociais e agregar-lhes ainda os outros muitos “Brais” que freqüentam a mesa do processo político.

Sabemos que, em cada decisão política concreta, haverá sempre a dimensão de um Brasil econômico, que, em si mesmo, comportará compromissos difíceis entre a necessidade de estabilização e o ideal de crescimento. Nem sempre a melhor lógica econômica coincidirá com o jogo de interesses políticos, distribuídos em conflitos, alguns de cunho regional, outros partidários, outros ainda fundados em visões diferenciadas do melhor projeto para o País. As soluções econômicas muitas vezes não oferecem indicações automáticas de desenvolvimento social, e a introdução de parâmetros de equidade na decisão econômica não é sempre fácil.

A dialética do econômico, do político e do social sofre ainda a influência da mídia, que terá formas próprias de avaliar o que é importante em determinada conjuntura e, com sua ação, influencia a opinião pública.

Poderia continuar lembrando os interesses, nem sempre homogêneos, de uma burocracia pesada e onipresente, como é a do Estado brasileiro; ou ainda a força dos movimentos sociais, expressos, hoje, em milhares de ONGs, atuantes e representativas dos mais variados interesses setoriais, mas com dificuldade de articular políticas sociais que sejam efetivamente universais. Poderia também mencionar a necessidade de compatibilizar os processos internos e internacionais em uma dinâmica de globalização.

VI- O caminho para o futuro.

Em síntese, deveria estender-me muito para localizar com precisão cada uma das múltiplas influências que balizam o espaço próprio da decisão de Governo.

Diante dessas lógicas múltiplas, o olhar do

sociólogo, amparado na tradição que descrevi e que essencialmente leva a que se aceitem as complexidades da realidade brasileira, aconselha a que se faça um duplo movimento.

O primeiro movimento é no sentido de buscar a necessária distância para compreender que as soluções políticas e os atos de Governo, devem orientar-se por critérios que considerem todas essas lógicas parciais, jamais podem ser predeterminados por nenhuma delas. O segundo é o de entender que as decisões devem ser tomadas de molde a assegurar estruturalmente a construção do modelo de progresso que desejamos. Ou seja, não existirá boa política se não houver visão de um futuro de democracia e de justiça para todos os brasileiros.

Nesse sentido, se nos afastamos dos estereótipos; se sabemos, hoje, que não somos simplesmente “tolerantes” ou “cordiais”, que o capitalismo brasileiro tem tanto traços universais como peculiaridades, que o problema social tem raízes estruturais, que o processo político é, simultaneamente, arcaico e moderno; quem decide deverá, não obstante, ter clareza quanto aos problemas centrais de nosso tempo e dos recursos nacionais para encaminhá-los.

Como obter essa clareza?

Acredito que a primeira necessidade, para a boa gestão política, é permitir que as diversas perspectivas de Brasil apareçam plenamente no debate público: é essa a regra geral do bom funcionamento das democracias. Somente o debate democrático pode promover o encontro entre a reflexão sociológica e a dinâmica da política.

Por ambas as óticas, a sociológica e a política, ainda somos um país “injusto”. Na linha das dicotomias de Gilberto Freyre, hoje o quadro brasileiro talvez pudesse ser resumido como “Grande Indústria e Favela”. As diferenças sociais são marcantes, mas há espaço para atenuá-las, para afastar desigualdades que ainda criam limites para um verdadeiro projeto de “realização nacional”.

A sociologia fornecerá mapas da

desigualdade, poderá apontar padrões de transformação, e aí se esgota seu papel, pois é no reino da política que se define o que realmente é possível fazer. O melhor guia para a construção do futuro, que se realiza a partir do cotidiano das pequenas e grandes decisões de Estado, é menos a razão do que a sensibilidade.

VII- Conclusão

Em suma, os temas centrais da sociologia brasileira seriam quase clássicos: o da transformação social, seus agentes e projetos, e o da participação. As reflexões da Sociologia sobre “o que é o Brasil” indicam também alguns rumos do “que é ser brasileiro”. Se quisermos, nessa base, definir o que é ser brasileiro hoje, diria que é alguém que aspira à justiça e à cidadania plena. Este é o brasileiro que emerge das urnas, para quem transformação e participação representam, a rigor, modalidades essenciais da vida democrática.

Graças ao trabalho dos cientistas sociais, podemos ver o Brasil, hoje, com olhos realistas. Tenho orgulho, como Sociólogo, do muito que conseguimos fazer nestes últimos anos, no sentido de entendermos melhor o país e, assim, ajudarmos a assentar os fundamentos para uma democracia sólida,

arraigada, do auto-conhecimento.

Pelo que oferecemos de conhecimento, certamente teremos contribuído para mudar as instituições e, sobretudo, para transformar comportamentos e modos de convivência. Não nos cabia resolver, é claro, os nossos problemas, mas abrimos caminhos.

Ao nos tomarmos cidadãos plenos, a “condição de brasileiro” se torna universal. Habermas, no artigo que citei anteriormente, propõe, para discernir o que é o melhor na tradição alemã, justamente porque isto a universaliza, o seguinte: “Subtrair-se àquelas tendências regressistas, alcançar a maioria, olhar de frente a própria situação histórica e social, bem como a internacional, seria o justo daqueles que se reportam à tradição alemã, à de Kant”.

Ora, os brasileiros, que estão construindo com luta e participação uma democracia de caráter verdadeiramente universal, revelam ao mundo sua verdadeira face, que tem tanto de “kantiano” quanto os alemães, que conseguiram reerguer uma nação destruída pela guerra para tomar-se um exemplo de prosperidade e de vida democrática para a Humanidade.

Discurso por ocasião de almoço em Berlim

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço que lhe ofereceu o Prefeito-Governador de Berlim. Berlim, 20 de setembro de 1995

Estar em Berlim constitui para mim motivo de especial satisfação. Ainda hoje fui agraciado com o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Livre de Berlim, o que muito me honrou. Pude retomar o contacto com a Academia na condição de sociólogo, vocação que me levou muitas vezes a buscar inspiração nos clássicos alemães.

Por isso, sinto-me bastante à vontade em Berlim, uma cidade que conheci há muito tempo.

E no entanto, encontro hoje uma Berlim que em nada se assemelha à cidade que conheci em plena Guerra Fria.

Naquele momento, Berlim era o símbolo de um mundo dividido entre duas ideologias em confronto.

Berlim era também o símbolo da resistência; da resistência da liberdade contra a opressão.

O muro dividia não apenas Berlim; não apenas o mundo: dividia também o povo alemão.

A queda do muro em 1989 transformou Berlim novamente num símbolo, agora de novo e melhores tempos. A liberdade triunfou, resgatou-se a crença na possibilidade de mudar as coisas através do diálogo democrático, o povo voltou a ter esperança e recuperou a vontade de construir o seu destino de prosperidade.

Senhor Governador-Prefeito,
Poucos têm-se engajado na construção de seu próprio destino como o povo alemão.

A comunidade internacional acolheu com entusiasmo o ressurgimento de uma Alemanha unificada, economicamente forte e politicamente comprometida com a democracia e os melhores valores do humanismo.

A Alemanha unida será importante fator de estabilidade no período histórico que vivemos.

A vocação européia por excelência da Alemanha não deve ser um limite para sua atuação internacional. Pelo contrário, é a presença na União Européia de uma Alemanha forte e de tradição econômica aberta que assegurará uma Europa comprometida com um mundo mais justo.

Nesse sentido, o Brasil recebeu com satisfação a iniciativa Latino-Americana do Governo alemão. É uma proposta que coloca a Alemanha na agenda de prioridades de todos os países de minha região.

Senhor Governador-Prefeito,
O Brasil está empenhado em uma profunda mudança de suas estruturas.

Estamos plenamente reconciliados com a normalidade democrática. Agora caminhamos

também para a normalidade econômica, com o êxito do Plano Real, que tem sido capaz de harmonizar estabilização e crescimento da economia.

Estamos buscando redimensionar o Estado, conferindo-lhe a dimensão apropriada para atuar nas áreas em que é essencial, como saúde, educação, moradia, segurança e saneamento básico.

É o caráter essencialmente democrático e aberto do processo de reforma ora em aviso no Brasil que me dá a certeza de que reencontramos definitivamente o caminho do desenvolvimento.

Queremos, Senhor Governador-Prefeito, a

Alemanha como parceiro importante nessa empreitada.

Estamos, alemães e brasileiros, construindo nossos próprios destinos com um fundamental sentido de liberdade.

É ele que nos identifica e nos aproxima.

Por tudo isso, quero brindar a esta Berlim, hoje símbolo de verdade e união, à amizade histórica entre brasileiros e alemães, prosperidade de todos os berlinenses e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Monika Diepgen.

Muito obrigado.

Discurso do Senhor Presidente da República por ocasião do jantar na República Federal da Alemanha

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que lhe ofereceu o Presidente da República Federal da Alemanha, Roman Herzog. Bonn, 20 de setembro de 1995

As estimativas de inflação para setembro indicam uma taxa próxima a zero. Neste ano, a inflação não deverá ultrapassar os 25%, num país em que, até um passado recente, estava à beira da hiperinflação.

A economia voltou a crescer de forma sustentada: em 1994, 5,7%; neste ano, teremos algo próximo a isso.

As taxas de investimento na economia beiram novamente os 20%, refletindo a confiança do setor privado nacional e estrangeiro na solidez da recuperação econômica brasileira.

Um dado muito importante: com o fim da inflação, cerca de 15 bilhões de dólares foram transferidos para o consumidor, em particular o mais pobre. Pode-se afirmar sem receio que se trata da maior redistribuição de renda de que o Brasil tem registro.

Tudo isso está ocorrendo num quadro de abertura da economia ao exterior, de austeridade fiscal e de reorientação do papel do Estado na economia, retirando-se do setor produtivo e canalizando seus recursos para programas sociais.

Estamos agora ingressando em nova e fundamental fase do Plano Real, em que deverão produzir-se as reformas de cunho mais estrutural no Estado, em particular nas áreas tributária, administrativa e previdenciária.

Tenho buscado conduzir este processo com o equilíbrio derivado de uma visão abrangente do Brasil e de seu lugar no mundo, em diálogo constante com a sociedade e as forças políticas da nação.

Senhor Presidente,

A parceria entre Brasil e Alemanha encontra campo fértil num momento em que ambos levam adiante projetos nacionais que exprimem aspirações de seus povos.

A Alemanha é hoje o segundo maior parceiro estrangeiro do Brasil, com cerca de 15% do total de investimentos externos, e o primeiro entre os países da União Européia. Mil e duzentas empresas alemãs geram cerca de quatrocentos mil empregos no Brasil e produzem quase 15% do PIB nacional.

No plano comercial, a Alemanha é o terceiro parceiro bilateral, com um fluxo nos dois sentidos de mais de US\$ 4,6 bilhões no ano passado, composto principalmente de produtos industrializados de alto valor agregado.

Nosso intercâmbio científico-tecnológico é também significativo. Esses fatos são eloqüentes, mas não representam o limite de nossas relações. A maturidade de nossa parceria permite que ampliemos ainda mais nosso relacionamento, em proveito mútuo.

No plano das relações internacionais, a reforma das Nações Unidas tem merecido o interesse

tanto do Brasil como da Alemanha. Ambos defendemos uma revisão do Conselho que reforce sua legitimidade, autoridade e eficácia. Isso já pode ser alcançado com maior representatividade por parte de países desenvolvidos e em desenvolvimento de reconhecida capacidade de atuação global.

Nossos dois países têm ainda papel central na aproximação entre a União Européia e o MERCOSUL . A ação concertada dos dois Governos pode contribuir decisivamente para imprimir ao acordo em negociação um caráter efetivamente liberalizante em todas as áreas do intercâmbio entre os dois processos de integração.

Brasil e Alemanha são países firmemente comprometidos com a causa do desarmamento e da não-proliferação.

Quero mencionar os esforços brasileiros nesse campo, particularmente no que se refere ao controle de tecnologia de mísseis. É nesse contexto que se insere nosso desejo de participar do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), assunto sobre o qual temos conversado com nossos principais parceiros. A próxima reunião plenária do MTCR, a realizar-se em Bonn, em outubro próximo, poderá constituir o momento apropriado para se decidir sobre o ingresso brasileiro no Regime.

Nos chamados “temas globais”, como direitos humanos e meio ambiente, desenvolvemos uma cooperação exemplar, baseada na convergência de pontos de vista e de interesses.

A esse respeito, gostaria de destacar que o Governo brasileiro está desenvolvendo ações concretas para apressar a demarcação e regularização das áreas indígenas no Brasil, as quais são equivalentes ao somatório dos territórios da Islândia, da Irlanda, do Reino Unido, da França, da Espanha e Portugal.

Uma destas ações é a revisão da legislação pertinente, no sentido de conferir maior segurança jurídica ao processo de demarcação. Outra, de grande importância, é a assinatura de acordo de cooperação com o Governo alemão, que assegurará

substanciais recursos para a identificação e demarcação das glebas indígenas.

Não estamos adotando tais medidas apenas por razões humanitárias. A demarcação das terras indígenas contribuirá decisivamente para atrair investimentos em áreas como a da Amazônia Legal, o que ajudará a harmonizar a preservação de nossas raízes culturais com a promoção do desenvolvimento auto-sustentável.

Desejo ressaltar ainda a importância da dimensão cultural de nossa parceria. A inauguração, durante minha visita, do Centro de Estudos Brasileiros de Berlim busca dar forte impulso a esse propósito.

Senhor Presidente,

1995 pode ser considerado o ano da parceria Brasil-Alemanha, tal o vulto do intercâmbio de visitas de alto nível de parte a parte.

Os resultados desta minha visita decorrem de um cuidadoso processo preparatório que envolveu encontros em nível ministerial, seminários com a participação de representantes de vários setores dos dois países e um permanente trabalho de concertação diplomática.

Trago uma mensagem clara sobre o Brasil de hoje, uma mensagem simples, de confiança, de estabilidade, de grandes possibilidades.

A próxima visita de Vossa Excelência ao Brasil, em novembro, assegurará o continuado fortalecimento do diálogo político bilateral e contribuirá em muito para a consolidação da parceria entre o Brasil e a Alemanha, a partir de um contato direto com a nova realidade brasileira.

Sua presença na FEBRAL 95 reforçará o êxito do evento.

É com essa visão de um futuro promissor que desejo convidar todos a brindar à Alemanha, à continuada prosperidade de seu povo agora reunido, à amizade e aos laços especiais que unem brasileiros e alemães e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

Discurso por ocasião da inauguração de exposição sobre a Amazônia

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da inauguração de exposição sobre a Amazônia. Bonn, 21 de setembro de 1995

O Brasil vem passando por uma profunda transformação no que respeita à questão ambiental. Menciono apenas um indicador para ilustrar esta mudança: criaram-se nos últimos anos, no Brasil, cerca de 5000 ONGs, das quais 1500 voltadas para temas ambientais e, dentre estas, 300 apenas na Amazônia. A consciência ambiental é assim um fenômeno que têm raízes na própria sociedade brasileira.

A força da consciência ambiental no Brasil tem várias conseqüências reais, das quais cito algumas:

I) estamos conduzindo esforço continuado para controlar o desmatamento na Amazônia, que caiu pela metade nos últimos anos;

II) hoje temos condições de acompanhar de perto, passo a passo, o que acontece na Amazônia, porque dispomos de um sistema de monitoramento por satélites montado e operado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, com base na tecnologia mais avançada. Este sistema é também de caráter preventivo na medida em que permite detectar áreas de desmatamento e queimadas com bastante precisão e num estágio ainda preliminar;

III) Há hoje, na população brasileira, um grande compromisso, em especial na Amazônia, no sentido de proteger e demarcar as terras dos cerca

de 240 mil indígenas brasileiros. As terras indígenas ocupam cerca de 11,12% do território nacional (554 áreas num total de 94.645.222 has), ou o equivalente aos territórios somados da Islândia, Irlanda, Reino Unido, França, Espanha e Portugal. Só a área Ianomâmi já demarcada equivale ao território de Portugal. Estão demarcados 43.621.000 has (46,29% do total de terras indígenas) e se está acelerando o processo de demarcação das demais áreas;

IV) existem, por fim, um conjunto de projetos para a proteção de comunidades nativas extrativistas como os seringueiros, comunidade que tinha em Chico Mendes um de seus grandes líderes - bem como um trabalho conjunto do Governo e entidades comunitárias para áreas que visam atacar os problemas dos bolsões de pobreza na Amazônia.

Nosso maior parceiro internacional nas questões do meio-ambiente é a Alemanha. Foi o país que lançou, na Cúpula do G-7 de Houston, a iniciativa que viria a transformar-se no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, cujos recursos provieram em sua maioria, isto é, 60%, da Alemanha.

É também a Alemanha nosso principal parceiro no projeto de demarcação de terras indígenas e nos projetos sociais na Amazônia. E temos neste país o maior contingente dos que vêm

ao Brasil fazer o chamado “turismo ecológico”, modalidade que é a própria essência do conceito de desenvolvimento sustentável na medida em que combina a exploração das atividades econômicas da região com a preservação da natureza.

Daí o sentido desta pequena mostra que, mais do que uma grande exposição sobre a Amazônia, é o símbolo do muito que podem fazer dois países, Alemanha e o Brasil, com interesses e percepções comuns sobre questões ambientais.

XIV Sessão Plenária do Conselho Empresarial Brasil - Estados Unidos

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na XIV Sessão Plenária do Conselho Empresarial Brasil - Estados Unidos. Washington, 22 de setembro de 1995

Excelentíssimo Senhor Embaixador Michael Kantor, Representante Comercial dos Estados Unidos,

Excelentíssimos Membros do Congresso Brasileiro, Excelentíssimos Membros do Congresso Americano,

Senhor Richard Lesher, Presidente da Câmara de Comércio dos Estados Unidos; Senhor Roger Dorf, Presidente da Seção Americana do Conselho Empresarial; Senhor João Sá, Presidente da Seção Brasileira do Conselho Empresarial; Senhores Membros do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos; Senhoras e Senhores,

Um dos resultados mais importantes e palpáveis da visita que o Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou aos EUA em abril passado, referiu-se, sem dúvida, à decisão, que tomou juntamente com o Presidente Bill Clinton, de proceder a uma revisão ampla e efetiva das relações comerciais bilaterais.

Não se tratou apenas de buscar, por meio de um incremento das vendas de parte a parte, um aumento dos volumes do intercâmbio bilateral de comércio. Mais do que isso, pretendeu-se criar um mecanismo de diálogo, ágil e de alto nível, que elevasse e aperfeiçoasse os padrões de entendimento entre os dois Governos de modo a explorar fórmulas inovadoras e concretas que pudessem diversificar e

ampliar as oportunidades de mercado e, ainda, remover as persistentes obstruções que acentuam as assimetrias e os desequilíbrios no comércio bilateral.

O momento para criação de um diálogo dessa natureza não poderia ter sido mais propício.

Poucos meses antes, entrava em funcionamento a Organização Mundial de Comércio que, segundo estimativas da OCDE, trará, até o ano 2005, ganhos para o comércio internacional de cerca de US\$ 750 bilhões, sem contar o esperado crescimento dos investimentos e do comércio de serviços, como resultado da liberalização efetuada. Também pouco antes, os países do Hemisfério americano lançavam, na reunião de Cúpula de Miami, o projeto de constituir uma área de livre comércio, até 2005, empreendimento esse a ser construído a partir da consolidação dos diferentes blocos econômicos regionais do Hemisfério.

Por fim, a iniciativa dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Bill Clinton da revisão do comércio bilateral foi tomada em um momento em que o Brasil sedimentava a abertura de seu comércio exterior, como prioridade natural de sua agenda externa, de maneira a garantir o correto funcionamento de sua economia, num sistema multilateral de comércio renovado e fortalecido.

A tarefa que nos cabe, agora, ao Embaixador Michael Kantor e a mim, é a de submetermos, até 1º

de novembro próximo, aos nossos respectivos Presidentes, um relatório com recomendações concretas sobre o tratamento conjunto a ser dado aos aspectos principais que permeiam todo o espectro das relações econômico-comerciais entre os dois países.

Precisamente, no dia de hoje, mantive com o Embaixador Kantor o segundo encontro nesse exercício de diálogo, e acordamos manter uma nova reunião em fins de outubro, aqui também em Washington, para finalizarmos o relatório com recomendações. Nossa intenção não é dar, com isso, por encerrada essa tarefa no dia 1º de novembro. Ao contrário, para um país como o Brasil, que tem fortes e diversificados interesses comerciais em todos os quadrantes do globo e que desenvolveu um novo padrão de relacionamento com os Estados Unidos, a continuação desse diálogo bilateral, amplo e franco, faz-se, pela própria densidade dos interesses comuns que temos, ainda mais necessário.

Para que esse exercício possa revelar-se frutífero e corresponder aos objetivos a ele estabelecidos pelos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Bill Clinton, merece atenção especial a busca de um enfoque sempre objetivo e operacional. A disposição para a negociação e o aceno com o desejo de melhoria dos termos de acesso a mercado devem fundamentar-se na existência de benefícios efetivos e equilibrados para ambas as partes.

Estes são os elementos iniciais desse enfoque objetivo e operacional, sem os quais não se poderá colocar em prática uma parceria equiparada, dinâmica e, sobretudo, isenta de desigualdades.

Este é, a meu ver, o objetivo central e a razão de ser desse diálogo de alto nível que mantenho com o Embaixador Kantor, na esfera do comércio bilateral. O Brasil tem comprovado sua disposição de levar adiante, de forma corajosa e determinada, as reformas estruturais de sua economia. Entre estas, a política de abertura comercial compreendeu - e isso é sabido por todos - a eliminação de praticamente todas as restrições não-tarifárias, a redução drástica das barreiras tarifárias e a adoção da tarifa aduaneira

como instrumento básico de proteção e de referencial de preços domésticos.

As medidas de abertura comercial tomadas pelo Brasil foram de tal magnitude que o dinamismo das importações delas decorrente criou dificuldades de contenção do déficit da balança comercial e, conseqüentemente, do déficit em transações correntes, situação que chegou, inclusive, a colocar em risco o bom êxito do programa de estabilização econômica.

Assim é que as medidas conjunturais, de natureza corretiva, adotadas pelo Governo no setor automobilístico decorreram da necessidade de manter o déficit em conta corrente em níveis adequados, de modo a não gerar incertezas quanto à capacidade de seu financiamento pelo país.

Nesse contexto, é preciso reconhecer que o intercâmbio comercial com os EUA acentuou este quadro deficitário da balança comercial brasileira. As importações norte-americanas de produtos brasileiros aumentaram apenas 17%, nos últimos dez anos (1985-1995), enquanto as compras de produtos norte-americanos pelo Brasil tiveram, nesse mesmo período, crescimento de 117%. Essa evolução foi bastante superior aos 87% de crescimento das importações globais brasileiras, sempre naquele mesmo período, significando que o Brasil aumentou efetivamente seu grau de abertura em relação ao resto do mundo, mas foi especialmente receptivo aos produtos norte-americanos.

Para citar apenas alguns dados (fornecidos pelo próprio Departamento de Comércio dos EUA) sobre o comportamento mais recente da balança comercial bilateral, caberia registrar que as vendas dos EUA para o Brasil, entre junho de 1994 e o mesmo mês de 1995, obtiveram um aumento da ordem de 70.6%, passando de US\$ 568 milhões para US\$ 969 milhões. Já as importações norte-americanas provenientes do Brasil experimentaram redução de 2.9%, passando de US\$ 762 milhões para US\$ 740 milhões. Do ponto de vista dos resultados da balança comercial bilateral, o déficit de US\$ 194 milhões, verificado em junho de 1994,

transformou-se em um superávit de US\$ 230 milhões, em junho de 1995, acumulando, com isso, um saldo deficitário de US\$ 1.6 bilhão, nos primeiros seis meses do corrente ano.

Esses dados parecem apontar para o fato de que o Brasil atingiu patamares em seu nível de acesso ao mercado norte-americano que dificilmente poderão ser ultrapassados sem que se alterem os termos do regime de comércio norte-americano. Entendo que qualquer revisão de nosso relacionamento comercial deverá necessariamente levar em devida conta essa nova assimetria no comércio bilateral. A continuada expansão do comércio bilateral é um objetivo central na revisão, mas no quadro de um equilíbrio dinâmico e não a partir de ritmos diferenciados do crescimento das vendas entre os dois países, fruto, em muitos casos, de entraves que esperamos mapear e, posteriormente, remover.

O crescente acesso das exportações norte-americanas ao mercado brasileiro, quando aprovados no Brasil todos os projetos de reforma constitucional, conhecerá ainda maior ampliação, com potenciais negócios de vulto em diversos setores. Nesse momento, a atual assimetria no acesso aos dois mercados tornar-se-á ainda mais dramática. Nos dois encontros que mantivemos, até agora, o Embaixador Kantor e eu travamos, de maneira franca e muito construtiva, um melhor conhecimento das respectivas políticas comerciais na esfera internacional. Identificamos múltiplas oportunidades para a expansão do comércio e dos investimentos em nossos mercados. Trocamos idéias sobre os trabalhos da Organização Mundial de Comércio e sobre os desenvolvimentos do processo negociador da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Especificamente sobre a ALCA, ficou evidenciado, na Reunião dos Ministros responsáveis pelo comércio no Hemisfério, que se realizou, em junho último, em Denver, que Brasil e EUA compartilham significativa parcela da responsabilidade pelo sucesso do projeto de integração hemisférica.

Os países do continente estão conscientes de que a consecução desse grande projeto só será possível mediante a consolidação do desenvolvimento de nossos respectivos grupos sub-regionais - Mercosul e Nafta, no caso de Brasil e EUA - e a progressiva articulação e convergência dos vários acordos de integração existentes no Hemisfério.

Para isso, devemos permanecer atentos às especificidades existentes quanto ao enfoque, ritmo e abrangência desses acordos, de modo a evitar o recurso a fórmulas simplistas e contraproducentes.

Senhoras e Senhores,

Tanto a conformação da Área de Livre Comércio das Américas, que formará um mercado único de mais de 600 milhões de habitantes, como a melhoria dos termos de acesso entre os mercados do Brasil e dos EUA, através da revisão de nossas relações comerciais, trarão benefícios efetivos e oportunidades inegáveis para o empresário brasileiro e norte-americano.

Essas iniciativas não podem - nem devem - ser visualizadas como empreendimentos exclusivamente governamentais. Sem o apoio e a participação ativa do setor privado, o nosso esforço de institucionalização dos instrumentos de liberalização de comércio de nada valeria. É o empresário que torna as correntes de comércio uma realidade, uma vez que o aproveitamento das vantagens competitivas de nossos países está em suas mãos. Estou certo de que os agentes econômicos brasileiros e norte-americanos saberão fazer uso de todas as oportunidades de acesso que nós os Governos possamos lhes facilitar. Considero ser este o desafio com o qual o Embaixador Kantor e eu temos que nos defrontar no exercício da revisão do comércio bilateral. Um exercício que me parece tão complexo quanto auspiciosas as perspectivas que se abrem para o futuro do relacionamento comercial entre Brasil e EUA.



50ª Assembléia Geral das Nações Unidas

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Abertura dos Trabalhos da 50ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Nova York, 25 de setembro de 1995

Senhor Presidente,

É com grande satisfação que faço uso de nossa língua comum para parabenizá-lo por sua eleição. Sentimo-nos honrados por ter um estadista português, um amigo do Brasil e um representante da nossa Comunidade de Países de Língua Portuguesa à frente desta sessão da Assembléia Geral, uma sessão destinada a tornar-se um marco na história das Nações Unidas.

Meu Governo está certo de que, sob sua orientação segura, nossas deliberações forjarão entendimentos e compromissos capazes de afirmar a credibilidade e primazia de nossa Organização nas relações internacionais.

Quero também manifestar nosso mais sincero agradecimento a um outro amigo do Brasil, o Ministro Amara Essy, da Costa do Marfim, por seu excepcional trabalho na condução da quadragésima nona sessão da Assembléia Geral. Desejo congratular-me com o Secretário-Geral, Senhor Boutros Boutros-Ghali, e com o Secretariado, por sua dedicação permanente às Nações Unidas e pelos esforços incansáveis no cumprimento de seus deveres para com a comunidade internacional.

Senhor Presidente,

Ao abrir hoje este debate, o Brasil quer renovar seu compromisso inabalável com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas.

Tais princípios e propósitos estabelecem um mandato de paz e desenvolvimento e permanecem tão relevantes hoje quanto há cinquenta anos atrás. Eles coincidem perfeitamente com as aspirações da sociedade brasileira. Nossa própria Constituição os reflete como valores supremos de nossa vida política e social na democracia. Orgulho-me em ocupar este pódio como o representante de um país que ampliou seus compromissos com a democracia e os direitos humanos, com o desenvolvimento sustentável e a estabilidade econômica, com a paz e o desarmamento - um país em paz, que busca constantemente estender sua presença no mundo pelo fortalecimento de parcerias tradicionais e a promoção de outras novas. Esperamos de nossos parceiros uma atitude de cooperação compatível com a crescente participação do Brasil nos mercados mundiais e com sua contribuição para a paz e segurança internacionais. A democracia no Brasil continua a revelar extraordinária vitalidade sob a liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nosso arcabouço institucional vem sendo fortalecido e os avanços na esfera social geram entre os Brasileiros um sentido renovado de cidadania.

Ao mesmo tempo em que determina a aplicação dos mecanismos existentes, o Presidente Fernando Henrique Cardoso propõe legislação que assegurará a plena observância dos direitos humanos. Tanto no plano interno quanto no externo, as políticas

brasileiras em matéria de direitos humanos estão baseadas na transparência e na cooperação com a sociedade civil. Juntamente com a ação decidida do Governo para atacar os problemas sociais do País, as medidas visando à promoção e a proteção dos direitos humanos contribuirão de forma significativa para reverter o quadro injusto de distribuição de renda que infelizmente ainda prevalece no Brasil.

Reformas estruturais há muito necessárias e privatização estão em fase de implementação, abrindo o caminho para a consolidação da estabilidade econômica e do crescimento econômico sustentado.

O Brasil atingiu um alto grau de abertura econômica, acelerando assim sua integração na economia mundial e criando condições mais favoráveis para uma participação acrescida no comércio internacional, na transferência de tecnologia e nos fluxos de capitais produtivos. A inflação foi reduzida aos níveis mais baixos em um quarto de século, permitindo que o País adote políticas em benefício das camadas mais pobres e desprivilegiadas.

Estamos também engajados em um amplo e dinâmico processo de integração aberta com nossos vizinhos, acrescentando substância econômica à harmonia política de que desfrutamos em nossa região. O Mercosul - união aduaneira congregando Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai - é uma realidade política e econômica de grande sucesso, um parceiro pronto para negociar e cooperar com todos os países e regiões. O Brasil deu passos significativos no sentido de fortalecer seus compromissos em matéria de desarmamento e não-proliferação de armas de destruição em massa. O Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou publicamente que o Brasil renuncia ao desenvolvimento, aquisição e exportação de mísseis militares de longo alcance. O Congresso está em vias de aprovar a Convenção de Armas Químicas, e legislação abrangente sobre o controle de exportações de tecnologias de uso dual está sendo finalizada. Após ter decidido observar unilateralmente as diretrizes do Regime de Controle de Tecnologia de

Mísseis, o Governo brasileiro está atualmente discutindo sua participação no regime.

O compromisso do Brasil com a paz e o entendimento foi claramente demonstrado quando de sua recente participação ao lado dos outros três países Garantes do Protocolo do Rio de Janeiro, na reaproximação de duas nações amigas em nossa região - Equador e Peru.

Tropas brasileiras participam ativamente de vários esforços de manutenção da paz das Nações Unidas, particularmente em Angola, país que compartilha com o Brasil uma herança comum e que está finalmente a ponto de sanar as feridas abertas por anos de lutas intestinas. Estamos orgulhosos também do papel desempenhado por nossas tropas na transição pacífica para um governo democraticamente eleito em Moçambique.

Após anos de dificuldades, os brasileiros recuperam seu orgulho. O País está entrando em um ciclo de crescimento de longo prazo e de maiores oportunidades, em uma era de otimismo e confiança. É com esse espírito que a Diplomacia brasileira está preparada para encarar o mundo e para trabalhar no seio das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Ao refletir sobre os acontecimentos deste último ano, sinto-me inclinado a dizer que “foi o melhor dos tempos, e foi o pior dos tempos”. Foram tempos de legítima esperança, mas também tempos de medo e horror. Tempos de realizações, mas também tempos de frustração. Tempos de confiança em um futuro melhor para a humanidade, mas também tempos de pesar pelo fato de que a paz, a liberdade, a justiça e o bem-estar permanecem inalcançados em várias partes do mundo. Tempos em que riscos e oportunidades coexistem lado a lado. A configuração atual das relações internacionais converge em direção aos duplos conceitos que inspiram a revolução dos anos noventa: democracia e liberdade econômica com justiça social. Esta é a linha mestra que dará os contornos do século que se

aproxima e que assegurará liberdade e prosperidade para todos. O próprio conceito de poder mudou. A soberania de um país e a capacidade de satisfazer as necessidades de sua população dependem cada vez mais de bons indicadores sociais, estabilidade política, competitividade econômica e progresso científico e tecnológico, e não de poderio militar.

É hoje geralmente aceito que os principais fatores do orgulho nacional são a democracia, o desenvolvimento, o comércio e a riqueza econômica, ao invés da busca por hegemonia ou ganhos territoriais.

Uma nova era de liberdade está ao nosso alcance. Países buscam seu lugar em suas regiões e no mundo de forma pacífica, contribuindo para a geração de riqueza através do comércio e da cooperação.

As economias emergentes tornaram-se uma força considerável ao redor do mundo, beneficiando-se da globalização, de uma maior liberdade econômica e do continuado crescimento do comércio internacional. A integração econômica fortaleceu os laços regionais.

A reconstrução e uma maior participação nas relações internacionais são observadas em várias partes do mundo e outras continuam a prosperar e a crescer em paz. Parcerias novas ou renovadas surgiram nos cinco continentes. O Oriente Médio está finalmente trilhando o caminho do diálogo e do entendimento, através de um processo de paz que apoiamos firmemente e encorajamos. Angola e Moçambique são as novas promessas da África Meridional, promovendo a paz e a conciliação regionais assim como o fizeram os sul-africanos. A América Latina, e dentro dela os países do Cone Sul, continua a demonstrar vitalidade tanto no plano político, com a democracia em pleno funcionamento, como no plano econômico, com a liberdade e a abertura liderando a retomada do crescimento e a expansão do comércio.

As Nações Unidas preservaram seu papel na manutenção da paz e da segurança internacionais.

Uma ampla agenda para o final do século está sob consideração. Iniciativas positivas estão em curso para assegurar que a Organização seja capaz de promover a paz e o desenvolvimento de forma mais efetiva. Uma reforma do sistema é também necessária, de modo a torná-lo mais sensível aos desafios que teremos de enfrentar.

A promoção das liberdades civis e a busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, maiorias e minorias, fortes e fracos, estão definindo o debate, direcionando a ação e fortalecendo a cidadania em todo o mundo. São de fato tempos de mudança para melhor.

Mas, mesmo ao celebrar essas tendências positivas, há que se ter em mente as múltiplas ameaças decorrentes da persistência da pobreza e da violência em várias partes do mundo.

As imagens da ex-Iugoslávia são o exemplo vivo dos fracassos do passado e dos desafios e percepções equivocadas do presente. Elas nos lembram do quanto ainda resta por fazer para que possamos realizar as promessas contidas na Carta das Nações Unidas. A pobreza extrema e o desemprego surgem talvez como os mais difusos dos temas internacionais, afetando igualmente países desenvolvidos e em desenvolvimento, corroendo o tecido social ao mesmo tempo em que estimula o extremismo da parte de indivíduos e engendra soluções imprevidentes da parte de governos. O terrorismo, o tráfico de drogas, o crime organizado, a xenofobia e o racismo, a "limpeza étnica", o fanatismo religioso e a intolerância e as persistentes violações dos direitos humanos continuam a afligir milhões de seres humanos. Políticas econômicas desvirtuadas, a especulação financeira e a volatilidade dos fluxos internacionais de capitais continuam a ameaçar mercados em escala global. As economias emergentes - que se esforçam para consolidar a estabilidade e a retomada do crescimento ao mesmo tempo em que tentam lidar com variáveis como taxas de juros e preços de matérias-primas - tornam-se mais vulneráveis. O desarmamento permanece um

objetivo fugaz. As promessas anunciadas pelo fim da Guerra Fria parecem desaparecer numa nuvem de desculpas vazias. Os chamados “dividendos da paz” estão ainda por materializar-se. O mundo é hoje teoricamente menos perigoso e ameaçador. A competitividade, a capacitação tecnológica, a pujança econômica e os indicadores sociais tornaram-se os pilares do poder nacional. Ainda assim, movimentos positivos na área do desarmamento e da não-proliferação foram contrabalançados por práticas anacrônicas e por aventuras militares irresponsáveis.

Determinados países continuam buscando o poderio militar e o poder estratégico. Enquanto o compromisso com a não-proliferação e o apoio ao desarmamento nuclear ganham espaço na América Latina, na África e em partes da Ásia, testes nucleares trazem de volta a lembrança das ameaças e horrores que assombraram a imaginação coletiva durante os anos da Guerra Fria. Além de constituírem um risco ao meio ambiente, eles estimulam a retomada de uma corrida armamentista despropositada em várias partes do mundo.

Testes nucleares solapam os esforços pelo desarmamento e põem em cheque a conclusão de um Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares. Ao invés de ajudar a comunidade internacional a fortalecer os mecanismos de segurança coletiva, certos países insistem em seus testes e na atualização de seus arsenais nucleares. Deploramos isso. Afinal, onde se encontram as Nações Unidas no atual cenário internacional? Como podem elas lidar com as forças conflitivas e ambivalentes que operam no mundo de hoje? Onde começa e termina sua responsabilidade? O que podemos fazer para realizar a visão de seus fundadores?

Estas são algumas das perguntas que se nos apresentam no momento em que nos preparamos para comemorar o quinquagésimo aniversário das Nações Unidas. É bem verdade que nossa Organização pareceu por vezes intimidada diante de certos desafios. Mas é certo que as deficiências ao longo desses últimos cinquenta anos teriam sido ainda

maiores não fossem as Nações Unidas uma consciência universal, um instrumento de paz e desenvolvimento tal como nenhum outro jamais o foi, com uma autoridade moral que os povos do mundo aprenderam a reconhecer e a apoiar.

Senhor Presidente,

Em 1941, quando as Nações Unidas eram apenas um sonho distante ocultado pela guerra, Franklin Delano Roosevelt definiu as “quatro liberdades” sobre as quais se deveria erguer uma verdadeira comunidade de nações.

Eram elas - e penso útil lembrar as palavras inspiradas do próprio Roosevelt: a liberdade de fala e expressão; a liberdade de cada pessoa de adorar Deus à sua própria maneira; a liberdade da escassez, que, “traduzida em termos comuns, significa entendimentos econômicos que assegurarão a todas as nações um período de paz sadio para seus habitantes”; e a liberdade do medo, que, “traduzido em termos comuns, significa uma redução universal de armamentos até um ponto e de tal forma que nenhuma nação estará em condições de cometer um ato de agressão física contra qualquer vizinho”. Conceder à humanidade essas quatro liberdades foi o desafio que, em última análise, deu vida às Nações Unidas. Ainda assim, essas quatro liberdades continuam em grande medida inalcançadas. Elas permanecem como uma inspiração e um objetivo. Nos últimos cinquenta anos, as nações do mundo têm utilizado este pódio para expressar suas aspirações e preocupações e para manifestar-se sobre uma verdadeira parceria internacional baseada na paz e na prosperidade. As Nações Unidas têm sido sem dúvida uma chamada ao consenso, uma força moral e ética, um promotor de vontade e ação políticas, um substituto para a confrontação e a controvérsia. Chegou a hora de avaliarmos cuidadosamente as realizações e as deficiências das Nações Unidas, para traçarmos a rota para os próximos cinquenta anos. Chegou a hora de criarmos as condições para as Nações Unidas do século XXI.

Na esteira da Segunda Guerra Mundial, a idéia de um organismo internacional como as “Nações Unidas” pode ter parecido utópica, especialmente em vista do fracasso da Liga das Nações e das tragédias e crimes que resultaram da prática de políticas de poder - a forma de fazer política que levou o mundo à guerra e seus horrores. Buscando evitar a utopia, as Nações Unidas foram projetadas para prover verdadeiros instrumentos de interação diplomática, capazes de substituir a política de poder por valores éticos e de promover a prevenção e a solução de conflitos por meio da negociação e do diálogo.

Com um compromisso com a paz e a segurança, por um lado, e com o desenvolvimento, por outro, as Nações Unidas ajudaram a escrever capítulos importantes da história contemporânea, tais como o estabelecimento de um novo padrão de relacionamento entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, a busca pelo desenvolvimento, o desarmamento, a proteção dos direitos humanos e da dignidade humana, a descolonização, a luta contra o Apartheid, a condenação da tirania e da opressão.

Nesse processo, organizações importantes, como a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), e foros decisivos, como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) e as diversas outras conferências dedicadas a temas globais, desempenharam papel fundamental. Nesses foros, ampliamos compromissos nas áreas de cooperação para o desenvolvimento, direito do mar, direitos da criança, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, direitos humanos, população, desenvolvimento social e direitos da mulher. É certo que já realizamos uma parte de nossos sonhos. Então porque não almejarmos realizações adicionais?

Olhamos para o passado recente e encontramos as Nações Unidas no centro dos acontecimentos internacionais mais importantes. Mesmo quando as circunstâncias foram um fator de constrangimento de sua ação, as Nações Unidas

sempre demonstraram força moral.

Olhamos o presente e sentimos as Nações Unidas limitadas por sua estrutura, esforçando-se para tirar proveito de sua própria experiência para adaptar-se às realidades cambiantes do mundo, de modo a permanecer como a principal força internacional. E assim o Brasil vê confiante o futuro.

Senhor Presidente,

A paz e o desenvolvimento nos anos vindouros dependerão, em grande medida, de nossa capacidade de renovar e reformar as Nações Unidas. Nas instituições, como nos seres humanos, reavaliação e reforma são um sinal de vitalidade, de maturidade, de responsabilidade. Conforme já assinalado pelo Brasil em ocasiões anteriores, uma “lacuna normativa” abriu-se entre alguns dos preceitos de nossa Carta e as realidade do mundo cotidiano.

O fato é que a maioria das estruturas das Nações Unidas ainda são aquelas desenhadas há cinqüenta anos. Naquele momento, o mundo entrava em uma nova fase de política de poder que já não mais se aplica. As Nações Unidas contavam com menos de um terço do número de membros que têm hoje. O conceito de desenvolvimento não estava no núcleo da agenda internacional. Atores significativos do mundo desenvolvido e em desenvolvimento não tinham ainda o papel influente que hoje desempenham. Novas realidades exigem soluções inovadoras. Expectativas acrescidas requerem compromissos mais fortes.

Nada é mais emblemático da necessidade de adaptar as Nações Unidas às realidades do mundo pós-Guerra Fria do que a reforma do Conselho de Segurança. Catalizador de outras reformas necessárias dentro do sistema das Nações Unidas, a reforma do Conselho de Segurança é um imperativo que não mais deve ser postergado. Para cumprir seu mandato em matéria de paz e segurança internacionais em nome de todos os Estados membros, o Conselho de Segurança precisa ter legitimidade inquestionável. E, como bem sabemos,

legitimidade depende em última análise de representatividade.

A reforma não deve acarretar uma ampliação indiscriminada do Conselho de Segurança e, muito menos, uma reforma que seja insuficiente, predicada na conveniência de um número limitado de Estados. Acima de tudo, será essencial assegurar representação mais equitativa de países desenvolvidos e em desenvolvimento que tenham tanto capacidade de atuação quanto presença efetiva em escala global. O surgimento de novas potências econômicas e de um número de países em desenvolvimento com projeção global alterou significativamente a dinâmica da política mundial. Esses atores chegaram ao primeiro plano do cenário internacional e devem estar presentes no núcleo de membros permanentes, de modo a que a composição do Conselho se torne equilibrada e reflita melhor a diversidade de visões de mundo. Um aumento qualitativo do número de membros permanentes do Conselho de Segurança, juntamente com uma ampliação do número de membros não-permanentes, corresponderia à necessidade de conferir-lhe maior autoridade e eficiência no exercício de suas responsabilidades acrescidas na era pós-Guerra Fria. A reforma não envolve o prestígio individual de qualquer país, mas sim o prestígio do próprio Conselho de Segurança.

O Brasil está pronto para assumir todas as suas responsabilidades nesse empreendimento.

Senhor Presidente,

A mesma atenção atribuída ao melhoramento do desempenho das Nações Unidas em matéria de paz e segurança internacionais deve ser atribuída aos esforços em prol do fortalecimento da cooperação para o desenvolvimento. A pobreza e o desemprego, tanto em países industrializados quanto em desenvolvimento, a instabilidade econômica e políticas econômicas desvirtuadas que afetam países individualmente, assim como a persistência ou surgimento de várias formas de protecionismo, são fatores que afetam negativamente o crescimento

sustentado em nível mundial. Trata-se de questões às quais se deve atribuir alta prioridade. O desemprego não pode ser usado como pretexto que levará, em última instância, a um protecionismo direcionado principalmente contra os países em desenvolvimento. Não há porque buscar alívio do desemprego acusando outros povos, criando novas formas de protecionismo disfarçado, aumentando a tensão nas relações internacionais. Temos que fortalecer o papel da Organização Mundial do Comércio como o sustentáculo de um sistema de comércio multilateral aberto e não-discriminatório. Temos que promover uma coordenação mais ampla de políticas macroeconômicas, estimular a integração regional, fornecer uma cooperação melhor e mais eficaz nas áreas de saúde, saneamento, educação, administração da justiça e outras áreas de grande impacto social.

Temos que alargar os circuitos decisórios, de modo a incluir países cuja contribuição para esses objetivos possa ser instrumental.

As Nações Unidas devem buscar viabilizar os compromissos alcançados no mais alto nível na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, pois ainda não foram realizadas as promessas feitas no Rio de Janeiro em matéria de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável. O mesmo tipo de seguimento deve aplicar-se aos compromissos alcançados nas conferências internacionais subsequentes sobre temas globais.

Esses são os objetivos principais de uma reforma das instituições das Nações Unidas que lidam, direta ou indiretamente, com o tema do desenvolvimento sustentável. Acreditamos firmemente que a visão ampla de uma reforma das instituições das Nações Unidas levará a uma Organização melhor, mais eficiente e revitalizada. Pois, como declarou neste mesmo foro um grande estadista brasileiro, Oswaldo Aranha, que presidiu a Primeira Sessão Especial da Assembléia Geral em 1947, “acima de tudo, temos a capacidade de fazer das

Nações Unidas a soma total da justiça, da segurança e da paz, ou, pela nossa falta de sabedoria, de permitir que sejam transformadas em mais uma espada a ser empunhada cegamente pela força e o instinto”.

Senhor Presidente,

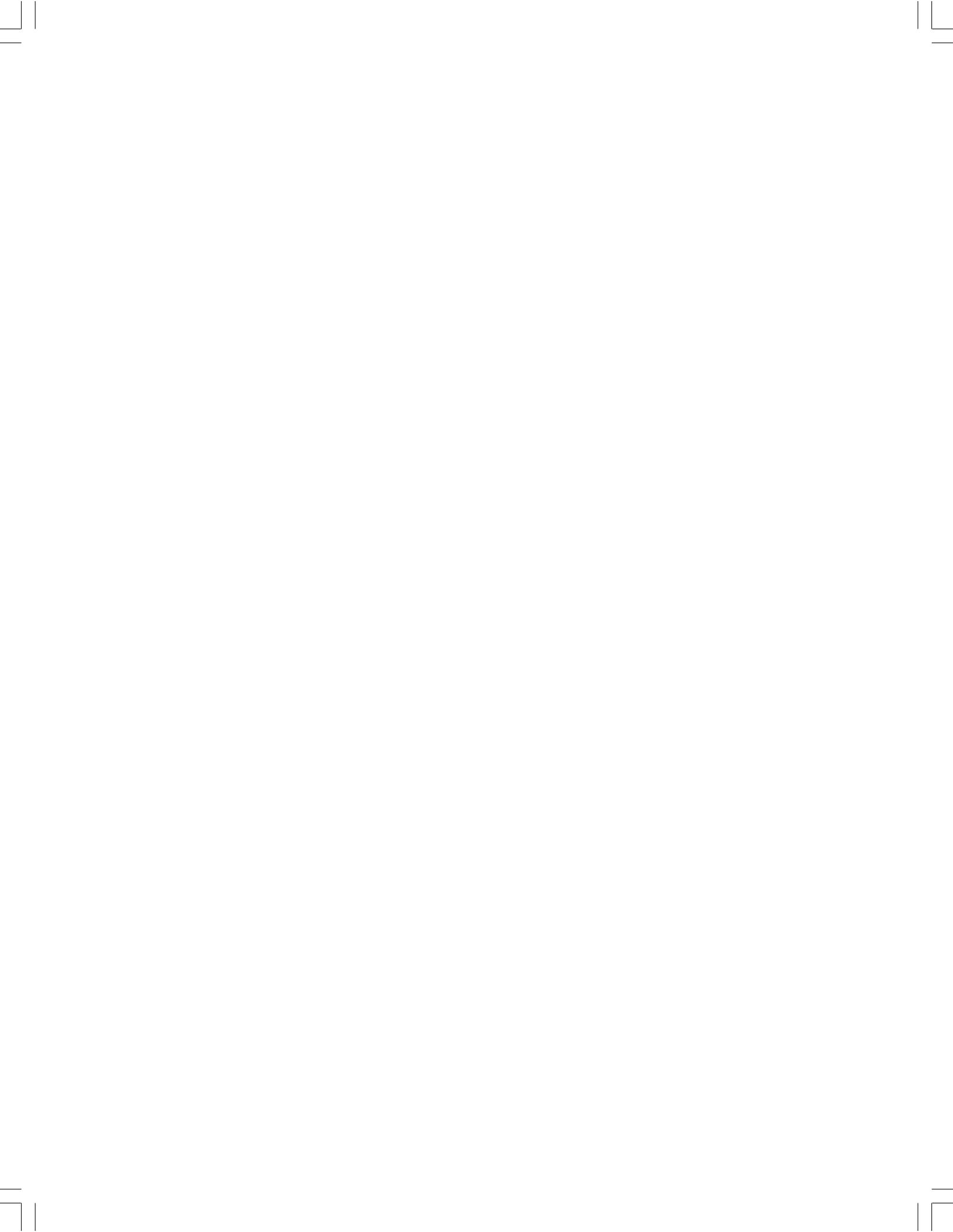
As Nações Unidas permanecerão como o maior símbolo do século XX, desde que consigam manter sua vitalidade e promover eficazmente a paz e o desenvolvimento. O Brasil está comprometido com a paz e a democracia e acredita que, se todos os povos puderem expressar livremente suas idéias e construir seu próprio destino, a democracia sairá fortalecida e continuará a servir ao propósito do desenvolvimento e da justiça social. O Brasil também está comprometido com o desenvolvimento e sabe

que o desenvolvimento depende de um ambiente internacional de paz, cooperação e liberdade econômica.

No momento em que nossos Chefes de Estado e de Governo se preparam para comemorar juntos em Nova York, em outubro, as realizações de nossa Organização, apressemo-nos a criar as condições para que eles possam construir um futuro com o mesmo ímpeto e a mesma audácia que inspiraram a comunidade internacional cinquenta anos atrás.

Certifiquemo-nos de que, por meio de nosso inabalável compromisso e de nossa ação tempestiva, as Nações Unidas sairão fortalecidas desta quinquagésima Assembléia Geral.

Muito obrigado, Senhor Presidente.



Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no almoço que ofereceu aos Chefes de Delegação do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe. Nova York, 28 de setembro de 1995

Señores Ministros,
Señores Representantes Permanentes,
Señoras y Señores,

Es un gran honor poder recibirlos hoy para este almuerzo anual que se ha convertido en una tradición de nuestro Grupo. Al hacerlo, quiero transmitirles, y por su intermedio a sus pueblos y gobiernos, el saludo más cordial y fraterno del pueblo y del gobierno brasileños.

Brasil encuentra su identidad más profunda en el continente de América Latina y el Caribe. Nos enorgullece saber que, no importa dónde estemos en nuestra región, los brasileños encontraremos siempre rasgos físicos y culturales y un modo de ser y de vivir muy semejantes a los que definen el paisaje humano y geográfico de nuestro país. Y ello se da porque nuestro continente reúne países de habla hispana, inglesa, portuguesa y francesa en torno a una Historia común y a un sentido de destino compartido. Somos una unidad, “un pequeño género humano”, como dijo Bolívar desde su exilio en Jamaica, cuando el Caribe anglófono se hizo también cuna de la libertad de todo el Continente.

Señores Ministros,

Nos reunimos hoy en torno a una mesa que presiden la amistad y el sentido de un deber común: asegurar que nuestra participación en las Naciones

Unidas siga contribuyendo para hacer una realidad universal las promesas y los propósitos contenidos en la Carta. El cincuenta aniversario de las Naciones Unidas, que celebramos este año, no es sólo una oportunidad histórica para que analicemos en profundidad sus realizaciones, sus retos y su potencial, sino también una ocasión para reflexionar sobre el papel de nuestros países a lo largo de estas cinco décadas y sobre lo que podemos hacer en estos tiempos de cambio y revitalización de la ONU.

La historia de nuestro grupo institucional se confunde prácticamente con la historia de la Organización. En la fundación de las Naciones Unidas, éramos más de un tercio del total de los miembros. Éramos una fuerza en favor de la ampliación de la membresía, a través de la descolonización, y de la transformación de la agenda, a través de la incorporación del desarrollo como dimensión fundamental de la paz. En cincuenta años, hemos traído a las Naciones Unidas la voz de una región que se transformó profundamente, en lo político y en lo económico, y que llega al siglo XXI en sintonía con las fuerzas determinantes de las relaciones internacionales post-Guerra Fría: la democracia y la libertad económica.

Desde la fundación de la Organización, hemos sido voceros de los países en desarrollo aún antes de que se organizaran institucionalmente para avanzar

sus causas y promover una transformación más equitativa de las realidades internacionales. Hoy día representamos una región que creció en importancia político-diplomática, una región comprometida con la paz y el desarrollo y que ha avanzado concretamente en el desarme y la no-proliferación. Y hemos podido agregar a nuestro perfil de actuación la marca de una región que ha progresado en la integración económica al punto de crear una nueva realidad política — una realidad de confianza, de concertación y de cohesión inéditas en la Historia del Continente, tal vez sin paralelo en el mundo en desarrollo. Ha sido una trayectoria difícil, como difíciles han sido nuestros esfuerzos por crear y consolidar un perfil propio, latinoamericano y caribeño, de actuación en las Naciones Unidas. Pero tuvimos éxito. Cincuenta años después, podemos mirar hacia el pasado y verificar que firmamos una identidad y tenemos un significativo patrimonio de contribuciones a la paz y seguridad internacionales,

a la descolonización y al avance de la causa impostergable del desarrollo.

Señores Ministros,

Señores Representantes Permanentes,

Cuando miran hacia las Naciones Unidas de las próximas décadas con esperanza y confianza, nuestros pueblos esperan de nosotros, los países del Grupo Latinoamericano y del Caribe, la misma fuerza de carácter y de convicciones que llevaron nuestro Grupo a actuar tan coordinadamente y tan constructivamente en estas cinco décadas.

Yo estoy seguro de que nuestra participación en esta cincuenta Asamblea General de las Naciones Unidas refleja esa determinación y que seguiremos demostrando unidad y compromiso en torno a las aspiraciones latinoamericanas y caribeñas en el escenario internacional y particularmente en nuestra Organización de las Naciones Unidas.

Muchas gracias.

Discurso por ocasião da Celebração do Dia Mundial da Habitação

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Celebração do Dia Mundial da Habitação. Curitiba, 2 de outubro de 1995

É com grande satisfação que aceitei o convite para participar das festividades do Dia Mundial da Habitação. É a primeira vez, desde 1986, quando se iniciou a comemoração do dia Mundial da Habitação, que uma cidade da América Latina tem a satisfação de ser anfitriã do evento.

A escolha de Curitiba foi de grande felicidade. O êxito das soluções inovadoras que aqui têm sido implementadas já lhe assegurou, internacionalmente, a reputação de cidade com um dos melhores níveis de qualidade de vida no mundo em desenvolvimento. Seu programa de reciclagem de lixo, por exemplo, mereceu reconhecimento internacional ao ser premiado pelo Centro do Habitat das Nações Unidas em 1992.

Desejo cumprimentar o Prefeito de Curitiba, Rafael Greca, e seu antecessor Jaime Lerner, hoje Governador do Paraná, pelo exemplo que sempre deram de administração corajosa, imaginativa. Curitiba muito deve a ambos. A eles também dirijo minhas felicitações pelo trabalho realizado.

O objetivo desta comemoração é o de despertar a atenção para as questões relacionadas à moradia, à comunidade, aos assentamentos humanos, todas fundamentais neste nosso tempo em que a população mundial cresceu de tal modo, sobretudo nos países mais pobres, que parece cada vez mais difícil atingir o objetivo de moradia digna para todos. O dia de hoje oferece uma oportunidade de reflexão

sobre quais as medidas possíveis, porque necessárias, para que aquele objetivo venha a ser alcançado.

Neste ano, o tema do Dia Mundial da Habitação é o da “Nossa Vizinhança”, que dá clara ênfase à importância do bairro, da comunidade, da solidariedade criada pela proximidade como agente do desenvolvimento. Incluo-me entre aqueles que vêem na comunidade o núcleo primordial a partir do qual devem ser encaminhadas as soluções do desenvolvimento social, entre elas a da moradia.

Acabou-se o tempo do Estado assistencialista. Hoje, é na comunidade organizada que devem nascer as demandas que cada uma delas terá para aprimorar sua qualidade de vida. Este é o princípio do Programa Comunidade Solidária, o mais importante projeto social de meu Governo, junto com o da reforma agrária.

O Dia Mundial da Habitação celebra-se, neste ano, tendo como horizonte a II Conferência das Nações Unidas sobre Habitação, que se realizará em Istambul, no próximo ano. Desde já, tem havido intensa mobilização no Brasil, não apenas no Governo, mas também em diversos segmentos da sociedade, para que nossa participação em Istambul se destaque pela qualidade.

Dirijo-me ao Sr. Wally N’Dow, Secretário-Geral da Conferência de Istambul que hoje nos honra com sua presença em Curitiba, para dizer que nós, brasileiros, desejamos dar e daremos contribuição

construtiva na Conferência do próximo ano.

Uma habitação digna ainda é um sonho para grande parte dos brasileiros. Que este sonho se

materialize para grande parte deles, é compromisso que assumi em minha campanha e que hoje reitero.

Muito obrigado

II Encontro Mundial do Habitat

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Abertura do II Encontro Mundial do Habitat. Curitiba, 2 de outubro de 1995

Em nome do Governo brasileiro, quero dar as boas-vindas a todos os participantes destas celebrações do Dia Mundial do Habitat, que o Brasil e a cidade de Curitiba têm a honra de sediar. O Brasil os recebe com amizade e fraternidade, ansioso pela contribuição que trazem para estas celebrações que mobilizaram a população e as autoridades de Curitiba e do Paraná.

Quero também agradecer a hospitalidade que nos brindam o Governador Jaime Lerner e Prefeito Rafael Greca de Macedo, dois velhos e grandes amigos do Itamaraty, que eu aqui homenageio em nome de toda a Casa de Rio Branco. Não é uma coincidência que Curitiba tenha sido escolhida para sediar por primeira vez na América Latina este grande evento. Curitiba é, em matéria de urbanização e de assentamentos humanos, o cartão de visitas por excelência do Brasil, graças em grande parte ao trabalho realizado pelo então Prefeito Jaime Lerner e por seu sucessor, o Prefeito Rafael Greca de Macedo.

Como o Rio de Janeiro está associado à beleza física e à afabilidade do Brasil, São Paulo à pujança econômica e Salvador à complexidade e riqueza da nossa cultura multirracial, Curitiba é o símbolo do Brasil moderno, do Brasil que se organiza e encontra soluções criativas e inspiradoras para os seus problemas urbanos. Os participantes deste encontro e das demais atividades com que Curitiba

marcará a passagem deste Dia Mundial do Habitat poderão testemunhar, pela qualidade e expressividade dos festejos programados, o grau de compromisso que o povo paranaense em geral e o povo curitibano em particular têm com as grandes causas ligadas à qualidade de vida e ao exercício da cidadania.

Por isso é tão oportuno que o Dia Mundial do Habitat seja celebrado agora em Curitiba. Centrado no tema “Nossa vizinhança”, a discussão ensejada por estas celebrações encontrará inspiração e exemplo em Curitiba e em todo o Paraná e certamente contribuirá substantivamente para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos — a HABITAT II, que se realizará em Istambul, em 1996.

Pensada com o objetivo de promover a discussão de temas ligados à situação mundial dos assentamentos humanos, a Conferência visa a alcançar compromissos efetivos da comunidade internacional que levem à melhoria das condições dos ambientes onde vivem e trabalham as populações.

E, sempre é bom lembrar, a Conferência sobre Habitat insere-se plenamente no conjunto das grandes conferências convocadas pelas Nações Unidas para tratar temas globais — Criança, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Direitos Humanos, População e Desenvolvimento, Desenvolvimento Social e Direitos da Mulher —, todas elas marcos

expressivos de um novo direito internacional, de um novo compromisso com a humanidade.

A importância da reflexão sobre o habitat humano está refletida na simples constatação de que, até o ano 2000, metade da população mundial estará concentrada nos centros urbanos e, em 2030, esta população urbana chegará ao dobro da população rural. Isto levará à concentração da maior parte das atividades econômicas nas grandes cidades e seus entornos, com a conseqüente necessidade da busca de soluções integradas para os problemas urbanos, como parte de uma estratégia de desenvolvimento. Para um país em desenvolvimento como o Brasil, em que a urbanização atingiu níveis elevados, produzindo ou agravando problemas de caráter social e econômico, entre os quais a pobreza e a degradação ambiental, a discussão do tema no plano internacional ganha atualidade e prioridade.

Engajado em programa de estabilização econômica que se espera venha a constituir a pedra fundamental de novo “ciclo virtuoso” marcado por liberdade política e desenvolvimento econômico com justiça social, cabe ao país definir, o quanto antes, em cooperação com as agências internacionais e os governos amigos, uma estratégia nacional para o tratamento da questão urbana. Os debates em curso no processo preparatório da Conferência oferecem uma oportunidade única para pensar e desenvolver essa estratégia. O Brasil vem participando ativamente do processo preparatório da HABITAT-II e tem buscado apoiar a iniciativa das Nações Unidas de diversas formas. No plano interno, o Brasil já traçou cronograma de trabalho com vistas à elaboração das posições nacionais para a Conferência.

O Brasil já compôs, por meio de Decreto presidencial de agosto de 1994, seu Comitê Nacional. Integram-no os órgãos da Administração Federal com competência direta na matéria, assim como entidades representativas dos Governos estaduais e municipais e da Sociedade Civil, dedicados à administração municipal, ao

planejamento urbano e à indústria de construção. O Congresso Nacional foi convidado a participar das reuniões do Comitê Nacional e demais atividades do processo preparatório. As posições brasileiras em matéria de assentamentos humanos continuam em fase de elaboração e refinamento, à luz dos debates e seminários realizados, que aportam novas e importantes contribuições ao tratamento da questão dos assentamentos humanos no plano interno. O processo preparatório buscará aproveitar o trabalho e as experiências já acumulados pelas diversas instituições, governamentais ou não, no campo dos assentamentos humanos, entre os quais figuram como exemplos proeminentes as iniciativas pioneiras do IBGE sobre o tema dos indicadores. A Delegação brasileira propôs a cidade do Rio de Janeiro como sede da Divisão da América Latina e Caribe do Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, a partir de oferecimento, pela Prefeitura do Rio de Janeiro, de apoio logístico e de infraestrutura para a viabilização da transferência da sede. Esse oferecimento veio somar-se à disposição da cidade de Curitiba de sediar estas celebrações do Dia Mundial do Habitat, reafirmando a prioridade que o Brasil confere ao tema dos assentamentos humanos e da qualidade de vida das populações urbanas.

Senhoras e Senhores,

Ao abrir estas celebrações em nome do Governo Federal, quero congratular-me com o povo de Curitiba, nas pessoas do Governador Jaime Lerner e do Prefeito Rafael Greca de Macedo, por mais este acontecimento que coloca o Paraná à frente na caminhada do Brasil pela modernização e pelo fortalecimento da cidadania.

Desejo a todos muitas felicidades e que as atividades que agora se iniciam sejam muito proveitosas para o progresso do tema do habitat no Brasil e em todo o mundo.

Muito obrigado.

Direitos Humanos

Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no almoço oferecido aos membros do Comitê do Prêmio Direitos Humanos. Brasília, 3 de outubro de 1995

Eu queria dizer apenas umas palavras para assinalar a satisfação com que o Itamaraty recebe os membros do Comitê do Prêmio Direitos Humanos. Esta é uma forma de nós não apenas homenagearmos os integrantes do Comitê, pelo valoroso trabalho que têm feito em favor dos direitos humanos no Brasil, mas também de manifestarmos nossa satisfação muito especial com a criação do Prêmio e com o pronto início dos trabalhos do Comitê.

De fato, a decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de criar o Prêmio Direitos Humanos, sinaliza muito claramente, também no plano da linguagem simbólica que é própria deste tipo de iniciativa, a prioridade absoluta que o Governo federal confere à proteção e promoção dos direitos humanos no Brasil. A política do Presidente Fernando Henrique Cardoso nesse campo é transparente. Seus compromissos são firmes. Sua determinação de trabalhar em sintonia e cooperação com as organizações não-governamentais de direitos humanos, dentro e fora do Brasil, e com outros grupos organizados, como os empresários e os sindicatos, é elemento central dessa política.

Dar visibilidade ao assunto e gerar debate e compromisso da cidadania em favor de uma substancial melhora no nosso padrão de observância dos direitos humanos são outros pontos também centrais dessa mesma política. É esse o sentido do Prêmio Direitos Humanos. É esse o sentido da

participação dos Senhores neste Comitê.

Não é o Governo, não é a sociedade civil organizada, não são as ONGs isoladamente, mas o Brasil inteiro que se une em torno de uma causa que é a própria causa do desenvolvimento econômico e social de uma democracia como a nossa. O Itamaraty tem plena consciência do impacto positivo que uma política de direitos humanos bem concebida e implementada tem para a política externa do país como um todo. Em nossos inúmeros contatos com interlocutores em todo o mundo, de todos os âmbitos e em todos os níveis, temos sido um canal constante no diálogo entre um Brasil que se moderniza e um mundo em que o tema dos direitos humanos e da liberdade adquire dimensão global e o caráter de virtual condicionalidade no relacionamento entre os povos.

E temos a certeza de que é possível formular e implementar uma política eficaz de defesa e promoção dos direitos humanos sem a necessidade de nos submetermos a esquemas de jurisdição supranacionais.

Nossa tarefa tem sido muito auxiliada pela parceria entre o Governo e a sociedade na promoção dos direitos humanos. As iniciativas anunciadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em seu discurso de 7 de setembro, inclusive a mobilização em cujo contexto se insere o Prêmio Direitos Humanos, completam-se com o apelo que o

Presidente tem feito para que essa seja uma tarefa que transcenda as fronteiras entre o público e o privado, entre o federal e o estadual, entre os três poderes da União. A aprovação das propostas de legislação feitas pelo Executivo — a tipificação do crime de tortura, a proteção de testemunhas em processos criminais e o fortalecimento do Conselho de Defesa da Pessoa Humana — em muito contribuirá para que possamos contar com uma estrutura legal capaz de prevenir abusos contra os direitos humanos e assegurar o fim da impunidade. O impacto positivo dessas medidas, dentro e fora do país, será de grande dimensão.

Como essas medidas, o trabalho deste Comitê certamente terá grande repercussão nacional e internacional. O Itamaraty, agora mais preparado para lidar com o tema dos direitos humanos graças à criação de um departamento, já operacional, exclusivamente dedicado ao assunto, deseja apoiar e promover as atividades do Comitê. Quero que este almoço signifique isto: o início de uma parceria, de um trabalho conjunto. Que os Senhores saibam que esta é também a sua Casa, da mesma forma que a vossa é também a nossa causa.

Muito obrigado.

Brasil - África do Sul

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço que oferece ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da África do Sul, Alfred Nzo. Brasília, 9 de outubro de 1995.

On behalf of the Brazilian government, I want to extend our warmest welcome to you and to your distinguished delegation. Your visit to Brasilia is a solid demonstration of South Africa's interest in its partnership with Latin America, particularly with Brazil, and we deeply appreciate it.

South Africa and Brazil have so much in common, so many shared interests and so intense a partnership to expand and consolidate, that we place relations with your country among our main foreign policy objectives.

I am very glad to meet you again to continue the talks we had during my trip to South Africa earlier this year. I think this exchange of visits, in such a short period of time, is extremely meaningful. We are building relations that are bound to be productive. We are two significant democratic societies, two major developing economies which are undergoing a creative and imposing era of transformation and sustained growth, which are confidently and openly integrating into their regions and into the global economy. We sincerely hope that President Nelson Mandela will be able to visit Brazil again in the near future, this time as the South African Head of State. An exchange of presidential visits can culminate a process of careful build up of relations between our two countries and our two regions.

Mr. Minister,

You are familiar with Brazil's proud cultural and ethnic links with Africa. We owe Africa much of what we are as a people, as a Nation. As you travel in Brazil, you can feel this African heritage at every corner, you can sense it in every instance of our national life. And, when we talk about Africa and our African heritage, South Africa shines with a special glow. Since long ago, South Africa has captured the attention and the interest of Brazilians.

We know the physical beauty and the cultural riches of your country. We have followed your history. We have supported South Africa's courageous struggle to eliminate Apartheid and to build a solid democracy under the inspired leadership of President Nelson Mandela.

We have welcomed the birth of a new partner in Southern Africa, a partner that has gained worldwide recognition thanks to the peaceful transition that South Africans have been able to complete, to the thrust that the South African economy has gained, and to the potential of that emerging economy. South Africa represents a special chapter of contemporary international history, a success story of peaceful change and of economic resurgence.

Your people have changed their own destiny, they have given hope to the whole of the African

continent.

That is why Brazilians are so proud to pay their tribute to the people of South Africa. We know that, across the Atlantic, we are distant neighbors, but close friends. And we intend to build on this friendship.

Mr. Minister,

Since the inauguration of President Mandela, we have been working towards closer ties between South Africa and Brazil. Our contacts have begun, our business communities are becoming involved, our trade is growing fast. There is an ongoing dialogue between our two governments, a dialogue that is already translating into action.

We are in the process of strengthening the institutional framework of this relationship, as we negotiate and sign bilateral agreements in the main areas where cooperation and exchange are to be fostered: investment, cultural and educational exchange, the fight against and prevention of drug trafficking, and consular affairs. The creation of a Joint Commission for Cooperation will provide the mechanism for advancing concrete initiatives in several other areas. We have much to offer to one another. Brazil has a long-standing experience in many areas that are crucial to the current launching of a new phase in South Africa's social and economic development. Housing, sanitation, public transportation, agricultural development and research are just some prime examples of areas where we can cooperate. South Africa also has a wide experience in fields, such as mining and tourism among others, that directly interest us. And, of course, we have a vast international and regional agenda to discuss and to coordinate on. As countries with a broad international presence, our interests go far beyond our own regions.

The reform of the United Nations and the strengthening of its mechanisms to provide peace and security in a changing world are at the center of international attention, as we celebrate the

Organization's fiftieth anniversary. We share many interests in these matters and we should continue to enhance our coordination and close consultation, aiming at bringing the developing world's view and the unique perceptions of countries such as ours to the process.

We also share many common interests as regards peace and the resumption of growth in friendly Southern African countries such as Angola and Mozambique. We can do much together, as we are doing in the context of the United Nations peace keeping efforts, to fully support the implementation of the Agreements that have opened the way for democracy and development in these countries. As members of SADC and Mercosul, respectively, South Africa and Brazil can contribute to create and strengthen ties between these two regional communities, aiming at institutional arrangements that will ultimately lead to larger and freer trade between Southern Africa and Mercosul.

As South Atlantic countries, we should make real the promises of partnership, cooperation and close coordination embodied in the Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic. The upcoming IV Ministerial Meeting of the Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic, to be held in March of next year in Capetown, could provide a valued opportunity to re-launch the initiative with specific and concrete objectives in mind.

We could work together with other countries of the region to provide leadership in advancing non-proliferation and nuclear disarmament in the whole area of the Zone and to increase cooperation on environmental issues, especially on the protection of the marine environment.

Those are issues with high internal and international visibility, where we can make a difference and send strong signals. And we could enhance the political coordination among the countries of the region and develop meaningful cooperation with some of the least developed of those countries.

Mr. Minister,

The friendship between South Africa and Brazil has recently been given a living symbol to represent it. The Brasilia Zoo has received two young South African elephants, a generous gift offered by the South African government to the people of Brasilia. They arrived here on September 12th, and since then they have been an attraction in this Capital, especially for young children, who are visiting the Zoo by the thousands just to see the young animals. Tomorrow, when you go there, you will witness how cheerful people are about these two new and friendly guests. This symbol talks of a friendship that has become as powerful, long-living and affectionate as

the elephants themselves. No symbol can endure if reality doesn't follow through, if the facts don't support the message. But we are doing our part, we are generating the facts, we are working hard to make this symbol of Brazilian-South African friendship a mirror of what we accomplish as our two countries stand closer. It is with this spirit that I ask all to raise our glasses in a toast to the well-being and prosperity of the people of South Africa, to the ever growing friendship between our two countries, to the health and personal happiness of President Nelson Mandela and of our good friend Alfred Nzo.

Thank you.



Discurso por ocasião do jantar ao Presidente do Vietnam

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Presidente do Vietnã, Senhor Le Duc Anh. Brasília, 10 de outubro de 1995.

Em nome do governo e do povo brasileiros, quero mais uma vez dar as boas-vindas a Vossa Excelência e a sua comitiva.

A sua presença em Brasília, na primeira viagem que um Chefe de Estado vietnamita realiza à América Latina, é motivo de satisfação e orgulho para nós, brasileiros.

Entendemos a sua visita como um gesto de amizade e uma prova de interesse. Ela assinala que os nossos países estão percorrendo juntos o caminho traçado quando estabelecemos nossas relações diplomáticas, seis anos atrás: uma parceria que se constrói com a busca de conhecimento mútuo e a vontade de estabelecer formas efetivas de cooperação.

A visita ocorre num momento em que o Vietnã e o Brasil, embora respondendo a processos históricos diversos e próprios, assumem plenamente o compromisso com a transformação das suas estruturas produtivas e da sua presença no mundo - um compromisso que já se traduz na melhora real das condições de vida dos seus povos.

Nós o recebemos, Senhor Presidente, como o estadista de um povo forte, que consolidou a sua formação moderna na luta pela independência. Nós também o recebemos como o representante de uma liderança política que soube compreender os desafios e as oportunidades do seu tempo e que

está orientando o seu país pelos valores centrais do mundo pós-Guerra Fria: a liberdade econômica e a participação do indivíduo na condução dos seus destinos e dos destinos do Estado.

O Vietnã foi um capítulo da história da descolonização, uma referência obrigatória na luta dos povos pela independência. Agora o Vietnã é um capítulo da história de crescente prosperidade da região da Ásia-Pacífico.

Senhor Presidente,

Estou ciente do notável sucesso da política econômica do Vietnã, da forma, às vezes surpreendente, pela qual o seu país ressurgiu de um longo conflito para ser a nova promessa da Ásia. E a Ásia é uma área que não pára de crescer, ampliando a ritmos inigualados a sua participação na geração de riqueza mundial, no comércio internacional e nos fluxos de investimentos produtivos.

Também tenho acompanhado o processo de reformas que abriu e dinamizou a economia vietnamita, permitindo o controle da inflação em níveis compatíveis com o crescimento sustentado e com a demanda por investimentos produtivos nacionais e internacionais.

Nos últimos cinco anos, com crescimento mantido em torno dos 8 por cento ao ano, com a

inflação sob controle, o Vietnã é uma história de sucesso que deve estimular a cooperação entre nossos dois países. A experiência de seu país nos recorda o quanto é importante, para o bem-estar dos povos, que as lideranças políticas tratem a realidade de forma flexível, com pragmatismo, com uma compreensão serena e sem paixões sectárias da verdadeira dimensão dos desafios impostos pela História e pelas grandes tendências mundiais.

Como o Vietnã, o Brasil também aprendeu que a soberania não é um ato declaratório, uma simples forma jurídica, mas um esforço persistente que deve associar, com pleno sentido de inclusão, a sociedade e o Governo. A soberania só se completa quando há plena cidadania. Ambas, soberania e cidadania, se reforçam com uma economia estável e próspera.

Senhor Presidente,

Nós queremos uma parceria com o Vietnã, com esse Vietnã fortalecido pela reforma e pela estabilização. Queremos que essa parceria tenha um impacto nas nossas atividades econômicas; queremos também pôr a complementaridade das nossas economias a serviço de uma causa maior, que transcende as boas relações entre dois países em desenvolvimento com inúmeros interesses comuns na agenda internacional.

Nunca me esqueço de um exemplo que foi fundamental no momento em que se consolidava o Plano Real: o Governo estava preocupado com uma pressão altista nos preços do arroz e facilitou a importação, proveniente do Vietnã. Bastou que atracasse no porto o primeiro navio com um carregamento de arroz vietnamita, para que as pressões altistas desaparecessem e o produto brasileiro voltasse ao mercado a preços competitivos, com benefícios diretos e imediatos para o consumidor.

Esse exemplo ilustra o quanto uma aproximação fluida entre países com grande complementaridade econômica pode ser decisiva. Queremos que exemplos como esse se multipliquem.

Senhor Presidente,

Desde o estabelecimento das nossas relações diplomáticas em 1989, o Brasil recebeu visitas de importantes autoridades governamentais vietnamitas. Essas visitas serviram para criar um ambiente de familiaridade e amizade entre os dois Governos e abriram o caminho para que esta visita de Chefe de Estado se realizasse. Temos sido cuidadosos e realistas, mas, firmes, na construção desse relacionamento político. Ele é a base do que faremos no campo econômico e comercial.

Em 1994, enviamos ao seu país uma missão comercial exploratória, integrada não apenas por funcionários governamentais, mas principalmente por representantes do setor privado brasileiro. Identificamos diversas oportunidades de negócios, como era de se esperar em um contato entre duas economias em expansão sustentada.

O comércio bilateral, ainda que incipiente, já reflete uma tendência de expansão significativa das importações oriundas do Vietnã. Queremos que essa tendência se aprofunde e se estenda também às exportações brasileiras para o Vietnam.

Temos muito a fazer, ainda, Senhor Presidente, para alcançar a plenitude do nosso relacionamento. Há um trabalho intenso, que precisa ser feito, de criação da estrutura jurídica para o relacionamento bilateral. O “Memorandum de Entendimento relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum”, entre as duas Chancelarias, é um primeiro passo nessa direção.

Mas nós queremos fazer mais. Queremos que, desta visita, decorra um compromisso firme dos dois Governos no sentido de criar e implementar acordos bilaterais em áreas de interesse concreto, com repercussão sobre a nossa relação econômica e comercial e sobre a nossa cooperação científica, técnica e cultural.

Senhoras e Senhores,

Quando se trata das relações com os países dinâmicos da Ásia- Pacífico, não podemos ser reféns da distância, nem prisioneiros do imobilismo. Tenho

insistido, todas as vezes em que falo sobre a política externa do meu Governo, e nisso tenho sido sempre auxiliado pelo Chanceler Luiz Felipe Lampreia, que a Ásia é hoje, por todas as razões, uma prioridade da nossa diplomacia, uma prioridade ditada por realidades objetivas das relações internacionais contemporâneas.

Embora ocupe o lugar central no campo das relações políticas, que são o ponto de partida para tudo, o Governo não faz, ele mesmo, as relações econômicas com outros Estados. Mas o Governo pode, sem dúvida, contribuir para aumentar; no empresariado nacional, o interesse pelas oportunidades que a Ásia oferece e para os desafios que ela nos apresenta.

Por isso, mais uma vez, na presença do Presidente de um país asiático que soube renovar-se e abrir caminhos, eu reitero a convocação ao nosso empresariado para que participe conosco dessa tarefa de elevar as relações com a Ásia, e em especial com os países que integram a ASEAN. Queremos esforços conjuntos do Governo com o setor privado nessa exploração cuidadosa do potencial asiático. Queremos sugestões, participação, envolvimento do empresariado.

Nós estamos procurando fazer a nossa parte, e em grande medida para recuperar certo tempo perdido. Em dezembro, visitarei a China e a Malásia, em janeiro a Índia e em março o Japão. Em nossa reunião desta manhã, em que tivemos proveitosas conversas, recebi honroso convite do Presidente Le Duc Anh para visitar o Vietnam, o que farei tão logo minha agenda permita. Outros convites para visitas à

região estão chegando. Dignitários e empresários desses países nos têm honrado com suas visitas e com o seu interesse pelo que ocorre no Brasil.

As visitas presidenciais têm a vantagem de gerar uma mobilização concentrada de esforços em favor das relações com determinado país ou região. E a Ásia, com o dinamismo econômico e as transformações que o Vietnã tão bem ilustra, é campo privilegiado para essa diplomacia presidencial.

Senhor Presidente,

Esta primeira visita em nível presidencial abre uma perspectiva nova e única para as jovens relações entre os nossos países. Estou certo de que, aqui e no Vietnã, o interesse político deste nosso encontro servirá de catalisador para impulsionar outros campos do relacionamento mais além da área política. É um primeiro passo, um primeiro grande passo em direção de uma relação que nós valorizamos e que queremos aprofundar.

No seu retorno a Hanói, peço-lhe levar a mensagem de amizade e respeito do povo brasileiro pelo povo vietnamita e de nossa admiração pela sua luta pelo desenvolvimento.

E é com esse mesmo espírito de amizade e parceria que eu convido todos os presentes a me acompanharem em um brinde pela felicidade e crescente prosperidade do povo vietnamita, pela crescente amizade e cooperação entre o Vietnã e o Brasil e pela saúde e ventura pessoais de Vossa Excelência.

Muito obrigado.



Conferência Ibero-Americana

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da primeira sessão da Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países Ibero-Americanos. San Carlos de Bariloche, Argentina, 16 de outubro de 1995.

Quero agradecer ao meu querido amigo, Presidente Carlos Menem e, por seu intermédio, a todo o povo argentino, pela hospitalidade fraterna com que nos recebem nesta bonita cidade de São Carlos de Bariloche.

Quero também saudar os Presidentes amigos dos países ibero-americanos e expressar-lhes meu prazer em compartilhar esses momentos de trabalho e reflexão.

A Conferência Ibero-Americana é um espaço político definido e um foro com características próprias. Nosso patrimônio comum, fruto de uma história de quinhentos anos, criou uma identidade cultural ibero-americana em que o espaço para a pluralidade de opiniões é traço fundamental. Vivemos, neste foro, a oportunidade para encontros verdadeiramente democráticos. Essa é a riqueza que nos define como grupo político num mundo em que a equação das alianças se alterou profundamente e em que se abriram novos campos para a cooperação.

Os países ibero-americanos identificamos cada vez mais traços comuns que reforçam o sentido de identidade do nosso grupo e o capacitam para atuar em conjunto no desenvolvimento das metas específicas a que se propõe.

No campo político, consolidamos a imagem de que avançamos no caminho da plenitude democrática e do respeito aos direitos humanos. No

campo econômico, seguimos uma agenda de transformação em direção à estabilidade, à abertura e ao crescimento.

Democracia e liberdade econômica são as grandes forças que movem o mundo. São forças necessariamente complementares, interligadas, que valorizam o homem porque o projetam com sentido pleno de cidadania.

E são forças criativas, que estão na raiz da integração, que a tomaram possível, que a fizeram um dos pilares da nova estrutura das relações internacionais. Sem os interesses comuns gerados pela democracia e pela liberdade econômica, não pode haver integração e todos os seus benefícios em termos de associação política, ampliação de mercados, atração de investimentos e geração de empregos.

Seja na União Européia, seja no Mercosul, seja nos demais movimentos integracionistas a que cada um de nossos países pertence ou procura pertencer, encontramos na integração econômica parte substancial da resposta aos desafios e oportunidades do mundo pós-Guerra Fria, do mundo da competitividade econômica e da corrida tecnológica.

Mas nem a democracia no plano formal, nem a liberdade de mercado, nem a integração econômica apresentam todas as respostas ou são os únicos recursos com que contamos para colocar as

modernas tendências do mundo a serviço do nosso progresso social e econômico.

Essa resposta se encontra, antes de tudo, na melhoria dos nossos indicadores sociais: educação, saúde, qualidade de vida da população. Em suma, na integração social, em uma ética social, que completa a ética do trabalho para gerar e dar sustentação a uma civilização.

Essa foi a fórmula que, ao longo de muitas décadas de História, encontraram os países de maior sucesso na busca do desenvolvimento, combinando quatro fatores insubstituíveis: altas taxas de poupança, estabilidade econômica, estabilidade política e social e nível educacional médio elevado.

Compreender isso é um imperativo inadiável para todos nós. Encontrar aí campo para um trabalho conjunto da comunidade ibero-americana é uma oportunidade.

Por isso, o tema escolhido para o nosso encontro não poderia ter sido mais apropriado: a educação como fator essencial do desenvolvimento econômico e social de nossos povos.

A revolução tecnológica e produtiva em um mundo marcado pela globalização nos oferece um sentido claro de objetivo. A essência dos processos produtivos de hoje é o conhecimento científico e tecnológico, é o preparo intelectual do cidadão que trabalha, da empresa que produz, do Governo que atua na vida do país, respondendo democraticamente às aspirações da sociedade.

Se, para os países, a qualificação da mão-de-obra é o requisito básico para poderem participar dos frutos positivos da globalização da economia, individualmente, para cada cidadão, a educação e o preparo profissional são a chave para o emprego e o desenvolvimento profissional, assim como para a participação política.

Sem educação, a equação do desenvolvimento econômico e social perde uma de suas variáveis fundamentais. Mas sem educação, a cidadania não se completa, e isso pode afetar: a qualidade e a eficácia da democracia. A própria

natureza da vida moderna confronta o cidadão com questões e opções complexas, as quais são fortemente orientadas pelos meios de comunicação de massa. Exige assim do cidadão, seja como eleitor, seja nas diversas formas de participação social e política, sensibilidade e discernimento. E, para tanto, a educação é fundamental.

Uma política educacional deve contemplar a igualdade de acesso e converter-se assim em instrumento de promoção da igualdade social; deve estimular a participação ativa dos indivíduos em todas as questões de interesse para a sociedade; deve estimular, desde cedo, a curiosidade intelectual, a capacidade inquisitiva, o raciocínio e a capacidade crítica, que constituem o ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica.

O que podemos fazer, concretamente, os países ibero-americanos, para juntos orientarmos a nossa cooperação de forma a fazer uma diferença no tratamento do desafio educacional?

É talvez no plano cultural que os países ibero-americanos mais se identificam como uma verdadeira família de nações. Falamos línguas diversas, ainda que próximas; temos certo grau de diferenciação no nosso desenvolvimento, mas comungamos nos mesmos valores, falamos a mesma linguagem.

É aí que se encontra a nossa capacidade de atuar de forma coordenada, de cooperar para a solução de problemas comuns, de contribuir, enfim, para que, respeitadas as opções soberanas de cada povo, possamos de fato formar uma comunidade com sentido de um objetivo concreto.

O Brasil tem tido boas experiências no campo do treinamento profissional e do ensino técnico, com ampla participação do setor privado, que mantém boas instituições de capacitação como é o caso do SESC, no comércio, do SENAI, na indústria, e do SEBRAE, voltado para a pequena e média empresas.

Temos boas escolas técnicas públicas. Temos uma boa capacidade para oferecer vagas em programas de graduação e pós-graduação em diferentes universidades e centros de pesquisa.

Mas temos também muitas carências. Precisamos de treinamento e qualificação em muitas áreas em que outros países ibero- americanos estarão mais capacitados. Temos de oferecer condições de aperfeiçoamento aos professores da rede pública que são responsáveis pelo ensino, no Brasil, de dezenas de milhões de alunos. Temos de dar condições ao aluno para que ele possa permanecer na escola.

Precisamos fortalecer nossas instituições de ensino e pesquisa para que possam responder melhor às demandas crescentes por conhecimento técnico, científico e tecnológico e por cooperação com os países amigos.

Temos, como muitos dos nossos países, dificuldades para mobilizar recursos financeiros.

Mas podemos encontrar fórmulas criativas para superar esse constrangimento. Afinal, o fato de

falarmos a mesma linguagem torna a exploração da cooperação educacional entre nós mais econômica, mais produtiva.

Este encontro vai produzir vontade política para que exploremos esse campo promissor da cooperação ibero-americana.

Há amplo espaço para a colaboração particularmente entre povos que tanto tem em comum, que falam a mesma linguagem. Juntas, as nações ibero- americanas saberão fazer da educação uma alavanca para enfrentar os desafios deste fim de século e garantir que o século XXI já chegue sob o Signo da nossa plenitude como sociedades democráticas, social e economicamente desenvolvidas.

Muito obrigado.



Brasil-Autoridade Palestina

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Senhor Presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat. Brasília, 17 de outubro de 1995.

Senhor Presidente da Autoridade Palestina,
Em nome do povo brasileiro, quero dar as boas-vindas a Vossa Excelência e a sua comitiva.

O Brasil recebe Yasser Arafat, Prêmio Nobel da Paz, carinhosamente chamado de “Pai dos Construtores” pelo seu povo, com a admiração que devota aos homens que fazem a História.

Nós o recebemos também com o afeto que merece o representante do povo palestino, uma Nação que está assumindo em suas próprias mãos o destino grandioso que lhe está reservado.

Ao homenageá-lo aqui esta noite, queremos prestar um tributo à coragem e à sabedoria dos homens que estão fazendo a paz no Oriente Médio e devolvendo a esperança e a oportunidade do desenvolvimento aos seus povos.

Há força de caráter, uma combinação rara de sentido aguçado da História e de visão de futuro, em quem assume riscos para assegurar a paz, em quem entende que não se pode ter medo de negociar. É esse o sentido mais profundo da palavra Estadista.

Ao dar uma chance à paz, ao dizer basta à violência e à linguagem da força e do poder, ao procurar aqueles pontos básicos em torno dos quais o espírito humano é capaz de produzir o entendimento e a amizade, os Estadistas que conceberam e estão implementando os Acordos de Paz no Oriente Médio ajudam a construir o futuro de uma região cara a todos nós.

É uma paz que interessa diretamente a toda a Humanidade. Berço do Ocidente, encruzilhada de fé, ponto de encontro entre civilizações, o Oriente Médio desponta como uma das promessas de um mundo novo, de um mundo que nós haveremos de legar aos nossos filhos e netos, melhor do que é hoje, se pudermos estender a outras áreas ainda em conflito as esperanças que agora se acendem no levante.

Temos razões para o otimismo, porque este é um mundo que viu o fim dos confrontos estéreis entre ideologias e blocos opostos, que aboliu o *apartheid* na África do Sul e que está vendo Angola, Moçambique e outros países buscando os caminhos da reconstrução, da democracia e do desenvolvimento com justiça social.

Um mundo que aplaude e encoraja a verdadeira revolução que se está operando no Oriente Médio - a revolução da paz.

Senhor Presidente da Autoridade Palestina,
Sua presença no Brasil, nesta sua primeira viagem à América do Sul, é prova de um interesse que reconhecemos. A Autoridade Palestina é uma realidade que nos sensibiliza, uma parceria que nós valorizamos. A amizade brasileiro-palestina, antiga e sólida, encontra agora uma nova expressão, na busca de modalidades de cooperação que nos aproximam ainda mais.

E esta sua visita dá impulso, em curto espaço

de tempo, à política que acaba de levar o Chanceler brasileiro, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, a Gaza para reafirmar o início dessa nova era nas relações entre os povos brasileiro e palestino.

Estamos dando continuidade ao processo iniciado com a instalação no Brasil da Delegação Especial Palestina. E ficamos felizes de sermos o primeiro país latino-americano a reconhecer oficialmente os passaportes emitidos pela Autoridade Palestina.

O povo palestino vem dando uma contribuição importante ao desenvolvimento do Brasil. A dinâmica comunidade palestina neste País ajuda-nos a ter a certeza de que a convivência entre culturas e etnias, associadas no objetivo comum do progresso material e espiritual, não é apenas uma possibilidade, mas um imperativo das sociedades e regiões multirraciais.

Porque vemos o convívio em perfeita harmonia das comunidades palestina, árabe e judaica do Brasil, sabemos que essa mesma convivência amistosa e confiante é possível no Oriente Médio.

E os fatos, gerados por lideranças que souberam desafiar o passado para construir uma História melhor, apenas comprovam esse nosso sentimento.

Por isso, ao recebê-lo entre nós, quero reafirmar o apoio decidido que o Brasil dá ao processo de paz no Oriente Médio e em especial aos Acordos entre Israel e a Autoridade Palestina.

Esses Acordos, que vão ampliando os espaços de entendimento e os compromissos com a paz, a segurança e o desenvolvimento da região, são mesmo um exemplo para outras áreas do globo conflagradas pela intolerância e pela política de poder.

Quero exortá-lo, junto com as demais lideranças políticas da região que abraçaram a paz, a perseverar nessa via, a não permitir que a cegueira, o radicalismo ou a intolerância de alguns poucos comprometam o futuro das imensas maiorias que desejam a paz, porque estão sinceramente

convencidas dos seus benefícios e querem ter as oportunidades que ela traz.

O Governo brasileiro tem a certeza de que só assim se poderá chegar a uma paz abrangente, justa e duradoura na região, só assim se garantirá aos povos do Oriente Médio alcançar o desenvolvimento com justiça social e democracia.

Senhor Presidente da Autoridade Palestina,

O estabelecimento da Autoridade Palestina deu forma concreta ao destino de um povo que os brasileiros aprenderam a admirar. Nós queremos ajudar a consolidar essa realidade; nós queremos incentivá-los a prosseguir nesse rumo.

Foi esse o sentido da Missão Interdisciplinar Exploratória que acabamos de enviar a Gaza e Ramallah e que identificou diversas áreas em que podemos prestar cooperação útil e eficaz à da Autoridade Palestina.

São muitas as áreas em que podemos avançar com áreas específicas no curto e médio prazo: agricultura, ciência e tecnologia, educação, formação profissional, saúde e saneamento, transportes e administração municipal.

O Instituto Rio Branco, que forma os diplomatas brasileiros, tem a honra de contar entre seus alunos, hoje, com a presença de um estudante palestino, em uma iniciativa plena de um simbolismo que já começa a tomar forma concreta em outras áreas.

Também estaremos participando, em nível ministerial e com representação do setor empresarial brasileiro, da Cúpula Econômica de Amã, que, ao considerar projetos de interesse de toda a região e a criação de mecanismos de crédito e financiamento regional, dará uma contribuição inestimável aos esforços de paz e à retomada do crescimento econômico no Oriente Médio.

Senhor Presidente da Autoridade Palestina,

Nós esperamos desta sua visita ao Brasil que Vossa Excelência possa levar um testemunho sobre

o interesse brasileiro no futuro da Autoridade Palestina e na consolidação do processo de paz no Oriente Médio.

Queremos que leve uma certeza sobre o nosso compromisso com uma cooperação eficaz e útil com a Autoridade Palestina.

Sua visita sinaliza um caminho seguro que nós pretendemos seguir junto com a Autoridade Palestina: um caminho de amizade, de apoio e de respeito recíproco.

Um caminho no qual nós podemos reafirmar nosso compromisso conjunto com a paz e com o entendimento entre os povos e as regiões do mundo.

É com esse espírito que eu peço a todos que brindem comigo pela prosperidade do povo palestino, pela amizade que une brasileiros e palestinos, pelas relações de crescente cooperação entre o Brasil e a Autoridade Palestina e pela saúde e felicidade pessoais de Vossa Excelência.

Muito obrigado.



Brasil-Espanha

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Senhor Presidente do Governo Espanhol, Felipe González. Brasília, 18 de outubro de 1995.

Quero dar as boas-vindas ao meu querido amigo Felipe González e à sua comitiva.

O Brasil inteiro e os inúmeros amigos que Vossa Excelência tem entre nós mais uma vez o recebem de braços abertos, com admiração e afeto pelo estadista e líder político que conduz a Espanha, há mais de uma década, nos caminhos da democracia e da integração completa no mundo desenvolvido.

Sua visita é prova de interesse por um Brasil que se transforma. É um testemunho do compromisso do Governo espanhol com a agenda variada e ampla que a Espanha e o Brasil compartilham.

E essa agenda vai muito além da área bilateral, para incorporar a dimensão ibero-americana e as relações entre a América e a União Européia.

Por seu próprio projeto democrático e de desenvolvimento com estabilidade, o Brasil sempre acompanhou com vivo interesse a bem-sucedida transformação por que passou a Espanha, tomando-se uma sociedade moderna, uma economia dinâmica e um parceiro comprometido com a cooperação externa.

A Espanha escreveu um dos capítulos mais extraordinários da História do Ocidente, na empresa de descobrimento e colonização da América, e deixou neste Continente uma parte importante dos traços de nossa própria identidade. Foi e continua sendo até os nossos dias uma referência básica da cultura

universal e um dos grandes centros irradiadores de civilização.

Vivemos hoje num mundo em que as parcerias econômicas mutuamente benéficas ganham um relevo particular; porque nele o que conta é a competitividade, é o desafio tecnológico, são as oportunidades que exigem criatividade e dinamismo.

Um mundo que valoriza os resultados sociais, que coloca o enorme desafio da modernização e da justiça social, da produtividade e do emprego. Um mundo, enfim, em que o bom entendimento político é crucial, porque nele países como o Brasil e a Espanha ainda têm muito a fazer para defender seus interesses em matéria de paz e segurança, de cooperação para o desenvolvimento e de maior participação nas instâncias decisórias internacionais.

Nossas regiões, a Europa e a América Latina, identificam-se hoje também pelo impulso da integração.

A Europa vai muito adiantada no processo, inspirando-nos e crescendo como foco de interesse.

América Latina segue um ritmo acelerado de integração, à base de blocos sub-regionais que precisam consolidar-se para garantir uma integração hemisférica eficaz e aberta. Integração aberta porque o Brasil deseja ampliar seus fluxos de comércio com todas as regiões.

Senhoras e Senhores,

Conhecedor do Brasil, o meu caro amigo Felipe González sabe identificar as transformações que vêm ocorrendo aqui: uma democracia que se consolidou e funciona plenamente e a existência de um consenso em torno da estabilidade econômica e do desenvolvimento sustentado com justiça social.

Hoje podemos falar de *uma nova agenda brasileira*: uma agenda que, internamente, começa com reformas econômicas inadiáveis, que se vêm fazendo em bom ritmo, e que prossegue com uma prioridade efetiva no campo social. A agenda se completa, externamente, com o sistemático reforço das nossas parcerias e da nossa presença no mundo, com compromissos firmes nas áreas do desarmamento e da não proliferação, da cooperação para a paz e o desenvolvimento, da abertura aos fluxos internacionais de comércio e investimentos.

São transformações que se fazem com participação da cidadania, com o apoio sustentado da opinião pública e do Congresso. Temos um mandato para mudar, e estamos mudando.

Senhor Presidente de Governo,

As relações de amizade e cooperação com a Espanha ocupam um lugar no processo de transformação e desenvolvimento do Brasil. Cada vez mais cresce entre os brasileiros a consciência de que as relações com os países amigos têm um impacto direto sobre a atividade da nossa economia, sobre o nível de emprego, sobre a oferta de produtos competitivos para o consumidor.

Nós valorizamos essas parcerias, nós valorizamos a parceria com a Espanha e o papel que o Governo espanhol pode desempenhar nas relações entre a América Latina e a União Européia.

A Espanha já mostrou esse papel nas negociações entre o Mercosul e a União Européia, e não temos dúvida de que o bom resultado dessas negociações terá um impacto positivo como catalisador nas relações econômicas e comerciais entre o Brasil e a Espanha. Estamos apostando firme

na parceria do Mercosul com a União Européia.

No plano do diálogo ibero-americano, pudemos avançar concretamente em Bariloche, onde acabamos de nos concentrar sobre o tema da educação. Há um amplo espaço para o diálogo e a cooperação Brasil-Espanha nos temas ibero-americanos, para que juntos possamos contribuir para dar um caráter cada vez mais relevante e operativo para as reuniões de cúpula e o mecanismo de coordenação e cooperação que com elas se consolida.

Uma parceria renovada entre a Espanha e o Brasil deveria também basear-se em maior consulta e coordenação das nossas diplomacias nos foros multilaterais relevantes, onde nossos países desempenham papel construtivo e gerador de consensos.

No plano bilateral, temos um enorme espaço para ocupar e valorizar, porque temos uma base especialmente positiva, de relação política e de relação material entre os dois países.

Com o “Tratado Geral de Cooperação e Amizade” e outros acordos entre o Brasil e a Espanha, já dispomos dos instrumentos formais e jurídicos que dão um bom enquadramento às nossas relações e segurança aos agentes do intercâmbio. Temos que utilizar esses instrumentos. Sua visita reitera a determinação política de que avancemos na implementação do Tratado Geral.

Mas é preciso reconhecer: nosso relacionamento ainda se encontra muito aquém do que é possível esperar de duas economias de porte e com tantos interesses regionais e internacionais.

Na área comercial, apesar de indicações positivas nestes meses de 1995, nós nos encontramos pouco acima do bilhão de dólares anual e, a despeito do crescimento nominal, mantemos inalterada a proporção desse intercâmbio em relação ao total do nosso comércio exterior.

Também na área financeira há muito a fazer. Nós nos perguntamos, por exemplo, se não poderia haver uma participação mais intensa de capitais

espanhóis no desenvolvimento brasileiro, já que a Espanha hoje dirige 44% dos seus investimentos no exterior para a América Latina, mas menos de 1% ao Brasil.

Nós gostaríamos de poder contar com uma participação maior da Espanha nas oportunidades que se abrem com a intensificação do nosso processo de privatização, por exemplo. A realização de eventos de caráter empresarial nos dois países pode acrescentar um marco útil de conhecimento recíproco e exploração de oportunidades de negócios e de “joint ventures”.

Aliás, é isso mesmo que nós tomamos nota com muita satisfação da escolha de São Paulo como sede da próxima “Feira Industrial Expotecnia”, em novembro do próximo ano.

Senhor Presidente de Governo,

Sua presença inspirada em Bariloche, na Cúpula Ibero-Americana, e esta sua visita ao Brasil falam de uma prioridade da Espanha e da sua intensa política externa.

É hora de que o Brasil e a Espanha desenvolvam uma nova agenda e tirem proveito efetivo das afinidades que nos vinculam. E isso que lhe proponho: que transformemos nossas afinidades em realidades de cooperação e intercâmbio.

E, com esse espírito, eu convido todos a comigo brindar pela prosperidade e grandeza do povo espanhol, pela amizade que nos une e associa, pela felicidade e ventura pessoais de Suas Majestades o Rei Juan Carlos e a Rainha Sofia e pela saúde do Presidente Felipe González.

Muito obrigado.



Agenda Comum Brasil-EUA Para o Meio Ambiente

Pronunciamento do Senhor Secretário-Geral, Embaixador Sebastião do Rego Barros, durante a cerimônia de assinatura da declaração conjunta sobre a Agenda Comum Brasil-EUA para o Meio Ambiente. Brasília, 23 de outubro de 1995.

Senhor Subsecretário Wirth,

Prezados colegas,

Temos a satisfação de receber hoje a visita do Subsecretário de Estado para Assuntos Globais, senhor Timothy Wirth.

O Subsecretário Wirth é responsável no Departamento de Estado pela formulação de políticas de natureza global incluindo as áreas relativas ao fortalecimento da democracia, proteção do meio ambiente, promoção dos direitos humanos, combate ao narcotráfico, oceanos e assuntos científicos internacionais.

Em 1989 o Subsecretário Wirth, então Senador pelo estado do Colorado, integrou delegação de congressistas norte-americanos cuja visita ao Brasil muito contribuiu para uma percepção equilibrada dos desafios da política ambiental em nosso país.

O amadurecimento dessa percepção tem estimulado o incremento progressivo da cooperação bilateral em questões relativas ao meio ambiente.

Brasil e Estados Unidos compartilham importantes responsabilidades no campo político e ambiental. Somos as duas maiores democracias do continente, o que determina responsabilidades próprias e percepções convergentes no que diz respeito ao fortalecimento da democracia, promoção da justiça social e dos direitos humanos.

Na área do meio ambiente também não são poucas as características comuns. Brasil e Estados Unidos são dois países de dimensões continentais, detentores de rica diversidade biológica e que exercem direitos soberanos sobre uma grande parcela dos recursos naturais em escala global. Somos também dois países com uma grande variedade de ecossistemas, muitos dos quais com tipologia comum, sujeitos a formas similares de ocupação humana e capazes de exercer o mesmo tipo de influência sobre o regime climático e sobre o ciclo da vida. Os dois países possuem uma ampla extensão costeira, o que implica a existência de preocupações comuns no que se refere ao gerenciamento costeiro e proteção de biodiversidade marítima. Ambos são países com extensa cobertura florestal e ao mesmo tempo vulneráveis a processos intensos de desertificação. Além disso, Brasil e Estados Unidos são países de população predominantemente urbana, em boa medida concentrada em grandes cidades, o que representa desafios similares no que respeita às necessidades de planejamento urbano, melhoria das condições de vida, habitação, tratamento de resíduos, transportes, uso eficiente de energia, pressão sobre os recursos hídricos.

As características comuns do imenso patrimônio natural de que são gestores tendem

naturalmente a aproximar as posições sustentadas pelo Brasil e Estados Unidos nos foros internacionais que tratam do meio ambiente. Há por certo diferenças de percepção. Mas os pontos de interesse comum são cada vez mais evidentes. Nota-se uma crescente interação entre os grandes atores internacionais nas discussões sobre meio ambiente.

Estamos confiantes de que esse diálogo será fundamental na preservação dos compromissos alcançados na Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

A cooperação bilateral na área do meio ambiente espelha não somente as oportunidades que decorrem das experiências, desafios e características comuns, mas também o excelente nível de entendimento alcançado no relacionamento político bilateral.

A essa cooperação bilateral em meio ambiente queremos agora acrescentar, com toda a ênfase necessária, a dimensão tecnológica do desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento sustentável e justiça social são objetivos prioritários do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E a sustentabilidade do desenvolvimento depende hoje mais do que nunca do suporte científico e tecnológico com que se possa contar.

Por isso a agenda comum que assinaremos em seguida empresta a ênfase necessária à cooperação e intercâmbio de informações no campo de tecnologias e práticas ambientalmente adequadas,

e à realização de esforços conjuntos para tratar de problemas ambientais de interesse mútuo.

Temos que ter igualmente presente na gestão do meio ambiente a experiência e o interesse das populações locais, que na maioria das vezes são capazes de suprir soluções próprias, simples e imaginativas aos desafios colocados pelo desenvolvimento sustentável. Fortalecer o poder de iniciativa das comunidades locais é igualmente propósito central do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e a agenda comum Brasil-Estados Unidos prevê mecanismos para a participação dos grupos diretamente interessados nos projetos de cooperação.

Outros pontos da agenda referem-se ao intercâmbio de perspectivas e posições nos diferentes temas que compõem a agenda ambiental multilateral, tais como mudanças climáticas, proteção da camada de ozônio, conservação e uso sustentável da diversidade biológica, questões de política florestal, desertificação, oceanos, manejo de resíduos perigosos; à realização de consultas sobre os trabalhos dos órgãos internacionais que tratam da proteção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, e de esforços conjuntos com vistas à implementação dos resultados da Conferência do Rio.

São muitas as expectativas que nos animam ao assinar esta agenda comum e estou seguro de que esse sentimento é inteiramente compartilhado pelo Subsecretário de Estado Timothy Wirth.

Obrigado.

“Appeal of Conscience Award”

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, durante a cerimônia de entrega do “Appeal of Conscience Award”. Nova Iorque, 23 de outubro de 1995.

É com alegria que recebo esta homenagem do “Appeal of Conscience”.

Sinto-me honrado em poder integrar uma galeria de homens ilustres, que, por sua ação e liderança políticas, são fontes permanentes de inspiração para os que lutam por um mundo melhor e mais justo.

No meu caso, acredito que o prêmio, menos do que ao professor ou ao político, homenageia, por meu intermédio, as conquistas democráticas do povo brasileiro.

A história recente de meu país é a da reaproximação pelo povo do comando de seu destino. A cidadania reconstruiu-se organizando movimentos que propuseram e sustentaram processos fundamentais de transformação de nossa sociedade.

Hoje no Brasil, a democracia vai-se enraizando socialmente e deixando de ser uma referência institucional. A democracia agora faz parte da vida cotidiana dos brasileiros. A consciência e a afirmação dos direitos individuais tornam-se dados irreversíveis de um País renovado.

Como alcançamos esses objetivos?

Os fatos são conhecidos. O primeiro passo foi no sentido de nos organizarmos para superar as formas autoritárias de Governo. Nesse processo, tiveram papel preponderante os intelectuais, os partidos políticos, as associações de classe, setores

da imprensa, as ONGs, os sindicatos e os estudantes. Articula-se, assim, o primeiro requisito de uma cidadania, que é a vontade de participar e a noção de que, na participação ampla e até anônima está a raiz da transformação.

Os fundamentos institucionais da democracia se fortaleceram, no Brasil, com o respeito ao espírito público e à letra da lei. Foi assim com a tragédia da morte do presidente que anunciava os tempos novos, Tancredo Neves. Em seguida, a crise do *impeachment* do primeiro Presidente eleito pelo voto direto depois dos anos autoritários. A solução pacífica e institucional dessa crise política foi sinal de maturidade de uma cultura cívica que rapidamente se consolidava.

De certa forma, a opinião pública internacional surpreendeu-se com o episódio, acostuada que estava a ver, na América Latina, soluções autoritárias ou extra-legais para problemas políticos graves.

O segundo momento desse processo de fortalecimento da democracia é o da estabilização da economia. A inflação é um fenômeno abrangente e cujos efeitos vão muito além dos prejuízos que causa ao sistema econômico. As flutuações diárias de preço marcavam a sociedade civil por uma psicologia de suspeita coletiva.

O indivíduo, em cada uma das várias transações que fazia com moeda no seu dia-a-dia,

duvidava do valor do que comprava, “suspeitava” do vendedor. O desconforto nascia ainda da imprevisibilidade e, sobretudo, do sentimento de que éramos incapazes, como sociedade e Estado, de resolver o mais claro “problema nacional”. A autoconfiança estava minada.

Neste sentido, a dimensão técnica do Plano Real sustenta-se naquilo que já se ganhara no plano político, a idéia de que as transformações, para serem permanentes, devem ser compreendidas e apoiadas pelo povo. E o Plano Real foi concebido e executado em diálogo permanente com a sociedade.

Minha eleição foi resultante de tais transformações. O povo compreendeu que os caminhos para um Brasil melhor e mais justo dependem de sua participação direta no processo político. Abandonamos as soluções de “Milagre”; ou melhor, aceitamos que o verdadeiro “Milagre” é o trabalho e a participação.

Esses fatos me permitiram aprender algumas poucas lições. A “onda democrática” que marca os anos 80 teve várias expressões. No Brasil, as conquistas aconteceram paulatinamente e isto traz a vantagem de que tomamos a situação democrática como um processo, como algo sempre incompleto, algo que se conquista a cada dia.

Uma outra lição a tirar é a de que, nesse processo, prevaleceu a ética da convicção sobre a da responsabilidade (e seria inevitável, para um sociólogo, não lembrar Weber quando fala de ética). Os fins eram claros e amplamente compartilhados e moldavam, com poucas nuances, as metas da luta política. A relação entre os grandes ideais e a atividade política de cada indivíduo, de cada grupo, era direta, especialmente quando se tratava de derrubar os mecanismos autoritários. As alianças se faziam em espectro amplo. Com qualificações, é verdade, o mesmo se deu no processo de luta contra a inflação.

Hoje, o processo de governar um país em desenvolvimento, em que disparidades sociais são acentuadas, é evidentemente complexo. As metas e objetivos compartilhados nem sempre correspondem

à aceitação dos mesmos métodos pelas diferentes forças políticas. Agora, se os fins ainda são compartilhados, as exigências da responsabilidade são muito maiores. Como tenho dito, o Brasil não é um país subdesenvolvido, é um país injusto. Isto significa que existem os meios para resolver as grandes questões sociais que ainda nos afligem. A responsabilidade não se desliga da convicção de que é possível melhorar, é possível obter formas de crescimento com mais equidade.

O fato de termos vivido um processo interno de transformação em um momento em que ocorriam, no sistema internacional, mudanças significativas, constitui um imenso desafio ao mesmo tempo em que nos dá uma perspectiva própria de entendê-las e interpreta-las.

Não pretendo fazer uma análise exaustiva da conjuntura internacional, de fenômenos como a globalização e as conseqüências políticas e estratégicas do fim da Guerra Fria. Minha preocupação aqui é exclusivamente com a dimensão ética.

Quais os problemas éticos que esse novo momento propõe? Quais as exigências de um governante, agora?

A luta para a consolidação da democracia brasileira não foi fácil por vários aspectos. Mas, como sublinhei, tínhamos objetivos claros. A defesa das liberdades individuais constituía um traço de unidade ética entre os diversos setores sociais; dava-lhes sentido de comunidade.

Existiria, hoje, no sistema internacional, algo que se assemelhasse a essa plataforma de valores, a partir da qual agir? Que comunidade a sustentaria? O que terá significado o fim da Guerra Fria para a criação de uma nova ética no plano das relações internacionais?

Farei umas poucas observações.

O próprio fenômeno da globalização exige que pensemos em termos globais: cada liderança mundial, cada governante, sabe hoje que os interesses nacionais, nossos objetivos e nossa responsabilidade

têm, necessariamente, conseqüências internacionais. O exercício político no mundo contemporâneo pede que combinemos a dimensão doméstica com a internacional.

Nem sempre será fácil distinguir, pressionados por circunstâncias que pedem soluções imediatas, a atitude egoísta e de curto prazo daquela que renderá frutos que vão além da nação, servem à nação e simultaneamente à humanidade. Mas, esse deve ser o padrão da responsabilidade, especialmente daqueles que detêm as rédeas das grandes decisões.

Se aceitamos a dimensão global da responsabilidade de decidir, devemos ter uma noção clara do que é efetivamente o sentido global da realidade. É a noção da cidadania que faz a ponte entre dimensão local e a internacional. A noção essencial é a de que a meta central de qualquer ação política é sempre a cidadania. O Estado serve ao cidadão. O conjunto dos Estados não pode fugir a essa mesma lógica. A humanidade é um novo ator, é uma referência obrigatória de cada decisão nacional.

Voltando-me para as conseqüências do fim da Guerra Fria, e penso que esta é a reflexão central - o fato de que se eliminaram as razões de uma suspeita permanente entre as Grandes Potências, gerada pelo conflito ideológico (e que, na realidade, se alastrava por todo o mundo), abre espaço para que tenhamos relações entre Estados em que o componente ético se fortaleça.

Qual será esse conteúdo ético? É possível, como conseguimos no Brasil, que uma ética de fins regule a necessária prudência que é marca da responsabilidade do estadista?

Sei que os valores, em qualquer sociedade e, com mais razão, na sociedade internacional, não nascem espontaneamente nem são entidades abstratas. São forjados pela compreensão comum de temas que são aceitos como comuns. Devem, assim, resultar da soma de experiência de nações, ricas e pobres, herdeiras de diferentes civilizações, portadoras de interesses nacionais diversificados.

O que temos, em comum, hoje? O que

deveria constituir a base mínima de uma ética de fins?

A luta pela paz é o primeiro objetivo. Hoje, conhecemos amplamente os horrores de todas as guerras, mesmo as localizadas, mesmo as que envolvem pequenas populações, e que são sempre afrontas à racionalidade humana. O problema não será mais o de condenar a guerra já que isto os textos fundadores da sociedade das nações o faz. O nosso objetivo é dar efetividade às obrigações e aos compromissos que assumimos. O Brasil tem procurado, sempre, mesmo com recursos escassos, levar adiante as suas obrigações internacionais neste campo. De um lado, aceitando aqueles compromissos que sinalizam a vontade pacífica, como os da não-proliferação, a atitude cooperativa com os vizinhos, a presença ativa nos foros multilaterais. De outro, engajando-se, efetivamente, nos esforços coletivos que buscam superar conflitos, conciliar adversários.

O fim da Guerra Fria trouxe a surpresa desagradável de conflitos localizados, movidos por forças étnicas. A comunidade internacional parecia despreparada para enfrentá-los e muitas vidas se perderam, enquanto assistimos, perplexos, à explosão inesperada da irracionalidade da intolerância. Não podemos esmorecer enquanto houver, entre homens, entre sociedades, o recurso à guerra. Soubemos vencer a ameaça terrível da catástrofe nuclear e, para tanto, valeram não somente as equações de dissuasão, mas a compreensão, tantas vezes afirmada e reiterada por Governos e setores sociais, de que a paz era um valor inarredável.

Buscar recursos, mesmo com sacrifício, fazer compreender às nossas sociedades, que os esforços pela paz, mesmo em cenários distantes, são uma prova mínima de adesão aos melhores valores da humanidade, eis o dever inicial de uma ética de convicção.

Se a irracionalidade da guerra choca, a desigualdade também choca. Diante da guerra, é fácil a condenação pelas palavras, e, às vezes, difícil, o trabalho de conciliação. No caso da desigualdade, parece que a tolerância é maior, como se fizesse parte

do destino dos homens a desigualdade, projeção necessária da desigualdade dos indivíduos. Nasci em um país marcado pela desigualdade social e sempre aceitei a idéia de que fazia parte essencial dos valores que orientam a luta política, portanto, da ação possível dos homens, o esforço de atenuar as diferenças sociais. Acredito que sempre estaremos “atrasados” eticamente enquanto não usarmos todos os instrumentos possíveis para dar a cada indivíduo condições mínimas de dignidade, e isto significa condições efetivas de acesso à educação, à habitação, à saúde, de participação política, da liberdade efetiva.

Não quero propor receitas sobre o que a comunidade internacional pode fazer para atenuar as desigualdades gritantes que ainda ocorrem dentro de cada sociedade nacional, mesmo nas mais ricas. Exalto um valor que deve orientar-nos ao deliberar sobre as grandes questões econômicas internacionais. Não quero refugiar-me em utopias ou em fórmulas simplistas. A realidade econômica internacional ganhou complexidade, os interesses se tornaram transnacionais, diminuíram a capacidade de intervenção do Estado e conseqüentemente dos arranjos internacionais ao alcance do Estado - para produzir riqueza e conseqüentemente propiciar meios de atenuação da desigualdade. Mas isto não nos deve paralisar. Tampouco se pode aceitar o mercado como solução pessoal, à margem dos valores, como único instrumento capaz de organizar as formas de alocação de riqueza. Embora limitadas pelas circunstâncias da vida contemporânea, ainda há espaço para ações políticas concretas para equilibrar o dinamismo de liberdade econômica com as éticas de superação das formas agudas de pobreza.

Finalmente, é necessário que a ação política se oriente para propiciar condições de plena realização individual. De fato, quando aderimos à defesa dos direitos humanos, quando percebemos a necessidade de proteção do meio ambiente, quando lutamos contra o narcotráfico, quando defendemos os direitos da mulher e o desenvolvimento social, estamos, na realidade, prestando um duplo tributo

às forças da sociedade e da democracia. De um lado, porque assumimos, como políticos, lutas que nasceram genuinamente da organização de setores sociais. De outro, porque a realização dos objetivos de cada um desses movimentos serve essencialmente para fortalecer o indivíduo na sociedade e a sociedade diante do Estado.

Assim, fortalecemos o sentido democrático de nossas sociedades, asseguramos formas de participação que são a própria essência da vida política moderna.

Paz, desenvolvimento, realização individual. São antigos ideais, que vieram do iluminismo e ainda estão vivos. Constituem, ainda, o fundamento de uma ética de convicção. Hoje estas noções necessitam ser temperadas pela prática de uma tolerância que compreenda que o diálogo entre diferentes civilizações não exclui a aceitação de valores universais e muito menos a crença em que a Humanidade progride justamente quando concilia adversários, atenua desigualdades e permite que o indivíduo se realize plenamente.

São esses os valores que devem reger a responsabilidade do Estadista moderno. São esses valores que permitirão que criemos um mundo melhor. A oportunidade para que prevaleçam existe talvez mais do que em outras épocas. Podemos transformar nosso tempo em um novo “Renascimento”, em que a ciência sirva a Humanidade, em que as facilidades de informação ajudem a construir uma comunidade de valores, que aproxime as sociedades e os indivíduos, em que as formas de discriminação e intolerância desapareçam.

Cada um de nós tem a responsabilidade de criar este novo mundo e o passo inicial é justamente esse “apelo à consciência” do indivíduo.

Se hoje nos faltam, talvez, utopias, não pode nos faltar a orientação de valor, a vontade de transformação e, nesta, estará sem dúvida a marca da responsabilidade do Estadista verdadeiramente moderno.

Brasil-Nações Unidas

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Reunião Especial Comemorativa do 50º Aniversário das Nações Unidas. Nova Iorque, 23 de outubro de 1995.

Quero expressar o orgulho do Brasil em ver esta histórica sessão presidida por representante ilustre de Portugal.

Há cinquenta anos, os delegados que firmaram a Carta de São Francisco tinham esperança de que estavam criando um mundo melhor, em que a paz fosse possível graças a instituições capazes de garantir o melhor espírito de cooperação entre os povos.

A ONU, como toda realização humana, assistiu a sucessos e fracassos. Em sua trajetória, porém, algo de muito importante foi preservado: o sentimento da esperança. E agora é tempo de renová-lo.

O que nossos povos esperam hoje de nós? O que esperam que façamos pela ONU?

Tenho certeza de que, a essas indagações, a resposta é consensual: que a ONU seja guardiã serena das normas e princípios que regem as relações entre os Estados, que os faça respeitar, garanta seu cumprimento e assim dê como para a ordem internacional.

Que tenha instrumentos eficazes para conciliar partes em conflitos, para preveni-los, bem como para promover formas de desenvolvimento com equidade.

É aspiração de toda a humanidade que a ONU esteja voltada de forma permanente, para a defesa dos direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação e de tirania.

Senhoras e Senhores,

Vivemos hoje tempos melhores do que há cinquenta anos.

O fim da Guerra Fria liberou a agenda internacional das tensões geradas pelo conflito ideológico e propiciou crescente convergência de valores em torno da democracia, da liberdade econômica e da justiça social.

Abriam-se novos espaços para a cooperação internacional. A série de Conferências que a ONU vêm patrocinando, sobre População, Mulher, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, tem como tema unificador a busca de padrões dignos de vida para todos os povos e para cada indivíduo. O progresso humano está, assim, no centro do debate internacional.

Além dos temas dessas Conferências, a vida contemporânea renova desafios que merecem a atenção das Nações Unidas.

Devemos trabalhar aqui para superar, no marco complexo da globalização, um quadro persistente de desigualdades sociais e econômicas, que gera desesperança e sentimento de exclusão. Os objetivos do desenvolvimento sustentável não devem ser abandonados.

Devemos trabalhar igualmente para que os progressos extraordinários trazidos pela ciência e pela tecnologia se difundam em benefício de todos.

No caso da paz e da segurança internacional,

o papel da ONU sempre será insubstituível. Em outros assuntos, ela nos ajudará a pensarmos juntos, a orientar decisões, a criar padrões novos de legitimidade.

Em todos esses temas, nossos povos esperam de seus governantes que sejamos capazes de um diálogo permanente e orientado por valores verdadeiramente universais, que inspirem a instâncias regionais e as nações individualmente para desenvolvimento e a cooperação.

Que a ONU seja um foro em que, de forma subjetiva tratem os problemas concretos da humanidade, e, ao concebermos instrumentos para agir, tenhamos uma noção clara do que é possível fazer.

Cada um de nossos países deve contribuir para que a Organização tenha meios materiais para poder cumprir as missões que nós mesmos lhe confiamos.

Não é admissível que as Nações Unidas estejam atravessando sua pior crise financeira precisamente no momento em que seu papel se amplia e em que líderes de todo o mundo se reúnem em Nova York para reafirmar o compromisso com a Carta da ONU.

Vamos ser francos. Nós estamos comemorando este cinquentenário com um sentimento ambíguo, vendo a ONU ser obrigada a procurar expedientes para cobrir os imensos déficits provocados pela existência de um saldo devedor que

pode inviabilizar a Organização precisamente quando melhores são as suas perspectivas.

É preciso encontrar uma saída duradoura para este impasse.

Senhoras e Senhores,

Hoje venho manifestar o compromisso brasileiro de lutar por uma ONU fortalecida e atuante.

Não é um compromisso novo, é um compromisso que consubstancia a história do Brasil nesta Organização. Uma história de participação, de defesa da paz e do desenvolvimento, que nos leva agora a uma disposição de assumir responsabilidades crescentes nas deliberações das Nações Unidas.

Se os tempos atuais afastaram o veto ideológico, não podemos agora ser prisioneiros do imobilismo por “vetos” decorrentes do medo de agir e da falta de vontade política de mudar o mundo para melhor.

Este é o momento de celebrar a reafirmação dos ideais de justiça e paz que, há 50 anos, levaram à criação desta grande obra do espírito humano, que é a Organização das Nações Unidas.

Para esta celebração, o governo e o povo do Brasil reafirmam a sua disposição de transformar as palavras em atos e de romper a linha tênue que, como disse há pouco, poderia dar a impressão de que a palavra é hipócrita e de que falta ação. Convido-os, à ação e o quanto antes.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Brasil-Ucrânia

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Senhor Presidente da República da Ucrânia, Leonid Kutchma. Brasília, 25 de outubro de 1995

Quero dar as boas-vindas a Vossa Excelência, a sua mulher e a sua comitiva.

O Brasil sente-se honrado com a sua visita, a primeira de um Chefe de Estado à América do Sul.

Nós a entendemos como uma importante demonstração de interesse pelo Brasil e pelas relações que estamos construindo entre nossos países.

A presença de representantes do mais alto escalão do Governo ucraniano na sua comitiva, com ênfase nos aspectos econômicos e da área industrial, abre perspectivas concretas para o futuro.

Estou certo de que as conversações e entendimentos proporcionados por esta visita serão decisivos para orientar e promover as nossas relações.

Engenheiro, homem de vivência prática e ligado a um setor de particular importância para os nossos países - a indústria aeroespacial -, Vossa Excelência tem tido uma participação pessoal na consolidação da independência e na crescente projeção internacional da Ucrânia.

Senhor Presidente,

O Brasil recebeu a independência da Ucrânia, em 1991, como um dos grandes acontecimentos que ajudaram a forjar um novo mundo, guiado, agora, pela força da democracia e da liberdade econômica.

Estamos empenhados em consolidar uma grande transformação em nosso próprio país, razão

pela qual temos acompanhado com interesse sincero as reformas na Ucrânia.

Reconhecemos na Ucrânia uma potência de projeção internacional e regional, um parceiro de primeira importância com o qual queremos explorar oportunidades de cooperação e intercâmbio e manter um permanente diálogo político.

Traduzimos esse sentimento ao reconhecer prontamente a independência da Ucrânia e ao estabelecer em Kiev a primeira Embaixada brasileira nas novas repúblicas surgidas da antiga União Soviética.

Somos dois países que ressaltam na geografia política do mundo pela sua extensão territorial e grande população, pela sua riqueza de recursos naturais, pela sua diversidade e vigor econômicos, pela sua capacidade produtiva, pela sua vocação de integração regional, pelo papel construtivo que podemos desempenhar em um mundo ainda em processo de definição.

Estamos começando a construir essas relações, e sua visita ao Brasil é uma fundação importante nessa obra de engenharia diplomática.

Ela requer tanto da ação dos governos quanto do setor privado, dos agentes econômicos, da sociedade organizada dos dois países.

E contamos, para ajudar-nos nessa tarefa, com a expressiva comunidade ucraniana no Brasil, um contingente de mais de 300 mil brasileiros de origem ucraniana que, há décadas, dão uma

contribuição expressiva ao nosso desenvolvimento.

Vossa Excelência terá a oportunidade de encontrar-se com representantes dessa comunidade, alguns dos quais nos honram com sua presença nesta noite, e perceberá o quanto esse elo humano é poderoso e insubstituível nas relações entre os Estados.

Nosso comércio bilateral ainda é incipiente, devemos reconhecer. Mas a própria complementaridade de nossas economias, o vigor e dinamismo e o processo de reformas e abertura por que estão passando encorajam-nos a explorar um espaço de cooperação e intercâmbio que se amplia.

É preciso que nos conheçamos melhor, que possamos expor aos agentes econômicos as oportunidades que existem para negócios, associação em “joint ventures”, cooperação e intercâmbio em ambos os países. É preciso trocar visitas de missões empresariais e da área científica e tecnológica.

Estamos dando os primeiros passos para forjar uma estrutura jurídica apropriada para promover as nossas relações, tanto no campo político, através do estabelecimento de consultas regulares, como nos campos econômico, de cooperação técnica, científica e tecnológica e consular.

Também na área da exploração espacial para fins exclusivamente pacíficos estamos dando um

primeiro passo, através do entendimento entre as nossas Agências Espaciais.

Senhor Presidente,

A democracia, a liberdade econômica, a estabilidade e a retomada do crescimento em bases sustentáveis nos ajudam a ampliar os pontos de contato e as áreas de interesse que aproximam e associam a Ucrânia e o Brasil.

Tenho a certeza de que poderemos dar às nossas relações um sentido produtivo, de forma a ter um impacto positivo sobre o nível da atividade econômica, a geração de empregos, a ampliação do comércio, o acesso a tecnologias indispensáveis ao desenvolvimento e a própria projeção regional e internacional dos nossos países.

É esse, creio, o sentido da relação que buscamos consolidar e ampliar com esta visita histórica de Vossa Excelência ao Brasil.

Com esse espírito, convido todos a que me acompanhem em um brinde pela prosperidade do povo ucraniano, pelas relações de amizade e crescente cooperação entre a Ucrânia e o Brasil e pela saúde e felicidade pessoais do Presidente e da Senhora Leonid Kutchma.

Muito obrigado.

Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores

Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da despedida do Embaixador da República Federal da Alemanha, Senhor Herbert Limmer. Brasília, 26 de outubro de 1995.

Nós estamos reunidos hoje aqui, em torno dos nossos amigos Herbert e Elke Limmer, para cumprir um ritual próprio da nossa carreira de diplomata: a despedida de um colega que parte para iniciar uma nova etapa da sua vida pessoal e profissional. Como toda despedida, esta é uma oportunidade para homenagear os Embaixadores alemães que partem e também para fazer algumas reflexões sobre a contribuição que a missão que está por concluir trouxe para as relações entre o Brasil e a Alemanha. Os Limmer levam consigo a afeição e a amizade que souberam despertar naqueles que os conheceram durante sua estada em Brasília, por dois anos e meio. Mas partem também com um sentimento de missão cumprida, que se expressa no grande número de realizações que ajudaram a tornar realidade no plano da amizade tão especial que une o Brasil e a Alemanha.

As relações entre os nossos países são hoje mais densas e expressivas do que quando os Limmer aqui chegaram. Hoje, essas relações correspondem muito melhor ao perfil que se exige de uma parceria entre países do porte relativo do Brasil e da Alemanha e da malha de interesses que nós construímos em muitas décadas. Não por acaso, um dos meus primeiros compromissos ao assumir o Itamaraty foi conversar com o Embaixador Limmer para acertar a

visita de Estado que o Presidente Fernando Henrique Cardoso acaba de realizar com enorme êxito à Alemanha. Essa visita, que eu pude ajudar a preparar pessoalmente visitando a Alemanha em julho, foi cuidadosamente discutida em um seminário inédito sobre as relações Brasil-Alemanha, realizado em São Paulo com intensa parceria entre o Itamaraty e a Embaixada da Alemanha.

O processo de intensificação de relações que a visita presidencial ajudou a consolidar em setembro completa-se agora com a vinda do Presidente Herzog ao Brasil, dentro de alguns dias, para uma extensa programação que incluirá a inauguração da IFEBRAL — a Feira Brasil-Alemanha de Tecnologias para o MERCOSUL, visitas aos grandes pólos de investimento alemães no Brasil e às cidades em que é forte a presença da imigração alemã, esse elo humano insubstituível e dinâmico nas relações entre os nossos países. Essas visitas dos Chefes de Estado completam um ciclo de numerosas visitas bilaterais de alto nível e homologam, no plano político mais elevado, os trabalhos de sistemática identificação e promoção de iniciativas de cooperação realizado pelas sucessivas reuniões da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica, cuja vigésima segunda reunião coincidirá também com a visita do Presidente Herzog. Durante a gestão de Vossa

Excelência à frente da Embaixada da Alemanha, desenvolveram-se também outros marcos da sintonia de interesses e da crescente confiança mútua entre nossos países. Nós registramos muito especialmente a retirada do Brasil da “Lista H”, em agosto do ano passado; o acentuado incremento experimentado pelos fluxos bilaterais de comércio e investimentos, em uma ágil e pronta resposta às transformações ocorridas no Brasil em matéria de estabilização, abertura econômica e reforma estrutural; e a divulgação, no último mês de maio, do documento “Conceitos Básicos de uma Política do Governo Federal para a América Latina”, contendo diretrizes gerais para as iniciativas alemãs na região e, em particular, no Brasil.

Como diplomata de carreira com muitos anos de serviços, acostumei-me a creditar aos homens, em sua capacidade individual, muito do que ocorre de positivo na História. Por isso, tenho a certeza de que a história das relações entre o Brasil e a Alemanha, que registrará com destaque os avanços

que realizamos nos últimos dois anos e meio, terá reservado um lugar especial à missão do Embaixador Limmer e de sua mulher Elke, que partem cercados do reconhecimento do Governo e do povo brasileiros pelo muito que fizeram pela promoção das relações entre o Brasil e a Alemanha e, portanto, pelo próprio desenvolvimento do Brasil.

E foi para materializar esse reconhecimento em um gesto simbólico de amizade e de recordação que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, interpretando um sentimento que é de todos, mas muito particularmente do Itamaraty, resolveu agraciá-lo com a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, que vem somar-se à Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul que Vossa Excelência já recebera. Ao fazer a entrega das insígnias neste momento, quero reiterar, em nome de todos, os melhores votos de felicidades e muito êxito na próxima etapa que se inicia para Vossa Excelência e a Embaixatriz Elke Carla Limmer.

Muito obrigado.

Brasil-Namíbia

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Presidente da República da Namíbia, Sam Nujoma. Brasília, 31 de outubro de 1995.

Senhor Presidente,

Nós o recebemos com o respeito e a admiração que conquistou entre nós o Estadista da independência da Namíbia, o líder que conduziu a SWAPO e o povo namibiano na luta pela liberdade e pela democracia.

Independente, a Namíbia apresenta hoje um dos maiores potenciais de desenvolvimento no Continente americano, e nossa confiança em seu destino de prosperidade leva-nos a crer na possibilidade real de seu país participar ativamente da construção de um mundo melhor.

Um mundo melhor já começou para os brasileiros, com reformas profundas, em um ambiente de democracia e liberdade econômica, com uma disposição para cooperar com outras nações e ampliar a participação nos benefícios gerados pelo comércio internacional, pelos fluxos de capitais produtivos e pela transferência de tecnologias.

Senhor Presidente,

Sua visita demonstra interesse em colocar as relações entre o Brasil e a Namíbia ao serviço do desenvolvimento do seu jovem país.

A cooperação que procuramos desenvolver com a Namíbia é um exemplo do quanto podemos fazer para revitalizar as nossas relações com a África e particularmente com a África Austral.

Em poucos anos, e graças a um esforço deliberado de ambas as partes, já construímos uma

excelente parceria entre a Namíbia e o Brasil, um país que se orgulha da sua ascendência africana e da amizade que mantém com seus vizinhos do outro lado do Atlântico.

Antes mesmo da independência namibiana, o Governo brasileiro e a SWAPO já faziam contatos na área de cooperação técnica.

Essa iniciativa prosperou e hoje a área agrícola, por exemplo, proporciona cooperação crescente entre os dois Governos.

A EMBRAPA, pelo lado brasileiro, e a responsável pelo sucesso desse programa de cooperação, que ganhará um impulso ainda maior com o início, agora em 10 de novembro, do Projeto de Desenvolvimento Agrícola da região Norte da Namíbia, com participação direta de técnicos brasileiros.

Outra área exemplar da cooperação entre o Brasil e a Namíbia é a cooperação naval: o Brasil está formando oficiais e soldados namibianos e está pronto a fornecer à Namíbia bens e serviços necessários à sua futura Ala Naval, como navios-patrolha, levantamento hidrográfico, implantação de sistema de auxílio à navegação e planejamento e desenvolvimento da infraestrutura.

Somos países com extensas costas atlânticas, com grande vocação marítima e um imenso interesse na preservação e no uso racional do meio ambiente marinho do Atlântico Sul.

E estamos estendendo a cooperação na área

militar também à Força Aérea. Em 1996, dois cadetes namibianos cursarão a Academia da Força Aérea Brasileira.

Estamos dando grandes passos na área da cooperação cultural e educacional e na cooperação técnica, em que já contamos com acordos bilaterais em vias de aprovação legislativa.

Na lista de assuntos em andamento, existem vários itens de grande impacto para o desenvolvimento namibiano. Isso nos deixa satisfeitos, porque uma Namíbia prospera é um parceiro que nos interessa de modo muito concreto.

Os interesses que compartilhamos não se limitam à área bilateral. Também temos mantido intensas consultas sobre o processo de paz e as perspectivas de progresso dos nossos amigos comuns na África Austral, especialmente Angola.

Como membros da SADC e do MERCOSUL, respectivamente, a Namíbia e o Brasil podem contribuir para criar e estreitar os laços entre essas duas comunidades regionais, com vistas a chegarmos no futuro a arranjos que permitam ampliar e liberalizar o comércio entre a África Austral e a América do Sul.

Como membros do Instituto Afro-Latino-Americano, o Brasil e a Namíbia têm-se associado na promoção dessa iniciativa que proporciona cooperação acadêmica, em diversos campos, entre os países latino-americanos do Cone Sul e os países da África Austral.

Como países do Atlântico Sul, podemos trabalhar com outros países da região para avançar entendimentos na área de não-proliferação e desarmamento nuclear, para que o Atlântico Sul possa somar-se a outros compromissos regionais de desnuclearização, como Tlatelolco e Raratonga, para tomar o nosso Hemisfério Sul completamente livre

de armas nucleares.

Junto com a proteção do meio ambiente marinho sul-atlântico, a desnuclearização é assunto de grande visibilidade e atualidade, mobilizando os povos e exigindo ação firme da parte dos Governos.

Eu o convido, Senhor Presidente, a que somemos esforços para avançar ainda mais as causas da proteção ambiental e da desnuclearização em nossa região.

Senhor Presidente,

A sua visita ao Brasil é a certeza de que estamos construindo um relacionamento sólido.

A prosperidade da Namíbia terá um efeito multiplicador sobre toda a África Austral, uma região na qual o Brasil vê perspectivas promissoras.

O Brasil comemora este ano o tricentenário do Quilombo dos Palmares, uma síntese da saga que foram as lutas dos escravos pela liberdade neste Continente.

O Brasil tem uma dívida de gratidão para com os povos africanos, que lhe deram uma parte considerável da sua identidade e que ajudaram a forjar este País, dando à sua cultura muitos dos seus melhores traços de originalidade e criatividade.

Nós queremos que a nossa amizade com a África possa resgatar essa dívida, e apostamos na cooperação com a Namíbia como parte desse resgate que e devido há muito tempo.

E é com esse sentimento que eu peço a todos que brindem comigo pela prosperidade e liberdade do povo da Namíbia, pelo progresso e desenvolvimento de toda a África, pela amizade que une brasileiros e namibianos e pela saúde e ventura pessoais do Presidente Sam Nujoma.

Muito obrigado.

Movimento dos Países Não-Alinhados

Intervenção do Senhor Vice-Presidente do Brasil, Marco Maciel, por ocasião da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo do Movimento dos Países Não-Alinhados. Cartagena, Outubro de 1995

Senhor Presidente,

É com grande satisfação que me congratulo com Vossa Excelência por sua ascensão ao elevado cargo de Presidente do Movimento dos Países Não-Alinhados. Estou certo de que o movimento, sob a liderança da fraterna nação colombiana, saberá consolidar sua posição singular como instância democrática de debate e de concentração política.

Manifesto o reconhecimento do Brasil pela dedicação e competência com as quais o Presidente Soeharto da Indonésia exerceu a liderança do Movimento Não-Alinhado. A presidência da Indonésia contribuiu para fortalecer a coesão e modernizar a mensagem do movimento.

Senhor Presidente,

Os princípios fundamentais que animaram a criação do Movimento Não-Alinhado permanecem válidos após quarenta anos: em primeiro lugar, a negação do poder como ordenador básico das relações internacionais; em segundo, a não-subordinação dos interesses e aspirações da comunidade internacional a considerações de natureza ideológica. Esses dois princípios constituem, acima de tudo, o legado intelectual e ético do movimento.

Com sua capacidade de articulação e mobilização, o movimento desempenhou papel de grande relevo para que, em muitas questões, aqueles

princípios passassem da esfera das idéias para o âmbito das realizações concretas. Foi fundamental a participação dos territórios e dos povos coloniais, a luta contra o regime do *apartheid*, a afirmação do direito à autodeterminação do povo palestino, entre tantas outras.

As vozes dos três continentes presentes no Movimento contribuíram não somente para o encaminhamento de soluções para estes problemas, como também para a formulação de conceitos e a promoção de direitos nos campos econômico e social. Contribuíram, com efeito, para modificar, de forma irreversível, o relacionamento do mundo em desenvolvimento com o mundo desenvolvido e para conferir sentido concreto à cooperação Sul-Sul.

Completados seus primeiros quarenta anos, o Movimento Não-Alinhado prepara-se, no limiar do Século XXI, para encarar os desafios do mundo de amanhã. O entorno político e econômico prevalecente no período do Pós-Guerra, dominado pela rivalidade Leste-Oeste, cedeu lugar a um ambiente internacional. O Movimento Não-Alinhado se encontra à altura dos desafios deste fim de século e saberá prestar uma contribuição importante para o equacionamento e a superação dos novos desafios.

O Brasil vê com entusiasmo a perspectiva de poder cooperar com o Governo colombiano no momento em que este País amigo e vizinho assume sua Presidência. Estou seguro de que a Colômbia,

com sua vocação pela democracia e sua luta pela justiça e pelo desenvolvimento, ajudará o Movimento a consolidar e renovar sua participação no tratamento da agenda internacional deste final de século.

Senhor Presidente,

Neste mesmo momento, encontram-se em estágio final, em Nova York, os preparativos da Reunião Especial da Assembléia Geral comemorativa do cinquentenário das Nações Unidas. O mundo em que vivemos é profundamente diverso do que emergiu dos escombros da II Guerra Mundial. Foi com o objetivo de preservar a humanidade de outra conflagração universal que surgiram as Nações Unidas. A Organização evoluiu, suas tarefas e atribuições multiplicaram-se, cresceu a necessidade de novos recursos. Passado meio século da histórica Conferência de São Francisco, muitos países membros acreditam que a ordem do dia deva ser a reforma das Nações Unidas.

Quero deter-me, nesse contexto, em dois pontos, que, creio, podem constituir os pilares de uma reforma do sistema das Nações Unidas, a composição e os métodos de trabalho do Conselho de Segurança e as atividades da ONU em prol do desenvolvimento econômico e social.

Nada é mais emblemático da necessidade de adaptar as Nações Unidas às realidades do mundo Pós-Guerra Fria do que a reforma do Conselho de Segurança. No Conselho de Segurança, a participação dos países do Movimento Não-Alinhado tem sido um fator de equilíbrio. O Conselho de Segurança precisa ter legitimidade inquestionável para desempenhar seu mandato em nome de todos os Estados membros das Nações Unidas. Suas responsabilidades acrescidas na era do Pós-Guerra Fria exigem representatividade. Este objetivo não será alcançado, entretanto, sem que a composição atualmente desequilibrada do núcleo de membros permanentes seja alterada.

Uma alteração na composição permanente que só abra espaço para países industrializados, por

outro lado, agravaria o desequilíbrio atual, com conseqüências extremamente negativas para o futuro da Organização. A inclusão torna-se, portanto, não apenas desejável como necessária para a preservação e o fortalecimento de autoridade do Conselho de Segurança.

Se por um lado nos devemos ocupar da reforma do Conselho, para melhor atender os anseios universais de paz e segurança, por outro lado não podemos esquecer que qualquer paz duradora somente é possível se forem enfrentadas as raízes profundas dos conflitos. São essenciais medidas mais enérgicas destinadas a erradicar a pobreza, combater o desemprego, evitar a degradação do meio ambiente, promover a estabilidade econômica e corrigir políticas econômicas desvirtuadas, que terminam por agravar os males que foram desenhados para eliminar.

A garantia de maior segurança passa, necessariamente, pelo equacionamento da questão do desenvolvimento. Essa consciência motivou a iniciativa brasileira de propor a elaboração, nas Nações Unidas, de uma agenda para o desenvolvimento, em complementação à iniciativa do Secretário-Geral sobre uma agenda para a paz. A comemoração do quinquagésimo aniversário das Nações Unidas é uma ocasião propícia para relançar o debate sobre o desenvolvimento e para reafirmá-lo como tema prioritário da agenda multilateral.

Entre os temas aos quais o Brasil atribui especial importância inclui-se o da volatilidade dos fluxos financeiros internacionais e do seu possível efeito desestabilizador sobre a economia internacional. Esses efeitos são tanto mais nocivos quando atingem com particular severidade aquelas economias que estão promovendo profundos e necessários ajustes estruturais.

Outra questão prioritária é a eliminação do protecionismo em todas as suas formas. Resulta sumamente injusto que os países em desenvolvimento sejam chamados a realizar profundos ajustes para modernizar suas economias e torná-las mais

competitivas, freqüentemente com alto custo social, para defrontar-se com novas barreiras ao comércio legítimo, essencial para suas economias e o bem-estar de seus povos.

Nesse sentido, devemos fortalecer o papel da Organização Mundial de Comércio, como sustentáculo de um sistema de comércio multilateral aberto e não-discriminatório.

Senhor Presidente,

Torna-se essencial, no campo do desarmamento e da não-proliferação, a conclusão de um tratado abrangente de proscricção de ensaios nucleares. A ser complementado por medidas efetivas de desarmamento nuclear. A atuação pioneira da América Latina no estabelecimento de uma zona desnuclearizada, associada a iniciativas como a do Tratado de Rarotonga, deverá ser complementada pelo exercício, em fase de conclusão, que visa à desnuclearização da África. Vislumbramos, hoje, um hemisfério sul totalmente livre da ameaça nuclear.

Em muitas regiões do mundo surgem sinais positivos de entendimento, onde antes predominava a lógica cruel e perversa da violência. Confiamos no êxito dos esforços em curso na África Meridional para edificação de sociedades livres e harmônicas na África do Sul e em Moçambique. Estamos igualmente seguros de que o mesmo ocorrerá em Angola, onde tropas e unidades de apoio militar brasileiros integram a Operação de Manutenção da Paz das Nações Unidas - a UNAVEM III.

São notáveis os esforços dos países aqui presentes em prol do desenvolvimento da África, continente ao qual está unido por laços históricos e culturais. A situação dos países da África Central inspira particular atenção e merece especial empenho. A fragilidade econômica e social e as persistentes crises institucionais requerem ação coordenada da comunidade internacional, capaz de ajudar esses países a se reerguerem, mantido o respeito aos princípios de soberania e de integridade territorial. Deve-se ter presente que na raiz dessas crises estão,

acima de tudo, profundas carências materiais e humanas, o que ilustra a estreita vinculação que existe entre a promoção do desenvolvimento e da paz.

O Brasil acompanha com especial interesse a evolução do processo de paz no Oriente Médio. Esperamos que se superem no mais breve prazo os obstáculos restantes a uma paz duradora naquela região, para a qual é condição fundamental a realização do direito à auto-determinação do povo palestino.

Senhor Presidente,

Pode-se dizer que nossa região começa a colher os frutos de um longo e, freqüentemente, penoso processo desajuste estrutural, consolidando-se as instituições democráticas da região. A América Latina desponta como a segunda região que mais cresce no mundo. Nossa economias, ao mesmo tempo em que se abrem crescentemente aos fluxos internacionais de comércio e investimento, ganham em produtividade e competitividade.

Como parte integrante desse processo de fortalecimento político e modernização econômica, cumpre assinalar as iniciativas de integração em curso na América Latina. O Brasil está engajado num amplo e dinâmico processo de integração aberta com seus vizinhos, acrescentando substância econômica à harmonia de que se desfruta na região.

Senhor Presidente,

O Brasil sente-se privilegiado, em poder participar, na qualidade de País Observador, de mais uma Conferência de Cúpula do Movimento Não-Alinhado. É nossa intenção manter uma presença participativa em suas diferentes instâncias deliberativas e desenvolver um diálogo com os Estados Membros, os demais Observadores e os países convidados. Assistimos, em Cartagema, a mais uma manifestação do espírito fundamental democrático, pluralista e universal, que anima o movimento. Comprovamos, mais uma vez, a força e a vitalidade dessa voz.

Queria manifestar ao Governo Samper, meu grande prazer pessoal em estar nesta linda e histórica cidade de Cartagena de Índias, situada na região

caribenha da Colômbia, que tanto lembra meu Pernambuco natal.

Muito obrigado.

Discurso por ocasião do almoço oferecido ao Duque de Kent

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço que oferece ao Duque de Kent. Brasília, 1º de novembro de 1995.

Em nome do Governo brasileiro, quero renovar os melhores votos de boas-vindas a Vossa Alteza Real e aos seus acompanhantes, nesta que esperamos seja a primeira de uma série de visitas ao Brasil.

A presença de representantes do setor privado na expressiva delegação que o acompanha reafirma a vontade de maior aproximação entre brasileiros e britânicos. A sucessão de visitas oficiais, no mais alto nível, é um dos aspectos mais visíveis do empenho com que nossos governos buscam contribuir para a concretização dessa vontade. Em maio, o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez questão de ir a Londres, para as comemorações do VE-Day, quando teve a satisfação de encontrar-se com Vossa Alteza Real. Apenas neste ano, sete Ministros brasileiros já visitaram o Reino Unido. Em julho, eu próprio estive em Londres, para valiosos encontros com o Secretário de Estado Malcolm Rifkind e outros membros do Governo e da comunidade empresarial britânicos. Neste momento em que Vossa Alteza Real nos honra com a sua visita, encontra-se em Londres, em missão oficial, o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Estamos procurando atuar em todas as dimensões do nosso intercâmbio. Na esfera econômico-comercial, os debates realizados ontem, sob a sua presidência, na reunião do Conselho Empresarial Brasil-Reino

Unido, confirmam a extensão do que já se fez e, mais ainda, do muito que ainda está por ser feito. O comércio entre o Brasil e o Reino Unido tem aumentado significativamente nos últimos anos, ultrapassando este ano 2 bilhões de dólares, com maior equilíbrio na balança, graças sobretudo ao crescimento da abertura da economia brasileira. As exportações britânicas para o Brasil cresceram 52% em 1993 e 26% em 1994. De janeiro a julho deste ano, o aumento de nossas importações do Reino Unido foi de 50%. É sem dúvida um cifra impressionante. Ela encobre, no entanto, um fato que deve desafiar os empresários britânicos: nesse mesmo período, a participação do Reino Unido no total das importações feitas pelo Brasil caiu de 2,42% para 1,94%.

Os empresários brasileiros também têm importantes desafios a vencer. Nossas exportações para o mercado britânico têm crescido em ritmo bem mais lento do que nossas importações. Em parte, esse comportamento é o resultado de uma pauta que não se tem renovado e continua fortemente concentrada em produtos tradicionais. E o nosso intercâmbio está muito aquém do que se poderia esperar de duas das dez maiores economias do mundo. A diferença entre o que temos e o que poderemos ter nos dá a medida do extraordinário potencial com que estamos lidando. Na área dos investimentos, a situação é muito distinta.

O Reino Unido passou a ser, em 1994, a terceira fonte de investimentos diretos no Brasil. Muitas das maiores empresas britânicas produzem bens de consumo que fazem parte do cotidiano da vida brasileira, em uma demonstração da eficiência desses investimentos. Maiores investimentos britânicos no Brasil deverão ter um efeito positivo e multiplicador sobre o comércio entre os dois países.

A escassez de conhecimento, de informação recíproca sobre as realidades do Brasil e do Reino Unido pode ser hoje o principal desafio que temos pela frente. Aí residiria a causa principal da modéstia relativa das relações comerciais, da ausência quase completa de pequenas e médias empresas nessas trocas, do reduzido fluxo turístico, sobretudo do Reino Unido para cá, das cifras decrescentes do intercâmbio estudantil, da falta de maior demanda de empresas brasileiras pelos serviços da “City” londrina. No Brasil, as câmaras de comércio britânicas, o British Council e as “Culturas Inglesas” desenvolvem um trabalho cada vez mais importante e ativo. O mesmo ocorre com a representação diplomática e consular, cuja alta qualidade, representada agora pelo Embaixador Keith Haskell, é aqui objeto de reconhecimento geral. De nossa parte, a prioridade do esforço que estamos empreendendo no Reino Unido é divulgar o Brasil junto às lideranças políticas, à comunidade empresarial, aos veículos de comunicação, aos meios acadêmicos, às organizações não-governamentais e aos turistas em potencial.

Nossa Embaixada em Londres está desenvolvendo uma ampla campanha de divulgação. Entre os diversos programas que compõem esse esforço estão o “Brazil in the Schools”, que provera 30 mil escolas do Reino Unido com material informativo sobre o Brasil; o “Brazil 2000”, que, em parceria com a Fundação Roberto Marinho e a BBC, produzirá vídeos e apostilas, inclusive para veiculação

pela BBC; e o “Internet in the Schools”, que ligará salas de aula no Brasil e no Reino Unido via Internet. Vossa Alteza Real nos honrou com sua decisão de aceitar o convite para inaugurar, em janeiro, a exposição “Brazil through European Eyes”, que se realizará em Londres, na Christie’s. Será um dos mais importantes eventos artísticos sobre o Brasil no exterior, nos últimos vinte anos.

Vossa Alteza Real está tendo a oportunidade de conhecer diversas regiões do Brasil, um país em grande transformação, graças à estabilização econômica, às reformas e à confiança renascida aqui e no exterior. Estou certo de que poderá verificar que temos razões de sobra para confiar em nossa capacidade de vencer os problemas e construir uma sociedade próspera e justa, plena de oportunidades. Queremos que os povos amigos compartilhem conosco desafios e oportunidades. O que fizemos no Brasil, até aqui, já vem repercutindo muito favoravelmente nas relações com os nossos principais parceiros, tanto no plano político como no plano econômico. Vamos continuar nesse caminho. O Reino Unido foi, e continua a ser, um desses nossos parceiros mais importantes. Temos, para inspirar-nos e orientar-nos, uma longa história de cooperação e intercâmbio. Devemos estar à altura do imenso potencial que essa cooperação e esse intercâmbio oferecem às sociedades brasileira e britânica. Sua visita é um passo nesse sentido, um passo que nós queremos acompanhar e transformar em uma longa caminhada.

Com esse espírito, peço a todos que me acompanhem num brinde pela ventura pessoal de Vossa Alteza Real, pela saúde e bem-estar de Sua Majestade a Rainha Elisabeth II, e pela amizade cada vez mais criadora entre os povos do Brasil e do Reino Unido.

Muito obrigado.

Brinde do Ministro de Estado das Relações Exteriores

Brinde do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião do almoço oferecido à Princesa Imperial do Japão. Brasília. 9 de novembro de 1995.

Em nome do Governo brasileiro, quero dar as boas-vindas a Vossa Alteza Imperial, nesta viagem de amizade que realiza pelo Brasil.

Representante da história, da tradição e da cultura japonesas, pelas quais temos tanta admiração, e símbolo da soberania e da identidade do povo japonês, a Casa Imperial do Japão nos honra ao enviar-nos, como mensageira de uma nova era nas relações entre nossos países, a filha do Imperador Akihito. Por ele todos os brasileiros e em especial os brasileiros de origem japonesa têm os melhores sentimentos de respeito. Por isso, o gesto nos tocou e nós sabemos reconhecê-lo como mais uma demonstração do apreço do seu país pelo Brasil.

Esse sentimento é recíproco. Os brasileiros a recebem com a mesma amizade e admiração que tornaram possível que cinco gerações de japoneses e seus descendentes fizessem do Brasil a sua Pátria, para cujo progresso material e espiritual deram uma generosa e intensa colaboração.

A visita de Vossa Alteza Imperial, simétrica à que acaba de realizar ao Japão o Vice-Presidente Marco Maciel, assinala um ponto alto nas comemorações do centenário da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação que inaugurou, cem anos atrás, a sólida amizade e a parceria exemplar que unem e associam o Brasil e o Japão. Mais do que um instrumento político, mais

do que uma declaração de vontade entre Governos, o Tratado foi o marco que permitiu que entre os nossos países se criasse, pela imigração, esse elo indissolúvel entre duas nações, esse laço insubstituível na amizade entre Estados soberanos: as relações humanas. Este é um país que deve muito aos imigrantes, gente corajosa que deixou para trás, ao longo de séculos, a sua terra de origem em busca de oportunidades, disposta a dar o melhor de si, a crescer material e espiritualmente. Nós somos um produto desse processo, que nos enriqueceu como nação e nos tornou mais abertos ao mundo, mais universais, mais tolerantes e dispostos para a amizade com todos os povos do mundo. Essa personalidade, que nos enche tanto de orgulho, nós a devemos também à imigração japonesa, à forma generosa com que a colônia sempre compartilhou com o resto do país o seu patrimônio de valores e realizações.

Não há campo na vida brasileira que não se tenha beneficiado dessa contribuição, seja nas atividades produtivas, seja nas ciências e nas artes, seja na política e na administração pública.

O Brasil orgulha-se da contribuição que os japoneses, os nisseis e os sanseis lhe deram na luta pelo desenvolvimento e na consolidação deste país como uma verdadeira nação. A cultura, o trabalho, os valores espirituais e os próprios traços étnicos dos imigrantes japoneses estão para sempre incorporados

ao modo de ser e de pensar dos brasileiros. Até o nosso paladar foi influenciado pela culinária japonesa, apreciada por milhares de brasileiros pelo seu refinamento e pelas profundas marcas culturais que carrega consigo. Sem os japoneses perdessem em nenhum momento os traços básicos da sua personalidade e os elementos da sua rica herança e tradição culturais, eles se integraram plenamente à vida brasileira. Nisseis e sanseis são hoje todos brasileiros, herdeiros de uma saga humana feita de trabalho, abnegação e sentido de participação. O Brasil e o Japão são tão próximos hoje e podem orgulhar-nos de uma amizade que se ramifica em inúmeros campos de cooperação e intercâmbio em grande medida porque contamos, na base dessa relação, com esse patrimônio humano criado pela imigração japonesa ao Brasil e hoje reforçado pela experiência que estão vivendo milhares de brasileiros em seu país.

É esse espírito que confere uma dimensão tão especial às relações entre o Brasil e o Japão. É esse espírito que justifica que os dois Governos, interpretando o sentimento de seus povos, queiram marcar de forma tão acentuada o transcurso deste centenário do Tratado em que se fundam as relações de amizade fraterna e de produtiva parceria entre os dois países.

E é com esse espírito que eu peço a todos que me acompanhem em um brinde à prosperidade do povo japonês, à amizade centenária que nos une ao Japão, à contribuição que japoneses e brasileiros pessoalmente vêm dando à excelência das nossas relações e à saúde e felicidade pessoais de Vossa Alteza Imperial e de Suas Majestades os Imperadores do Japão.

Muito obrigado.

Cerimônia de Comemoração do Centenário da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da abertura da Cerimônia de Comemoração do Centenário da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão. Brasília, 9 de novembro de 1995.

É uma grande honra para mim fazer a abertura desta solenidade de comemoração do centenário da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão. Quero dar as boas-vindas a todos, brasileiros e japoneses, que aqui se congregam em torno desta data-símbolo das nossas relações. Não se trata de uma simples recordação ou de um ato protocolar. Nós estamos reunidos hoje, aqui, espelhando ato idêntico realizado pelo Governo e povo do Japão, para celebrar o nascimento de uma amizade e de uma parceria exemplares entre duas nações.

Graças ao Tratado de 1895, que possibilitou o início da grande imigração japonesa ao Brasil, duas terras distantes na geografia e na cultura puderam conhecer-se melhor, aproximar-se, tornar-se íntimas. Entre o Japão e o Brasil criou-se aquele elo indissolúvel entre os Estados, que nada pode afetar ou diminuir: a dimensão humana.

Décadas de convivência com os imigrantes japoneses, que adotaram o Brasil como pátria, e com seus descendentes, nisseis e sanseis, fizeram do Brasil um país mais rico material e culturalmente, mais aberto ao mundo e às contribuições que outros povos nos podem oferecer. Graças ao expressivo contingente

de brasileiros de origem japonesa, o Brasil pôde colocar-se em posição particularmente vantajosa para relacionar-se com um país que se tornou uma potência econômica no mundo, um pólo irradiador de cultura, tecnologia e investimentos.

Hoje, esse elemento humano que faz a principal conexão entre os dois países se reforça também com a presença de um número expressivo de brasileiros que se deslocaram ao Japão em busca de oportunidades, da mesma forma que fizeram, décadas atrás, os japoneses que se abrigaram entre nós.

Esta solenidade é, portanto, antes de mais nada, um tributo que os povos e os Governos dos dois países desejam prestar a todos aqueles que, como negociadores do Tratado de 1895 ou depois, como aqueles que o implementaram, deram às relações entre o Brasil e o Japão o caráter tão especial e tão rico que as caracteriza e singulariza no universo das relações internacionais.

As presenças entre nós da Princesa Sayako do Japão e do Vice-Presidente da República, Marco Maciel, são simbólicas da preocupação que vêm tendo os dois Governos de singularizar e dar grande visibilidade a estas comemorações.

Com isso, não estamos mais do que fazendo justiça ao objeto das nossas celebrações, porque, quando se trata das relações entre o Brasil e o Japão, os dois povos e os dois governos trabalham em plena sintonia, prontos a repetir, nestes próximos cem anos,

as realizações que, durante este século, tornaram possível falar em uma parceria e uma amizade exemplares entre um grande país em desenvolvimento e um poderoso país desenvolvido.

Muito obrigado.

Seminário sobre Zumbi e as Relações Afro-Brasileiras

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da solenidade de encerramento do Seminário sobre Zumbi e as Relações Afro-Brasileiras. Brasília, 14 de novembro de 1995.

Em nome do Governo brasileiro, quero agradecer a todos os participantes deste Seminário sobre Zumbi e as Relações Afro-Brasileiras pela extraordinária contribuição que deram a um debate que está longe de se concluir em nosso país: o debate sobre a contribuição africana no Brasil e sobre as relações entre a África e o Brasil em seu sentido mais amplo, muito além do escopo diplomático a que estamos acostumados os que lidamos com a política externa brasileira.

Nestes dois dias de discussões, expositores, debatedores e público tiveram a oportunidade de refletir sobre o que significam essas relações no campo étnico, cultural, social, econômico e diplomático, graças à forma aberta com que os vários aspectos da questão afro-brasileira foram abordados aqui por alguns dos nossos maiores especialistas em assuntos afro-brasileiros. Nós temos um grande orgulho, no Itamaraty, em poder contar, entre os diplomatas, com alguns desses especialistas, cuja dedicação aos estudos africanos eu quero homenagear na pessoa do Embaixador Alberto da Costa e Silva.

O Itamaraty tem uma longa tradição de trato com assuntos africanos, especialmente a partir da grande descolonização do pós-guerra, que trouxe a África para o centro da agenda internacional e deu liberdade e voz a mais de cinquenta novos Estados

africanos. Por isso, a Casa de Rio Branco é grata aos organizadores deste Seminário pela oportunidade que ele ofereceu para uma reflexão sobre o significado histórico e político do Quilombo dos Palmares, sobre a própria questão negra no Brasil e sobre a natureza especial das relações do Brasil com a África Austral e Subsaariana.

Do ponto de vista do Itamaraty, o tema explorado neste seminário tem pelo menos três grandes dimensões: a da própria identidade nacional brasileira, que deve à influência africana muitos dos seus melhores traços de personalidade e originalidade; a dos direitos humanos, especialmente o capítulo referente à luta contra a discriminação racial; e a das relações com a África.

A dimensão da identidade tem para nós uma importância única, porque as nações não se definem apenas em termos de soberania política ou pujança econômica, mas também como unidades sócio-culturais cuja riqueza e variedade sempre se reflete positivamente sobre o seu poderio econômico e sobre a sua capacidade de projetar-se politicamente no mundo.

A riqueza de uma cultura sincrética e mestiça, que se expressa no vigor da nossa música popular ou das nossas artes plásticas, é sem dúvida um patrimônio com que conta o Brasil para projetar-se no exterior e promover os seus próprios interesses

como nação nas relações com nossos parceiros e amigos. E é na herança africana que se encontra, como disse, grande parte da nossa força como cultura, da nossa identidade como nação.

Mas não basta termos consciência e orgulho da nossa herança africana, é preciso que ela se projete em todos os campos da vida nacional. E aqui entra a dimensão dos direitos humanos em relação à comunidade brasileira de origem africana, uma comunidade à qual o país deve muito do que é material e espiritualmente.

Essa dívida só poderá ser resgatada na medida em que a sociedade brasileira persevere na busca da igualdade de oportunidades e na promoção dos direitos dos cidadãos de origem africana, combatendo aberta e engajadamente toda forma de discriminação e todo tipo de sentimento de exclusão. Nós temos orgulho, no Itamaraty, de termos estado na linha de frente da oposição sistemática que o país fez ao regime do apartheid na África do Sul, quando a comunidade internacional decidiu que era tempo de dar um basta àquela forma inadmissível e anti-histórica de organização social. No plano internacional, há muito ainda por fazer para combater todas as formas de discriminação racial, cultural ou religiosa. A vitória contra o apartheid deve inspirar-nos e mobilizar-nos, dentro e fora do país.

Finalmente, nós temos a dimensão das relações do Brasil com os países africanos. São relações que vão muito além dos interesses políticos e comerciais usuais no relacionamento entre Estados soberanos, porque estão marcadas pela força da herança africana no Brasil e pelo sentido de identidade que essa herança nos proporciona em relação aos povos negros da África. Nós temos um ponto de partida muito avançado para dialogar e cooperar com os nossos parceiros naquele continente.

Dias atrás, quando recebeu o Presidente da Namíbia, Sam Nujoma, o Presidente Fernando Henrique Cardoso estabeleceu uma ligação conceitual importante entre o Quilombo dos Palmares e a nossa política para a África.

O Presidente disse então, e eu vou me permitir reproduzir aqui textualmente as suas palavras:

“O Brasil comemora este ano o tricentenário do Quilombo dos Palmares, uma síntese da saga que foram as lutas dos escravos pela liberdade neste Continente. O Brasil tem uma dívida de gratidão para com os povos africanos, que lhe deram uma parte considerável da sua identidade e que ajudaram a forjar este País, dando à sua cultura muitos dos seus melhores traços de originalidade e criatividade. “Nós queremos que a nossa amizade com a África possa resgatar essa dívida, e apostamos na cooperação [...] como parte desse resgate que é devido há muito tempo.”

Com essas palavras, o Presidente Fernando Henrique resumiu o sentimento que nos anima ao refletir sobre a contribuição africana à formação nacional brasileira e sobre a maneira pela qual essa contribuição deve determinar a nossa política africana.

A África é hoje, novamente, um foco de atenção especial da diplomacia brasileira. Se é verdade que a África representa, com a pobreza e os níveis de conflito que assolam algumas de suas regiões, um dos grandes desafios aos que apregoam as vantagens da globalização, é também certo que o continente reúne novas promessas de desenvolvimento surgidas do fim do apartheid na África do Sul e da consolidação dos processos de paz em Angola e Moçambique.

Do desafio da pobreza absoluta às oportunidades trazidas pela paz reconquistada e pela retomada do desenvolvimento com democracia e justiça social, a África mantém-se hoje como uma referência importante no universo das relações exteriores do Brasil. É uma região que continua a oferecer excelentes parcerias para o Brasil nos campos político, econômico e de cooperação.

Não temos mais as condições materiais que nos permitiram, nos anos 70, dar o salto qualitativo da diplomacia africana do saudoso Chanceler Azeredo da Silveira, nem a capacidade assistencial

que nos possibilite dar uma atenção prioritária aos países africanos que se encontram entre os mais pobres do mundo.

Mas estamos trabalhando em parcerias genuínas com países como Angola, África do Sul, Moçambique e Namíbia, para citar apenas alguns, na expectativa de que, com seu exemplo de crescimento e organização democrática, os êxitos desses países nos campos político e econômico terão um efeito multiplicador por toda a África, fazendo ressurgir a esperança em todo o continente e apontando caminhos. Aliás, esses países têm em comum justamente o fato de serem exemplos, cada um a seu modo, de como a pacificação, a democratização e a reforma tornam alcançáveis os objetivos da retomada do crescimento econômico e de uma maior participação nos benefícios do comércio internacional e dos fluxos de investimentos produtivos e tecnologias.

Os esforços para ativar essas parcerias demandam criatividade e a participação ativa de amplos segmentos da sociedade brasileira. Carregada de elementos que vão muito além da esfera

diplomática para inscrever-se na própria dinâmica da realização do Brasil como nação, a política africana do Brasil não pode ser apenas uma iniciativa do Governo federal. Estados e municípios com forte presença da cultura africana, Universidades, organizações não-governamentais, grupos artísticos e culturais e agentes econômicos devem olhar para a África com uma visão generosa e inquisitiva, com a certeza de que existem muitas oportunidades de parceria na riqueza cultural e material do continente africano e nos processos extremamente positivos por que estão passando alguns países-chave na região.

Com essa nota de otimismo, eu gostaria de concluir estas palavras homenageando o espírito que produziu a saga do Quilombo dos Palmares, uma saga de liberdade que ajudou a forjar os destinos deste país e a imprimir nele, ainda que pela forma dolorosa que tantas vezes faz o caminho da História, a marca indelével da contribuição que os povos africanos nos deram e que nos singulariza entre os povos do mundo.

Muito obrigado.



Brinde por ocasião do jantar que oferece ao Presidente da República Federal da Alemanha

Brinde do Presidente da República por ocasião do jantar que oferece ao Presidente da República Federal da Alemanha, Roman Herzog, Brasília, 21 de novembro de 1995

Os brasileiros dão as boas-vindas a Vossa Excelência com o entusiasmo que desperta em todos nós a extraordinária parceria que está sendo construída entre o Brasil e a Alemanha.

Nesses dez dias em que vai permanecer no Brasil, visitando várias cidades e cumprindo uma agenda intensa, espero que Vossa Excelência encontre uma hospitalidade tão cativante e calorosa como aquela que recebi em minha inesquecível visita de Estado à Alemanha em setembro.

Naquela visita pude comprovar uma vez mais o quanto a Alemanha simboliza, no presente, uma nova realidade de poder mundial, um poder baseado na democracia, na liberdade e na força econômica e tecnológica; um poder que não quer impor-se, mas que se fortalece pela cooperação.

A amizade que sempre nos uniu à Alemanha tem base sólida nos vínculos familiares dos imigrantes alemães que escolheram o Brasil como pátria de adoção.

Hoje, a pujança e a vitalidade que a Alemanha projeta em todo o mundo devem ser impulso adicional para o aprofundamento dessa amizade.

Senhor Presidente,

Na linguagem diplomática, uma troca de visitas de Chefe de Estado em tão curto espaço de tempo e com agendas tão substantivas tem um significado preciso, cuidadosamente construído.

Essas visitas traduzem uma prioridade

solidamente alicerçada nos interesses das duas sociedades, que têm consciência do quanto são importantes uma para a outra.

Falamos de uma aproximação política entre dois países com grande presença internacional e com número expressivo de interesses comuns.

Falamos de uma parceria entre duas das dez maiores economias do mundo, uma parceria que se traduz em muitos negócios, no grande e crescente fluxo de comércio nos dois sentidos, em investimentos produtivos, em transferência de tecnologia, em geração de empregos, em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, em intercâmbio cultural.

Estamos trabalhando em favor de relações que são exemplares entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, entre o Norte e o Sul.

Em poucas parcerias existem tantos elementos de ligação, tanta motivação, tantos interesses concretos, a começar pelo fato de que a maior concentração industrial alemã se dá, não em cidades da Renânia ou da Westfália, mas em São Paulo, que conta com mais de 800 indústrias brasileiras de origem alemã.

Nunca antes tivemos a nosso favor tantos elementos favoráveis, tantas condições adequadas, tanto entusiasmo, no Brasil e na Alemanha, para promovermos um salto qualitativo em nossas relações.

Nesses dez dias de viagem pelo país, Vossa Excelência poderá reunir elementos para avaliar o quanto o Brasil está mudando e o grau de entusiasmo e de confiança que a estabilização nos trouxe.

E não se trata apenas do desempenho econômico favorável, que se traduz em crescimento e incentiva as nossas relações com o exterior, mas também do impacto social positivo do Plano Real, graças à significativa redistribuição de renda que o controle da inflação proporcionou a classes menos favorecidas.

A estabilização, as reformas, o crescimento das relações econômicas e financeiras com o exterior, a integração no MERCOSUL e entre o MERCOSUL e outros agrupamentos regionais, a começar pela própria União Européia, a ampliação dos nossos compromissos em matéria de não proliferação são elementos positivos que permitem ao Brasil responder com interesse e motivação à prioridade que o Governo alemão atribuiu à América Latina, na forma da sua “Iniciativa Latino-Americana”.

O Brasil quer e pode responder afirmativamente a essa “Iniciativa Latino-Americana”.

Isso inclui o diálogo político; a cooperação financeira; a cooperação e o intercâmbio econômico em áreas-chave como transporte, telecomunicações, privatização e energia; a cooperação técnica e científica, inclusive na área espacial, agora que nós ingressamos no MTCR; a cooperação cultural, que ganha um novo instrumento com o Instituto Cultural do Brasil por mim inaugurado em Berlim; e a cooperação ambiental, área de grande visibilidade política e impacto sócio-econômico.

Neste último tema, Brasil e Alemanha têm não apenas desenvolvido cooperação bilateral intensa, em especial na região amazônica, mas também tem mostrado liderança concreta em âmbito mundial.

Em minhas conversas com o Chanceler Kohl, durante a visita à Alemanha, reafirmamos o interesse

de ambos os países em relançar a cooperação internacional na área ambiental, em resgatar o espírito da Conferência do Rio, em fazer cumprir os compromissos ali assumidos.

São muitas as dificuldades a vencer, mas o importante é a nossa vontade política de avançar no desenvolvimento de uma cooperação exemplar para a definição de um modelo de desenvolvimento sustentável benéfico não somente para nossos povos, mas para toda a humanidade.

Lembro-me, a propósito, de nosso encontro em Bonn, quando Vossa Excelência me disse que a proteção ambiental, além de seu impacto ecológico favorável, se transformará numa importante fonte de geração de negócios para as próximas gerações.

É preciso acelerar o processo de conscientização internacional sobre a importância da questão ambiental, para que nossos parques produtivos e nossos centros de pesquisa se dediquem ainda mais a criar as tecnologias limpas necessárias para viabilizar a idéia do desenvolvimento sustentável.

Dentro de poucos dias nós voltaremos a nos encontrar em São Paulo para a inauguração da Feira Brasil Alemanha de Tecnologia para o Mercosul - a FEBRAL'95, um acontecimento a que atribuo grande importância, porque traduz perfeitamente o espírito empreendedor que governa nossas relações nos dias de hoje.

Tanto a FEBRAL como a Vigésima Segunda Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha, que agora se realiza, deixarão resultados permanentes para celebrar sua visita à nação brasileira.

E é para saudar a excelência de nossas relações que eu convido todos a erguerem suas taças num brinde à crescente prosperidade do povo alemão, à amizade histórica que nos une, à parceria que soubemos desenvolver e fortalecer e à saúde e ventura pessoais de Vossa Excelência e da Senhora Herzog.

Muito obrigado.

Entrega da Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco

Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da entrega da Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco ao Embaixador da República Popular da China, Senhor Yuan Tao. Brasília, 22 de novembro de 1995.

Nós reunimos aqui este grupo de amigos e funcionários que foram interlocutores de Vossa Excelência em sua missão no Brasil para que juntos pudéssemos homenageá-lo na ocasião do seu regresso à China, onde vai desempenhar uma nova e importante função no Conselho de Estado.

Vossa Excelência e a Embaixatriz Sun Maoshan, também diplomata de carreira, partem cercados da admiração e da amizade de todos os que tiveram o privilégio de compartilhar da sua convivência, fosse no trato de assuntos oficiais, fosse na intensa vida social a que é obrigado o representante de um país da importância e do prestígio da República Popular da China.

A partida de um Embaixador que encerra uma missão marcada por muitos êxitos é sempre uma oportunidade para se exaltarem os pontos mais positivos do relacionamento bilateral. Essa tarefa é muito facilitada no caso de Vossa Excelência, porque o Brasil e a China desenvolveram uma parceria exemplar, estratégica, entre dois grandes países em desenvolvimento.

Há poucos exemplos, nas relações internacionais, de uma cooperação tão pragmática e intensa quanto a que nós temos construído nestes vinte e um anos de relações diplomáticas entre os nossos países.

Nós podemos mesmo dizer que as relações Brasil-China alcançaram a sua maioridade, a ser comemorada agora na importante visita que o Presidente Fernando Henrique Cardoso fará à China, em dezembro, e para cujo êxito a Embaixada da China em Brasília, sob a condução de Vossa Excelência, prestou uma contribuição fundamental. A visita presidencial à China simboliza, em grande medida, a variedade e a intensidade dos contatos, da cooperação e do intercâmbio entre os nossos países. Mais que isso, ela expressa de forma indiscutível a prioridade que os dois Governos atribuem às relações bilaterais.

Em seus quase dois anos de missão em Brasília, Vossa Excelência participou da elaboração da intensa agenda política e de negócios entre o Brasil e a China, completando um ciclo em que todas as mais altas autoridades do Governo chinês visitaram o Brasil. Nosso comércio continua crescendo, movido por um grande potencial ainda longe de ser alcançado.

Estamos explorando novas perspectivas de cooperação nos setores de hidreletricidade, siderurgia, telecomunicações, fármacos e aviação civil. Nosso projeto-síntese, o CBERS — China-Brazil Earth Resources Satellite —, é um exemplo da cooperação entre países em desenvolvimento na área

da tecnologia avançada e vem produzindo resultados animadores.

Também nestes quase dois anos da sua missão, Vossa Excelência pôde testemunhar uma importante transformação qualitativa da economia brasileira, conquistada com o sucesso do plano de estabilização e agora consolidada com as reformas estruturais que vêm sendo aprovadas.

Essa transformação qualitativa já teve e continuará tendo um impacto positivo sobre as nossas relações. Assegurar essa boa perspectiva é justamente um dos objetivos que levam o Presidente Fernando Henrique Cardoso a Beijing em três semanas.

Senhor Embaixador,

O Governo brasileiro está certo de que Vossa Excelência, um amigo do Brasil, vai continuar a

trabalhar pelas nossas relações em suas novas funções na China. Para isso, Vossa Excelência conta com a experiência e o conhecimento que aqui acrescentou à sua carreira de profissional da diplomacia chinesa. E é para expressar a nossa homenagem e a nossa gratidão pelo trabalho que Vossa excelência realizou no Brasil em favor das relações entre os nossos países que o Presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu agraciá-lo com a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, cujas insígnias eu tenho a honra de entregar-lhe neste momento, desejando a Vossa Excelência e à Embaixatriz Sun Maoshan, em nome do Governo brasileiro e de todos os que aqui vieram homenageá-lo, os melhores votos de felicidades e muito êxito nesta nova etapa que começará em suas vidas.

Muito obrigado.

Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados

*Exposição do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Embaixador Luiz Felipe Lampreia, perante a Comissão de
Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Brasília,
22 de novembro de 1995.*

Introdução

Antes de iniciar esta exposição, propriamente, eu queria agradecer ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Deputado Franco Montoro, mais este convite para dialogar com os Senhores Deputados que a integram.

Como eu disse nas vezes anteriores em que aqui estive na Câmara dos Deputados, esta é uma oportunidade insubstituível para que o Itamaraty e membros do Poder Legislativo mais diretamente vinculados à política externa brasileira possam trocar idéias e esclarecer dúvidas ou inquietações sobre as diversas questões na pauta da nossa diplomacia.

Em seu convite, o Presidente Franco Montoro expressou o interesse desta Comissão em conhecer aspectos ligados à política brasileira de exportação de material militar e também uma avaliação das recentes viagens que o Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou ao exterior. A proposta abrange, portanto, um leque muito amplo de temas, que eu procurarei sistematizar.

Dividirei a minha exposição, portanto, em duas partes, necessariamente genéricas, deixando para o diálogo que se seguirá os aspectos mais específicos das questões abordadas ou quaisquer outros assuntos que sejam do interesse dos Senhores Deputados.

Primeira parte

Dedicarei a primeira parte desta exposição ao tema da exportação de material de emprego militar. Faço, contudo, a ressalva de que, na avaliação do Itamaraty, esse assunto deve hoje ser abordado em conexão com a questão do controle da exportação de bens de tecnologia sensível, objeto de projeto de lei de iniciativa do Executivo, recentemente aprovado no Congresso brasileiro e sancionado como lei pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Esse é um tema que vem assumindo crescente relevância nas relações internacionais do país e na projeção e defesa dos seus interesses não apenas no campo comercial, mas também no do acesso a tecnologias indispensáveis ao seu desenvolvimento.

Ao estabelecer uma relação conceitual entre as duas questões, nós estamos na verdade chamando a atenção para o fato de que ambas têm uma dimensão fundamental do ponto de vista da política externa brasileira e das nossas relações com todos os nossos parceiros. Essa dimensão é a da credibilidade, da confiabilidade e da responsabilidade internacional do país na produção e comercialização de bens e conhecimentos que podem ser utilizados para fins militares e que podem assumir, portanto, um caráter político relevante para o Brasil, muito além

do mero interesse comercial ou do aspecto cada vez mais importante da geração e manutenção de empregos no país.

Minha principal linha de argumentação aqui irá no sentido de mostrar que, hoje, graças inclusive à boa parceria entre o Executivo e o Legislativo, e sem dúvida em resposta às próprias exigências que decorrem de um sistema democrático de governo e da necessidade de nos mostrarmos como parceiros confiáveis e responsáveis perante a comunidade internacional, o Brasil conta com uma estrutura jurídica muito apropriada no que se refere ao controle de exportações de bens e equipamentos de uso militar e de bens e tecnologias de uso sensível ou dual.

A Política brasileira para a exportação de bens e tecnologias sensíveis

A Lei 9.112

A lei 9.112, que dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados, em vigor desde 11 de outubro de 1995, visa ao controle da exportação de bens de aplicação bélica, de bens utilizados na indústria de mísseis e de bens nas áreas nuclear, química e biológica. Ou seja, bens que contribuem para a fabricação de armas de destruição em massa (nucleares, químicas e biológicas) e bens que podem ser utilizados seja em veículos lançadores de satélites, seja em mísseis militares de longo alcance capazes de transportar armas de destruição em massa.

Bens de aplicação bélica

No caso de bens de aplicação bélica, a maioria dos países exportadores possuem legislação própria de controle, de conformidade com parâmetros internacionais, que incluem a exigência da apresentação de certificado de usuário final. O Governo brasileiro, por força de Exposição de Motivos, vem exercendo esses controles desde 1974, através da Política Nacional de Exportação de

Material de Emprego Militar (PNEMEM), sobre a qual eu me estenderei mais adiante, na segunda vertente desta argumentação.

Não-proliferação de armas de destruição em massa e vetores

O Brasil não dispunha, porém, de controles de exportação dos bens que podem ser utilizados na fabricação de armas de destruição em massa e dos veículos lançadores destas armas. E isso foi-se tornando mais problemático à medida em que a comunidade internacional evoluía no sentido de ampliar esses controles — um esforço em muito favorecido, primeiro, pelos grandes progressos havidos entre os Estados Unidos e a então União Soviética, no final dos anos 80, em matéria de desarmamento, e em seguida pelo fim da Guerra Fria e da confrontação entre blocos estratégicos opostos. A Guerra do Golfo serviu também como um importante catalisador da não-proliferação de armas de destruição em massa e de seus vetores.

Os compromissos brasileiros em matéria de não-proliferação

Os esforços internacionais pela não-proliferação dessas armas abrangem três áreas: a área missilística, a área nuclear e a área das armas químicas e biológicas.

MTCR

No caso de tecnologias de mísseis, os itens controlados são aqueles que constam do Anexo Técnico das Diretrizes do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR), regime de que fazemos parte desde outubro último — em um movimento de grande significado político-diplomático, que nos abriu um caminho importante para a obtenção de tecnologias e bens sensíveis para o nosso programa espacial, por exemplo, de fins exclusivamente pacíficos e fundamental para o desenvolvimento do país.

Nuclear Suppliers Group

No caso dos bens nucleares, trata-se dos bens que figuram nas Listas 1 e 2 do Grupo de Supridores Nucleares (NSG), publicadas como documentos oficiais da Agência Internacional de Energia Atômica. A lista 1 diz respeito a itens utilizados em atividades nucleares sensíveis (enriquecimento de urânio, reprocessamento, produção de água pesada). A Lista 2 se refere a itens de uso duplo, com possível utilização na área nuclear. O Brasil tem mantido contatos com o NSG, que nos convidou a nele ingressar, o que tencionamos fazer depois de regulamentada a lei recém-aprovada pelo Congresso Nacional.

Convenção das Armas Químicas

No caso dos bens químicos, a referência são as listas contidas na Convenção para a Proibição de Armas Químicas, de 1993, que está atualmente sendo examinada pelo Senado Federal e cuja aprovação completaria o conjunto básico de compromissos brasileiros na área da não-proliferação.

Convenção das Armas Biológicas

Para os bens biológicos, enfim, a lista está sendo preparada por grupo de trabalho intergovernamental, do qual o Brasil faz parte, e que foi convocado pela Conferência Especial, de 1994, dos Estados Partes da Convenção para a Proibição de Armas Biológicas.

Os controles brasileiros

A rigor, o Governo brasileiro já vem exercendo controles em algumas dessas áreas, como a dos bens de aplicação bélica e a dos bens utilizáveis em mísseis (neste caso, desde dezembro de 1994, através de Exposição de Motivos aprovada pelo Presidente Itamar Franco), sem que tenha havido qualquer problema com a indústria nacional. Além de representar uma adequação do país ao padrão internacional, a necessidade de lei se prende à possibilidade de aplicar sanções, inclusive penais, a

eventuais futuros infratores, para o que o Poder Executivo não tem a necessária competência.

Os controles visam a produtos, mas levam em conta os destinatários, como não poderia deixar de ser, e esse é o entendimento de todos os países que aplicam esse tipo de controles. Na área nuclear, por exemplo, as exportações para países que não tenham acordos de salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica não receberão o mesmo tratamento das que se destinam a um país que tenha esse gênero de acordo.

A lei de controle de exportações de bens e tecnologias sensíveis prevê que cada autorização de exportação dependerá de exame e aprovação pelos órgãos competentes do Poder Executivo, que julgarão os documentos de uso final apresentados pelo destinatário da operação. A responsabilidade última, nos casos em que houver divergência de opinião entre os órgãos, caberá ao próprio Presidente da República, que preside a Comissão Interministerial de Controle de Exportação de Bens Sensíveis, coordenada pela SAE.

Com a aprovação desta lei, o Brasil insere-se no rol dos países que se preocupam com a proliferação de bens que podem ser utilizados na fabricação de armas de destruição em massa, e que, por terem essa preocupação política com a questão, exercem controles sobre suas exportações de bens sensíveis.

Os benefícios da política brasileira

Nossa expectativa é a de que, participando desse grupo de países, e oferecendo garantias efetivas de que não estará contribuindo direta ou indiretamente com a produção de armas de destruição em massa em terceiros países, o Brasil venha a ter facilitado seu comércio internacional nessa área, essencial ao desenvolvimento econômico do País.

Os benefícios dessa política já começam a se materializar com o ingresso do Brasil no MTCR e a conseqüente possibilidade, antes vedada a nós, de

termos acesso desimpedido a bens e tecnologias sensíveis na área espacial e junto a fornecedores que antes se encontravam impedidos de se relacionar com a nossa indústria espacial. A política não apenas viabiliza o nosso programa espacial do ponto de vista político e tecnológico, mas também abre um enorme campo para a cooperação na área espacial com países como os Estados Unidos, a França e a Alemanha e permite que se contemple o nosso programa espacial também sob uma ótica comercial, inclusive para a exploração da nossa base de lançamento de Alcântara, que reúne vantagens inigualáveis do ponto de vista técnico e operacional.

A política brasileira de exportação de material de emprego militar

A definição do conceito de material de emprego militar

Antes de abordar a política nacional de exportação de material de emprego militar, creio importante lembrar o que o Governo entende por material de emprego militar. São considerados o armamento, a munição, os equipamentos militares, inclusive indumentária e material logístico, e outros materiais ou meios (navais, aéreos, terrestres e anfíbios), de uso privativo ou característico das Forças Armadas, bem como seus sobressalentes e acessórios.

Para explicitar a definição, foi elaborada uma lista que é hoje parte integrante dos documentos que compõem a PNEMEM. Como a lista dificilmente poderá ser exaustiva, disposições complementares estabelecem que as normas sobre a matéria serão aplicadas também à tecnologia de fabricação e à prestação de serviços técnicos de transformação, modernização e manutenção de materiais militares. As mesmas restrições serão ainda aplicadas a versões civis de aeronaves, embarcações e outros equipamentos desenvolvidos para fins militares, cujos direitos de comercialização não tenham sido transferidos para a indústria privada. A lista é dinâmica, podendo sofrer acréscimos ou cortes.

Breve histórico

Feita essa precisão, convém recordar que a indústria bélica nacional se fortaleceu e se diversificou sobretudo quando se evidenciou a necessidade de substituição de material militar recebido dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial por equipamento mais moderno.

Nessa ocasião, ao longo dos anos 60, dois fatores principais propiciaram o esforço de nacionalização: o desejo de diminuir a dependência externa, o que era viável face à infra-estrutura industrial básica já existente então, e a crise econômica que o País atravessava e que dificultava as importações. Muito se comentou que o desenvolvimento do Brasil nesse campo se deveu à denúncia do acordo de assistência militar com os EUA, mas, quando a denúncia ocorreu, em 1977, a indústria bélica brasileira já tinha bases solidamente lançadas, já vigorava a Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar e já haviam sido realizadas transações comerciais importantes.

A indústria bélica nacional

É portanto na década de 60 que começam a surgir no Brasil indústrias com produção voltada, em boa parte, para material militar. Em parte porque, mesmo hoje, quando o País já adquiriu importante experiência nesse campo, não existe, até quanto eu saiba, empresa brasileira que se dedique integralmente à produção de material bélico. A TAURUS fabrica ferramentas, a CBC tem uma linha de cápsulas de canetas e até de batons. AAVIBRÁS produz antenas parabólicas, equipamentos de navegação, isolantes e até ultra-leves. A própria IMBEL produz artigos de cutelaria.

É desnecessário assinalar o impacto que essas indústrias têm no nível de emprego e da atividade econômica em certas áreas do país. É também desnecessário insistir em como outros países vêm na indústria militar uma importante fonte de empregos a ser preservada e incentivada, inclusive mediante

uma intensa competição pelo mercado internacional de material militar.

A entrada do Brasil no grupo de países exportadores de material de emprego militar derivou da necessidade de se manter e desenvolver o parque bélico nacional: caso se pretenda desenvolver produção e tecnologia próprias nesse campo, tendo por base empresas rentáveis e mantendo o nível de emprego na área, é fundamental que essas empresas não dependam de um só cliente. Nenhum Governo compra material bélico em ritmo continuado, a não ser em períodos de guerra. Assim, um parque industrial nesse setor somente se tornará viável se procurar, no mercado externo, uma fonte razoavelmente permanente de ingresso de recursos.

De qualquer forma, é importante assinalar, logo de início, que a participação relativa do Brasil no mercado internacional de material de emprego militar, mesmo no auge da nossa *performance* exportadora, foi relativamente marginal. 85% desse mercado foi e continua sendo dominado por alguns grandes fornecedores: os Estados Unidos, a Rússia, a França, a Alemanha e a Grã-Bretanha, seguidos por outros países desenvolvidos. A participação dos países em desenvolvimento nesse mercado é, portanto, pequena.

Uma política de exportação de material de emprego militar

As primeiras tentativas de ingresso do Brasil no referido clube de exportadores de material bélico não deixaram, todavia, de suscitar certas preocupações no âmbito governamental. Com efeito, os documentos legais sobre o assunto dispunham sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos e materiais correlatos, mas não contemplavam as implicações políticas relevantes presentes nas vendas externas desses produtos. Não consideravam, enfim, que sua comercialização no exterior deveria submeter-se não somente às normas já vigentes no campo das exportações, como também a controles de ordem

logística, tecnológica e, sobretudo, política.

O crivo político acabaria sendo visualizado como preliminar excludente na análise de quaisquer transações. Por essas razões, o Itamaraty, que já vinha apoiando e orientando os exportadores do setor de forma casuística e qualificada, de acordo com as peculiaridades das situações surgidas, tomou a iniciativa de propor, em maio de 1973, a constituição de um grupo interministerial para estudar e propor diretrizes sobre o assunto.

O relatório do grupo, assinado em 9 de outubro do ano seguinte por representantes dos Ministérios da Aeronáutica, da Marinha, do Exército, das Relações Exteriores, da Fazenda, da Indústria e do Comércio, do Estado-Maior das Forças Armadas e da então Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, serviu de base para a elaboração das Diretrizes Gerais para a Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar, baixadas pelo Presidente da República, em 12 de dezembro de 1974, para fixar as medidas essenciais de orientação, coordenação e controle da exportação de produtos daquela natureza e precisar a participação de órgãos públicos e entidades privadas nessas atividades.

A PNEMEM

Uma das conclusões do mencionado relatório apontava que “a exportação de material militar atende aos interesses da política externa e pode ser instrumento valioso de afirmação e defesa da soberania nacional. O aproveitamento das oportunidades criadas no mercado exterior, ao possibilitar a ampliação quantitativa e qualitativa da escala da produção interna, é fator de aumento da autonomia de abastecimento das Forças Armadas brasileiras e, conseqüentemente, de maior independência do País em relação aos fornecedores habituais de equipamento militar. Por outro lado, haveria importantes vantagens políticas e econômicas, na vinculação de países importadores e fabricantes brasileiros de material militar, através da

comercialização de produtos de valor estratégico. O incremento das exportações deverá fortalecer, por conseguinte, a posição internacional do Brasil.” Essas considerações permanecem válidas.

A definição da PNEMEM levou em conta a importância atribuída pelo Plano Nacional de Desenvolvimento à iniciativa privada, especialmente na exploração de novos setores industriais, de tecnologia mais avançada, e o risco de que, não existindo diretrizes a respeito das vendas externas de material bélico, as empresas do setor pudessem buscar negócios de maneira desordenada, com reflexos negativos para os interesses políticos do País.

Os controles da PNEMEM foram concebidos, entre outros objetivos: 1) para garantir suprimentos prioritários às Forças Armadas brasileiras; 2) para favorecer o desenvolvimento tecnológico e a redução dos custos da produção interna de Material de Emprego Militar (MEM), com o aumento da escala de produção das empresas brasileiras fornecedoras; 3) para obter vantagens comerciais e industriais intrínsecas às vendas externas de MEM; e 4) para assegurar o cumprimento dos embargos de vendas de material militar a que o Brasil se tenha comprometido perante organismos internacionais ou que tenha decidido aplicar unilateralmente, e evitar vendas a países envolvidos em conflitos externos ou internos, que não observassem o princípio de não-intervenção ou que fossem responsáveis por um desequilíbrio militar em sua região.

Funcionamento da PNEMEM

Na prática, a PNEMEM se afirmou, essencialmente, como um conjunto de procedimentos e rotinas a serem cumpridos pelas empresas interessadas a exportar material de emprego militar. A PNEMEM sofreu reformas em 1981, 1983 e 1990. Basicamente de caráter administrativo, essas reformas não introduziram mudanças efetivas de enfoque.

Em linhas gerais, é possível dizer que o sistema tem operado com eficácia, mormente tendo-se em

conta que se trata de um exemplo de atuação coordenada interministerial, com estreita interação em nível técnico e de escalões intermediários. No âmbito do Itamaraty, o setor responsável pela PNEMEM cuida, também, de operações de promoção comercial, organização de visitas de autoridades de países potenciais compradores de MEM, da administração de informações a estes referentes, entre outras atribuições correlatas.

Atuando até agora como um respaldo regulador para o Estado brasileiro num campo de extrema sensibilidade por suas implicações estratégicas e político-diplomáticas, os procedimentos da PNEMEM têm conseguido preservar um grau de operacionalidade satisfatório e seguro.

Para exportar material de emprego militar, as empresas brasileiras devem cumprir uma rotina que se divide em duas etapas. Ao tomar conhecimento de uma oportunidade comercial, elas solicitam, por intermédio do Itamaraty, autorização para iniciar negociações preliminares, especificando, no pedido, os produtos e valor indicativo da possível venda. A solicitação é analisada sob o prisma das relações exteriores, embora o Itamaraty não detenha o poder de decisão final sobre o assunto. Não havendo sido detectados inconvenientes nas negociações pelos demais integrantes do Sistema PNEMEM, a SAE autoriza o exportador iniciá-las, permanecendo essa autorização válida pelo período de dois anos, a menos que se altere a conjuntura que a ensejou.

Caso as negociações prosperem e conduzam a um fornecimento efetivo, deverá o vendedor formular pedido de autorização para exportação, apresentando lista detalhada dos produtos e/ou serviços que serão objeto da transação, quantidade, preço global, forma de pagamento e o prazo estimado de entrega.

A partir de 1993, passou a ser obrigatória, nos casos de exportação para um Governo, a apresentação do “Certificado de Usuário Final”. Em se tratando de exportação para uma empresa, sempre

foi exigida autorização do Governo do país importador para a operação, com garantias de que esses produtos não serão reexportados sem prévia anuência governamental. Em ambos os casos, portanto, é aplicado um sistema de garantia de usuário final, para prevenir a transferência dos bens e equipamentos a terceiros clientes, fora dos controles estabelecidos pelo Governo brasileiro.

Além do Itamaraty são também ouvidos o Ministério militar gestor do produto e a SECEX (nos casos que envolverem financiamento). Em seguida, nos casos de exportações de valor superior a um milhão de dólares, o assunto é levado à consideração do Senhor Presidente da República, a quem cabe a decisão final a respeito. Nos valores inferiores, é delegada competência ao titular da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Até o presente, o controle das exportações é feito em dois níveis: o do regime geral de Comércio Exterior do Ministério da Fazenda; e a de um regime especial que implica, inclusive, como vimos acima, a anuência prévia de diversos órgãos. Este regime especial está subdividido.

Pelo Decreto nº 55.649, de 21.01.65 (Regulamento de Fiscalização de Produtos Controlados, R-105), compete exclusivamente ao Ministério do Exército o controle da importação e exportação de material de emprego militar direto (“armas, munições, apetrechos, artigos pirotécnicos, pólvoras, explosivos e seus elementos e acessórios - espoletas, estopins, cordéis detonantes, etc.”), “produtos químicos básicos e agressivos” e “outros materiais constantes da Relação de Produtos Controlados pelo Ministério do Exército (R-105), ou que venham a ser incluídos na referida relação”.

Nas Diretrizes Gerais para a Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (DG-PNEMEM) enquadram-se as “operações ligadas às exportações de material de emprego militar”, entendido como sendo “todo aquele que a legislação estabeleça como de uso privativo das Forças Armadas ou que seja de utilização característica

dessas mesmas instituições, incluídos seus componentes, sobressalentes, acessórios e suprimentos”. Consideram-se como “operações ligadas às exportações”, além da própria exportação, as negociações preliminares, a participação em concorrências, o envio de amostras e a doação de material. Estão também sujeitos às Diretrizes Gerais-PNEMEM a “transferência de tecnologia, a prestação de serviços e a assistência técnica relacionadas ao mesmo tipo de material”.

A análise das exportações de material de emprego militar apresenta, do ponto de vista das relações exteriores, grande complexidade e impossibilita o Governo de orientar-se apenas por parâmetros apriorísticos nos processos decisórios sobre a matéria. Embora o Itamaraty esteja plenamente consciente de que as transferências de material de defesa são atos fortemente impregnados de conotações políticas, cada pedido de autorização formulado pelos exportadores é cuidadosamente analisado do ponto de vista técnico e comercial, tendo na devida conta a sensibilidade do assunto e a necessidade de cautela política.

As empresas são autorizadas não apenas a negociar como também a fornecer material militar a países dos mais diversos matizes políticos. O que realmente se pretende, ao julgar um pedido, é resguardar o Brasil de eventuais conseqüências danosas aos seus interesses ou ao cumprimento dos seus compromissos internacionais, que possam advir de uma exportação de equipamento bélico ou de material de emprego militar. O Brasil tem observado, fielmente, todas as restrições às vendas de armas determinadas por organismos internacionais. Cada operação é criteriosamente analisada, não apenas do ponto de vista da idoneidade dos exportadores, como também - e sobretudo - à luz das responsabilidades e condicionantes da política externa brasileira e dos compromissos internacionais do país.

Não há registro de quaisquer vendas que tenham provocado desequilíbrios de poder militar ou contribuído para criar situações de tensão, mesmo

porque a indústria de defesa brasileira produz apenas material tático, e não estratégico (mísseis nucleares, ou de longo alcance, por exemplo.)

Ciente das dificuldades por que passam as indústrias brasileiras fabricantes de material de emprego militar - assim como da necessidade de manter a capacidade de defesa nacional -, o Ministério das Relações Exteriores tem procurado auxiliar na identificação de possíveis novos mercados compradores de armamentos, buscando também estreitar a cooperação militar com determinados parceiros que podem oferecer ganhos políticos adicionais ao Brasil.

Conclusões à Primeira Parte

Espero que, com estas informações, me tenha sido possível transmitir uma idéia precisa sobre a importância político-diplomática dos sistemas de controle de exportações de materiais e tecnologias de uso militar e sobre os mecanismos hoje vigentes para fazer esse controle e responder adequadamente aos compromissos internacionais do Brasil em matéria de não-proliferação e de manutenção da paz e da segurança internacionais. A visão integrada das duas questões que abordei — a PNEMEM e os compromissos em matéria de não-proliferação nuclear, missilística e de armas químicas e biológicas — realça o tema da credibilidade, confiabilidade e responsabilidade internacionais do Brasil. Essa visão integrada, que procurei desenvolver aqui, coloca essas virtuais condicionalidades da convivência internacional na perspectiva de uma política externa atuante e sintonizada com os tempos e os interesses do país em matéria de acesso a mercados e tecnologias.

Segunda Parte

Dedicarei esta segunda parte, necessariamente mais sucinta, às viagens presidenciais. Em minha primeira exposição perante esta Comissão de Relações Exteriores, em 4 de abril deste ano, fiz breve reflexão sobre a importância da diplomacia presidencial no mundo contemporâneo e

sobre o impacto positivo que as visitas presidenciais têm no planejamento, na execução e no seguimento ou *follow up* de iniciativas diplomáticas bilaterais ou de natureza multilateral. Os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal têm tido a oportunidade de acompanhar algumas dessas viagens e de testemunhar a qualidade da contribuição que elas prestam à promoção dos interesses e da imagem do país no exterior.

As viagens presidenciais são um instrumento de primeira grandeza na promoção dos interesses do país no exterior e de divulgação dos avanços positivos que vêm ocorrendo no país. O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem quatro tipos de compromissos internacionais que o levam a ausentar-se do país: compromissos bilaterais (como as visitas que realizou aos Estados Unidos, à Venezuela, a Portugal, à Bélgica, à União Européia e à Alemanha, todas elas ocorridas após meu primeiro comparecimento a esta Comissão), compromissos regionais (as reuniões presidenciais do Mercosul, a Cúpula Ibero-Americana e o Grupo dos Quinze, neste segundo semestre), compromissos internacionais (as comemorações do cinquentenário da ONU, ao lado de mais de 170 Chefes de Estado e Governo) e posses presidenciais (Argentina e Peru, ambas em julho).

Não gostaria de estender-me sobre nenhuma das viagens em particular, preferindo deixar para abordá-las individualmente caso haja interesse de algum ou alguns dos Senhores Deputados. Como linha geral de raciocínio, eu quero ressaltar que as viagens presidenciais têm servido aos seus vários propósitos, entre os quais eu destaco:

1º.) elevar o nível de participação do Brasil nos foros decisórios e de coordenação internacionais, dos quais não podemos estar ausentes nem sub-representados sem grave prejuízo para a diplomacia brasileira;

2º.) explorar, junto aos nossos parceiros mais importantes, as vantagens que temos conquistado em

matéria de estabilização econômica, crescimento e consolidação da democracia, reformas estruturais e abertura da economia e os compromissos que temos ampliado em matéria de não-proliferação, direitos humanos e política ambiental;

3º.) mobilizar o Governo, os meios políticos e empresariais e a sociedade civil organizada em função de interesses específicos no relacionamento com países individuais ou no âmbito multilateral, como por exemplo na área dos direitos humanos, na área de proteção aos direitos da propriedade intelectual, na área de não-proliferação, etc.;

4º.) atualizar e aperfeiçoar as relações com parceiros-chave do Brasil, tanto no mundo desenvolvido quanto no mundo em desenvolvimento, ampliando a agenda bilateral, resolvendo contenciosos e adotando iniciativas conjuntas em áreas de interesse mútuo;

5º.) informar nossos parceiros das políticas governamentais e de seu impacto no crescimento econômico e nas oportunidades de investimento produtivo no país;

6º.) ampliar as parcerias, envolvendo cada vez mais o setor privado e a sociedade civil organizada nos países-objetivo.

Esses mesmos propósitos seguirão orientando as próximas visitas presidenciais, que

continuarão a obedecer a um sentido de prioridade e de equilíbrio.

Assim, o Presidente visitará proximamente o Uruguai, para a reunião presidencial do Mercosul, instrumento básico da consolidação e constante aperfeiçoamento da união aduaneira. Em seguida, visitará a China e a Malásia, duas economias emergentes da Ásia, países de dimensões distintas, mas que se projetam crescentemente na região e em todo o mundo. O Presidente passará também por Madri, para a assinatura do Acordo entre a União Européia e o Mercosul. Em janeiro próximo, visita a Índia, dentro dessa mesma dimensão asiática da nossa política externa, acrescida da preocupação de dar partida a um novo tipo de relações entre dois países com enormes afinidades e interesses comuns, mas escasso intercâmbio. Mais adiante o Presidente visitará o Japão, a Itália, a África do Sul e Angola, a França e a Argentina, países cuja prioridade para o Brasil dispensa explicações.

É um programa intenso, mas que responde plenamente aos interesses do país no exterior e também ao interesse que o país vem despertando em todo o mundo, e que se reflete também no número de visitas de autoridades estrangeiras que temos recebido.



Uma agenda social para a América Latina do século XXI

Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da abertura do Seminário “Uma agenda social para a América Latina no século XXI”, promovido pela Comissão Sul-Americana e pela Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 23 de novembro de 1995.

Em nome do Governo brasileiro, quero dar as boas-vindas a todos os participantes deste Seminário e dizer-lhes da satisfação do Itamaraty em sediá-lo e em co-patrociná-lo, através da Fundação Alexandre de Gusmão.

Quero dizer uma palavra especial de reconhecimento aos membros da “Comissão Sul-Americana Paz, Segurança, Democracia”, cuja contribuição para o debate institucional sobre os temas mais importantes da atualidade política e econômica do nosso Continente é cada vez mais reconhecida e difundida.

A Comissão reúne figuras expressivas da vida política e administrativa latino-americana e lhes concede uma voz ampliada, um canal de expressão para que compartilhem suas experiências e suas reflexões para o bem da nossa região. Em sociedades democráticas como as nossas, em processo de crescente integração, o papel dessas instituições é insubstituível na promoção do diálogo e do entendimento entre os nossos povos.

O tema que reúne hoje aqui tantos nomes de destaque na América Latina, à maneira de um desafio, tem todo interesse para a política externa brasileira e para o desenvolvimento de uma visão prospectiva para a diplomacia.

É também um tema da maior atualidade no

Brasil de hoje, cuja preocupação com o social não se limita a planejar para o futuro. Refletindo uma visão integrada do que deve ser a atuação do poder público e da sociedade civil, o Brasil começa a dar forma concreta às preocupações com a dimensão social através de iniciativas como o Programa Comunidade Solidária, cuja Presidente, a Doutora Ruth Cardoso, traz aportes importantes para o debate que aqui terá lugar.

Por essas razões, o Ministério das Relações Exteriores se sente comprometido com os resultados deste debate e incentiva este tipo de iniciativa. Além dos aspectos éticos que envolve, a questão social é uma das dimensões básicas da inserção internacional da América Latina. O fim da Guerra Fria e a superação dos embates ideológicos e da confrontação estratégica entre grandes blocos opostos colocou a descoberto o que representa para um Estado soberano ou para uma região ter qualquer tipo de hipoteca no campo social.

Mesmo países com vastos contingentes de populações pobres, que passaram a ocupar um lugar de realce na produção e no comércio internacional de produtos de pouca sofisticação — deslocando muitas vezes países latino-americanos — acabarão por ressentir-se do peso tremendo que representa basear suas economias apenas no baixo custo da

mão-de-obra não-especializada.

De fato, nas relações internacionais de hoje, os indicadores sociais, base da competitividade e do desempenho das economias, estão substituindo as ogivas nucleares e as grandes forças convencionais e estão definindo uma nova geometria de poder.

Países com atraso social ou baixos indicadores sociais — na educação, no saneamento básico, nas condições de trabalho, na saúde e na cultura — enfrentam a competição internacional em desvantagem cada vez maior, a menos que se limitem a ocupar nichos de mercado para produtos simples, sem qualquer sofisticação técnica ou tecnológica.

Países com alto grau de educação média da sua população, com um nível elevado de integração social e boa distribuição de renda têm estado à frente no processo de redistribuição do poder mundial, de geração de riqueza e de redesenho dos fluxos internacionais de comércio, de tecnologias e de investimentos produtivos provocado pelo fenômeno da globalização.

Os grandes êxitos econômicos no mundo em desenvolvimento e entre as chamadas economias emergentes se explicam em boa medida pela dimensão do investimento social que esses países fizeram ao longo de muitos anos. Não há atalhos no caminho do desenvolvimento: esse caminho passa necessariamente pelo progresso social, em uma relação de simbiose. É o que nos ensina a história e sobretudo a história mais recente do desenvolvimento.

A opção pelo social é não só uma decorrência natural da democracia, que dá voz e poder às reivindicações dos segmentos mais desfavorecidos da população, mas também uma condição para o êxito de países com o nível de desenvolvimento que temos na América Latina.

A educação básica, por exemplo, é o elemento dinâmico que abre o caminho em todos os campos da atividade humana, da produção à pesquisa científica, do desenvolvimento espiritual à melhoria das condições de vida da população. Ela é a base da integração social e da cidadania e portanto

da própria soberania de um país.

Nosso continente se ressentia hoje, em grande medida, de não ter feito essa mesma opção. Faltou-nos, nos anos de grande progresso material, incorporar a dimensão social ao planejamento econômico. Abusamos da noção de que era preciso crescer primeiro para depois dar atenção ao social, como se fosse possível crescer em forma sustentada e enfrentando a forte competição internacional sem ter a base social de sustentação desse crescimento.

Ainda é tempo, contudo, de incorporarmos a dimensão social ao planejamento econômico. Isso não se faz sem uma perspectiva de longo prazo e sem o envolvimento de toda a sociedade. Não é apenas tarefa de Governo, embora o Governo tenha um papel de catalisador e deva ter iniciativa, capacidade de liderança e recursos materiais e humanos para promover o processo.

Tampouco é algo que se faça à base de medidas artificiais ou desarticuladas do processo mais amplo de desenvolvimento social, como seria, por exemplo, acreditar na imposição de uma cláusula social no comércio internacional para servir ao propósito de produzir transformações sociais ou nas relações de trabalho. A definição de uma agenda social para a América Latina constitui, portanto, um desafio de primeira grandeza dentro das prioridades da nossa região. Debates como este são imprescindíveis não apenas para avançar na definição dessa agenda, mas também para conscientizar os poderes públicos e a sociedade civil sobre a urgência e a importância do desenvolvimento social como instrumento da estabilidade democrática e do progresso material e espiritual dos nossos povos.

Ao fazer a abertura deste Seminário, quero desejar a todos que tenham muito êxito em suas participações e manifestar a minha confiança em que este encontro contribuirá para o crescimento do debate sobre os temas sociais em nosso continente e sobre a importância da dimensão social no convívio internacional dos nossos países.

Muito obrigado.

“Brazil and the multilateral trading system”

Reunião Ministerial sobre o futuro das negociações comerciais multilaterais. Vancouver, 23 e 24 de novembro de 1995.

Mr. Chairman,

First of all, I would like to thank the Canadian government, and especially Minister Maclaren, for the kind invitation and hospitality, which give us the opportunity to a free exchange of views about the prospects of the multilateral trading system and, in particular, about the preparation of the Singapore Ministerial Conference. In our view, Singapore will be an excellent occasion to reinforce the principles which govern international trade and to further strengthen the commitment of our governments to stable and predictable trade rules. Brazil attaches the utmost importance to the consolidation of the multilateral trading system and considers that the Singapore, as well as the Vancouver Meeting, constitute major steps in that direction. Personally, I am very glad to participate in this informal debate to which I come with an open mind and a constructive spirit.

Brazil was asked to open the debate on three questions and the first one is “How can we generate broad public support for continued trade and investment liberalization and rule-making?” In other terms, the question is “What are the sources of legitimacy of liberalization programs and what are the conditions to preserve them?”

Two main factors influence the degree of public support for liberalization: economic growth and trade balance performance.

The relation between economic growth and

public support for liberalization is the most obvious. Claims for protectionism are stronger in periods of recession or low economic growth. In those periods, governments become less resistant to pressures by specific sectors. Conversely, protectionist pressures are less intensive or not seen as legitimate in periods of high growth, when new jobs are being created and there is a general increase in income levels and standards of living.

As for the relation between trade balance performance and public support for liberalization, sudden changes in trade balance or repeated and growing trade deficits tend to disseminate fears of unemployment and balance-of-payment difficulties, especially in countries with large service balance deficits. Poor trade balance performance undermines support for liberal policies and feeds pressures for the protection of domestic industries and for the imposition of import restrictions.

The case of Latin American countries is very instructive. During the Nineties, with the imperative of inflation control and the perception that the model of import substitution would no longer lift our economies out of backwardness and dependency, liberalization became a priority. It was seen as an instrument to lower prices and, by exposing the domestic industry to foreign competition, increase its productivity and competitiveness. However, as it proceeded, trade liberalization caused the need for structural changes in several sectors and contributed

to recurrent trade deficits. Those facts — coupled with the high volatility of international capital flows — have generated fears of balance-of-payment problems and macroeconomic instability. As a result, public support for liberalization decreased.

It seems important to emphasize here that those two determinants of public support for liberalization — economic growth and trade balance performance — benefit from and, more precisely, depend on the existence of stable multilateral rules. The consolidation of existing principles and agreements is therefore fundamental to guarantee legitimacy and predictability to the multilateral system and, as a consequence, to create the conditions for sustainable economic growth and balanced trade performance.

The increase of public support for the WTO will depend on the capacity of national governments to concentrate efforts in the implementation of the decisions taken at the Uruguay Round. Proposals for the incorporation of new areas of negotiation must be received very cautiously, for they may hamper the consolidation of the agreements signed in Marrakech and threaten the consensus which has guaranteed the survival and the improvement of the multilateral trading system.

WTO credibility would greatly benefit from more concrete progress in the negotiations in traditional trade sectors, such as agriculture, clothing and textiles, where the existing rules are hardly compatible with the general principles of the multilateral system and with the very spirit of the WTO. If liberalization marches at different paces, slowly in traditional sectors, fast in non-traditional ones, such as services and investment, the Organization will fall short of the image of necessary credibility and balance.

The second question Brazil was asked to address was “To what extent do we share the need to strengthen the multilateral system in order to help us achieve our national goals?”.

On this subject, I would like to make two

comments, related to the difficulties of our countries to conciliate national goals and the strengthening of the multilateral trading system. The first one affects developing countries. It is the fact that they lack financial or technical resources to make use of trade remedies available under the WTO Agreements, such as anti-dumping and safeguards, what jeopardizes their very ability to ensure fair competition in the domestic market. In contrast, developed countries are well equipped to use the different trade remedies available, very frequently with scarce consistency with multilateral disciplines, especially in the case of anti-dumping measures. Another difficulty arises from the fact that new international rules may eventually constrain the capacity of national governments to freely adopt economic policies. Such policies are often necessary to cope with adverse effects caused by liberalization, such as trade deficits and balance-of-payment difficulties.

The last question has been enunciated as follows: “What are the priorities of the private sector? To what extent are these reflected in the priorities we are pursuing nationally and/or regionally through trade initiatives?”

I believe that it is very difficult to generalize about the private sector. Priorities may greatly differ from segment to segment. The import and the export sectors demand different trade, monetary and fiscal policies from the governments. For the import sector, the priority is the maintenance of an open and predictable trade regime. The export sector requests from governments, at the national level, export and production incentives and a flexible exchange rate policy. At the international level, they require harmonization of international rules (standards, technical barriers and rules of origin). Industries strongly affected by trade liberalization and globalization claim for the use of safeguard measures in order to protect them from import surges. In short, not all the different priorities of the private sector can be equally reflected in the priorities governments are pursuing at the national or multilateral level through

trade initiatives.

As all the Ministers here are perfectly aware, negotiating at the domestic level can be as delicate and complex as at the international level. In the years to come, our task is therefore to strive to

accommodate shifting domestic constituencies so as to ensure a broad support for the strengthening of the multilateral trading system.

Thank you.



Inauguração da Feira Brasil-Alemanha de Tecnologia para o Mercosul-Febral'95

Projeto de discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da inauguração da Feira Brasil-Alemanha de Tecnologia para o Mercosul-Febral'95. São Paulo, 27 de novembro de 1995

O Brasil orgulha-se de sediar, nesta cidade de São Paulo, a maior exposição de tecnologia que a Alemanha promove, fora do seu território, nos últimos anos, a FEBRAL'95.

Para mim, é uma honra co-presidir esta inauguração, ao lado do meu bom amigo, o Presidente da República Federal da Alemanha, Roman Herzog. Ao estar aqui, o Presidente do Brasil quer assinalar a importância que todos nós, brasileiros, reconhecemos nesta mostra e no gesto do governo e do empresariado alemães de promovê-la no Brasil.

Quero saudar, em nome do povo e do governo brasileiros, todos os expositores e os organizadores que, com a sua disposição e o seu empenho, tomaram possível esta feira.

A FEBRAL vem somar-se a uma série de iniciativas que vão marcando o caminho de uma amizade exemplar e sempre crescente entre a Alemanha e o Brasil.

Eu mesmo tive o prazer de participar pessoalmente de uma dessas iniciativas, com a visita de estado que realizei à Alemanha em setembro último. Aquela visita e esta que agora faz ao Brasil o Presidente Herzog marcam o início de uma nova era no relacionamento entre o Brasil e a Alemanha.

Com espírito prático, com sensibilidade, estamos aproveitando os notáveis progressos que se

verificam tanto na Alemanha como no Brasil para fazê-los incidir sobre as nossas relações, de forma que elas se beneficiem desses avanços ao mesmo tempo em que contribuem para consolidá-los.

E isso porque as nossas relações têm um impacto notável sobre o nível da atividade econômica e do emprego em nossos países. É importante que nós tenhamos consciência disso: as relações entre os países são também parte da economia, também têm uma incidência direta em nossa capacidade de crescer, gerar riqueza e distribuí-la melhor através de empregos mais numerosos e mais bem remunerados.

Por isso a minha insistência em participar pessoalmente, através de uma intensa diplomacia presidencial, das iniciativas diplomáticas que o Brasil vem tomando para ampliar e reforçar as nossas relações com nossos principais parceiros em todo o mundo.

Senhor Presidente,

A expressão desta mostra, que reúne 320 expositores de equipamentos, serviços e tecnologias para os mais importantes setores da atividade econômica, sintetiza os muitos aspectos que falam de uma parceria notável entre a Alemanha e o Brasil.

Ela fala, por exemplo, da presença alemã

na economia brasileira, uma presença tão forte que se pode considerar São Paulo, com suas cerca de 800 empresas com participação alemã aqui instaladas, o maior centro industrial alemão no mundo.

Ela fala do interesse que o Mercosul e, dentro do Mercosul, o Brasil, despertam na Alemanha, pela extensão, qualidade e potencial de um mercado de mais de duzentos milhões de consumidores.

E o nosso mercado é um mercado que se abre corajosamente, mas com critério, à economia internacional, procurando participar de forma competitiva do comércio internacional de bens e serviços e dos fluxos de capitais produtivos e tecnologias.

E, ao escolher o tema do meio ambiente e das tecnologias ambientais como destaque, a FEBRAL ressalta não apenas uma área fundamental e da maior atualidade no planejamento e no desenvolvimento das atividades econômicas, mas também um tópico-chave na agenda de cooperação e entendimento entre o Brasil e a Alemanha.

Afinal, nossos países desenvolveram uma notável consciência ambiental e souberam construir uma parceria muito expressiva nessa área, contribuindo, cada qual a seu modo, para o extraordinário êxito que foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, cujo seguimento os governos alemão e brasileiro estão empenhados em estimular e promover.

Por isso, o meio ambiente está entre as primeiras prioridades da nossa cooperação nessa nova fase que inauguramos no nosso relacionamento, e é particularmente oportuno que a FEBRAL possa mostrar o que a Alemanha tem a oferecer em matéria de tecnologias ambientalmente eficientes.

Senhor Presidente,

Nós recebemos a FEBRAL como uma prova da confiança que o governo e empresariado alemão depositam no futuro da economia dos países do Mercosul e particularmente do Brasil.

De fato, nunca antes nós contamos com tantos elementos favoráveis a uma aproximação ainda maior entre a Alemanha e o Brasil, dois parceiros tradicionais que souberam desenvolver uma cooperação e um intercâmbio exemplares entre um grande país desenvolvido e um grande país em desenvolvimento.

A Alemanha desponta hoje como uma força política, econômica e tecnológica no mundo. Sua posição como segundo maior investidor no Brasil expressa perfeitamente essa força. O papel que esses investimentos tiveram e continuam tendo no desenvolvimento brasileiro é reconhecido por todos nós.

A capacidade alemã de gerar e exportar tecnologias, tão bem retratada nesta feira, fazem da Alemanha um foco de atenção prioritária de países que, como o Brasil, se encontram no limiar de um salto qualitativo no seu desenvolvimento industrial e tecnológico.

De nossa parte, a estabilização, as reformas e a retomada do crescimento em bases sustentáveis, aliadas à confiança e credibilidade de uma democracia consolidada, conferem um novo perfil e uma nova projeção internacional para o país.

Mas não se trata apenas de uma questão de prestígio, trata-se de condições objetivas, arduamente perseguidas pelos brasileiros. E essas condições servem-nos também para aprimorar nossas parcerias externas e colocá-las a serviço daquilo que importa: o progresso material e espiritual do povo brasileiro, com justiça social.

A amizade com a Alemanha é exemplar nesse sentido. A qualidade e a facilidade do diálogo político traduzem uma intimidade que abre ainda mais caminhos ao intercâmbio e à cooperação.

O próprio perfil do nosso comércio bilateral, composto principalmente de bens de alto valor agregado e grande conteúdo tecnológico, fala de uma relação qualitativamente importante para ambos os sócios.

Os investimentos produtivos alemães são muito bem vindos e têm representado uma

convergência de interesses de ambos os países. Eles produzem atividade econômica, geram empregos e riqueza no Brasil e lucros seguros para os investidores.

É muito importante para o Brasil que esses investimentos sejam cada vez mais direcionados para atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em nosso território.

Nosso país oferece uma adequada infraestrutura laboratorial e conta com recursos humanos especializados e legislação de incentivos fiscais para a pesquisa científica e tecnológica, que reduz os custos.

A crescente capacidade tecnológica brasileira é prova de que temos um potencial nessa área, que queremos explorar em convergência com nossos parceiros.

Senhor Presidente,

Ao fazermos esta inauguração solene, que reúne os dois governos e o empresariado brasileiro e alemão, nós estamos dando um grande passo.

A FEBRAL'95 será instrumental no crescimento acentuado que nós antevemos nas relações de intercâmbio e cooperação entre a Alemanha e o Brasil e na transferência de tecnologias indispensáveis ao desenvolvimento brasileiro e dos nossos sócios no Mercosul.

Quero desejar muito sucesso a esta mostra e mais uma vez congratular-me com os seus organizadores e participantes, atores importantes de um capítulo da história de amizade e entendimento que une a Alemanha e o Brasil.

Muito obrigado.



XXII Sessão da Comissão-Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da abertura da XXII Sessão da Comissão-Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica. São Paulo, 28 de novembro de 1995.

É com grande satisfação que, em nome do Governo brasileiro, quero dar-lhes as boas vindas nesta solenidade conjunta de abertura da XXII Comissão Mista de Cooperação Econômica e do Encontro Empresarial Brasil-Alemanha. Gostaria de ressaltar, de forma muito especial, a presença do Ministro Günter Rexrodt, um amigo do Brasil e um interlocutor da maior importância no diálogo aberto entre nossos dois países.

É particularmente oportuno que este encontro esteja ocorrendo em São Paulo. Por muitos considerada a principal cidade industrial alemã, aqui se fixaram cerca de 800 das 1200 empresas alemãs com investimentos no Brasil. São números eloqüentes sobre o que são e ainda podem vir a ser as relações entre o Brasil e a Alemanha.

A qualidade especial dessas relações — fundadas em uma amizade exemplar, no dinamismo de nossa cooperação nos campos político e econômico e, sobretudo, no desejo compartilhado de fortalecer os laços humanos que nos unem — aponta inequivocamente em direção a um futuro promissor para a parceria Brasil-Alemanha.

E o que estamos buscando fazer, com grande sentido de oportunidade e pragmatismo, é explorar todo o potencial de uma parceria altamente viável entre um país desenvolvido e outro em

desenvolvimento, países com realidades sócio-econômicas bastante diversas, mas com uma convergência de valores e uma identidade de percepções e de interesses que atua como fator singular de aproximação.

Por isso mesmo muito me alegra verificar, na participação significativa dos meios empresariais brasileiro e alemão nos eventos que hoje estamos inaugurando, um desejo de aprofundar o conhecimento mútuo e de intensificar os contatos bilaterais que transcende a esfera governamental.

A participação do setor privado na construção de uma parceria exemplar tem sido justamente um dos elementos-chave das relações entre o Brasil e a Alemanha. Afinal, é a identificação de interesses concretos que nos tem permitido construir juntos um patrimônio substancial, baseado em correntes comerciais, tecnológicas e de investimentos altamente dinâmicas.

Tudo isso respaldado em relações políticas pautadas pela fluidez, pelo respeito mútuo e pelo entendimento, relações que cultivamos cuidadosamente ao longo do tempo, desde a chegada ao Brasil de expressivas levas de imigrantes alemães no século XIX.

Não surpreende, pois, que a Alemanha seja hoje o quarto maior parceiro comercial do Brasil no

mundo e o segundo maior investidor na economia brasileira, com quase 15% do total de investimentos externos no País, o que a coloca em primeiro lugar entre os países da União Européia. Mais do que isso, temos também com a Alemanha uma cooperação técnica, científica e tecnológica que se destaca entre os programas que mantemos com outros países industrializados.

É natural, portanto, que, ao falar da parceria entre o Brasil e a Alemanha, não hesitemos em qualificá-la como verdadeira parceria estratégica.

Senhoras e Senhores,

Estamos empenhados em fortalecer ainda mais essa parceria.

Eu mesmo pude testemunhar, nos contatos que mantive em Bonn em julho passado, que o Governo alemão compartilha plenamente a prioridade que atribuímos às nossas relações.

Essa prioridade ganhou expressão máxima na visita recentemente realizada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso à Alemanha. Elevada à condição de visita de Estado, a visita realçou de forma perfeita o brilho natural da amizade teuto-brasileira.

Agora é a nossa vez de retribuir a hospitalidade do povo alemão, recebendo o Presidente Roman Herzog em sua visita de Estado ao Brasil. É nela que se inserem estes dois eventos, bem como a FEBRAL'95, a maior feira de tecnologias alemãs já realizada fora da Alemanha, que foi inaugurada ontem pelos mandatários dos dois países.

Juntas, essas duas visitas de Estado, realizadas em tão curto espaço de tempo, sinalizam o início de uma nova etapa das relações bilaterais, uma etapa de consolidação dos êxitos passados e de exploração de novas oportunidades que se abrem para a parceria Brasil-Alemanha em todos os campos.

As condições para um avanço qualitativo de nossas relações não poderiam ser mais propícias. Brasil e Alemanha estão vivendo um momento particularmente favorável no plano interno, com

reflexos positivos para a inserção internacional de cada um.

A Alemanha, fortalecida pela reunificação, tornou-se um pólo de desenvolvimento de irresistível atração, cuja geografia, demografia e importância econômico-financeira a projetam inelutavelmente para o centro do cenário europeu para uma posição de relevo nas relações internacionais do pós-Guerra Fria, como representante dos valores de democracia, liberdade e solidariedade.

O Brasil, por sua vez, recupera rapidamente o espaço perdido durante o período de turbulência econômica dos anos oitenta. Nossas dimensões físicas, nosso perfil demográfico, nossa estabilidade social e política são hoje reforçados por um quadro econômico muito favorável, conformando todas as características de um mercado dinâmico de enorme potencial.

A seriedade com que estamos executando o Plano Real e aprovando as reformas constitucionais necessárias à abertura e à modernização da economia brasileira, num contexto de plenitude democrática, atestam a determinação da sociedade brasileira a dar um salto qualitativo no desenvolvimento nacional.

Nossos parceiros têm sabido reconhecer o efeito positivo desse processo interno sobre a projeção internacional do Brasil. Por isso estamos engajados em intensa atividade diplomática, reformulando prioridades e investindo em novas iniciativas. A Alemanha tem papel um privilegiado a desempenhar nessa nova fase do desenvolvimento brasileiro. Por isso quisemos responder à importante "Iniciativa Latino-americana" do Governo alemão com nossa própria "Iniciativa alemã".

Anunciada ao Presidente Herzog pelo Presidente Fernando Henrique, no último dia 21, buscamos com ela estimular, na esfera governamental, novas ações coordenadas com a Alemanha em vários campos, entre os quais, e aqui cito as palavras do Presidente Fernando Henrique, "o diálogo político; a cooperação financeira; a cooperação e o intercâmbio econômico em áreas-

chave como transporte, telecomunicações, privatização e energia; a cooperação técnica e científica, inclusive na área espacial; a cooperação cultural e a cooperação ambiental”.

Essa tarefa é facilitada pela circunstância de que Brasil e Alemanha são “global players” que se encontram no centro gravitacional de suas respectivas regiões.

Isso os identifica e facilita a convergência de posições em uma vasta gama de temas internacionais, entre os quais destaco a reforma da ONU, em particular do Conselho de Segurança, o apoio aos regimes democráticos, a defesa da paz e da segurança internacionais, o respeito aos direitos humanos e o compromisso com a aproximação entre o Mercosul e a União Européia.

Trata-se de um campo fértil para

desenvolvermos nossa parceria estratégica.

Esta XXII Comissão Mista e o Encontro Empresarial têm uma importante contribuição a dar nesse sentido: traduzir o vasto leque de possibilidades aberto para a cooperação bilateral em projetos concretos que resultem em mais riqueza, mais emprego e mais bem-estar para brasileiros e alemães. É esse o objetivo maior desse nosso exercício conjunto.

Ao dar-lhes novamente as boas-vindas e ao desejar-lhes sucesso nestas discussões, quero deixar registrada a minha confiança em que, juntos, saberemos vislumbrar, no alvorecer desta nova etapa que estamos adentrando, o início de um longo período de realizações da amizade que une Brasil e Alemanha.

Muito obrigado.



Brasil-Moçambique

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luis Felipe Lampreia, por ocasião do jantar que oferece ao Chanceler da República de Moçambique, Doutor Leonardo Santos Simão. Brasília, 28 de novembro de 1995.

Em nome do Governo brasileiro, quero registrar a satisfação com que recebemos a visita de Vossa Excelência e da ilustre comitiva que o acompanha.

Ao homenageá-lo neste jantar de conagração entre brasileiros e moçambicanos, queremos que Vossa Excelência leve ao seu povo e ao seu governo a expressão da amizade fraterna do povo e do governo brasileiros.

Vossa Excelência tem presente o quanto nós nos orgulhamos de nossas raízes africanas, parte inseparável da nossa própria identidade nacional e cultural e certamente uma dimensão que se manifesta com particular força na definição da África como um dos focos prioritários de atenção da diplomacia brasileira.

A sua presença no Brasil, que se estenderá a várias cidades e possibilitará inúmeros contatos com a realidade política e econômica brasileira, constitui um marco importante nas nossas relações. Estou certo de que esta visita será na verdade um catalisador para o relançamento dessas relações em novas bases.

Vossa Excelência traz ao Brasil a palavra de um país que soube reencontrar na paz e na democracia o caminho do desenvolvimento e da busca do bem-estar para o seu povo.

Com a realização das eleições gerais multipartidárias em outubro do ano passado,

Moçambique tornou-se uma nova força na África Austral, uma força que renasce na liberdade e na unidade do seu povo e sobre a riqueza e o potencial do seu território. O povo moçambicano dá ao mundo, e particularmente à África, um exemplo de que a conciliação e a cidadania são capazes de fazer mais por uma nação do que os falsos atrativos das políticas de poder e de força.

O Brasil participou da Operação das Nações Unidas em Moçambique — ONUMOZ — com a certeza de que estava contribuindo para a consolidação de um processo que devolveu ao povo moçambicano a promessa do desenvolvimento com justiça social — uma promessa que nasceu com a independência, mas foi adiada pelo conflito.

Com a participação de todo o seu povo nos esforços para assegurar níveis elevados de crescimento econômico com justiça social, Moçambique uniu-se às duas forças que conduzem à revolução dos anos 90 em todo o mundo: a democracia e a liberdade econômica.

Nós saudamos essa nova era da vida moçambicana, que já se tem traduzido, no plano diplomático, em um maior protagonismo de Moçambique, cujo recente ingresso na Commonwealth amplia os seus espaços de atuação e reforça o seu perfil regional e internacional, em benefício do conjunto das suas parcerias.

No Brasil, estamos certos de que o que ocorre em Moçambique terá um efeito multiplicador, no plano político e no plano econômico, por toda a África, fortalecendo a esperança em um continente que continua sendo uma das referências obrigatórias da política externa brasileira.

E essa nova fase da vida moçambicana também nos anima a procurar responder, no plano bilateral, com o compromisso de dar um novo impulso às nossas relações.

A visita de Vossa Excelência, aliás, é uma oportunidade para que o Governo brasileiro mais uma vez reafirme a prioridade que confere às relações do Brasil com a África Austral e com cada um dos países que a compõem.

As relações do Brasil com essa região ganharam um novo impulso com a independência da Namíbia, o bom encaminhamento do processo de paz e a democratização em Angola e Moçambique e o fim do *apartheid* na África do Sul.

Nossas parcerias podem agora se renovar, constituindo, do nosso ponto de vista, uma sensível ampliação da presença brasileira na África, e, do ponto de vista dos países amigos, um instrumento adicional na retomada do seu crescimento econômico.

A esse interesse concreto soma-se também o diálogo político e a coordenação que podemos desenvolver em torno de um grande número de tópicos da agenda internacional em que temos interesses e pontos de vista coincidentes ou próximos — começando pela própria consolidação da paz e da democracia em regiões antes conturbadas pelo conflito e pela violência.

Como os países da África Austral, o Brasil também operou uma transformação significativa na sua vida nacional, estabilizando a sua economia, ampliando o processo de reformas estruturais e com isso retomando o crescimento em bases mais sólidas e sustentáveis — e tudo isso com uma democracia consolidada que garante estabilidade política e social.

Senhor Ministro,

A visita de Vossa Excelência constitui uma oportunidade para que nossos Governos revitalizem as relações entre o Brasil e Moçambique. Há muito espaço para a ampliação do nosso diálogo e coordenação política, no marco bilateral e no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que está em fase final de gestação.

Há também vários campos para o desenvolvimento da cooperação bilateral, como, por exemplo, a retomada do projeto de exploração de jazidas carboníferas na região de Moatize, a formação de recursos humanos e o reequipamento da Marinha moçambicana, o treinamento da polícia civil, a reestruturação do Poder Judiciário e a participação de empresas brasileiras no processo de reconstrução econômica de Moçambique.

A visita de Vossa Excelência também constitui um impulso ao aperfeiçoamento da estrutura jurídica do nosso relacionamento. São várias as áreas em que é possível alcançarmos acordos que possam contribuir para o desenvolvimento das relações bilaterais: assuntos consulares e vistos em passaportes, transportes aéreos e proteção e garantia recíproca de investimentos. Também contamos com a Comissão Mista bilateral, reunida pela última vez em 1989 e cuja convocação pode ser instrumental para um grande avanço qualitativo nas nossas relações de intercâmbio e cooperação.

Brasil e Moçambique integram respectivamente o Mercosul e a SADC. Nós temos levantado junto a nossos interlocutores que integram a SADC o interesse que haveria para ambos os agrupamentos regionais em explorar formas de aproximação entre as duas regiões, com o objetivo de promover uma associação que possa servir ao propósito de ampliar e liberalizar o comércio entre a África Austral e o Cone Sul-Americano, valendo-nos da vizinhança marítima entre as duas regiões.

Esperamos que, por ocasião da próxima reunião do Instituto Afro-Latino-Americano, no Rio de Janeiro, no próximo ano, possamos contar com a

presença de Vossa Excelência. Nós temos presente a sua participação ativa na reunião de Swakopmund, em abril último, e a contribuição que deu para a criação do Instituto como um valioso instrumento de cooperação entre as nossas regiões.

Finalmente, não posso deixar de assinalar que o novo perfil internacional de Moçambique, a densidade e o potencial das nossas relações justificam a nossa expectativa de ver em breve instalada em Brasília a Embaixada residente do seu país.

Senhor Ministro,

Creio que interpreto corretamente o sentimento de todos nós ao dizer que nunca antes foram tão boas as perspectivas para transformar em

realizações concretas a amizade fraterna e a identidade que nos unem.

Vamos trabalhar juntos para que os progressos que se verificam tanto em Moçambique como no Brasil possam refletir-se positivamente nas relações entre dois países que são fraternalmente ligados por laços de identidade histórica e cultural e por inúmeros interesses comuns.

É com esse espírito que eu peço a todos que se juntem a mim em um brinde pela paz e prosperidade em Moçambique, pelas crescentes relações de amizade fraterna entre os nossos países e pela saúde e ventura pessoais do Presidente Joaquim Chissano.

Muito obrigado.



Cerimônia de assinatura de acordo de sede

Palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião da cerimônia de assinatura do acordo de sede entre o Governo Brasileiro e a Corporação Andina de Fomento. Brasília, 1º de dezembro de 1995.

O acordo que nós acabamos de assinar dá uma dimensão material à adesão do Brasil à Corporação Andina de Fomento, formalizada através de acordo entre o Banco Central do Brasil e a própria CAF.

O acordo de sede permite efetivar essa adesão e dar início ao trabalho de cooperação e de parceria que nós esperamos desenvolver com a Corporação. Ele também completa uma etapa importante do processo de integração cada vez mais intenso entre o Brasil e os países andinos.

Na verdade, nossa adesão à CAF cria mais uma dimensão de identidade e associação entre o Brasil e esses países, com os quais já compartilhamos a condição de países amazônicos e a vizinhança geográfica.

Amplia-se, portanto, a rede dos interesses que nos aproximam e que tendem a fortalecer a América do Sul como um grande espaço de entendimento político, de integração econômica e de cooperação.

O Governo brasileiro e os governos dos Estados brasileiros passam a contar com um instrumento muito concreto de desenvolvimento, uma agência financeira que tem tido grande êxito no financiamento de projetos de desenvolvimento nos países-membros, com grande efeito multiplicador e positivo impacto social e econômico.

O Governo brasileiro tem acompanhado com interesse o desenvolvimento das atividades da Corporação como agência de desenvolvimento regional. Nós a encaramos como um exemplo de sucesso no quadro da cooperação entre países vizinhos e de grau de desenvolvimento semelhante — um instrumento bem dimensionado, realista e pragmático, ao qual nos orgulhamos de passar a pertencer.

Antiga aspiração brasileira, a adesão à CAF nos dará acesso a recursos que facilitarão e mesmo viabilizarão a execução de importantes obras de infraestrutura.

Essas obras são cada vez mais necessárias ao desenvolvimento sobretudo da região norte e centro-oeste do Brasil, ao processo de integração crescente que vem ocorrendo entre o Brasil e os países andinos e melhoria da participação dessas regiões nos fluxos regionais e internacionais de comércio, investimentos e tecnologias.

Elas são também uma resposta a muitos anseios concretos dos Estados que compõem essas regiões e que passam a ter agora uma nova opção de financiamentos internacionais para alavancar o seu desenvolvimento.

No caso brasileiro, esses recursos viabilizarão projetos de desenvolvimento da infraestrutura em duas regiões particularmente importantes

na etapa atual do desenvolvimento brasileiro e cada vez mais valorizadas no plano interno e internacional.

A Amazônia e o Centro-Oeste dependem de obras de infra-estrutura e interconexão viária para tornar possíveis estratégias de desenvolvimento sustentável e para tirar melhor proveito da integração do Brasil com as economias vizinhas e da possibilidade de ampliarmos ainda mais os nossos contatos com a região caribenha e do Pacífico a partir do Centro-Norte brasileiro.

A melhoria da infra-estrutura de comunicações, de transportes e portuária, entre outras, integrará melhor essas regiões também ao resto do Brasil, ao mesmo tempo em que contribuirá para a interconexão das regiões amazônica e platina,

que respondem por uma vasta extensão da nossa América do Sul.

Portanto, Senhor Presidente, é com muita expectativa e justificado orgulho que nós completamos o nosso processo de adesão à Corporação Andina de Fomento. Temos consciência de que essa iniciativa trará imensos benefícios para o Brasil e para as suas relações com os vizinhos andinos. E estamos certos de que, juntos, estamos dando um passo fundamental para a integração e o desenvolvimento econômico e social de toda a América do Sul, uma empreitada que cada vez mais se torna uma obra coletiva dos nossos povos e dos nossos Governos.

Muito obrigado.

Tratado de Cooperação Amazônica

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na V Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Países-Membros do Tratado de Cooperação Amazônica. Lima, 4 de dezembro de 1995.

Em nome do Governo e da Delegação do Brasil, quero agradecer a hospitalidade fraterna que nos está sendo oferecida pelo Governo e pelo povo peruanos. Ela torna possível que esta V Reunião de Chanceleres do Tratado de Cooperação Amazônica se realize dentro do espírito compartilhado de solidariedade regional e confraternização que sempre inspirou o nosso trabalho em favor do desenvolvimento sustentável na região amazônica.

O Brasil participa desta Reunião com a satisfação de ver novamente em ação o foro institucional máximo do Tratado de Cooperação Amazônica. Desde a última reunião ordinária de Chanceleres do Tratado, em 1991, as mudanças que ocorreram no mundo e em nossa região e, particularmente, os avanços no plano conceitual e prático gerados na Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, contribuíram para uma extraordinária valorização da Amazônia e de seus recursos naturais, tanto no plano interno dos nossos países quanto no plano internacional.

Em um mundo baseado cada vez mais na competitividade econômica e na capacitação tecnológica, mas que ao mesmo tempo dá extraordinária importância à proteção ambiental, a Amazônia cresce como potencial, como desafio e como oportunidade para os países que sobre ela detêm soberania e responsabilidade.

Nós temos portanto um mandato e um objetivo claros: colocar essa valorização da Amazônia a serviço da região e das relações entre os nossos países.

O conceito de desenvolvimento sustentável, aliado à consciência sobre a riqueza do patrimônio ambiental amazônico, particularmente da sua biodiversidade, fortaleceram em nossos países o sentimento de que a Amazônia tem uma importância central em nossos projetos de desenvolvimento econômico e social. Eles fortalecem também a noção de que é possível o desenvolvimento da Amazônia em harmonia com a utilização racional e sustentada dos seus recursos naturais, em benefício das suas populações.

Esse é o espírito e essa é a letra do Tratado de Cooperação Amazônica, que ganham por isso uma grande atualidade e nos recordam o quanto o Tratado foi uma iniciativa feliz e oportuna.

Em matéria de planejamento e execução de políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia, o nosso Tratado constitui um instrumento fundamental, já provado na sua função de promover a coordenação dos seus países-membros e com realizações significativas em matéria de cooperação regional.

A paz, a consolidação da democracia, a retomada do crescimento econômico com

estabilidade, a valorização internacional da nossa região e o desenvolvimento de uma nova consciência amazônica em nossos países constituem realidades e incentivos inéditos para que os nossos Governos promovam um entendimento ainda maior no marco do Tratado de Cooperação Amazônica.

O Brasil tem esse compromisso, porque tem um interesse primordial na Amazônia, cuja parcela brasileira, equivalente a 70% do total da região, corresponde a cerca de 60% de nosso território nacional. São números eloqüentes sobre o sentido de prioridade que nós brasileiros damos à região. E essa prioridade tem sido objeto de um trabalho sistemático de definição de uma política nacional integrada para a Amazônia Brasileira, da qual a dimensão internacional é um componente-chave.

Por essas razões, o Governo brasileiro está empenhado em revitalizar o Tratado de Cooperação Amazônica com base em diretrizes que deseja compartilhar com os parceiros da região.

Primeiro, é preciso, antes de mais nada, reiterar e consolidar o enfoque estratégico que sempre caracterizou o Tratado como um instrumento diplomático de coordenação dos países-membros em torno do desenvolvimento sustentável da Amazônia e de afirmação de uma visão comum para a sub-região.

Essa é a melhor tradição do Tratado e a garantia de que ele poderá continuar a ser um instrumento eficaz de projeção internacional da nossa região — não objeto de cobiça ou conjunto de problemas, mas um patrimônio econômico, ambiental e diplomático capaz de promover as relações entre os países que a compartilham e de reforçar o seu perfil regional e internacional.

Um exemplo notável do poder do Tratado como foro de concertação política entre os seus membros foi a reunião preparatória que realizamos com vistas à nossa participação na Conferência do Rio, em 1992. Graças a essa concertação, os países amazônicos chegaram à Rio-92 com uma visão mais clara e integrada sobre a região amazônica e sobre

os novos desafios e oportunidades que a própria Conferência colocou para os nossos países.

Essa mesma concertação será fundamental na preparação de nossa participação na Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, que ocorrerá na Bolívia, no ano que vem, e para a qual nossos países devem chegar preparados também em matéria de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental na região amazônica.

Segundo, é preciso reforçar o perfil do nosso Tratado como um mecanismo catalisador da cooperação entre os países amazônicos e da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental da Amazônia. Para isso, é fundamental que sejamos capazes de melhor definir as áreas e linhas de ação prioritárias sobre as quais se devem concentrar os esforços políticos do nosso grupo, com sentido de pragmatismo e objetivos e metas claramente definidos. Em um mundo de recursos escassos, a definição de prioridades, a busca de efeito multiplicador das iniciativas e, sobretudo, a busca de impacto real sobre o desenvolvimento da região devem orientar o nosso trabalho.

Nossa tarefa é facilitada pela evolução positiva da temática do desenvolvimento sustentável no plano internacional e pela crescente capacidade dos nossos países de tratar dos assuntos amazônicos e de desenvolver cooperação inclusive outros parceiros.

Terceiro, é preciso atualizar a pauta de cooperação no âmbito do Tratado, enfocando-a em um número concentrado de temas que traduzam as grandes prioridades da região e que explorem as áreas em que somos capazes de desenvolver cooperação útil seja entre nós mesmos, seja com o concurso de parceiros extra-regionais e organismos internacionais. Seletividade e relevância, eis a linha-mestra de uma estratégia amazônica que potencialize os benefícios almejados pelo nosso Tratado.

E, finalmente, como quarto elemento, é preciso repensar a questão do Secretariado do nosso

mecanismo, de forma a dar-lhe eficácia e capacidade de atuação e de resposta em estreita coordenação com os Governos e dentro dos limites impostos pelo espírito e pela letra do próprio Tratado. A idéia de criação de uma Secretaria Permanente, ágil e eficiente, como um braço executivo, pode ser uma das formas de avançarmos no fortalecimento institucional do Tratado para contarmos com suporte apropriado para as iniciativas de cooperação e para os trabalhos de coordenação no âmbito do nosso mecanismo amazônico.

Com essas idéias, que traduzem o renovado

compromisso brasileiro com o Tratado de Cooperação Amazônica e com o futuro da região, o Brasil comparece a esta reunião de Lima confiante em que estaremos inaugurando uma nova etapa da cooperação e da coordenação amazônicas. Será uma resposta adequada e corajosa aos desafios contemporâneos que se vêm somar ao imperativo de desenvolver a Amazônia em bases sustentáveis e respeitando e protegendo o extraordinário patrimônio ambiental que ela oferece aos países que sobre ela têm soberania e responsabilidade.

Muito obrigado.



Protocolo de Intenção - Itamaraty/Sebrae

Palavras do Senhor Secretário-Geral, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião da assinatura do Protocolo de Intenção - Itamaraty/Sebrae. Brasília, 08 de dezembro de 1995.

É com grande satisfação que participo desta cerimônia de assinatura do Protocolo de Intenção entre o Itamaraty e o SEBRAE. Os esforços empreendidos pelo Governo e pelo setor privado com o objetivo de elevar a produtividade da empresa nacional e o volume do comércio exterior brasileiro passam necessariamente pelo estímulo e pelo apoio às pequenas e médias empresas.

O Protocolo de Intenção que sela a parceria entre o Itamaraty e o SEBRAE tem por finalidade facilitar o acesso das pequenas e médias empresas a informações sobre programas de cooperação internacional, oportunidades de comércio exterior e pesquisas em ciência e tecnologia.

A informação torna-se, hoje, mais do que nunca, um fator fundamental do bom negócio e da modernização e capacitação das empresas. Ao aproximar-se do SEBRAE, e das pequenas e médias empresas que a entidade representa, o Itamaraty procura oferecer sua experiência na área de informação e promoção comercial, a fim de disseminar dados que, de outra maneira, seriam inacessíveis aos pequenos e médios empresários. A ampliação das oportunidades de negócios, por meio do acesso às informações, é indispensável tanto para o sucesso particular de cada empresário quanto para

o desenvolvimento do país como um todo. O Brasil só tem a ganhar com o aumento da competitividade internacional de seus agentes econômicos e com a elevação de suas exportações. A este respeito, a pequena e a média empresa podem desempenhar um papel primordial.

Para além de sua enorme capacidade de gerar empregos, elas dispõem de um potencial ainda pouco explorado para o comércio exterior e, em particular, para uma maior participação das exportações brasileiras. Se ainda é relativamente tímida a atuação internacional das pequenas e médias empresas, isto se deve, em grande medida, às dificuldades de acesso a informações sobre oportunidades de negócios, ao contrário do que ocorre com as grandes empresas.

Nesse sentido, proporcionar aos pequenos empresários o acesso a dados e serviços voltados para o aumento da eficiência comercial é condição indispensável para que se amplie a participação do setor no produto e no comércio exterior brasileiro. Estou seguro de que a parceria que ora estabelecemos entre o Itamaraty e o SEBRAE em muito contribuirá para alcançarmos este objetivo.

Muito obrigado.



Conferência na Academia Chinesa de Ciências Sociais

Conferência do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Academia Chinesa de Ciências Sociais: O Cenário Internacional no ano 2000: o papel do Brasil e da China”. Pequim, 13 de dezembro de 1995.

É com prazer que venho à Academia de Ciências Sociais para um encontro entre colegas, que certamente compartilham comigo o que há de fascinante no trabalho de analisar os movimentos da sociedade.

O objeto de nossos estudos sempre revelou paradoxos e contradições que, no mundo contemporâneo, talvez se tenham acentuado ainda mais.

Uma das primeiras lições dos mestres clássicos das Ciências Sociais é a de que o cerne de nossa atividade científica está na compreensão das razões e do sentido das mudanças: e, ao mesmo tempo, na advertência sobre o risco de fazer previsões.

Aprendemos que o inesperado é parte necessária da realidade. Falar do futuro é difícil, porém indispensável, pois, sem entender as tendências e as perspectivas de como as sociedades caminham, ficaremos desarmados para tentar, pela ação humana, transformá-las na direção de soluções mais justas e equânimes.

Na Linguagem da Sociologia, não há mais atores sociais que sejam “donos” da utopia, exatamente porque os problemas atuais afetam a Humanidade como um todo.

Vim falar do papel futuro do Brasil e da China num momento em que ocorre uma aceleração da

dinâmica da história contemporânea.

Nossa capacidade de antecipar o futuro foi duramente questionada na última década, porque ninguém conseguiu antever com clareza a cadeia de eventos que levaria ao fim da Guerra Fria.

Hoje, uma das poucas certezas que podemos ter quanto ao futuro é a de que tudo vai mudar. E mudar rapidamente.

A História revelou, não sem certa dose de ironia, que o conceito de “revolução permanente” tomou-se uma realidade incontestável, mas com novos contornos: a “revolução permanente” deslocou-se da dimensão política para a tecnológica.

Não que endosse a noção dos que, no campo político e dos valores, apregoam o fim da História. Não hesitaria, contudo, em identificar no processo científico- tecnológico o verdadeiro motor da “revolução permanente”, que tem condicionado os modos de produção e até as formas de organização social, com impacto sobre a vida política das nações e sobre a comunidade internacional.

Se, por um lado, a mudança permanente nos traz angústias e incertezas com relação ao futuro, por outro, abre janelas de oportunidades inequívocas.

Não podemos deixar que o ritmo das transformações nos desoriente. Não podemos esquecer que, em última instância, é a “arte da Política”, em sua acepção clássica de articuladora

de soluções que sirvam ao bem comum, que comandará os caminhos da verdadeira revolução social.

A idéia do progresso, que foi um elemento central da psicologia coletiva de nossos antepassados, continua válida, só que, agora, deve ter alcance mais abrangente. Porque, ao desejo do simples progresso material, somaram-se outras dimensões, como a da ética, a da justiça social e a ecológica.

O cenário que antevejo para os próximos anos dá margem, assim, a uma visão otimista, pois continuo a acreditar na possibilidade do desenvolvimento da humanidade, do controle do homem sobre seu destino, da capacidade de estabelecer formas mais justas de organização social.

E esse otimismo se reforça quando considero o potencial da China e do Brasil.

Não que o caminho para o desenvolvimento seja fácil ou que inexistam fortes constrangimentos internos e internacionais para o crescimento sustentado de nossas economias.

A grande lição do presente é a de que temos de preparar nossas nações para a “permanência da mudança”, e isso é um desafio complexo para países como o Brasil e a China.

Porque nossos países, com grandes massas territoriais e populacionais, são como transatlânticos: para mudar de rumo, precisam mais do que a vontade ou a força dos motores; precisam também de tempo. E o tempo tomou-se um bem cada vez mais precioso e escasso.

O Brasil e a China têm de enfrentar o desafio da permanência da mudança de forma criativa, aberta e ágil, num diálogo permanente entre seus Governos e suas sociedades, pois disso depende o êxito dos processos de modernização que estamos empreendendo.

Apesar de nossas diferenças culturais e da distância física que nos separa, somos países que têm identidades concretas e interesses comuns a defender no concerto das nações.

O primeiro traço que nos une é o fato de que

somos países em desenvolvimento. Nossos povos aspiram legitimamente a melhores condições de vida.

Mas, dentro do universo dos países em desenvolvimento, pertencemos a um grupo reduzido de nações que combinam grande extensão territorial, população expressiva, uma economia diversificada e de escala. Somos também pólos de dinamismo econômico em nossas regiões, temos uma presença comercial de caráter global, e, mais importante, nossa capacidade de atuação política extravasa a órbita regional para adquirir uma verdadeira projeção mundial.

Os desafios que enfrentamos internamente para promover o desenvolvimento de nossas sociedades complexas apresentam similaridades.

Embora historicamente impulsionados por linhas políticas diferentes, nossos modelos de desenvolvimento têm hoje de buscar soluções para as mesmas questões, como a expansão e modernização da infra-estrutura, a superação de disparidades regionais, a criação de empregos em meio a uma revolução tecnológica intensiva em capital, a atração de investimentos produtivos, o fortalecimento do mercado interno, a compatibilização da abertura comercial com o desenvolvimento de parque industrial competitivo e tecnologicamente avançado e, ainda, o problema do inchaço urbano, em razão do êxodo rural.

Mas que não fique apenas no plano da constatação todas essas nossas identidades. Ao contrário, elas devem ser uma plataforma a partir da qual se desenham linhas de atuação no plano externo.

Se, como disse, o desenvolvimento econômico é a nossa mais evidente aspiração comum, temos interesse em que o quadro internacional seja favorável aos esforços que estamos conduzindo internamente, que não lhes imponha obstáculos.

Assim, a defesa de um sistema multilateral de comércio, com regras universalmente aplicáveis, deve ser objeto de nossa ação coordenada.

O Brasil vê como necessidade o reingresso da China na organização que sucedeu ao GATT, a

Organização Mundial de Comércio. Nenhuma organização que trate de comércio pode ter pretensões de universalidade sem a participação da China, que é a maior parcela da humanidade.

As regras da OMC devem ser implementadas de forma a evitar que novas formas de protecionismo, associadas ou não a motivações alheias ao comércio, venham a impedir que o comércio internacional exerça sua função primordial de motor do crescimento econômico mundial.

A globalização da economia, somada ao fato de que nossos países passaram a receber grande influxo de capitais externos, nos traz a preocupação de minorar os efeitos adversos da volatilidade de fluxos financeiros de curto prazo.

Nos primeiros meses de meu Governo, suscitei o tema, em contactos com líderes do Grupo dos Sete, cuja última Cúpula, em Halifax, deu alguns passos, ainda preliminares, sobre o assunto.

Ao Brasil e à China interessam a estabilidade e a previsibilidade desses movimentos de Capital de curto prazo; mas, interessa-nos, sobretudo, receber investimentos externos de longo prazo, que, complementando nossa poupança interna, irão gerar mais empregos e riqueza.

Neste ponto, temos de reconhecer que Brasil e China são em parte competidores, seja por mercados em gamas de produtos em nível tecnológico semelhantes, seja no campo da atração de investimentos e de tecnologia.

Ser competidor, entretanto, não significa estar em posição de rivalidade. Os fluxos de investimentos não configuram um “jogo de soma zero”, pois, como a globalização demonstra, a tendência é acelerar a internacionalização da produção, com as etapas do processo produtivo repartida entre diferentes países, num movimento sempre crescente de expansão dos fluxos de comércio e de investimentos transnacionais.

Todas as previsões indicam que o comércio internacional continuará a crescer em velocidade maior do que o produto mundial nas próximas décadas.

Por isso, Brasil e China devem intensificar seus fluxos comerciais bilaterais, identificar oportunidades em terceiros mercados e celebrar parcerias industriais e mercantis, como forma de aproveitar experiências mútuas nas várias esferas da atividade produtiva.

Tampouco caberia um sentimento de rivalidade na área tecnológica, na qual o Brasil e a China têm procurado desenvolver projetos avançados de cooperação. Mas ainda há muito o que fazer nesta área, e espero que esta minha visita possa intensificar a cooperação bilateral nos vários campos em que temos experiências a trocar.

O esforço de articulação entre nossas sociedades não se pode limitar a dimensão econômica. Este é um ponto que julgo de grande importância: se é correto que o fenômeno da globalização, que tem sido complementado pelo impulso da regionalização, encontra na vertente econômica seu principal catalisador; não podemos negligenciar a vertente política desses fenômenos.

A agenda internacional contemporânea, no pós-Guerra Fria, traz à tona problemas de natureza global, que têm a humanidade como objeto e o Planeta como campo geográfico de ação. Nessa nova conjuntura, não há mais soluções exclusivamente locais para esses temas. Eventos antes tratados sob a ótica predominantemente nacional hoje ganharam legitimidade internacional.

Isso ocorre, entre outros, na questão do meio ambiente, dos direitos humanos, dos conflitos étnicos e raciais, dos movimentos populacionais, do desemprego, etc.

Pelo peso específico diferenciado que nossos países têm no mundo, é natural que sejamos chamados a assumir responsabilidades internacionais crescentes, às quais deve corresponder uma participação intensa nos processos decisórios nos foros políticos e econômicos.

E isso Brasil e China podem e devem fazer de forma coordenada. As credenciais do Brasil para uma maior presença externa começam pela tradição de uma diplomacia historicamente voltada para a paz

e para o favorecimento da solução pacífica das controvérsias. Vivemos há 125 anos em total harmonia com nossos dez vizinhos sul-americanos.

Sem quaisquer ambições hegemônicas ou veleidades de poder, desempenhamos, em nossa região, um papel que, no terreno político, é visto como “moderador”, de promoção da paz e da democracia, e, no campo econômico, como impulsionador da integração e indutor do crescimento. O verdadeiro renascimento democrático que a América do Sul experimenta nesses últimos anos está na raiz do processo de integração regional, que tem no MERCOSUL sua face mais conhecida internacionalmente. E esse processo avança rapidamente rumo à integração hemisférica.

Temos sido capazes de atuar no sentido de “construir consensos” nas grandes Conferências das Nações Unidas realizadas na primeira metade desta década, em particular naquelas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) e sobre Direitos Humanos (1993).

Não menos importante, temos contribuído significativamente com as forças de paz das Nações Unidas.

Em suma, temos procurado ter atuação internacional crescente, com base nos valores que o povo brasileiro abraça e na tradição histórica que

nos serve de permanente referência e inspiração.

Temos uma visão própria do mundo, assim como a China. E não poderia ser diferente, tratando-se de sociedades complexas como as nossas, que têm características singulares e trajetória que não se confunde com a de nenhum outro povo. Como disse, embora nossos caminhos tenham sido diferentes, embora estejamos geograficamente em partes opostas do mundo, temos um vasto campo de interesses concretos e comuns a defender internacionalmente. Uma aproximação entre Brasil e China, uma atuação internacional coordenada, sempre que possível, na defesa de nossas visões de mundo e de nossos interesses, trará seguramente maior projeção e peso acrescido àquele que teríamos individualmente.

China e Brasil estão predestinados a ingressar no Século XXI como atores internacionais cada vez mais importantes.

Que naquele momento estejam juntos, que se conheçam e se respeitem, como parceiros que tenham sido capazes de desenvolver projetos bilaterais expressivos e formas de atuação internacional conjunta, é meu desejo.

Para isso, é preciso começar desde já. Para isso, vim a este grande país.

Visita Oficial à República Popular da China

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Visita Oficial à República Popular da China. Pequim, 13 de dezembro de 1995

É um grande prazer estar em Beijing, a convite do Presidente Jiang Zemin, que nos recebe com a calorosa hospitalidade de um amigo verdadeiro.

Minha visita tem um sentido claro: venho conhecer de perto uma civilização de riqueza extraordinária e reiterar a prioridade que o Brasil atribui a suas relações com a China, país que ocupa posição de liderança no cenário mundial contemporâneo. Essa liderança é fruto da obra modernizadora que a nação chinesa vem empreendendo nas últimas décadas e que revigora a fantástica capacidade criativa de sua gente, que tem legado ao gênero humano conquistas que expandiram as fronteiras do conhecimento e que mudaram o próprio curso da história mundial.

O Brasil compartilha com a China identidades que tornam possível encurtar as distâncias que a geografia, a história e a cultura nos impõem. Temos um imenso potencial para a cooperação em um grande número de áreas. Somos países em desenvolvimento de dimensões continentais - os maiores de suas respectivas regiões-, ambos engajados num processo de desenvolvimento econômico que está abrindo novas perspectivas de prosperidade para nossos povos.

Tanto o Brasil como a China enfrentam neste fim de século muitos desafios comuns. Temos ainda fortes disparidades regionais, carências na área de infra-estrutura, urbanização acelerada pela pobreza

no campo, problemas ambientais e uma necessidade premente de modernização das nossas economias e de nossas bases tecnológicas.

O fortalecimento da cooperação bilateral que agora propomos servirá não apenas para buscar saídas para os nossos problemas, mas também para acelerar o nosso progresso. Temos relações exemplares entre países em desenvolvimento, das quais é símbolo a cooperação na área espacial, com o Projeto CBERS -China-Brasil Earth Resources Satellite -, que aplica alta tecnologia a atividades básicas para o nosso avanço econômico e científico. Esse é o caminho que nós devemos seguir, esse é o caminho que me trouxe até aqui.

O Brasil acompanha com interesse a evolução do quadro econômico na região da Ásia-Pacífico e na China em particular. Trata-se da área de maior dinamismo no mundo, um polo de atração cuja força se faz sentir num cenário de crescente globalização. E a China encontra-se no cerne desse processo de grande crescimento econômico, com o potencial de um mercado de mais de um bilhão de pessoas e uma economia que vem crescendo, há mais de uma década, a taxas anuais médias próximas a 10%.

Nós brasileiros temos algumas lições a extrair da experiência chinesa. O êxito chinês demonstra que é possível, em um curto espaço de tempo, transformar uma economia e integrá-la dinamicamente no processo de globalização da economia internacional,

com benefícios para toda a população. São esses os frutos das reformas econômicas idealizadas por Deng Xiaoping e implementadas com grande sabedoria pelas lideranças chinesas.

Vivemos, no Brasil, um momento muito favorável em nosso processo de desenvolvimento nacional e estamos dando passos decisivos para o crescimento sustentado de nossa economia.

A palavra de ordem é crescer - com sentido de justiça social - e ter um maior acesso aos fluxos internacionais de comércio, investimentos produtivos e tecnologias.

Esses fatores tem justificado um interesse internacional renovado pelo Brasil, a exemplo do que ocorre com a China. Estamos buscando traduzir esse interesse em parcerias mais sólidas e mais abrangentes. E, entre essas parcerias, a China naturalmente ocupa um lugar de destaque especial.

O conceito de parceria estratégica traduz com grande precisão a densidade de nossas relações bilaterais e a afinidade surgida de desafios compartilhados e de uma inserção internacional bastante assemelhada em suas grandes linhas.

A visita ao Brasil do Presidente Jiang Zemin, em 1993, foi um marco central nesse processo de aproximação. Minha visita à China, a primeira de um Presidente brasileiro desde 1988, deve sinalizar o início de uma nova fase de cooperação e entendimento entre nossos dois países.

O comércio bilateral, que em 1995 vem mostrando um crescimento sem precedentes e se encontra próximo da cifra histórica de 1,5 bilhão de dólares, crescerá ainda mais como resultado da estabilidade econômica, da abertura comercial e do crescimento nos dois países. A participação de

empresas brasileiras no desenvolvimento de infraestrutura na China, em áreas como hidreletricidade, siderurgia, telecomunicações e aviação civil, abriu um novo e extenso campo para o intercâmbio em bases mutuamente proveitosas. Também há potencial para participação chinesa no desenvolvimento da infraestrutura brasileira.

O desenvolvimento científico-tecnológico, sobretudo na área espacial, através da construção conjunta dos satélites CBERS, ganha uma dimensão única na nossa cooperação, que nós queremos ampliar. E o intercâmbio cultural, base do fortalecimento da dimensão humana de nossas relações, constitui outro campo em que podemos fazer muito para diminuir distâncias e gerar conhecimento recíproco a serviço da aproximação entre os nossos países.

Brasil e China hão de realizar em sua plenitude a vocação de países com grande projeção internacional, não como um fim em si mesmo, não como exercício de políticas de poder, mas como um instrumento do desenvolvimento e bem estar dos seus povos.

Vivemos os momentos iniciais de um mundo novo, sem os temores que a Guerra Fria trazia. As diferenças de civilização e cultura devem levar não a choques e contradições, mas, com base na tolerância, a uma perspectiva de paz verdadeira e permanente.

Juntos, o Brasil e a China saberão contribuir para que, nesta nova etapa da história do Homem, o progresso sirva para aproximar os povos e trazer condições reais de realização plena e de uma existência mais digna para a maioria da humanidade.

Visita Oficial à República Popular da China

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião de Seminário na China. Xangai, 14 de dezembro de 1995.

Eu queria dizer o quanto eu me sinto honrado em participar deste seminário e em mostrar, com a minha presença aqui, o quanto o Governo brasileiro valoriza este tipo de iniciativa como instrumento na promoção das relações do Brasil com os seus principais parceiros.

É muito expressivo que o seminário se realize em Xangai, uma espécie de vitrine da nova China que vem sendo construída graças ao esforço deste povo e à liderança demonstrada pelos seus governantes. Nós estamos aqui no próprio coração da revolução econômica que a China está realizando, e certamente a efervescência dessa revolução inspirou os Senhores em seus debates e trocas de informações neste seminário.

É desnecessário frisar a importância deste encontro e de que tantos brasileiros se tenham deslocado até Xangai para se tornarem atores desta nova etapa que se abre no relacionamento Brasil-China. Este é um exercício que nós temos feito, sempre ligado a visitas presidenciais, e que tem dado um extraordinário resultado, como fator de mobilização dos agentes econômicos e governamentais que são os atores, em última análise, do intercâmbio e da cooperação entre os países.

Este seminário foi concebido como forma de engajar representantes dos Governos e da iniciativa privada dos dois países em um exercício de reflexão conjunta e de maior conhecimento recíproco.

É preciso construir pontes sobre a distância

e o desconhecimento que nos separam, e é o que estamos dizendo com as inúmeras visitas das mais altas autoridades chinesas ao Brasil e de muitas autoridades brasileiras à China. E o que estamos fazendo com esta minha visita, que não é uma iniciativa individual de um ou de outro parceiro, é uma iniciativa conjunta. E é o que estamos fazendo com este seminário que agora vai chegando ao seu final.

Eu fico feliz também de ver o quanto o seminário mobilizou o Governo chinês, numa verdadeira parceria conosco - uma parceria que espelha o conjunto das nossas relações. A cada contato, a cada diálogo, a cada interação com os nossos parceiros chineses, fica claro que as relações entre o Brasil e a China são uma estratégia dos governos, que não fica apenas na vontade política ou no campo do entendimento político mais geral, mas desce a projetos muito concretos de cooperação e de intercâmbio.

E isso é muito bom, porque nós concebemos as relações com os nossos principais parceiros como uma dimensão a mais da nossa própria vida interna, como parte das nossas atividades econômicas e de desenvolvimento científico e tecnológico. Nós temos muito o que aprender com a China; que tem uma tradição milenar de sabedoria e que valoriza, como aliás todos os povos de tradição confuciana, a educação, o apego ao trabalho, a disciplina, o preparo individual e o sentido do equilíbrio. E a China

tem sido um exemplo de sucesso econômico, crescendo a taxas em torno de 10 por cento ao ano ao longo já de muitos anos.

E isso por quê? Porque a China soube, primeiro, investir em educação básica, em bem-estar social. E, depois, porque a China soube fazer as reformas indispensáveis para adaptar-se às mudanças no mundo e para tirar melhor proveito da realidade da globalização da produção e dos fluxos financeiros e tecnológicos. Os chineses saíram na frente e agora estão colhendo bons resultados, que ajudam a vencer os enormes desafios que esta sociedade gigante sempre teve que enfrentar. A China é o grande acontecimento internacional neste final de século. É preciso prestar muita atenção no que acontece neste país.

Basta olhar o desempenho da economia chinesa no comércio internacional. Em meados dos anos 80, a China e o Brasil exportavam mais ou menos a mesma coisa, na faixa dos 27 bilhões de dólares. hoje, nós estamos alcançando a faixa dos 40 bilhões de dólares, mas os chineses já passaram a faixa dos 100 bilhões! E isso porque reduziram o custo de produção dos seus bens, melhoraram a sua competitividade, abriram-se ao capital internacional, pouparam e investiram na produção, foram atrás de mercados.

E agora preparam-se para reingressar na Organização Mundial de Comércio, para o que contam com o apoio entusiasmado do Brasil, e começam a adotar as medidas de rebaixa tarifária de milhares de produtos de sua pauta comercial. Essas medidas e o posterior ingresso da China na OMC, com tudo o que daí decorre -em termos de obrigações contratuais e compromissos com o multilateralismo comercial, integrarão ainda mais o mercado chinês ao mercado mundial e aos fluxos do comércio internacional. Isso é parte de um processo amplo, ousado e refletido de reformas na China. Tudo isso constitui uma grande e variada lição para nós.

Não é que nós não tenhamos hoje melhores condições de competir e de nos inserirmos na

economia mundial globalizada. Nós já fizemos muito em termos de abertura, estabilização e até algumas das reformas que tornam o Brasil mais atraente para o investimento internacional e brasileiro também. Mas nós ainda temos um caminho a percorrer, sobretudo em termos de redução de nossos custos produtivos, e é o que estamos fazendo.

Aliás, essa é parte da mensagem que eu quis trazer à China: nós estamos criando novas e melhores condições para promover a nossa parceria, porque o que nós estamos fazendo dentro do Brasil tem um efeito direto sobre o intercâmbio do Brasil com o exterior. Nós estamos nos tornando mais competitivos, inclusive em áreas em que sempre fomos bastante competitivos, como na de serviços de engenharia, por exemplo. A estabilização, as reformas, o crescimento econômico no Brasil estão mudando o perfil da nossa inserção internacional e o interesse com que os nossos parceiros olham para nós. E isso ocorre também na relação com a China.

Senhoras e Senhores,

Para ilustrar a solidez do relacionamento bilateral, o Vice-Primeiro-Ministro Zhu Rongji cunhou a expressão **parceria estratégica**, que exprime, com precisão, o tipo de relação que o Brasil e a China, dois grandes países em desenvolvimento, vêm mantendo há já 21 anos.

Essa expressão reflete, ao mesmo tempo de forma concisa e abrangente, como é próprio da língua chinesa, a consciência que Brasília e Pequim desenvolveram no sentido de que o interesse mútuo vai muito além do momento presente e de questões pontuais na agenda internacional.

Como eu disse, os nossos respectivos processos internos de estabilização da economia e a abertura ao mundo exterior já vêm trazendo benefícios imediatos ao aspecto comercial do relacionamento sino-brasileiro. Os dois governos têm consciência de que o crescimento macroeconômico na China e no Brasil deve ter como consequência o crescimento sustentado das relações entre os dois

países.

Mas esse processo não é automático, ainda mais quando estamos falando de dois países-gigante, que se encontram em regiões muito distantes uma da outra. É preciso um engajamento maior dos agentes econômicos e governamentais dos dois países para explorarmos as oportunidades, para mapearmos o terreno e conhecermos melhor os mecanismos que permitem uma maior integração entre os dois mercados e uma parceria mais intensa entre agentes econômicos de um e outro país.

Embora histórica, a cifra superior a um bilhão de dólares alcançada pelo comércio bilateral em 1994 e próxima de 1,5 bilhão em 1995 representa muito pouco em face da potencialidade dos dois países. Com o intuito de reforçar o intercâmbio econômico-comercial, o Governo brasileiro tem procurado sensibilizar as empresas para irem além da área tradicional de comércio de bens e procurarem os setores onde o empresariado brasileiro poderá contribuir para os esforços de crescimento estrutural da China.

Hidreletricidade, siderurgia, fármacos, tecnologia de ponta, telecomunicações e aviação civil se apresentam como novas áreas com excelentes perspectivas para as empresas brasileiras. Os interesses brasileiros em uma parceria ampliada com a China se multiplicam.

Furnas Centrais Elétricas tem interesse em aprofundar a cooperação bilateral no campo da utilização de recursos hídricos para fins de produção de energia elétrica, particularmente na implementação de pequenas centrais hidrelétricas.

Estamos contemplando ampliar a cooperação entre o Brasil e a China com vistas à diversificação das áreas de intercâmbio nos campos da hidreletricidade, baseando-se prioritariamente no princípio de benefícios mútuos com a formação de Pequenas Centrais Hidrelétricas. Queremos ampliar a difusão da tecnologia chinesa e a implantação dessas Centrais no Brasil, particularmente em localidades isoladas e no meio rural.

A China está iniciando a construção da Usina Hidrelétrica de Três Gargantas. A obra constituirá a maior hidrelétrica já construída e tem atraído a atenção das autoridades chinesas para o Complexo de Itaipu. Diante das perspectivas de cooperação, as empresas brasileiras - públicas e privadas - que atuaram na construção de Itaipu, assinaram Protocolo de Intenções para a formação do "Tree Gorges Brazilian Joint-Venture", com o objetivo de participar, na China, do projeto de Três Gargantas.

Em nome dessas empresas, técnicos brasileiros já coordenam com os chineses as obras preliminares do projeto, oferecendo serviços de colaboração técnica e transferência de tecnologia. As empresas brasileiras tem possibilidade de participar da efetivação da Usina de Três Gargantas, sobretudo no estágio das obras em que será necessária a participação de empresas fornecedoras de equipamentos de transmissão e turbinas.

A parte brasileira já teve oportunidade de manifestar seu interesse no projeto de construção de Três Gargantas e seu apoio integral ao consórcio constituído pelas empresas responsáveis pela implementação de Itaipu.

Temos condições de fornecer montagem técnica, incorporando comércios de empresas de companhias de construção civil, engenharia, montagem e suprimento de equipamentos.

A China oferece oportunidades de negócios nos setores do meio ambiente (tratamento de água, despoluição do ar, reciclagem e reutilização do lixo); exploração de petróleo; construção civil e conservação de florestas. Algumas dessas áreas são praticamente inexploradas para a cooperação. Elas precisam passar a fazer parte da nossa agenda.

Há já algum tempo o Governo brasileiro vem procurando incentivar a expansão da parceria sino-brasileira nos setores da hidreletricidade e construção de barragens, mineração e comércio de produtos minerais, intercâmbio de tecnologia petrolífera em águas profundas, química fina, transporte fluvial e construção de portos.

O incremento do comércio bilateral poderá beneficiar-se dos resultados alcançados pela realização de mostras e seminários, como este que agora se encerra e como a Feira que visitaremos a seguir. Esses eventos repercutem na formação de “joint-ventures” e no objetivo de despertar o interesse de empresários brasileiros e chineses para as oportunidades de negócios que ambos os países têm a oferecer reciprocamente.

É preciso que nós nos engajemos, portanto, na divulgação da capacitação tecnológica e dos padrões de qualidade da indústria brasileira, suas possibilidades de fornecimento de bens e serviços e sua competência para explorar as potencialidades do mercado chinês. Esse mesmo convite nós fazemos aos nossos parceiros chineses em relação ao Brasil.

As similaridades de nível de desenvolvimento tecnológico entre o Brasil e a China habilitam nosso país a fornecer bens e serviços adaptados às necessidades, aos padrões chineses, através de “joint-ventures” e a assimilar tecnologias, bens e produtos chineses indispensáveis ao nosso desenvolvimento. Podemos cooperar também com vistas a abrir novas janelas de oportunidade em terceiros mercados.

Os setores chineses que oferecem perspectivas para formação de “joint-ventures” são inúmeros. Vou mencionar apenas alguns: telefonia; tecnologia espacial; tecnologia agrícola; biotecnologia; recursos genéticos; formação de cooperativas; agroindústria; irrigação; automação, bancária; indústria farmacêutica; prospecção de

petróleo; infra-estrutura e construção de barragens, rodovias e ferrovias.

A Feira que se inaugura em instantes - a Expo China 95 - no contexto do grande evento denominado “Brazil - A Strategic Partner”, sob a coordenação do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores, é um passo a mais nessa intensa aproximação entre os dois países e nessa política determinada de ampliarmos o conhecimento recíproco. Eu os convido a visitá-la com esse ânimo de construir a nossa relação com base no conhecimento. Afinal, é o conhecimento que gera confiança e informação que gera opções e alternativas.

Por isso, eu tenho certeza de que este seminário, que se voltou para o conhecimento recíproco, terá sido um outro elemento central para que nós possamos promover o início de uma nova etapa no relacionamento Brasil-China, uma etapa baseada em tudo de positivo e criativo que vem ocorrendo nos dois países.

Ao encerrar este encontro, eu quero congratular-me com os seus organizadores e com todos os participantes, pela contribuição inestimável que estão dando ao constante aperfeiçoamento de uma amizade da qual nós só podemos orgulhar-nos: a parceria estratégica que o Brasil e a China oferecem ao mundo como exemplo da cooperação entre dois grandes países em desenvolvimento.

Muito obrigado.

Discurso em Xangai

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido pelo Prefeito de Xangai. Xangai, 16 de dezembro de 1995.

Quero agradecer esta homenagem e a generosa hospitalidade do Prefeito Xu Kuangdi e da população de Xangai.

Quando aceitei o amável convite do Presidente Jiang Zemin- mais um filho de Xangai -, fiz questão de ver de perto esta que é a maior cidade chinesa e o berço de alguns dos principais acontecimentos da história econômica e política chinesa.

Xangai excedeu todas as minhas expectativas.

É símbolo eloqüente da China moderna, uma metrópole que impressiona por seu dinamismo e por sua beleza.

Mais do que isso, esta é uma cidade de vocação singular, por ser historicamente um elo de ligação da China com o resto do mundo.

Isso levou Xangai, naturalmente, a uma aproximação com outras grandes cidades, como São Paulo, o centro econômico do Brasil, que teve a honra de receber recentemente a visita de Huang Ju, uma das mais importantes personalidades de Xangai.

Essa cooperação entre Xangai e São Paulo acrescenta uma dimensão significativa ao relacionamento entre a China e o Brasil, fortalecendo as ligações humanas entre nossos povos e a dimensão econômica dessa parceria.

Lembro que São Paulo recebeu neste século um significativo contingente de chineses, que nos ajudaram a construir a prosperidade da região mais

desenvolvida do País.

Somos, Brasil e China, países separados pela distância física, pela história e pela cultura.

Mas nós nos aproximamos pela vontade de trabalhar juntos, num esforço de parceria baseada nos muitos elementos de identidade que compartilhamos.

Somos ambos países em desenvolvimento com dimensões continentais e de grande população. Temos diversificados recursos naturais e uma significativa projeção regional e internacional. Buscamos, Brasil e China, participar de forma mais competitiva dos fluxos mundiais de comércio, investimentos e de tecnologia, o caminho mais direto para o verdadeiro progresso social de nossos povos.

A força dessas identidades impulsiona, assim, o desejo de cooperarmos para o fortalecimento de nossa parceria estratégica, que haverá de traduzir-se em mais comércio, mais intercâmbio cultural, e em maior capacidade de influir na nova ordem mundial que se desenha na alvorada do século XXI.

Esse é o espírito que me trouxe a Xangai, esse é o espírito que me trouxe à China.

Convido todos os presentes a que me acompanhem em um brinde à amizade entre o Brasil e a China, a esta excepcional cidade que é Xangai, à prosperidade de sua população e à saúde e à felicidade pessoais do Prefeito Xu Kuangdi.

Muito obrigado.



Brasil-Malásia

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que lhe ofereceu o Rei da Malásia, Tuanku Jaafar. Kuala Lumpur, 18 de dezembro de 1995.

Quero expressar os meus agradecimentos pela generosa homenagem com que Vossa Majestade nos distingue, a mim e à minha delegação, nesta noite de conagração entre brasileiros e malásios.

A hospitalidade calorosa com que fomos recebidos desde o primeiro momento em seu país fala muito da amizade do Governo e do povo malásios pelos seus parceiros no mundo em desenvolvimento.

A Malásia, Majestade, tem sido uma referência obrigatória de todos aqueles que refletem sobre o fenômeno político e econômico representado pela Ásia do Sudeste e a região da Bacia do Pacífico nas relações internacionais.

Para nós, brasileiros, a Malásia soma esses atributos de pujança econômica a uma série de características que em muito nos aproximam apesar da distância geográfica e histórica que nos separa.

Temos em comum a herança lusitana deixada por cento e trinta anos de presença portuguesa em Malaca.

Somos países em desenvolvimento, democráticos, multirraciais e abertos ao mundo, com um extenso patrimônio ambiental, com intensa presença regional e internacional.

Temos também muitos desafios próprios das sociedades em desenvolvimento.

Por isso, nossa parceria ganha força: juntos, podemos fortalecer mutuamente a nossa presença

internacional.

Sinto-me honrado em ser o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar a Malásia, um país que vem se destacando num cenário regional de grande dinamismo, graças à dedicação, disciplina e eficiência de seu povo e à orientação segura de suas lideranças.

A Malásia é um país que soube identificar no comércio internacional o motor do seu próprio desenvolvimento e a chave para sua inserção numa economia internacional marcada pela globalização, pela competitividade econômica e pela busca da eficiência.

A Malásia é um exemplo para outras sociedades em desenvolvimento, porque soube investir naquele que é talvez o maior recurso econômico do mundo contemporâneo, a base de qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável: a educação e o preparo dos seus recursos humanos.

Majestade,

Vim à Malásia para testemunhar o que ocorre aqui no plano econômico e social.

Nós queremos conhecer melhor a Ásia, ampliar a nossa presença aqui, diversificar e intensificar as nossas parcerias.

Queremos explorar conjuntamente oportunidades que não param de surgir e enfrentar com maior coordenação, desafios e riscos que persistem na ordem internacional apesar das

mudanças positivas que nos trouxeram os anos 90.

Minha presença aqui constitui também uma oportunidade para reafirmar a importância que o Brasil atribui a suas relações com a Malásia e para renovar o compromisso do Governo brasileiro com a construção de uma etapa ainda mais próspera no relacionamento entre nossos dois países.

O Brasil está colhendo os frutos do plano de estabilização econômica lançado no ano passado com o apoio maciço da sociedade brasileira.

Estamos avançando nas reformas que consolidarão essa estabilidade e reafirmarão nossa plena inserção na economia internacional e um melhor acesso a investimentos, a tecnologias de ponta e aos fluxos comerciais em nível global.

Nossos parceiros têm sabido reconhecer no atual momento brasileiro novas possibilidades para uma maior cooperação com o Brasil.

De nossa parte, temos buscado canalizar, sempre que possível, esse interesse renovado em parcerias fortalecidas e ampliadas.

E, nesse ambiente favorável que caracteriza o quadro interno político e econômico do Brasil e da Malásia, creio ser esta a ocasião ideal para começarmos a explorar conjuntamente as maneiras de intensificar nossas relações.

Tenho repetido a todos os meus interlocutores que a Ásia é uma prioridade da política externa brasileira.

Não poderia ser diferente, pois estamos falando de uma região que se tomou um forte pólo de atração econômica, um centro de grande dinamismo aberto ao resto do mundo.

A Malásia ocupa, nessa perspectiva, um lugar de relevo, pela riqueza de seus recursos naturais, pela qualidade de seus quadros humanos e por sua indiscutível importância política e econômica nos planos regional e internacional.

Um elemento importante dessa inserção da Malásia na economia mundial é sua participação na ASEAN, que reúne algumas das economias de melhor desempenho no mundo.

Estou empenhado em fortalecer as relações do Brasil também com esse agrupamento e, nesse contexto, uma maior cooperação entre o MERCOSUL e a ASEAN parece-me muito oportuna e viável.

No plano político, temos acompanhado com interesse o papel da Malásia no esforço dos países em desenvolvimento por uma participação mais equitativa nas conquistas do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, objetivo que compartilhamos e no qual o Brasil está igualmente engajado.

A visita ao Brasil, em 1991, do Primeiro-Ministro Mahathir Mohamad representou um marco importante para o fortalecimento das relações bilaterais.

Brasil e Malásia compartilham os ideais de paz e democracia e a busca do desenvolvimento sustentável.

Temos tido coincidências frequentes de posições nos diversos organismos internacionais e ambos participamos ativamente do Grupo dos 15, que é uma importante plataforma para a defesa de nossos interesses comuns.

Estamos, ademais, firmemente comprometidos com o sistema multilateral de comércio e com o fortalecimento da OMC.

Chegou o momento de relançarmos nossa relação sobre bases ainda mais sólidas.

Por isso convidei Vossa Majestade e o Primeiro-Ministro Mahathir a visitarem o Brasil. Fico feliz em saber da pronta aceitação desses convites.

O Brasil os espera com amizade e interesse.

E é justamente com o intuito de favorecer um maior intercâmbio entre brasileiros e malásios em todos os níveis que assinamos hoje dois Atos importantes, na área de isenção de vistos e de serviços aéreos.

A pré-qualificação de três empresas brasileiras na concorrência para a construção da Hidrelétrica de Bakun, o maior e mais importante projeto contemporâneo de engenharia civil no mundo,

e a presença, pela primeira vez, de empresas brasileiras na Feira Internacional Marítima e Aeroespacial de Langkawi Lima dão bem a medida do empenho de meu País em participar de iniciativas internacionais da Malásia.

Aproveito, Majestade, para felicitá-lo, mais uma vez, pelo arrojo do projeto Bakun e pelo enorme sucesso da Feira Internacional de Langkawi, no belo, hospitaleiro e empreendedor Estado de Kedah.

Estamos, dessa forma, criando novos elos entre dois países com uma vocação natural de

amizade.

É com essa confiança de que nossos Governos são firmes aliados no objetivo de estreitar os laços que nos unem e de fortalecer uma promissora cooperação entre países em desenvolvimento que desejo brindar a uma nova etapa nas relações entre o Brasil e a Malásia, à prosperidade dos nossos povos e à saúde e felicidade pessoal de Sua Majestade o Rei Tuanku Jaafar.

Muito obrigado.



Biografia do Barão do Rio Branco e cooperação entre a Fundação Alexandre de Gusmão e o Instituto Herbert Levy

Palavras do Senhor Secretário-Geral, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião da cerimônia de lançamento da Biografia Fotográfica do Barão do Rio Branco e a assinatura do protocolo de cooperação entre a Fundação Alexandre de Gusmão e o Instituto Herbert Levy. Rio De Janeiro, 18 de dezembro de 1995.

É sempre para mim motivo de emoção e de satisfação o reencontro com o Palácio Itamaraty, pela lembrança de sua história e dos que ajudaram a fazê-la. Hoje essa emoção se vê acrescida, por me sentir, senão partícipe, pelo menos testemunha de iniciativas em que se faz a história ao se reverenciar a própria história. Eis aí o traço comum a justificar que se unam em uma só cerimônia o lançamento da Biografia Fotográfica do Barão de Rio Branco e a assinatura do Protocolo de Cooperação entre a Fundação Alexandre de Gusmão e o Instituto Herbert Levy.

A Biografia Fotográfica do Barão de certa maneira completa, sob o aspecto visual, as biografias clássicas de Álvaro Lins e Luiz Viana.

Viana comenta com humor que, “como é frequente nos vaidosos, Paranhos adorava fazer-se fotografar. Hoje, nos alegramos com a riqueza iconográfica do patrono de nossa diplomacia, pois nos permite não só conhecer melhor, mais íntima e pessoalmente, esse grande brasileiro, mas também acompanhar as diferentes épocas e etapas de sua vida. Essas fotografias vivificam toda a história de Rio Branco, que é no livro comentada em belo ensaio do Embaixador Rubens Ricupero.

Após o advento da fotografia, do cinema e principalmente da televisão, não se compreende um texto biográfico ou histórico de tema posterior a 1850 sem ilustrações verdadeiras. Ninguém se satisfaz mais com ilustrações baseadas na imaginação, na arte ou na técnica de um desenhista ou pintor. Os chamados “quadros históricos”, o mais das vezes elaborados com preocupação de panegírico, desvirtuam a realidade histórica, o que não se dá com a fotografia, cujos elementos, além de terem seu valor como unidade, adquirem importância especial dentro de uma sequência cronológica. É nesse contexto que ganha realce o lançamento da Biografia Fotográfica do Barão.

A Fundação Alexandre de Gusmão e o Instituto Herbert Levy celebram hoje o Protocolo de Cooperação que visa, principalmente, ao desenvolvimento de “projetos de mútuo interesse na área histórico-diplomática e cultural”. Dá-se ênfase aos projetos vinculados à esfera de atuação do Centro Barão do Rio Branco de História e Documentação Diplomática, que inclui o Arquivo Histórico, a Biblioteca, a Mapoteca e o Museu.

Sabemos todos do valor dos documentos,

dos livros, dos mapas e das peças aqui reunidos, conjunto de grande importância para o estudo cada vez mais aprofundado e o melhor entendimento da História Diplomática.

Desejo, pois, unir aos parabéns que apresento ao Embaixador Baena Soares o agradecimento do Itamaraty ao Dr. Luiz Fernando Levy e ao Dr. Reinaldo Paes Barreto. É-me, por outro lado, especialmente agradável recordar a figura do Dr. Joaquim Monteiro de Carvalho, que tem feito valiosas doações ao Museu Histórico-Diplomático e que hoje recebe, com justiça, o título de Grande Benemérito.

O esboço a óleo do pintor Hastoy, do grande quadro que se encontra no Senado em Brasília, tem um sentido especial para o Museu, pois esse episódio dos primórdios da República teve lugar nesse Palácio, na sala em que hoje figura o quadro doado. Mais recentemente, o Dr. Monteiro de Carvalho ofereceu ao Museu importante conjunto de pratos brasonados e monogramados de grande valor, incluindo peças de porcelana de dois titulares profundamente ligados à nossa história diplomática: o Marquês de Paraná e o Barão de Itabaiana.

A valorização da história, que distingue tanto a Biografia Fotográfica do Barão quanto os objetivos do Protocolo de Cooperação é uma característica - diria até mesmo, uma diretriz tácita - de atuação do Itamaraty, um traço de que a instituição se orgulha. Trata-se de atitude que não deriva apenas de inclinação ou gosto pessoal de quadros de carreira; deriva também, e sobretudo, de razões práticas, isto é, da consciência que temos da importância da história para a formulação e execução da política externa. E essa consciência não é, para os profissionais da diplomacia, uma afirmação teórica: é fruto de vivências muito concretas. Todos podemos lembrar, com facilidade, instâncias em que o conhecimento de dados históricos contribuiu decisivamente para pautar a atuação externa do Brasil. Não foram poucas, por exemplo, as vezes em que via a cultura histórica do Embaixador João Hermes socorrer a diplomacia brasileira com informações que

fixaram rumos de atuação exitosa em temas de grande sensibilidade.

Do conhecimento da história extraímos também lições que temos adotado como princípios e que respondem por saudáveis elementos de continuidade e consistência na política externa brasileira. Não é difícil identificar o vínculo direto que existe entre posições atuais da diplomacia brasileira e lições do Barão do Rio Branco, essa personalidade ímpar que é, no fundo, homenageado em ambas as iniciativas inspiradoras da cerimônia de hoje - a Biografia Fotográfica e a valorização do Centro de História e Documentação Diplomática a que o Barão empresta seu nome. Do Barão, guardamos, por exemplo, o ensinamento de que “as negociações diplomáticas em que nenhuma das partes perde, ao contrário, todas ganham, são as melhores”. É lição, princípio, que permeia a atuação do Brasil em temas tão relevantes e diferenciados quanto o impulso à cooperação com nossos vizinhos e à integração regional, o apoio à Organização Mundial do Comércio ou a cooperação internacional na área de meio ambiente, para citar apenas algumas questões. De modo mais amplo, é lição à qual se pode vincular o perfil amplamente reconhecido ao Brasil como “construtor de consensos” em conferências internacionais. Em outros quadrantes se pode ter chegado à mesma fórmula do Barão do Rio Branco por caminhos e com linguagem diferentes. Talvez se dissesse, em teoria dos jogos, que as negociações diplomáticas “não devem ser um jogo de soma zero”, ou algo do gênero. No Brasil, nós incorporamos a lição pelo caminho da história, da valorização do passado.

Ao mesmo tempo, sabemos ser imprescindível para o êxito de qualquer diplomacia o compromisso com o presente e o futuro, a capacidade de estar atenta aos problemas do momento e perceber novas tendências, de superar as dificuldades da forma que melhor consulte aos direitos e interesses do país, existentes ou projetados. Para tanto, não podemos abdicar - e não temos

abdicado - de um esforço permanente, incessante, de renovação.

Dizemos no Itamaraty que uma de suas melhores tradições é a de saber renovar-se. Mas isso jamais pode ser feito sem a preservação e a utilização desse inestimável acervo material e humano de que dispomos.

Renovar não é criar do nada, não é reinventar a roda. É construir sobre o patrimônio que herdamos, de modo a adaptá-lo às exigências e circunstâncias de cada novo tempo; é valorizarmos os conhecimentos que nos legaram profissionais experientes - muitos dos quais nos honram com sua presença aqui - e sabermos atualizar esse patrimônio para que o Itamaraty continue capaz de desempenhar, com excelência, sua missão de serviço ao Brasil.

A vivência em nossa carreira prova, talvez com mais clareza do que ocorra em outras esferas de atividade, que a obrigação de atuar no presente e o respeito à história não se contradizem, complementam-se. É, assim, com grande naturalidade que fazemos esta cerimônia em um museu, que poderia parecer apenas um receptáculo do que é passado, do que é história, mas que para nós tem um sentido muito mais vivo. E é essa mesma mescla de história e vida que oferece a Biografia Fotográfica do Barão do Rio Branco e que anima os projetos a serem desenvolvidos no âmbito do Protocolo de Cooperação entre a FUNAG e o Instituto Herbert Levy.

Muito obrigado.



Festa de Fim De Ano

Mensagem do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, por ocasião das Festas de Fim de Ano. Brasília, 21 de dezembro de 1995.

Ao aproximarem-se as festas de fim de ano, quero agradecer a todos os funcionários do Serviço Exterior brasileiro, lotados na Secretaria de Estado ou no Exterior, pela extraordinária colaboração que prestaram a esta Casa e à política externa do Brasil no decorrer de 1995.

Estamos concluindo um ano particularmente feliz para a diplomacia brasileira, e tenho plena consciência de que o trabalho das unidades da Secretaria de Estado e das nossas missões diplomáticas e repartições consulares, muitas vezes em conjunturas difíceis e sob grande pressão, constituiu a base insubstituível dos muitos sucessos que pudemos colher ao longo de 1995.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, que chefiou esta Casa e a conhece como poucos homens públicos brasileiros, tem reiterado as expressões de continuado apreço pela qualidade do trabalho que nós estamos desenvolvendo e tem sido incansável no apoio firme e decidido ao fortalecimento do Itamaraty e das carreiras do Serviço Exterior.

Tenho certeza de que também a sociedade brasileira se sentiu mais participante da elaboração e da implementação da política externa, graças à sensível intensificação do diálogo que o Itamaraty mantém com a imprensa, o mundo acadêmico, os sindicatos e organizações de classe, as Organizações Não-Governamentais e os Governos dos Estados e Municípios. Tem-se fortalecido entre os diplomatas

brasileiros a consciência de que a diplomacia pública é uma atividade essencial em um regime democrático, e a resposta da Casa a esse desafio é encorajadora.

E, internamente na Casa, obtivemos algumas importantes conquistas: estamos completando a implementação de um plano de reforma administrativa que contemplava a criação do Conselho de Política Exterior, que se manteve ativo durante todo o período; o aprimoramento da área consular e de proteção aos brasileiros no exterior; o fortalecimento do controle interno; a melhoria da capacitação de recursos humanos, através de cursos de aperfeiçoamento e especialização de funcionários; e a melhoria da remuneração, já conquistada para os diplomatas, que permitirá níveis salariais mais condizentes com as responsabilidades dos cargos na Secretaria de Estado e com as necessidades de recrutamento de quadros de excelência no mercado profissional brasileiro.

Creio que, no plano administrativo e organizacional da nossa Casa, os sucessos, as conquistas e o reconhecimento público e do Governo pelo trabalho que realizamos dentro e fora do Itamaraty compensam em muito alguns percalços que tivemos de enfrentar ao longo deste ano, envolvendo funcionários nossos. Fomos rigorosos, mas justos, onde nos cabia ser rigorosos e justos, e fomos solidários quando a solidariedade era um imperativo. Nenhum desses episódios isolados alcança sequer

de longe a imagem de probidade, competência e dedicação ao serviço público e ao interesse nacional do Itamaraty e de cada um dos seus funcionários. Foram fatos isolados que sequer decorrem das pressões e do estresse que universalmente se associam às tarefas diplomáticas. Estão superados, serviram-nos de lição e de alerta, e devem servir-nos ainda mais para fortalecer-nos como instituição que se fecha em torno de valores positivos, do serviço público e do interesse nacional, jamais em torno de privilégios ou atitudes irrefletidas de corporativismo ou ressentimento.

Não tenho dúvidas de que todos os fatores positivos que acabo de apontar contribuíram para que o Brasil pudesse seguir em 1995 uma política externa que soube combinar como em raros momentos da sua história a inovação com a tradição, refletindo à altura o espírito de otimismo e autoconfiança que os brasileiros souberam reconquistar. Não se tratou de uma inovação à base de voluntarismo, de retórica, de simples mudança de discurso ou de re colocação de ênfases que não tivessem uma correspondência muito clara na realidade. Ao contrário, pela primeira vez em muito tempo, inovamos como forma de responder a avanços concretos no país: a completa consolidação do regime democrático, o fortalecimento do processo de estabilização com crescimento e o início das reformas estruturais que garantirão a sustentação desse processo no longo prazo.

Como consequência, no plano externo, assistimos a um grande crescimento da imagem do Brasil como país confiável e estável, duas moedas de grande valor no mundo da globalização e da forte competição por acesso a mercados, investimentos produtivos e tecnologias. O Governo valeu-se do patrimônio de credibilidade e interesse internacional gerado pela expressiva vitória nas eleições presidenciais de outubro de 1994, pelo continuado sucesso do Plano Real na estabilização da economia e na retomada do crescimento e pelas reformas para mudar por completo, para positivo, o sinal da nossa

inserção externa. O Itamaraty e especialmente os postos no exterior foram sensíveis a essa mudança de sinal e procuraram explorá-la em todas as oportunidades.

A diplomacia brasileira passou a contar, assim, com maior capital político para ampliar a presença externa do Brasil, guiada sempre por uma preocupação de eficiência na busca das parcerias e de reforço das nossas políticas internas, jamais com busca ou exercício de prestígio ou de políticas de poder. Nosso discurso diplomático passou a concentrar-se na possibilidade de explorarmos novas oportunidades de relacionamento externo a partir daquilo que nós mesmos realizamos no plano interno — um progresso que, para nós, veio completar os aspectos mais positivos ou desafiadores do sistema mundial pós-Guerra Fria e da economia globalizada.

Ao interesse externo pelo Brasil procuramos responder com políticas de grande pragmatismo, conscientes de que a dimensão externa, internacional, é complemento indispensável da dimensão interna, fortalecendo-a e colocando-a à prova.

Um ano foi tempo suficiente para que o Brasil assumisse um novo perfil nas suas relações internacionais, mais condizente com as dimensões continentais do nosso país e com a nossa condição de uma das dez maiores economias do mundo. Esse novo perfil alterou o padrão do nosso relacionamento não só no plano das relações bilaterais com outros países, mas também no da nossa atuação em foros de importância central como a ONU, em que foram feitos ajustes e atualizações nas políticas que o Brasil vinha seguindo, e em nossa participação no Mercosul, cuja consolidação foi objetivo central da política externa brasileira, com importantes desdobramentos internos.

O novo Governo investiu muito, e com muito bom retorno, na alteração qualitativa das relações do Brasil com os seus principais parceiros tanto no mundo desenvolvido quanto no mundo em desenvolvimento. Utilizamos visitas presidenciais de grande densidade para catalisar iniciativas e fortalecer

a cooperação e o diálogo político com países como os Estados Unidos e a Alemanha, a China e a Venezuela, o Chile e Portugal, a Bélgica e a Malásia — uma agenda que traduz a preocupação do equilíbrio e da abrangência, por um lado, e a busca de realizações concretas, por outro. Hoje podemos dizer com tranqüilidade que provavelmente nunca foram tão boas e construtivas as relações do Brasil com países da dimensão, do porte e da importância para nós como são a China, os Estados Unidos, a Alemanha e a Argentina, que o Presidente Fernando Henrique visitou.

Exercitando a diplomacia presidencial, o Presidente Fernando Henrique assumiu a condição de principal interlocutor externo do Brasil, promovendo ativamente os nossos interesses políticos e econômicos e levando a mensagem das mudanças promovidas pelo seu governo no plano econômico e em áreas sensíveis internacionalmente, como os direitos humanos. O Presidente recolocou também a posição brasileira em relação à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas — uma determinação de estar presente e ativo nas discussões e uma disposição de participar, se essa participação for do interesse da comunidade internacional e ajudar a fortalecer o próprio Conselho.

Redimensionamos a nossa presença diplomática na África Austral, apostando firme no processo de paz e na retomada do desenvolvimento em Angola e priorizando a nossa parceria com a África do Sul. Equilibramos nossa política e ampliamos a nossa presença no Oriente Médio, uma região que ganhou nova projeção internacional a partir do processo de paz iniciado entre Israel e a OLP, a que se somou em seguida a Jordânia e que ganha novas perspectivas com a continuação da retirada israelense de territórios árabes ocupados. E fortalecemos os nossos compromissos em matéria de não-proliferação, criando as condições objetivas que nos levaram a ser admitidos no MTCR — o Regime Internacional de Controle de Tecnologia de Mísseis —, que nos abre grandes possibilidades de

cooperação para o desenvolvimento do nosso programa espacial e o aproveitamento comercial da Base de Alcântara, um grande trunfo com que o Brasil conta.

O inventário de bons momentos da política externa brasileira em 1995 não se esgota facilmente. Ajudamos a consolidar e fortalecer o Mercosul, apoiando firmemente a aproximação do bloco sub-regional com outros esquemas de integração e com países individuais. Ao mesmo tempo, sensibilizamos nossos parceiros na iniciativa para a importância de agirmos com espírito pragmático, realista e aberto, em resposta às injunções da conjuntura internacional e regional.

Fomos ativos também na promoção do acordo entre o Mercosul e a União Européia, que nos garante a perspectiva de mantermos o perfil relativamente equilibrado do nosso comércio exterior, ao tempo em que ampliamos quantitativa e qualitativamente a nossa parceria com a Europa. E participamos intensa e construtivamente das negociações políticas e econômicas de seguimento da Cúpula das Américas, procurando sensibilizar os nossos parceiros na integração hemisférica para a importância de atuarmos com sentido de equilíbrio e sem comprometer concessões adicionais àquelas que fizemos ao abrir unilateralmente a nossa economia, ao assumirmos os compromissos da Rodada Uruguai do GATT e ao iniciarmos a união aduaneira no Mercosul. E fizemos tudo isso dentro de um quadro conjuntural nem sempre favorável na região, e que demandava todas as cautelas.

O balanço de um ano de política externa do presidente Fernando Henrique Cardoso é, portanto, o mais positivo possível. Ele nos permite antever uma agenda densa e equilibrada também no ano que vem. Os desafios para 1996, contudo, são grandes, e demandarão da nossa Casa a mesma dedicação, idêntico entusiasmo e uma renovada disposição de trabalhar pelo Brasil com o espírito público que tem sido a marca de distinção da Chancelaria brasileira em mais de cento e setenta anos de política externa.

Estou certo de poder continuar contando com essa dedicação, esse entusiasmo e essa disposição da parte de todos os funcionários diplomáticos e administrativos, no Brasil ou no mais remoto dos nossos postos no exterior. Que 1996 repita para nós

os bons resultados que obtivemos neste ano, e que o ano novo traga para cada um de nós, membros do serviço exterior brasileiro, muita felicidade pessoal junto de nossas famílias e muita realização profissional.

Escritório de representação no Recife

Discurso do Senhor Secretário-Geral, Embaixador Sebastião do Rego Barros, por ocasião da inauguração do escritório de representação do Itamaraty no Recife. Recife, 22 de dezembro de 1995.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, Marco Antônio Maciel, Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho,

Excelentíssimo Senhor Secretário de Políticas Regionais, Cícero Lucena,

Excelentíssimo Senhor Senador Ney Suassuna,

Excelentíssimo Senhor Embaixador de Angola, Osvaldo de Jesus Serra Van-Dunem, Senhor Secretário de Planejamento do Estado de Pernambuco, João Joaquim Guimarães Recena, representando o Governador Miguel Arraes de Alencar,

Senhor Superintendente da SUDENE, General Nilton Moreira Rodrigues,

Senhor Diretor-Presidente do SEBRAE, Mauro Motta Durante,

Demais autoridades presentes, Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que represento o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia, nesta cerimônia de abertura do Escritório de Representação do Itamaraty no Recife. A iniciativa permite estabelecer mais um elo de ligação do Nordeste com o exterior, com vistas a promover o acesso da região às novas oportunidades geradas

pelo processo de integração do Brasil no Mercosul e por seus contatos sempre mais intensos com outros blocos econômicos e comerciais. A inauguração do Escritório também assinala e confere sentido prático à firme disposição do Itamaraty de aproximar cada vez mais a sociedade brasileira dos temas e do cotidiano da nossa diplomacia.

Nesse contexto, parece-me particularmente significativo que a abertura do Escritório ocorra na SUDENE, e que coincida com a assinatura de documento que associa o Itamaraty ao SEBRAE no estímulo aos pequenos e médios empresários do Nordeste. O dinamismo dos agentes privados e das lideranças políticas desta região encontrará nessa parceria uma oportunidade de ganho promissora, com potencial para multiplicar os benefícios que podem advir da crescente inserção do país no mercado regional e internacional. O processo de integração pode e deve abrir perspectivas para todos os setores empresariais e todas as regiões do País.

Na realidade, o Brasil como um todo, e o Nordeste em particular, só têm a ganhar com o aumento da competitividade internacional de seus agentes econômicos regionais. Por meio do acesso à informação, o aumento de competitividade, aliado aos esforços no sentido de reduzir os custos de investimentos, contribui para dar sustentabilidade a um processo de abertura que já tem dado mostras de ser fator determinante na recuperação do potencial

de crescimento da economia nacional. A definição de estratégias de atuação capazes de maximizar o potencial de cada região, com suas particularidades em termos de recursos e setores econômicos capazes de atrair investimentos externos e competir eficazmente no mercado internacional, deve reverter em efeitos multiplicadores sobre a produção e a geração de empregos em escala regional.

É verdade que até o momento ainda é relativamente tímida a atuação das pequenas e médias empresas brasileiras, inclusive as nordestinas, em nosso comércio exterior. Isso se deve, em grande medida, às dificuldades de acesso a informações sobre oportunidades de negócios. Assim, proporcionar aos pequenos empresários o acesso a dados e serviços voltados para o aumento da eficiência comercial é condição indispensável para que se amplie sua participação em nossas exportações, na captação de investimentos produtivos e na assimilação de novas tecnologias.

Tenho a certeza de que a associação do

Itamaraty com o SEBRAE facilitará o acesso a essas informações, e que o trabalho conjunto com a SUDENE servirá ao objetivo de consolidar a presença internacional do Nordeste, não apenas como exportador global, mas também como sócio atraente para a aplicação de recursos produtivos e a formação de parcerias de negócios. Quero agradecer aqui o generoso estímulo que o Senhor Vice-Presidente Marco Maciel tem dado ao projeto, e ainda destacar, nas pessoas do Senhor General Nilton Moreira Rodrigues e do Senhor Diretor-Presidente do SEBRAE, Mauro Durante, o valiosíssimo apoio que nos está sendo prestado pela SUDENE e pelo SEBRAE. O resultado desse trabalho deve concorrer para o fortalecimento da produção nordestina, de maneira a torná-la mais competitiva e mais capacitada a beneficiar-se das vantagens de um sistema de comércio mais aberto e menos discriminatório. O Itamaraty orgulha-se de integrar esse esforço conjunto.

Muito obrigado.

Brasil-Chile

Discurso do Senhor Vice-Presidente da República, Marco Maciel, por ocasião da abertura do Encontro Agro-Industrial Brasil-Chile

É uma imensa satisfação para mim juntar-me ao Governador Paulo Souto na extensão dos votos de boas vindas ao Presidente Eduardo Frei e comitiva, da mesma forma que muito me honra, em nome do Presidente Fernando Henrique e no meu próprio, participar da abertura deste Seminário. Considero que o evento de hoje, forjado no âmbito das relações de estreita amizade entre o Brasil e o Chile, e também no quadro de uma perspectiva alvissareira de integração dos povos, tem um significado muito especial.

No âmbito das relações bilaterais, constitui uma demonstração clara de que os nossos dois povos desejam avançar na construção de vínculos fundamentados em atividades concretas de promoção dos interesses e da qualidade de vida das duas nações. As parcerias vislumbradas nesse encontro significam a transposição dos ideais de congratulamento cultural, celebramos ontem à noite, para o plano do dia-a-dia de nossos cidadãos, por meio de ações que interferem diretamente com o desenvolvimento de um setor expressivo de nossas realidades: o da agro-indústria.

No quadro da perspectiva de integração dos povos o significado deste evento é igualmente importante, e talvez mais abrangente. Representa um passo concreto na direção do estabelecimento de parcerias estratégicas destinadas a aumentar a competitividade de nossos países no mercado internacional e, ao mesmo tempo, uma ação eficaz

de promoção do desenvolvimento equilibrado.

Permitam-me estender-me um pouco mais nestes dois pontos. Em primeiro lugar, no contexto de uma economia globalizada, somente a construção de uma parceria estratégica que nos permita competir internacionalmente em condições favoráveis, em segmentos selecionados, criará as condições adequadas para a inserção qualitativa de nossas nações na nova ordem econômica. Por conseguinte, a ampliação do processo de integração de nossas nações a blocos mais abrangentes e mais desenvolvidos pressupõe, a meu ver, o fortalecimento de nossas potencialidades. E, nesse cenário, o evento de hoje constitui, repito, um exemplo concreto de potencialização de nossos recursos e de nossas capacidades.

Em segundo lugar, a iniciativa se insere na perspectiva de promover o desenvolvimento equilibrado, que inclua o conjunto das regiões no processo de integração destinado a melhorar qualitativamente a vida do nossos cidadãos. E a esse respeito, apreciaria tecer algumas considerações sobre o processo democrático.

Acredito firmemente que a consolidação da democracia real, fundamentada na participação de todos os seus cidadãos no processo de formulação de decisões, que abranjam o mais amplo espectro de interesses, pressupõe a inclusão social. Requer, portanto, a possibilidade do acesso dos indivíduos não somente às necessidades básicas mas também

aos instrumentos de participação social.

Nessas condições, a evolução da humanidade, em termos de melhoria de qualidade de vida dos povos, e de meios que permitam progredir da atual democracia representativa, formal, para uma democracia participativa, requer a construção progressiva de um sistema que possa absorver, de forma gradual, mas constante, os nossos cidadãos. E o seminário atual, ao explorar a possibilidade de associação das potencialidades da área agro-industrial do Nordeste, especialmente no segmento da fruticultura, com as capacidades do Chile nesse campo, constitui um tijolo sólido nessa construção.

Utiliza-se, assim, uma ação de política externa não somente como meio de estreitamento das relações do dois povos amigos e de potencialização das capacidades das nossas nações no quadro da nova ordem internacional, mas também como um instrumento de transformação política e social.

Por todas essas razões desejo, ao agradecer a generosa hospitalidade do Governo da Bahia e o árduo trabalho de todas as instituições envolvidas na organização do evento, louvar, especialmente, a presença do Presidente Eduardo Frei que, com sua tão importante comitiva, prestou realce ao evento e, por conseguinte, colocou sólida argamassa nesse processo de construção.

Cerimônia Oficial Comemorativa do Centenário Brasil-Japão

Discurso do Senhor Vice-Presidente da República, Marco Maciel, por ocasião da Cerimônia Oficial Comemorativa do Centenário Brasil-Japão

Quero expressar mais uma vez, em nome do Governo e do povo brasileiros o quanto nos honra receber a visita de Vossa Alteza Imperial nesta que é sua primeira viagem ao exterior como representante do Governo japonês.

Sua presença na cerimônia de hoje tem um significado todo especial que traduz com eloquência os sólidos laços de amizade e parceria que há um século vêm unindo nossos dois países. São laços cuja essência se encontra no elemento humano, alicerce sobre o qual soubemos construir o patrimônio de nossa relação.

Nestes cem anos de história comum, o Brasil acolheu expressivo número de japoneses que aqui vieram plantar novas raízes e viu prosperar um grupo que em muito contribuiu para a formação de nossa identidade nacional e para o nosso desenvolvimento como nação.

A esses imigrantes japoneses e aos seus descendentes devemos muitos valores da cultura e do saber japoneses que influenciaram de forma marcante a maneira de ser dos brasileiros e a nossa própria visão de mundo. Neles reconhecemos também o espírito corajoso e a capacidade de trabalho que nos ajudaram a construir o Brasil e a transformá-lo em um grande país.

Mais recentemente, este intenso fluxo humano entre nossos países tomou direção inversa, com grandes contingentes de brasileiros de descendência

japonesa partindo em busca de oportunidades na terra dos seus antepassados. Estou certo de que todos eles estão também contribuindo, com o seu trabalho e a sua dedicação, para a construção de novas pontes de entendimento entre o Brasil e o Japão reforçando essa dimensão especial humana em que repousam as nossas relações.

Essa realidade distingue a nossa parceria e serve como fator singular de aproximação entre nossos povos, mas cria também para nós o desafio permanente de aprimorar a qualidade de nossos laços históricos, de não nos deixarmos reduzir apenas à dimensão cultural do relacionamento. É o que temos feito: nossas relações hoje são um tecido espesso que abrange todas as áreas da atividade e do conhecimento humanos.

Além das intensas relações econômicas e de cooperação, o leque de interesses comuns entre o Brasil e o Japão abrange temas afetos à paz e segurança internacionais, à não-proliferação, ao meio-ambiente, à liberalização comercial, à reforma de instituições multilaterais, como as Nações Unidas. Enfim, projeta-se sobre um espectro amplo de áreas de alcance global, que poderão ser desenvolvidas de forma mais concertada.

Por isso os brasileiros comemoram nesta data os cem anos da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão confiantes em que estamos adentrando numa nova e

promissora etapa do relacionamento bilateral.

Mas eu tive a ocasião de verificar pessoalmente, durante minha recente visita ao Japão que esse sentimento é plenamente compartilhado pelo Governo e pelo povo japoneses.

Senhoras e Senhores,

O Brasil de hoje reúne todas as condições para promover um salto qualitativo em suas relações com o Japão.

Estamos firmemente engajados em um processo de estabilização econômica que se tem revelado extremamente bem sucedido. O Plano Real reduziu drasticamente a inflação e viabilizou a retomada do crescimento em bases sustentadas. Estamos promovendo a abertura e a modernização de nossa economia e a integração com nossos parceiros do Cone Sul, criando melhores condições para a retomada dos investimentos produtivos no Brasil. Tudo isso vem sendo feito de forma transparente e em estreita sintonia com o Congresso Nacional e com a sociedade civil.

É oportuno, pois, que estejamos criando melhores condições no Brasil para uma maior participação do capital estrangeiro na economia brasileira justamente quando reafirmamos o

compromisso de seguir fortalecendo o relacionamento entre nossos dois países.

O Japão é e será sempre um parceiro privilegiado para o Brasil em suas relações internacionais. O Brasil, por sua vez, esta igualmente tomando-se uma referência obrigatória no cenário internacional. Cabe a nós aproveitar com sabedoria a oportunidade histórica que se apresenta com as comemorações desta data-símbolo que é o centenário de nossas relações.

É, portanto, com otimismo que o Governo brasileiro vê o horizonte que se descortina para o próximo século da história comum que Brasil e Japão começaram a escrever há cem anos. E nada melhor do que renovar a fé na promessa das relações entre os dois países do que fazê-lo na presença de Vossa Alteza Imperial, que, além de representante da mais tradicional instituição japonesa, personifica também a juventude de seu país. Na sua pessoa, o antigo e o novo convergem em perfeita síntese, da mesma forma em que concentramos, na presente cerimônia, a exaltação do passado das relações entre o Brasil e o Japão e a certeza de um futuro ainda mais próspero em realizações comuns.

Muito obrigado.

ATOS INTERNACIONAIS

Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para a Cooperação Amazônica e do Orenoco entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela. Caracas, 4 de julho de 1995

Protocolo de Intenções (Petróleo) entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela. Caracas, 4 de julho de 1995.

Memorando de Entendimento na Área de Mineração e Siderurgia entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela. Caracas, 4 de julho de 1995.

Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para Cooperação em Matéria de Planejamento entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela. Caracas, 4 de julho de 1995.

Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela. Caracas, 4 de julho de 1995

Protocolo de Entendimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e da República do Equador sobre a realização de Projeto da Via Interoceânica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Equador. Quito, 05 de setembro de 1995

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica, para implementar Projeto de Substâncias Químicas entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Meteorológica Mundial. 10 de outubro de 1995

Memorandum de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã. 10 de outubro de 1995

Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Rádio e de Televisão entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China. Beijing, 13 de dezembro de 1995

Protocolo de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Recursos Hídricos da República Popular da China sobre Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica em Pequenas Centrais Hidrelétricas. Beijing, 13 de dezembro de 1995

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica e ao Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica na Área de Intercâmbio de Especialistas para Cooperação Técnica. Beijing, 13 de dezembro de 1995

Acordo sobre Quarentena Vegetal, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China. Beijing, em 13 de dezembro de 1995

Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites e Recursos Terrestres entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China. Beijing, em 13 de dezembro de 1995

Acordo sobre a instalação de Consulado-Geral da Federação da Rússia na cidade de São Paulo e de Consulado-Geral da República Federativa do Brasil numa das cidades russas. Brasília, 14 de julho de 1995.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico sobre Privilégios e Imunidades e Relações Institucionais para Cooperação na Área de Desenvolvimento Sustentável entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA). 16 de novembro de 1995

Acordo, por troca de Notas, para a Construção da Ponte São Tomé e São Borja entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina. Buenos Aires, em 17 de novembro de 1995.

Acordo, por troca de Notas, que estabelece um Sistema Único de Controle Integrado e Terminal de Cargas para a Vinculação Fronteiriça que une a cidade de Santo Tomé e São Borja, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina. Buenos Aires, em 17 de novembro de 1995.

Tratado de Extradicação celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Londres, em 18 de julho de 1995

Acordo de Sede celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Corporação Andina de Fomento. Brasília, 1º de dezembro de 1995

Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República da Coréia. Brasília, 1º de setembro de 1995

Memorando de Entendimento sobre Consultas nos Planos Político, Econômico e Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa. Lisboa, 20 de julho de 1995

Acordo de Cooperação Consular para a Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Lisboa, em 20 de julho de 1995

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA, para Implementar Projetos de Pesquisas e Treinamento em Aviação Civil. 21 de dezembro de 1995

Memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha na área de correios e telecomunicações. Bonn, 21 de setembro de 1995.

Acordo, por troca de Notas, para Ampliação da Atribuição da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira. entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina. 23 de outubro de 1995

Declaração Conjunta sobre a Agenda Comum para o Meio Ambiente entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo dos Estados Unidos da América. 23 de outubro de 1995

Acordo Relativo à Cooperação Militar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai. Assunção, 24 de julho de 1995

Memorandum de Entendimento para promover e desenvolver atividades científicas e tecnológicas na agricultura e pecuária entre o Ministério da Agricultura do Brasil e o Ministério da Agricultura da China. Beijing, 25 de julho de 1995

Acordo sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, em Brasília, em 25 de outubro de 1995.

Acordo sobre Cooperação Econômico-Comercial, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia, em Brasília, em 25 de outubro de 1995.

Tratado sobre as Relações de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia. Brasília, em 25 de outubro de 1995

Acordo, por troca de Notas, de Isenção de Vistos de Turista em Passaportes Comuns entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia. La Paz, em 30 de outubro de 1995

Ajuste Complementar, por troca de Notas, sobre o projeto “Reestruturação e Dinamização do Centro de Tecnologia Madeireira – CTM” entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha. Brasília, em 30 de outubro de 1995

Declaração sobre a Formação de uma Área de Livre Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela. Caracas, 4 de julho de 1995

Protocolo de Intenções sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça. 6 de julho de 1995



COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

Declaração Conjunta à imprensa sobre a II Cimeira Luso-Brasileira.

3 entendimento e concertação que ambos os países deverão prosseguir permanentemente em todos os foros internacionais.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso ressaltou a preocupação brasileira com a extrema volatilidade dos capitais especulativos em mercados emergentes e destacou o interesse do Brasil em envidar esforços para o desenvolvimento de mecanismos que permitam, sem prejudicar a fluidez necessária dos movimentos de capitais a nível internacional, uma prevenção adequada de tais efeitos, mediante maior coordenação entre os Bancos Centrais e com os mecanismos financeiros internacionais, no que contou com a concordância do Primeiro Ministro Cavaco Silva.

O Presidente da República Federativa do Brasil e o Primeiro Ministro de Portugal realçaram, com especial entusiasmo, a contínua intensificação do diálogo entre o Grupo do Rio e a União Européia, assim como a firme disposição de se negociar, ao longo de 1995, um Acordo-Quadro para a criação em breve de associação interregional entre o MERCOSUL e a União Européia. A intensificação do diálogo entre o Brasil e Portugal contribuirá para que os dois países desempenhem papel determinante nesse processo crescente de aproximação entre a Europa e a América Latina. Recordaram que o diálogo entre o Mercosul e a União Européia teve o seu primeiro passo na reunião de Guimarães, de 1992, entre os Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros das duas partes, por

iniciativa da presidência portuguesa da Comunidade Européia.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Primeiro Ministro Aníbal Cavaco Silva apreciaram positivamente a evolução da situação em Angola no caminho de uma Paz duradoura e salientaram o firme empenho do Brasil e de Portugal nas Forças de Paz das Nações Unidas, UNAVEM III.

Os dois governantes manifestaram preocupação com a grave situação que se vive em Timor Leste e reiteraram a importância do prosseguimento do diálogo desenvolvido pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia, sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas, para que se chegue, o mais depressa possível, a uma solução justa, global e internacionalmente aceitável, no respeito da Carta das Nações Unidas.

O Presidente da República Federativa do Brasil e o Primeiro Ministro de Portugal reiteraram seu empenho no reforço e intensificação das relações entre os dois países, nos planos político, cultural e econômico, no espírito dos acordos celebrados que traduzem o caráter particular do relacionamento bilateral.

Animados pelo espírito de diálogo e abertura que caracteriza as relações entre o Brasil e Portugal, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Primeiro Ministro Aníbal Cavaco Silva registraram sua satisfação com o dinamismo conferido à cooperação entre os seus dois países desde a realização da I Cimeira Luso-Brasileira, em maio de 1991, que se tem materializado particularmente no

crescente intercâmbio de visitas entre governantes e responsáveis de diversas áreas, que muito tem contribuído para ampliar e reforçar o relacionamento mútuo.

Os dois governantes reafirmaram a importância que atribuem ao aumento dos fluxos de capitais e dos investimentos produtivos recíprocos, com vistas ao reforço das trocas comerciais e ao fortalecimento das relações econômicas entre os dois países. Nesse sentido, congratularam-se com a assinatura do Acordo para a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos e do Protocolo de Alteração ao Acordo sobre Transporte e Navegação Marítima. A recente campanha de divulgação da imagem de Portugal no Brasil, promovida pelo Ministério do Comércio e Turismo de Portugal, constituiu um passo importante para um melhor conhecimento das potencialidades de relacionamento nessa área. Os dois governantes reiteraram a necessidade de se fomentar a permanente multiplicação de contatos entre empresas dos dois países, à semelhança da bem sucedida experiência em curso no setor das telecomunicações, e sublinharam ainda o papel das respectivas classes empresariais na estruturação dos laços econômicos entre os dois países, congratulando-se com a realização do encontro empresarial luso-brasileiro que decorreu paralelamente a esta Cimeira.

A Ministra da Indústria, Comércio e Turismo do Brasil e os Ministros da Indústria e Energia e do Comércio e Turismo de Portugal discutiram formas de incrementar o relacionamento econômico e empresarial entre os dois países, e o desenvolvimento de estratégias de internacionalização empresarial particularmente nas áreas do comércio, investimento, cooperação empresarial e tecnológica e do turismo. Especialmente referida foi a importância da constituição de canais e empresas de distribuição nos dois mercados que facilitem o desenvolvimento do comércio bilateral, a intensificação do intercâmbio de missões empresariais, o estabelecimento de linhas de crédito e outros instrumentos financeiros e fiscais

de apoio ao investimento direto recíproco, a sistematização da troca de informações sobre as oportunidades de negócio e projetos de investimento. No domínio do turismo, foi preconizada a adoção de medidas tendentes ao incremento das correntes turísticas e o fomento e apoio à colaboração entre empresas e instituições dos dois países.

Os Ministros consideraram também do maior interesse a realização de um encontro entre os Ministros do Mercosul e da União Européia.

Os Ministros das Comunicações do Brasil e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de Portugal procederam a uma avaliação do cenário mundial das telecomunicações, detendo-se, particularmente, no exame das transformações institucionais do setor que vêm ocorrendo em ambos os países.

Concluíram ser do interesse dos Governos brasileiro e português o aprofundamento da cooperação entre as empresas dedicadas à prestação de serviços de telecomunicações, objetivando a realização de novos empreendimentos conjuntos, de modo a marcar a presença luso-brasileira no mercado mundial das telecomunicações. Nesse sentido, destacaram:

- a decisão de viabilizar o projeto de iniciativa conjunta da Embratel e Marconi, na concepção e implementação a curto prazo do novo sistema de cabos submarinos, de tecnologia de fibras ópticas (Cabo Cabral), ligando a América do Sul à Europa e à África;

- o claro e profundo interesse em desenvolver um inovador projeto de associação empresarial mediante a criação urgente de uma empresa de investimentos, em princípio designada Aliança Atlântica, a ser liderada pela Telebrás e pela Portugal Telecom.

Nesse sentido, foi assinado um Protocolo entre a Telebrás e a Portugal Telecom.

Os dois Governos concordaram ainda na realização no mais breve prazo possível de um convênio de co-produção, intercâmbio de programas

de televisão e rádio de natureza cultural, educativa e ambiental.

Os dois governantes reiteraram que a Língua Portuguesa constitui patrimônio comum dos dois povos. A utilização crescente do Português nas instâncias internacionais, bem como uma política de divulgação ativa da língua comum e das duas culturas são objetivos fundamentais dos dois Estados. O Presidente da República Federativa do Brasil e o Primeiro Ministro de Portugal esperam que a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa venha a ser uma peça essencial dessa estratégia.

A entrega solene do Prêmio Camões ao Escritor Jorge Amado, feita pelos Chefes de Estado do Brasil e de Portugal constituiu uma expressão de alto valor simbólico da unidade da língua portuguesa na pluralidade das suas manifestações.

Com o objetivo de consolidar o elevado diálogo político, econômico e cultural entre os dois países e intensificar as consultas recíprocas, foi assinado pelos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e dos Negócios Estrangeiros de Portugal um Memorando de Entendimento sobre Consultas nos Planos Político, Econômico e Cultural.

A fim de estender ao domínio diplomático a cooperação já instituída em outras áreas, foi considerada a possibilidade de colocação de funcionários de um dos Estados junto à missão diplomática do outro, em países onde o primeiro deles não disponha de representação diplomática.

Os dois governantes concordaram com a

realização próxima de um seminário diplomático luso-brasileiro, reunindo os Ministros e altos funcionários dos dois Ministérios.

No sentido de promover a proteção recíproca dos seus cidadãos em terceiros países, os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e dos Negócios Estrangeiros de Portugal assinaram um Acordo de Cooperação Consular para efeitos de proteção e assistência aos seus nacionais.

A situação dos profissionais brasileiros em Portugal e dos profissionais portugueses no Brasil foi examinada pelos dois governantes, à luz do Memorando de Entendimento assinado entre o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal em fevereiro de 1994. Foi expresso o desejo comum dos dois Governos de continuar empenhadamente a avançar, de forma concensual, para a resolução adequada desse problema.

O Presidente da República Federativa do Brasil e o Primeiro Ministro de Portugal consideraram da maior importância a institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e congratularam-se pelas importantes decisões tomadas neste sentido pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Sete Países de Língua Portuguesa, recentemente reunidos em Lisboa.

Os dois governantes acordaram que a III Cimeira Luso-Brasileira terá lugar no próximo ano de 1996, no Brasil.



ARTIGOS

“Brasil - Reino Unido: Uma parceria renovada”
Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, publicado no Jornal do Brasil, edição de 18 de julho de 1995

Contam-me em Londres, onde me encontro para uma visita oficial, que há uma semana o cantor e compositor Gilberto Gil apresentou-se aqui, no Royal Festival Hall, palco dos mais importantes concertos de música erudita, e, com a ajuda dos brasileiros presentes, acabou fazendo o habitualmente circunspeto público inglês ir se levantando das cadeiras em direção ao palco. Minutos mais tarde, Gil cantava para uma platéia entusiasmada. Brasileiros e ingleses celebravam ali uma velha amizade, renovando uma parceria secular.

Qualquer estudante brasileiro conhece a importância da Inglaterra na história do Brasil, especialmente do Brasil independente. Ao longo dos cem anos que se seguiram à ida da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, os ingleses foram nossos maiores parceiros, a grande potência econômica e militar com a qual vivemos períodos de intensa cooperação e momentos de aguda tensão. Aí está a esplêndida biografia do Barão de Mauá, escrita por Jorge Caldeira, recordando em uma boa perspectiva histórica o papel dos investimentos britânicos nos primeiros passos da nossa modernização. Do ponto de vista da infra-estrutura, nós praticamente entramos no século XX graças à presença inglesa no Brasil e o mesmo sucederia em alguns ramos da atividade industrial e comercial.

O mesmo estudante brasileiro, contudo, ao passar para os capítulos referentes ao século XX nos livros de História do Brasil, percebe que a Inglaterra perde muito da quase onipresença que detinha entre

nós no século XIX. Em parte, é claro, essa é a consequência de que os EUA se firmem como a primeira potência no final da Primeira Guerra e, sobretudo, para nós, como nosso primeiro parceiro comercial. Desde a mudança na orientação principal do eixo diplomático brasileiro, de Londres para Washington, pela política de Rio Branco e de Joaquim Nabuco, as relações econômicas Brasil - Reino Unido foram perdendo peso relativo.

Mas essa trajetória parece estar chegando ao fim, substituída por uma relação dinâmica que envolve não apenas os Governos, mas o empresariado e os meios acadêmicos, científicos e técnicos dos dois países.

É verdade que o nosso comércio bilateral é modesto se levarmos em conta que o Reino Unido é a sexta economia do mundo e o Brasil a décima. Em 1994, as exportações brasileiras para o mercado britânico alcançaram mais de 1 bilhão de dólares, cerca de 2,8% do nosso total, enquanto as importações do Reino Unido chegaram a 743 milhões de dólares, 2,25% do total importado. É claro que há espaço para trabalho e criatividade de parte a parte. E é isso o que, em compensação, apontam as cifras relativas aos investimentos. Grandes empresas britânicas estão há muitas décadas no Brasil, perfeitamente integradas à nossa economia e gerando milhares de empregos, com bons ganhos de sua parte. Segundo dados recentes do Banco Central, o Reino Unido é hoje a terceira fonte de investimentos estrangeiros no Brasil, atrás, somente dos Estados Unidos e da Alemanha. Em 1994, um quinto dos investimentos externos no Brasil teve origem britânica. E, também em 1994, o fluxo anual de investimentos britânicos cresceu 20% em relação a

1993, alcançando 30 bilhões de dólares. O Reino Unido passou, portanto, a ocupar o segundo lugar como origem de investimentos internacionais, depois dos Estados Unidos e à frente do Japão. As reformas constitucionais e a privatização no Brasil mobilizam a atenção dos investidores britânicos. As empresas do Reino Unido oferecem, além de tudo, a sua própria experiência com um dos mais profundos processos de privatização já realizados.

Nos últimos dois anos, e sobretudo a partir da bem-sucedida implantação do Plano Real, o interesse britânico pelo Brasil vem crescendo muito.

Sucedem-se visitas ministeriais e de altas autoridades, algumas acompanhadas de numerosas missões empresariais. Em Londres, o novo empenho britânico em aprofundar o intercâmbio conosco é acompanhado com interesse e incentivado pelo parlamento, que estabeleceu uma Comissão Especial para avaliar as perspectivas do relacionamento econômico com o Brasil e a Argentina. E também pelos empresários dos dois lados, que criaram o Conselho Empresarial Conjunto, que se reuniu pela primeira vez em dezembro último.

O Brasil também tem estado presente na Grã-Bretanha. A agenda de encontros bilaterais culminou recentemente com a participação do Presidente Fernando Henrique Cardoso nas comemorações dos cinquenta anos da Vitória Aliada na Europa, na condição de único governante latino-americano. O nosso Presidente foi um dos poucos líderes mundiais presentes às celebrações a avistar-se em separado com o Primeiro-Ministro John Major.

Minha visita a Londres é parte dessa agenda de renovação e revitalização da relação bilateral. Meu trabalho é facilitado pelo processo que vivemos internamente no Brasil, de estabilização econômica com retomada do crescimento, de impulso praticamente consensual às reformas e de um grande vigor democrático. Vários contatos e audiências, nos meios governamentais e privados, é o que espera um representante do Governo brasileiro em Londres nos dias de hoje. Minha percepção é a de que o

sentido de prioridade da relação é plenamente compartilhado pelos dois lados.

Este é um momento de renovação, que parte de um capital acumulado de experiências passadas e de um intenso e já histórico conhecimento recíproco para alcançar uma convergência não só política, mas também econômica e financeira, como corresponde a duas economias em expansão com forte complementaridade e consciência do seu potencial. É questão de trabalhar para alcançar.

“A Política Externa e a Realidade”

Artigo publicado no jornal “O Estado de São Paulo”, edição de 21 de agosto de 1995

Nota-se no discurso do Itamaraty uma progressão constante - ainda que alguns possam considerá-la suave - rumo à realidade do poder. Em discurso que fez, semana passada, na Universidade de São Paulo, o chanceler Luiz Felipe Lampreia deu o tom que deve nortear a atual fase da política externa brasileira: “Apoiados em princípios que nos norteiam, mas sem principismos vazios, sem a camisa-de-força das categorias de interpretação que nos serviram para avaliar e descrever o mundo em outros momentos de sua evolução, sem o saudosismo de fórmulas que davam conta de realidades e de políticas do passado, é preciso atualizar o nosso discurso crítico sobre a realidade internacional, para que ele não se desgaste e se esgote em confrontacionismos estéreis ou em utopias desarticuladas”. Mais claro não poderia ser.

O diagnóstico e a prescrição, no momento, não se bastam. É preciso que orientem a ação do próprio Itamaraty, na sua tarefa de executor da política externa, e a palavra seja levada ao Congresso, hoje um importante coadjuvante dessa mesma política. Nem se esqueça que o complexo entrelaçamento dos problemas atuais por vezes impõe restrições à liberdade de ação de agências do Executivo que outrora tinham a mão livre porque as conseqüências de suas decisões se esgotaram no interior de nossas fronteiras. Hoje, não é mais assim. O Embaixador Luiz Felipe Lampreia, aliás, chama a

atenção para mais três realidades curiais de nossos dias que dão unidade ao que antes se dividia em doméstico e externo.

A primeira advertência diz respeito à interdependência e interconexão dos problemas e de suas soluções, que fazem com que opções de política interna tenham conseqüências diretas sobre “a capacidade de extrair da inserção externa do país o maior número possível de benefícios tangíveis para o povo brasileiro ao menor custo”. Com isso o chanceler sinaliza tanto para seus colegas de governo como para os congressistas que não é mais possível fazer escolhas nos campos econômico, social e institucional sem levar em conta os respectivos impactos e repercussões no plano externo.

Em suma, não apenas cresceu o número de variáveis a serem observadas durante qualquer processo de tomada de decisões, como a variável externa passou a estar presente em praticamente todas as circunstâncias, desde aquelas que dizem respeito aos cuidados do Estado para com os menores abandonados até alterações macroeconômicas.

Em segundo lugar, o imperativo da criação de empregos passou a presidir a escolha de políticas, das quais antes era mero tributário. Significa isso que não apenas o país deve buscar a estabilidade econômica e atrair investimentos produtivos - para atender à própria demanda de postos de trabalho - como também deve estar atento para as manobras que terceiros países fazem para proteger os empregos de seus nacionais.

O protecionismo econômico, a cláusula social, as restrições às migrações e aos movimentos demográficos precisam ser entendidos sob essa perspectiva, que é determinada pelo descolamento da relação antes existente entre aumento da atividade econômica e ampliação do nível de emprego. Os níveis de ocupação, portanto, deixaram de ser apenas variável de política interna para se tornarem fator muitas vezes determinante de decisões na política externa.

Por fim, o ministro das Relações Exteriores admite que, na busca de soluções para os temas globais, a invocação da soberania e a preeminência dos enfoques exclusivamente nacionais comprometem a racionalidade das políticas e constituem constrangimento desnecessário entre os parceiros. Indo os temas globais do crime organizado à questão ambiental, resta claro que agenda que pede a neutralização ou acomodação dos egoísmos nacionais em benefício de soluções compartilhadas cresceu substancialmente, exigindo dos formuladores e executores da política externa – no Executivo e no Legislativo - uma postura inovadora.

É relevante notar que tudo isso decorre da compreensão de que, a despeito das imperfeições e inadequações da suposta nova ordem internacional, a última do século está caracterizada por uma uniformidade de tendências que se centra na democracia, como sistema político, e no livre-mercado, como regime econômico. A convergência desses dois fatores, ou a sua simultaneidade, em parte considerável do mundo, mas sem dúvida no conjunto de países que forma o núcleo duro da civilização ocidental “padrões de universalidade” que não podem ser ignorados por país que pretenda distinguir-se na cena internacional. Ao se comprometer com esse diagnóstico e assumir as tarefas de, em sua área de competência, aplinar o caminho para que o país adquira condições de competitividade na economia, de credibilidade e confiabilidade na política. O Itamaraty se coloca a par com o Brasil que se vê próspero e capaz de dividir entre seus filhos os frutos do progresso.

“O Brasil e a reforma das Nações Unidas”
Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, publicado no jornal “O Estado de São Paulo”, edição de 21 de outubro de 1995

Em meu discurso na abertura da Assembléia-Geral das Nações Unidas, fiz uma avaliação positiva do papel da ONU nos últimos 50 anos e das

perspectivas que se abrem para as Nações Unidas a partir de reformas que respondam às mudanças ocorridas no cenário internacional e aos novos desafios do mundo pós-Guerra Fria. Como paradigma dessas reformas, aponte o imperativo de uma ampliação qualitativa do Conselho de Segurança (CSNU).

Compreensivelmente, porque o tema da reforma foi recorrente em praticamente todos os discursos da sessão de abertura, o “lead” da imprensa foi a aspiração brasileira a ocupar um assento permanente em um CSNU reformado. De fato, entre os objetivos do discurso estavam, primeiro, deixar claro que favorecemos uma reforma do CSNU que busque ampliar a sua eficácia e autoridade para trabalhar pela paz e segurança internacional, a partir de maior representatividade e legitimidade na sua composição — tanto a permanente como a não-permanente; e, segundo, reiterar a disposição do Brasil de colaborar caso seja chamado a isso. E esse é o núcleo da posição brasileira em relação à reforma do CSNU, que deve voltar às manchetes dos jornais na próxima semana, quando os Chefes de Estado e de Governo de mais de 180 países, inclusive o Presidente Fernando Henrique Cardoso, se reunirão em Nova York para as celebrações oficiais do cinquentenário das Nações Unidas.

Para que possamos compreender claramente o alcance da posição brasileira em relação a esse tema, é útil alinhar os seguintes pontos básicos:

1) antes de discutir quais países ocupariam eventuais novos assentos permanentes, é preciso que as Nações Unidas definam conceitualmente o formato que se deseja dar a um CSNU ampliado;

2) para que a reforma faça sentido, é preciso que ela aumente a eficácia e a autoridade do CSNU, através de melhor representatividade, e preserve a sua capacidade de atuação; não se deve desejar uma reforma a qualquer custo, que possa comprometer a ação do CSNU;

3) o processo de reforma do CSNU de fato constitui um paradigma da reforma da ONU e dela

será um catalisador; embora não seja iminente nenhuma decisão a respeito, as tendências vão se desenhando e é importante que participemos intensamente do processo;

4) o Brasil não favorece a criação de novas categorias de membros, nem fórmulas que estão claramente voltadas a satisfazer aspirações ou inquietações de países individuais; a reforma diz respeito ao prestígio do próprio CSNU, e não de países ou regiões;

5) o Brasil não tem obsessão com o assunto, nem subordina ou condiciona qualquer dos seus objetivos e áreas de ação da política de externa à obtenção de uma vaga permanente no CSNU ou ao apoio a essa aspiração;

6) não estamos conduzindo uma campanha, nem achamos que o CSNU seja um órgão ao qual um país postule o seu ingresso; mas estamos preparados para assumir responsabilidades próprias de um membro permanente se e quando formos convocados a isso pelas Nações Unidas;

7) o Brasil não deseja gerar ou alimentar polêmica ou competição com seus parceiros a respeito da reforma do CSNU; nossos interesses nas relações bilaterais com alguns países são de tal ordem que seria inadmissível permitir que o tema da reforma lance qualquer sombra sobre essas relações;

8) a reforma do CSNU não pode obscurecer a necessidade de uma reforma em todo o sistema das Nações Unidas, para torná-lo mais eficiente; há diversas propostas interessantes para um enxugamento de certos órgãos, melhor utilização de recursos e maior concentração em áreas básicas;

9) o Brasil, como o décimo contribuinte das Nações Unidas, não está alheio a esse processo e favorece uma reforma da ONU que a torne mais ágil e menos burocratizada; e

10) preocupa-nos, particularmente, o aperfeiçoamento do setor de operações de paz, cuja importância tem crescido em forma sustentada.

Também é preciso não esquecer que, ao lado da questão da reforma como tema central do

cinquentenário, encontra-se a crise financeira sem precedentes por que passam as Nações Unidas e que se deve ao enorme débito acumulado por Estados-membros (seja por dificuldades financeiras, seja por uma política deliberada de retenção de pagamentos com o ânimo de forçar alterações na escala de contribuições. O encontro de Nova York é uma oportunidade única para que os países em dia com suas obrigações financeiras - entre os quais, por fortuna e boa política, está o Brasil - cobrem dos devedores uma demonstração de vontade política e um compromisso com a viabilização das Nações Unidas através do pagamento dos seus atrasados. Sem isso, propostas de reforma e declarações de apoio e elogio às Nações Unidas serão palavras que os ventos de outono de Nova York se encarregarão de levar.

“Rabin, o General da Paz”

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, publicado no jornal “Folha de São Paulo”, edição de 06 de novembro de 1995

Desapareceu de nosso convívio um grande estadista dedicado à paz no mundo: Yitzhak Rabin, militar, homem público, político de grande expressão internacional e líder do povo israelense, foi vítima da incompreensão e da irracionalidade.

Tive o privilégio de conhecê-lo em Jerusalém, há pouco mais de dois meses, quando da minha visita oficial a Israel. Naquela ocasião, fiquei particularmente impressionado com o relato que me fez sobre a condução do processo de paz no Oriente Médio e com seu entusiasmo pela construção de um novo lar de desenvolvimento e prosperidade para árabes e judeus.

Confirmei a minha antiga impressão de que se tratava de um homem que encarnava uma esperança concreta de futuro para uma região tradicionalmente marcada pelo confronto entre seres de distintas crenças e perspectivas históricas pouco coincidentes.

Tocou-me, igualmente, a personalidade desse grande homem, de profundas convicções, de sentido de destino para seu povo, mas também de aguda percepção sobre as aspirações das nações árabes. Seu espírito de missão, tenaz e perseverante, se por vezes deixava a impressão de uma personalidade apenas pragmática e metódica, típica dos estrategistas meticolosos, não chegava a esconder a apurada sensibilidade que o inspirava. Não raro emocionava seus interlocutores, assim como freqüentemente comovia a opinião pública com atitudes de tolerância e sacrifício.

Foi certamente esse traço de sua personalidade o principal responsável pela fórmula ampla que procurou aplicar na busca de solução duradoura para um conflito de tantas ramificações e interesses. Soube encontrar, além do intrincado e restrito processo negociador, o caminho para a transformação de seu país e da sua região em um espaço voltado para a integração e o desenvolvimento econômico. Ao contrário do que décadas de confronto induziram a pensar, o Oriente Médio é uma região que reúne condições excepcionais para participar da criação e da circulação de riquezas.

Encruzilhada de civilizações, berço de culturas que determinaram o progresso do Ocidente, entreposto comercial de localização privilegiada, a região tem uma vocação particular para se beneficiar das novas tendências internacionais projetadas pelo fim da Guerra Fria e pela crescente globalização da economia e do comércio internacionais.

Quando visitei Israel, instruído pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso a dar novo conteúdo às relações bilaterais, pude testemunhar o quanto a sabedoria que move o processo de paz foi capaz de gerar crescimento econômico e projeção internacional para um país que destes atributos pouco gozara desde sua criação, em 1947.

De fato, a partir de Rabin, Israel despontou nos anos 90 como um grande parceiro na cena internacional, capaz de dinamizar a economia em sua

região, ao mesmo tempo em que procura transferir para além dela os benefícios da combinação da paz com a estabilidade política, com o progresso econômico e com uma nova e saudável abertura para o mundo.

É dele a convicção de que a paz definitiva entre os povos da região somente será alcançada no dia em que as fronteiras do Oriente Médio forem transformadas de perigosos pontos de atrito em vigorosos centros de comércio e comunicação.

A impressionante capacidade de Yitzhak Rabin de enxergar o horizonte além das circunstâncias imediatas de sua realidade regional o fez um grande admirador do Brasil.

Quando lhe entreguei a mensagem do Presidente da República - na qual vinham expressamente reconhecidos o seu esforço pessoal e o papel histórico e corajoso que as lideranças israelenses, árabes e palestinas desempenharam na condução do processo de paz na região - dele ouvi expressões de grande simpatia pelo Brasil, pelos brasileiros e, em especial, pela forma como em nossa sociedade se projetava, de maneira exemplar, a unidade dentro da diversidade étnica, religiosa e

cultural.

O respeito e a admiração que o Brasil também dispensa ao povo de Israel e à obra de seu grande líder se manifesta agora na determinação do Governo brasileiro de enviar o Vice-Presidente da República, Marco Maciel, às cerimônias de despedidas de Yitzhak Rabin.

O Brasil inteiro, que há décadas se orgulha do trabalho e da harmonia das comunidades árabe, judaica e palestina, reverencia o grande líder israelense, na certeza de que sua obra e a sua memória manterão acesa a chama da esperança no coração da gente que ama a paz e ousa sonhar com um mundo melhor.

Assim foi que Yitzhak Rabin trocou a vida pela imortalidade, a glória das batalhas ganhas no passado por uma causa vista e entendida como a melhor para Israel e seus vizinhos. A ironia da história se encarregará, agora, de mostrar que a paz talvez lhe exigisse mais esse sacrifício, porquanto sua manutenção também dependerá daqui para frente de um sentido de coesão do povo de Israel em torno do legado deste grande general da paz.

ENTREVISTA

Entrevista do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, para o Boletim “O Mundo - Geografia e Política Internacional”, em agosto de 1995

O Boletim: Nos anos que antecederam o golpe militar de 1964, a chamada “Política Externa Independente” do Brasil de Jânio e Jango associou-se ao terceiro-mundismo então em voga. O regime militar oscilou entre a adesão incondicional a Washington de Castelo Branco e a afirmação nacionalista da condição de Potência de Médici e Geisel. Vivemos uma outra realidade, marcada pelo encerramento da Guerra Fria, pela globalização e emergência dos blocos regionais. Qual é o norte da política externa brasileira para essa nova época?

Embaixador Luiz Felipe Lampreia: A nossa concepção da política externa brasileira parte necessariamente de um diagnóstico do mundo em que nos inserimos, de uma consciência a respeito do que somos como nação e do que pretendemos. A diplomacia faz a ponte essas duas esferas, por assim dizer. Ora, nós vemos o mundo atual como um cenário marcado a um tempo por grandes oportunidades e alguns riscos. É um mundo mais homogêneo, em que a democracia e a liberdade de mercado são forças dominantes; é um mundo globalizado, em que a abertura das economias cumpre um papel decisivo na obtenção de investimentos produtivos, no acesso a tecnologias e a mercados, na melhoria da competitividade; e é um mundo de núcleos regionais de integração, que fazem dessa tendência uma força dominante na organização dos espaços econômicos internacionais. É também um mundo em que o sistema multilateral de comércio foi consolidado e fortalecido a partir da conclusão da Rodada Uruguai e da criação

da Organização Mundial do Comércio, e em que alguns dos mais renitentes conflitos regionais, como o do Oriente Médio ou a questão do *apartheid* na África do Sul, evoluíram muito positivamente, abrindo novas possibilidades de parcerias. Ao mesmo tempo, é um mundo em que a competição ideológica e estratégica foi ultrapassada pela competição econômica e tecnológica; em que ainda persistem desequilíbrios flagrantes entre os níveis de desenvolvimento dos países em que continuam a existir barreiras ao comércio internacional em que há conflitos regionais que desafiam a comunidade das nações e em que alguns temas de sinal negativo, como o narcotráfico, o terrorismo, o crime organizado e o tráfico de armas constituem preocupações universais e problemas que afetam indistintamente O mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento. O Brasil, por seu lado, é um país de uma grande complexidade econômica, com sua democracia consolidada, em fase de estabilização e retomada do crescimento, comprometido com reformas que vão torná-lo mais atraente para o investimento produtivo internacional e a transferência de tecnologia. É um país que precisa ampliar sua participação no comércio internacional e melhorar o seu acesso a investimentos, tecnologias e mercados consumidores e fornecedores. É também um país com um perfil de comércio internacional muito equilibrado (entre a União Européia, os Estados Unidos, a América Latina, a Ásia e o restante do mundo). Nossa diplomacia tem portanto um papel claro nessa ponte entre nós e o mundo: ampliar as nossas parcerias, melhorando as parcerias tradicionais e explorando novas parcerias onde nossa presença ainda é incipiente (como nos países da ASEAN, na África

do Sul); explorar, com sentido de pragmatismo e objetividade, a via da integração, consolidando o Mercosul, explorando o acréscimo de interesse externo que a iniciativa cria para nós e contribuindo, em uma estratégia segura e gradualista, para a integração hemisférica; ampliar a nossa participação nos mecanismos decisórios internacionais, sejam os de natureza econômica, sejam os de natureza política; e promover a imagem de um Brasil de economia mais aberta, em processo de estabilização e crescimento, com um grande potencial de mercado, politicamente estável, bem situado regionalmente e internacionalmente. Não é uma diplomacia que se preste a rótulos: ela quer ser universalista, pragmática, participativa e promocional.

O Boletim: O Mercosul é uma das prioridades externas do Brasil. O Brasil tem um peso considerável na definição dos rumos do Mercosul. Quais são as perspectivas? Ampliação, com o ingresso do Chile e da Bolívia? Associação ao NAFTA, na esteira das negociações chilenas e, talvez, da vontade argentina? Associação à União Européia, como alternativa ao NAFTA?

Embaixador Luiz Felipe Lampreia: Nossa primeira prioridade em relação ao Mercosul é consolidá-lo e consolidar as suas parcerias — com outros países latino-americanos, com o Pacto Andino, com a União Européia. Nossa opção é por um caminho realista e pragmático, que leve em conta as dificuldades, os ajustes por que ainda passam os quatro países-membros. Temos passado por provas complexas na implementação da União Aduaneira e temos tido êxito nessas provas. O Mercosul tem ganho uma extraordinária projeção regional e internacional, despertando interesse em parceiros como a União Européia. Nenhuma das parcerias que o Mercosul pode buscar é excludente. No caso da União Européia, um acordo que crie uma área de livre comércio entre os dois sistemas regionais reforçaria o perfil relativamente equilibrado que o Mercosul tem em suas relações externas. Quanto à integração hemisférica, nossa tese é a dos “building

blocks”: nós chegaremos a uma área de livre comércio hemisférica com a agregação gradual dos esquemas sub-regionais - o Mercosul, o Pacto Andino, o NAFTA, o Mercado Comum Centro-Americano, o CARICOM —, acrescida do vetor político representado pelo compromisso da Cúpula de Miami, de concluir as negociações até o ano 2005.

O Boletim: A crise financeira mexicana que eclodiu em janeiro parece redimensionar as perspectivas do sistema de Estados das Américas. Quais as suas repercussões no NAFTA?

Embaixador Luiz Felipe Lampreia: Eu não seria o mais indicado para falar sobre o NAFTA. Posso dizer que, para nós, a crise mexicana souu como um alerta, uma advertência, um sinal de que é preciso fazer algo tanto no plano interno das economias em estabilização, quanto no plano da coordenação entre Governos e no âmbito da mobilização dos organismos financeiros internacionais. Creio que as repercussões acabam por ser positivas, porque os países latino-americanos estão fazendo as correções e tomando as precauções indispensáveis para que possam persistir em seus esforços de estabilização, abertura econômica e retomada do crescimento. Nós confiamos em que o México conseguirá superar as suas dificuldades, inclusive porque, fazendo parte do NAFTA, conta com um suporte político e econômico sem precedentes na história de um país latino-americano. Um México saudável só pode ser positivo para nós.

O Boletim: O Brasil é um *global trader*, um “mercador global”, com relações comerciais multilaterais significativas, que não podem se circunscrever a acordos regionais. Uma das prioridades da política externa brasileira parece ser a de estimular iniciativas de tipo Sul-Sul, voltadas para a promoção do intercâmbio e da cooperação com os chamados países-continente, como a Rússia, a China, a Índia, a África do Sul. Qual é o sentido dessa estratégia?

Embaixador Luiz Felipe Lampreia: É precisamente o que eu disse antes: temos de ampliar

e aperfeiçoar as nossas parcerias, e esses países, todos eles de grandes dimensões geográficas e demográficas, com muitos recursos naturais e grande projeção internacional e em suas respectivas regiões, constituem naturalmente parcerias prioritárias para nós. Com alguns deles, como a Índia e a África do Sul, temos de recuperar tempo, queimar etapas. Com a China, temos uma parceria exemplar, que alcança inclusive a área de tecnologias avançadas, na produção de satélites. Os quatro são mercados de dimensões impressionantes para o Brasil, mas também são atraentes para investimentos e parcerias em terceiros mercados. E há, claro, a dimensão política, na medida em que compartilhamos com esses países não só uma série de interesses comuns em torno da agenda internacional contemporânea, mas também características e desafios internos comuns, que tornam imprescindível que tenhamos com eles uma relação estreita, de coordenação, de consulta, de cooperação.

O Boletim: O México representou um sinal de alerta, ouvido por todo o mundo, sobre os riscos associados aos fluxos globais de capitais financeiros de curto prazo. Os organismos financeiros internacionais - o FMI, o Banco Mundial - não parecem aparelhados para lidar com as novas condições da economia global. Em Washington, recentemente, FHC falou na necessidade de se erguer novas regras para a economia do mundo. Como o Brasil se posiciona face a essa problemática?

Embaixador Luiz Felipe Lampreia: O presidente Fernando Henrique foi o primeiro mandatário a chamar a atenção para o problema representado pela volatilidade dos capitais especulativos e para a necessidade de se protegerem as economias emergentes contra ataques especulativos. Nossa proposta foi veiculada junto ao G-7 e outros interlocutores internacionais. Ela contempla algumas medidas, que estão sendo analisadas e debatidas, e que antes de tudo representam uma tomada de consciência sobre a necessidade e a possibilidade de se fazer algo para

prevenir o que houve de artificial na crise mexicana. Eu creio que, no ponto em que se encontra a discussão dessa matéria, basta mencionar os pontos centrais da nossa proposta para se ter uma idéia do seu alcance: ampliar a cooperação entre autoridades monetárias com vistas a antecipar problemas através de uma melhor troca de informações; ampliar o escopo da coordenação macro-econômica entre países que podem ter um grande impacto sobre o sistema financeiro internacional; expandir as “facilities” existentes nos organismos financeiros internacionais para estabilizar moedas sob ataques especulativos; e melhorar o monitoramento internacional de políticas macro-econômicas domésticas. O tema já adquiriu uma grande projeção internacional e as propostas do Presidente Fernando Henrique foram objeto de considerações muito favoráveis na Cúpula do G-7, em Halifax.

O Boletim: O Ministro da Justiça, Nelson Jobim, declarou (29/6), na “Voz do Brasil”, a sua intenção de reabrir as investigações do Caso Carandiru, a chacina de presos de triste memória em São Paulo, sugerindo que ela manchou a imagem de respeito aos direitos humanos duramente construída pelo País após o fim do regime militar. O Carandiru parece ter interfaces com a política externa. Como o Itamaraty enxerga essa questão?

Embaixador Luiz Felipe Lampreia: Nós temos reconhecido que o Brasil tem problemas na área de direitos humanos e quer resolvê-los com a ajuda desinteressada e não politizada da comunidade internacional, seja dos Governos e organismos internacionais, seja das organizações não-governamentais. Qualquer medida que vise a esclarecer e punir casos de alegadas violações de direitos humanos é bem-vinda. Nossos maiores problemas, do ponto de vista da política externa, são precisamente a impressão de impunidade e as dificuldades que o Governo federal tem para investigar, punir e prevenir a ocorrência de crimes contra os direitos humanos, muitas vezes porque a competência sobre esses crimes não é da União —

que representa o país na comunidade internacional — mas dos Estados. Como eu disse, qualquer avanço em investigações sobre violações de direitos humanos, violências contra os cidadãos ou abusos de qualquer ordem têm uma implicação direta sobre o padrão do nosso relacionamento com outros países e sobre a imagem do Brasil junto a seus parceiros.

O Boletim: A ONU começa a discutir a reforma do Conselho de Segurança. Qual é a posição do Brasil a respeito?

Embaixador Luiz Felipe Lampreia: Nós temos uma posição muito clara: o Conselho de segurança reflete uma realidade de poder mundial ultrapassada e precisa ser fortalecido para que possa ser mais eficaz na promoção e manutenção da paz e da segurança internacionais. Para fortalecer-se, ele precisa ter mais legitimidade, o que, em um órgão como as Nações Unidas, só se consegue através de melhor representatividade, além, óbvio, de mais recursos, sobretudo financeiros. A ampliação do número de membros permanentes e não-permanentes do Conselho responde a esse imperativo, no nosso modo de ver. Essa percepção parece ser hoje majoritária, da mesma forma que tende a consolidar-se a idéia de que a maior representatividade do Conselho se obterá com a incorporação como novos membros permanentes, de países com grande peso específico, perfil de atuação global e representatividade em relação às regiões e grupos de países. Nosso esforço é no sentido de promover essa idéia do que deve ser uma reforma eficiente do Conselho de Segurança, que lhe confira maior operacionalidade e eficácia através da legitimidade e da representatividade.

O Boletim: Mas o CS, que ainda reflete os resultados da Segunda Guerra, pode vir a constituir, com a simples incorporação do Japão e da Alemanha, algo como um G-7 ampliado. O Brasil está disposto a combater essa perspectiva ou pretende apenas um lugar no organismo?

Embaixador Luiz Felipe Lampreia: Nós

estamos dispostos a colaborar para que o Conselho se torne mais legítimo, eficaz e representativo. Uma fórmula que contemple a simples e pronta incorporação apenas de Japão e Alemanha — o que, no jargão da ONU, tem sido chamado de *quick fix* — não corresponde aos princípios que devem nortear uma reforma. Nós não pretendemos um lugar no Conselho como parte de uma política de prestígio, ou como um exercício teórico. Nós queremos que o Conselho funcione melhor, tenha mais autoridade, seja mais eficaz. E estamos lutando por isso.

O Boletim: A constituição da OMC, como resultado da Rodada Uruguai do GATT, trouxe a esperança do estabelecimento de regras multilaterais claras e respeitadas. Entretanto, o contencioso EUA-Japão ameaça destruir a nova organização no nascedouro. As sanções unilaterais americanas foram condenadas pela UE. Qual é a posição brasileira?

Embaixador Luiz Felipe Lampreia: Nós nos atemos muito fortemente à letra e ao espírito dos acordos que resultaram da Rodada Uruguai e que representaram num grande avanço na consolidação do multilateralismo comercial. Esses acordos foram produto de uma longa e complexa negociação e representam um amplo pacote de barganhas. Naturalmente, as ações dos Estados em matéria comercial devem ser julgadas a partir da sua compatibilidade com a letra e o espírito da OMC. Por isso, nós esperamos que os contenciosos entre parceiros comerciais sejam resolvidos estritamente dentro do marco jurídico fornecido pelo GATT, que é também um marco político, do compromisso com o multilateralismo e com a liberalização do comércio internacional.

O Boletim: A imposição de cotas automobilísticas no Brasil e novas medidas cogitadas para reequilibrar a balança comercial são vistas, algumas vezes, como um desafio tanto ao multilateralismo da OMC como aos compromissos do Mercosul. Como conciliar a necessidade de proteger a estabilização interna com os acordos diplomáticos firmados pelo País?

Embaixador Luiz Felipe Lampreia: Nós estamos amparados pelos dispositivos do GATT — o artigo XVIII — para adotar as medidas que nos vimos na obrigação de tomar. Além disso, nós temos tido a preocupação de explicar aos nossos parceiros

que essas medidas refletem uma atitude responsável e cautelosa do Governo brasileiro na preservação da estabilidade econômica e do equilíbrio das contas externas brasileiras.



ÍNDICE REMISSIVO

A

África do Sul

88, 169, 193, 202, 203, 217, 234, 267, 289, 290, 291

Agenda social 220

ALCA 139

Alemanha

22, 28, 40, 125, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 187, 188, 205, 206, 212, 213, 216, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 267, 276, 277, 283, 292

Amazônia

18, 134, 135, 136, 238, 239, 240, 241, 269

América do Sul

13, 14, 15, 17, 18, 38, 53, 82, 83, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 111, 169, 185, 190, 237, 238, 248, 281

América Latina

18, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 37, 62, 69, 71, 75, 76, 93, 97, 100, 105, 115, 117, 118, 120, 123, 126, 143, 144, 149, 151, 153, 154, 161, 173, 174, 175, 179, 188, 193, 206, 219, 220, 280, 289

Angola

32, 54, 58, 87, 88, 89, 142, 143, 158, 169, 190, 193, 202, 203, 217, 234, 267, 269, 280

Armas Químicas 142, 210, 211, 216

Assembléia Geral 141, 146, 147, 192

Autoridade Palestina 169, 170, 171

B

Barão do Rio Branco

31, 79, 80, 261, 262, 263

Berlim 26, 62, 72, 123, 131, 132, 134, 206

Bolívar 13, 18, 22, 76, 149

Bruxelas 39, 53, 58, 115

C

Câmara dos Deputados 137, 209, 216

Cana-de-açúcar 77

Caribe 93, 149, 150, 154

CARICOM 13, 39, 46, 290

Chile

17, 21, 38, 46, 71, 83, 92, 99, 100, 101, 267, 271, 272, 290

China

71, 163, 207, 208, 217, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 267, 275, 276, 277, 290, 291

Ciências Sociais 21, 62, 123, 125, 128, 245

Cimeira 57, 58, 279, 280, 281, 282

Cinema 261

Collège d'Europe 117

Congresso

15, 16, 35, 52, 58, 91, 110, 111, 137, 142, 154, 174, 209, 211, 274, 284

Cooperação Econômica

39, 40, 187, 229, 275, 277

Cuba 62, 77

Curitiba 151, 153, 154

D

Diplomacia

31, 68, 79, 85, 88, 102, 113, 128, 142, 163, 202, 208, 209, 216, 219, 225, 233, 247, 261, 262, 265, 266, 267, 269, 289

Direitos Humanos

17, 25, 63, 70, 72, 73, 76, 92, 106, 111, 115, 119, 121, 123, 134, 141, 142, 143, 145, 153, 155, 156, 165, 177, 182, 183, 201, 202, 217, 231, 247, 267, 291, 292

Doutor Honoris Causa 21, 28, 61, 123, 131

E**Economia brasileira**

16, 18, 33, 34, 39, 40, 70, 86, 100, 105, 113, 114, 195, 208, 226, 230, 274

Espanha 85, 134, 135, 173, 174, 175

Estados Unidos

21, 37, 70, 79, 102, 115, 125, 128, 137, 138, 177, 178, 210, 212, 213, 216, 267, 276, 283, 284, 289

Exclusão

39, 71, 72, 73, 74, 111, 120, 183, 202

Exportação

95, 142, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

F

FEBRAL 134, 187, 206, 225, 226

Fernando Henrique Cardoso

33, 36, 41, 44, 91, 137, 138, 141, 142, 155, 178, 187, 188, 195, 202, 207, 208, 209, 216, 230, 265, 267, 279, 280, 284, 286, 287

Forças Armadas 31, 32, 212, 213, 214, 215

Forças de Paz 280

Fundação Alexandre de Gusmão

79, 219, 261

G**Globalização**

16, 27, 28, 36, 53, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 92, 97, 114, 120, 121, 129, 143, 166, 180, 183, 202, 220, 247, 249, 250, 252, 257, 266, 287, 289

Grupo Andino 39

Grupo do Rio 76, 91, 92, 93, 280

Guerra Fria

61, 63, 72, 73, 105, 115, 117, 118, 180, 181, 183, 210, 219, 245, 250, 287, 289

H

Habitação 119, 152, 177, 182

Humanismo 131

I

Ideologia 65, 73, 84, 127

Indústria bélica 212

Instituto Herbert Levy 261, 263

Instituto Rio Branco 170

Itamar Franco 17, 34, 42, 52, 67, 81, 211

Itamaraty

49, 50, 79, 87, 153, 155, 156, 187, 188, 201, 202, 209, 213, 214, 215, 219, 243, 261, 262, 263, 265, 266, 269, 270, 284, 285, 291

Iugoslávia 31, 143

J**Japão**

70, 92, 163, 197, 198, 199, 200, 217, 273, 274, 284, 292

L

Lisboa 51, 67, 276, 279, 282

M

Malásia 163, 217, 257, 258, 259, 267

Marco Maciel 85, 197, 199, 270, 288

Mário Soares 67, 68

Meio Ambiente

86, 111, 115, 119, 123, 134, 144, 145

Mercado Comum Centro-Americano 290

MERCOSUL

17, 28, 38, 39, 53, 58, 68, 81, 83, 92, 111, 120, 134, 187, 190, 206, 248, 258, 280

Mercosul

13, 17, 28, 38, 45, 53, 68, 70, 76, 81, 83, 85, 86, 92, 96, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 111, 115, 120, 134, 139, 142, 158, 165, 174, 187, 190, 206, 216, 217, 226, 227, 231, 234, 248, 258, 266, 267, 269, 280, 281, 290, 292

Moçambique

88, 142, 143, 169, 193, 202, 203, 233, 234, 235

N

Nações Unidas

31, 54, 58, 68, 72, 87, 88, 106, 114, 133, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 151, 153, 154, 183, 184, 192, 193, 226, 233, 248, 267, 273, 276, 279, 280, 285, 286, 287, 292

NAFTA 28, 39, 100, 290

Namíbia 88, 189, 190, 202, 203, 234

O

ONU

32, 149, 183, 184, 192, 216, 231, 266, 285, 286, 292

P

Paraguai

38, 85, 86, 99, 100, 101, 120, 142, 277

Paz

16, 31, 32, 87, 88, 89, 93, 109, 115, 121, 124, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 169, 170, 171, 173, 174, 181, 183, 184, 190, 192, 193, 202, 216, 219, 231, 234, 235, 239, 248, 250, 258, 267, 273, 279, 286, 287, 288, 292

Peru 75, 76, 99, 142, 216

Petrobrás 14, 17

Plano Real

15, 16, 34, 35, 52, 105, 110, 113, 114, 131, 133, 162, 180, 206, 230, 266, 274, 284

PNEMEM 214, 215, 216

Política Externa

16, 17, 18, 25, 27, 38, 69, 105, 115, 128, 155, 163, 175, 201, 209, 213, 215, 216, 217, 219, 234, 258, 262, 265, 266, 267, 272, 284, 285, 291

Portugal

51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 61, 67, 68, 69, 134, 135, 183, 216, 267, 279, 280, 281, 282

Primeiro-Ministro

59, 113, 114, 115, 116, 258, 279, 284

R

Rabin 287, 288

Rafael Caldera 17

Recife 85, 269

Reino Unido

33, 39, 40, 85, 134, 135, 195, 196, 283, 284

S

SEBRAE 166, 243, 269, 270

SIVAM 18

Sociologia

22, 25, 61, 62, 123, 124, 128, 130, 245

T

Tecnologia

14, 16, 27, 70, 74, 134, 135, 142, 170, 183, 199, 205, 208, 209, 212, 213, 214, 215, 225, 243, 247, 249, 253, 254, 255, 279, 281, 289

Temas Globais

72, 134, 145, 146, 153, 285

U

Ucrânia 185, 186, 277

União Européia

37, 39, 40, 53, 57, 58, 68, 83, 101,
102, 105, 106, 109, 111, 115, 117, 120,
131, 133, 134, 165, 173, 174, 206, 216,
217, 230, 231, 267, 280, 281, 289, 290

Utopia

66, 73, 74, 145, 245

V

Venezuela

13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 25,
28, 29, 83, 98, 99, 216, 267, 275, 277

Vietnã 161, 162, 163, 275

W

Washington 22, 79, 138, 283, 289, 291

Z

Zumbi 201



RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 77, 2º semestre de 1995

Ano 22

Capa / Editoração eletrônica e projeto gráfico

Hilton Ferreira da Silva

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman 12 x 18 (textos);

Times New Roman 26 x 31,2 (títulos e subtítulos)

Papel

Supremo 250 g/m², plastificação fosca (capa),
e 75 g/m² (miolo)

Número de páginas

300

Tiragem

500 exemplares

Impressão / Acabamento

Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação